



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
**ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
– PLAS –**

2014/2017

Equipe Técnica

Fernando Haddad
Prefeito

Luciana Temer
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Cordeiro
Secretaria Adjunta

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento
Chefe de Gabinete

Giselle Kodani Yoshida
Assessoria Jurídica

Eliana Maria Ribeiro Garrafa
Assessoria Técnica

Anna Cristina Alves Pinto Gusman
Assessoria de Comunicação Social

Isabel Cristina Bueno da Silva
Coordenadoria de Proteção Social Especial

Sandra Vanderci Ramos
Coordenadoria de Proteção Social Básica

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi
Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais

Luiz Fernando Francisquini
Coordenadoria de Gestão de Benefícios e Transferência de Renda

Denise de Freitas Silva
Espaço Público do Aprender Social

Maria Christina Mostaço da Mata
Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Roberval Ribeiro de Carvalho
Coordenadoria de Parcerias e Convênios

Paulo de Souza Filho
Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência

Colaboração:

Cássia Goreti da Silva, Christian H.S. Koenenkamp, Cláudia Maria Pires de Campos, Elaine Cristina da Cruz, Guilherme Nishio, Margarida Yoshie I.Yuba, Maria Angélica Rossi e Reck, Viviane Canecchio Ferreirinho.

SIGLA	Significado
BDC	Banco do Cidadão (Município de São Paulo)
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPC – Deficiente	Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência – Capítulo IV – Seção I – Artigo 21 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
BPC – Escola	Benefício de Prestação Continuada - Portaria Normativa Interministerial nº18, de 24 de abril de 2007 para os beneficiários do BPC de 0 até 18 anos
BPC – Idoso	Benefício de Prestação Continuada para Pessoa Idosa – Capítulo IV – Seção I – Artigo 21 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
CA	Centro de Acolhida
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)
CAPE	Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social SMADS
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CDCM	Centro de Defesa e de Convivência da Mulher
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CGB	Coordenadoria de Gestão de Benefícios
CGP	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
COPS	Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais
CPC	Coordenadoria de Parcerias e Convênios
CPSB	Coordenadoria de Proteção Social Básica
CPSE	Coordenadoria de Proteção Social Especial
CI	Centro para Juventude
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRD	Centro de Referência da Diversidade
CRECI	Centro de Referência do Idoso
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DEMES	Declaração Mensal da Execução dos Serviços
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742 – 07/12/1993
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
MSE	Serviço de Medidas Socioeducativas
MSE-MA	Medida Socioeducativa em Meio Aberto
NAISPD	Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência
NCI	Núcleo de Convivência de Idoso
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OBT	Operação Baixas Temperaturas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
Pop Rua	População em Situação de Rua
PRC	Programa Renda Cidadã
PRM	Programa Renda Mínima
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SAS	Supervisão de Assistência Social
SASF	Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
SCFC	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SISA	Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários
SISCR	Sistema de Atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social
SISRUA	Sistema de Informação da Situação de Rua
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUBPREFEITURA/sigla	DISTRITO	Distrito/ sigla
ARICANDUVA - AF	Aricanduva	ARI
	Carrão	CAR
	Vila Formosa	VFO
BUTANTÃ - BT	Butantã	BUT
	Morumbi	MOR
	Raposo Tavares	RTA
	Rio Pequeno	RPE
	Vila Sônia	VSO
CAMPO LIMPO - CL	Campo Limpo	CLM
	Capão Redondo	CRE
	Vila Andrade	VAN
CAPELA DO SOCORRO - CS	Cidade Dutra	CDU
	Grajaú	GRA
	Socorro	SOC
CASA VERDE/ CACHOEIRINHA - CV	Cachoeirinha	CAC
	Casa Verde	CVE
	Limão	LIM
CIDADE ADEMAR - AD	Cidade Ademar	CAD
	Pedreira	PDR
CIDADE TIRADENTES - CT	Cidade Tiradentes	CTI
ERMELINO MATARAZZO - EM	Ermelino Matarazzo	ERM
	Ponte Rasa	PRA
FREGUESIA/ BRASILÂNDIA - FÓ	Brasilândia	BRL
	Freguesia do Ó	FRE
GUAIANASES - G	Guaianases	GUA
	Lajeado	LAJ
IPIRANGA - IP	Cursino	CUR
	Ipiranga	IPI
	Sacomã	SAC
ITAIM PAULISTA - IT	Itaim Paulista	IPA
	Vila Curuçá	VCR
ITAQUERA - IQ	Cidade Líder	CLD
	Itaquera	ITQ
	José Bonifácio	JBO
	Parque do Carmo	PQC
JABAQUARA - JA	Jabaquara	JAB
JACANÃ / TREMEMBÉ - JT	Jacaná	JAC
	Tremembé	TRE
LAPA - LA	Barra Funda	BFU
	Jaguara	JAG
	Jaguare	JRE
	Lapa	LAP
	Perdizes	PRD
	Vila Leopoldina	VLE
M'BOI MIRIM - MB	Jardim Ângela	JDA
	Jardim São Luís	JDS
MOOCA - MO	Água Rasa	ARA
	Belém	BEL
	Brás	BRS
	Mooca	MOO
	Pari	PRI
	Tatuapé	TAT

SUBPREFEITURA/sigla	DISTRITO	Distrito/ sigla
PARELHEIROS - PA	Marsilac	MAR
	Parelheiros	PLH
PENHA - PE	Artur Alvim	AAL
	Cangaíba	CNG
	Penha	PEN
	Vila Matilde	VMT
PERUS - PR	Anhanguera	ANH
	Perus	PRS
PINHEIROS - PI	Alto de Pinheiros	API
	Itaim Bibi	IBI
	Jardim Paulista	JDP
	Pinheiros	PIN
PIRITUBA - PJ	Jaraguá	JAR
	Pirituba	PIR
	São Domingos	SDO
SANTANA/ TUCURUVI - ST	Mandaqui	MAN
	Santana	STN
	Tucuruvi	TUC
SANTO AMARO - SA	Campo Belo	CBE
	Campo Grande	CGR
	Santo Amaro	SAM
SAO MATEUS - SM	Iguatemi	IGU
	São Mateus	SMT
	São Rafael	SRA
SAO MIGUEL - MP	Jardim Helena	JDH
	São Miguel	SMI
	Vila Jacuí	VJA
SÉ - SÉ	Bela Vista	BVI
	Bom Retiro	BRE
	Cambuci	CMB
	Consolação	CON
	Liberdade	LIB
	República	REP
	Santa Cecília	SCE
	Sé	SEE
VILA MARIA/ VILA GUILHERME - MG	Vila Guilherme	VGL
	Vila Maria	VMR
	Vila Medeiros	VMD
VILA MARIANA - VM	Moema	MOE
	Saúde	SAU
VILA PRUDENTE/ SAPOPEMBA - VP	Vila Mariana	VMN
	São Lucas	SLU
	Sapopemba	SAP
	Vila Prudente	VPR

Fonte: LEI MUNICIPAL NO 11.220 DE 20/05/1992; LEI MUNICIPAL NO 13.399 DE 01/08/2002

ÍNDICE

ÍNDICE.....	5
INTRODUÇÃO	7
DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	9
COORDENADORIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS - COPS.....	18
I – APRESENTAÇÃO.....	18
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS.....	19
II.1 Centro de Geoprocessamento e Estatística - CGEO	21
II.3 Centro de Pesquisa e Memória Técnica - CPMT	23
II.4 Centro de Gestão de Processos da Informação - CGPI.....	25
II.5 Observatórios Locais das Supervisões de Assistência Social.....	26
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	27
III.1 CGEO	27
III.2 CMA	28
III.3 CPMT	29
III.4 CGPI.....	29
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CPSB.....	31
I - APRESENTAÇÃO	31
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	32
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	37
PRONATEC/Brasil Sem Miséria - BSM	46
Programa BPC Trabalho.....	47
Loja Social.....	48
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CPSE.....	50
I - APRESENTAÇÃO	50
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	51
II.1 – Serviços que compõem a rede da Proteção Social Especial	54
III — METAS E ESTRATÉGIAS - 2014 A 2017	63
COORDENADORIA DE ATENDIMENTO PERMANENTE E EMERGÊNCIA –	
CAPE	65
I - APRESENTAÇÃO	65
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	66
II.1 Serviço de Proteção e Atendimento a Situações de Calamidades Públicas e	
Emergências.....	66
II.2 Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações.....	68
II.3 Central de Vagas para Acolhimento Institucional	70
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	72
GESTÃO DE BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	74
I – APRESENTAÇÃO.....	74
III – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	75
II.1 - Programa Bolsa Família - PBF.....	75
II.2 - Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM.....	76
II.3 - Programa Renda Cidadã	77
II.4 – Programa voltado para população jovem.....	77
II.6 – Cadastramento das famílias	78
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	81
I - APRESENTAÇÃO	83
II –SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	85
II.1 – Cadastro das organizações sociais	85

II.2 Serviços conveniados.....	90
II.3 Prestação de contas	94
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	94
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	97
I – APRESENTAÇÃO.....	97
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	98
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	100
ESPAÇO PÚBLICO DO APRENDER SOCIAL – ESPASO.....	101
I – APRESENTAÇÃO.....	101
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	102
II – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017.....	103
SUPERVISÃO TÉCNICA DE FINANÇAS – ORÇAMENTO E FINANÇAS	109
I – APRESENTAÇÃO.....	109
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	109
III – METAS PARA 2014 A 2017.....	113
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	114
I – APRESENTAÇÃO.....	114
III - SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	115
III – METAS E ESTRATÉGIAS – 2014 A 2017	116
ASSESSORIA TÉCNICA.....	116
I – APRESENTAÇÃO.....	116
II – SITUAÇÃO ATUAL E DESAFIOS	119
III – METAS E ESTRATÉGIAS - 2014 A 2017.....	120
Supervisões Regionais de Assistência Social	121
MAPAS.....	278

INTRODUÇÃO

A aprovação, em 2004, da *Política Nacional de Assistência Social*, representa um momento importante para os movimentos que lutaram pela consolidação da assistência social como política de Estado e como direito dos cidadãos e constitui as bases para a organização da política pública de assistência social estabelecendo as regras para o pacto federativo, para as formas de adesão ao sistema e para seu financiamento. Normatiza, também, as funções da Assistência Social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância socioassistencial; e a defesa de direitos. Essa formatação permite fundar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e garantir a unicidade de padrões de atendimentos e do caráter não contributivo, descentralizado e participativo em todo o território nacional.

A legislação posterior, em especial as Normas Operacionais de 2005 (Resolução 130/CNAS) e 2012 (Resolução 33/CNAS) consolidam a criação e organização do SUAS conforme preconizado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei Federal nº 8.742/1993, alterada pela Lei 12.435/2011 . Como responsabilidade dos entes federados o inciso VI, do artigo 12º da NOB/SUAS/2012 estabelece o atendimento aos requisitos do art. 30 da LOAS, a saber: instituição e funcionamento do conselho de assistência social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; instituição e funcionamento do fundo de assistência social constituído como unidade orçamentária e gestora, vinculado ao órgão gestor da assistência social, que também deverá ser o responsável pela sua ordenação de despesas, e com alocação de recursos financeiros próprios; e elaboração, execução e avaliação do Plano de Assistência Social que constitui-se em instrumento de planejamento estratégico responsável por organizar, regular e nortear a execução da política nacional de assistência social na perspectiva do SUAS¹.

Na cidade de São Paulo o Plano de Assistência Social deve ser apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS.

A mesma norma operacional determina que os Planos em todos os níveis federados sejam elaborados a cada 4 (quatro) anos, de acordo com os períodos de elaboração dos Planos Plurianuais – PPA e devem observar, dentre outras, as metas nacionais pactuadas. Os

¹ NOB/SUAS/2012, Art. 18.

termos estabelecidos estão expressos no Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS que define as prioridades e metas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para o quadriênio 2014/2017, especialmente a Resolução CNAS nº 18, de 15/07/2013.

O último Plano Municipal de Assistência Social de São Paulo esteve vigente entre os anos de 2009 a 2012. Para respeitar a determinação de alinhamento entre os dois planos – da Assistência Social e Plurianual – e o Pacto de Aprimoramento do SUAS, este PLAS terá sua vigência iniciada em 2014 e prazo final em 2017. O intervalo de um ano entre a vigência dos dois planos, que correspondente ao ano de 2013, está contemplado nesse documento como parte do diagnóstico, respeitando-se a avaliação final do Plano anterior, as realizações consolidadas em 2013 e as ações planejadas para o próximo quadriênio.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social como responsável pela gestão da política de assistência social na cidade de São Paulo tem o desafio de consolidar o Sistema Único na maior metrópole da América do Sul, no momento importante em que ele completará dez anos de criação.

O Plano aqui traçado foi disposto seguindo a estrutura organizacional da Secretaria. Dessa forma, partindo-se do diagnóstico geral da cidade, seguem-se a apresentação das principais ações para as coordenadorias: Observatório de Políticas Sociais, responsável pela Vigilância Socioassistencial, Proteção Básica, Proteção Especial, Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência, Gestão de Benefícios, Parcerias e Convênios, Gestão de Pessoas, proposta de formação apresentada pelo Espaço do Aprender Social – ESPASO, Assessoria de Comunicação Social, em seguida a Assessoria Técnica e as metas territorializadas por Supervisão de Assistência Social – SAS. Por fim, a execução financeira e anexo contendo mapas com estudo da ampliação proposta.

DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A execução da Política de Assistência Social envolve a promoção da prevenção às situações de violência e posteriormente à violação de direitos, por meio de estratégias de inclusão, proteção social e promoção de cidadania, destinadas às famílias, crianças, adolescentes e idosos sujeitos a situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social. É fundamental que seu funcionamento seja planejado e articulado, integrando os serviços e os relacionando com outras áreas.

A identificação dos focos de vulnerabilidade social nos territórios e as principais áreas de concentração dos riscos e privações são fundamentais para a execução deste planejamento.

Neste sentido, as diretrizes de descentralização das ações por intermédio das SAS e sua atuação nos Governos Locais são executadas por meio de ações, nas quais se destacam: (I) expansão da cobertura de CadÚnico e Bolsa Família, no enfrentamento das áreas de concentração de extrema pobreza; (II) expansão setorial da rede de CRAS, conforme a concentração de domicílios em situação de baixa renda; (III) qualificação das ofertas de acolhimento, convívio, autonomia e protagonismo.

Atualmente, na maior parte das metrópoles latino-americanas, observa-se que pobreza e segregação social caminham juntas, levando a sobreposição de carências. A concentração dos equipamentos de interesse social reforça um tipo de governança que busca por enclaves sociais segregados e murados, apesar dos esforços de enfrentamento dessas históricas desigualdades intraurbanas, com a implantação de serviços públicos nas regiões de concentração de pobreza e ampliação da cobertura de educação e saúde, os dados revelam um aumento da desigualdade social. Nesse contexto de insatisfação das conjunturas urbanas que ocorreram as grandes manifestações de Junho de 2013. É necessário encontrar novas formas de governança e participação popular retomando o sentido público do espaço urbano.

A consolidação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como parte estruturante do conjunto de políticas sociais, necessita de um diagnóstico que inclua o

conhecimento técnico de análise de informações produzidas por diversos institutos e fundações com relação à situação em que se encontram as famílias no país, assim como o conhecimento da realidade dessas famílias no território em que vivem, quanto às particularidades culturais, econômicas e de relações sociais construídas. É importante o estabelecimento de uma disciplina para a organização e planejamento de ações para o acompanhamento, a tomada de decisões e a efetiva proteção social dessas famílias ou daquelas que venham a necessitar de intervenções da assistência social.

No campo da assistência social, a análise destes dados pede uma focalização na busca da equidade e da diminuição das desigualdades sociais o que envolve a eleição de prioridades no atendimento daqueles que necessitam imediatamente da assistência social, tendo como perspectiva a universalização deste atendimento. O Artigo XII da NOB/SUAS (NOB/SUAS/2012) define como um dos princípios éticos, para a oferta da proteção socioassistencial, “o acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos” (NOB/SUAS/2012). O conceito de vulnerabilidade possibilita um recorte na realidade dos indivíduos e famílias a ser utilizado como referência nas ações da assistência social.

A análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os “ativos” materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas (MDS, 2005, p. 30).

Outro recorte que se refere ao conceito de vulnerabilidade é aquele relacionado à quebra de vínculos familiares ou sociais que implicam na sujeição do indivíduo ou de famílias a riscos pessoais e/ou sociais. O recorte da vulnerabilidade não é apenas o da precariedade, como também da resiliência, da capacidade de agir (IPEA, 2011, p. 6).

A partir dos resultados do Censo SUAS realizado pelo MDS, observamos um aumento de 3 CREAS em 2009, para 13 em 2011, chegando-se a 22 em 2012, além de mais 2 Centro Pop, totalizando 24 destas unidades, em 2012, o que representa um aumento de 700%, de 2009 a 2012 (ou de 333,3%, de 2009 a 2011), sendo que, no Brasil, houve um aumento de 75%, de 2009 a 2011. A meta de gestão, para o período de 2013 e 2016, publicada e difundida em Audiências Públicas pela cidade, estabelece a implantação de mais 7 CREAS e

5 Centros Pop, o que representará um aumento de 50% entre 2012 e 2016.

Em relação aos CRAS, passou-se de 31, em 2007, para 44, em 2011, e 48, em 2012. Ou seja, um aumento de 54,8% entre 2007 e 2012, considerando que o aumento, no Brasil, para o período de 2007 a 2011, foi igual a 78,2% e, no Estado de São Paulo, no mesmo período, observou-se um aumento de 59% (Censo SUAS, MDS: 2013). Cabe mencionar ainda que se pretende a implantação de 60 novos CRAS na cidade, especialmente nas regiões Leste e Sul da cidade, ou seja, um aumento de 117,65%, entre 2012 e 2016.

Com relação ao CadÚnico, verifica-se que em 2006 havia 304.795 cadastros, chegando-se a 533.983, em 2012. Ou seja, um aumento de 75,2%, entre 2006 e 2012, quando o aumento, para o Brasil, foi igual a 53,38% e, para o Estado de São Paulo, igual a 67,4%, no mesmo período (Censo SUAS, MDS: 2013). Vale mencionar que em março de 2013 foi atingido um total de 697.195 cadastros no CadÚnico e pretende-se um aumento de 44,8% entre 2012 e 2016, alcançando 773 mil cadastros.

Com relação ao número de famílias beneficiárias do Bolsa Família, houve um aumento de 165.991, em 2004, para 228.078 famílias beneficiárias, em 2012, ou seja, um aumento de 37,4%, entre 2004 e 2012. Vale indicar que o aumento de 2010 para 2011 foi igual a 33,33%, no município de São Paulo, enquanto o aumento foi igual a 9,91% no Brasil e 15,96% no Estado de São Paulo, no mesmo período (Censo SUAS, MDS: 2013).

Com relação à rede socioassistencial conveniada, passou-se de 637 convênios, com capacidade de 137.697, em 2006, para 1.156 convênios, com capacidade para 217.760, em 2012. Ou seja, houve um crescimento de 81,48% entre 2006 e 2012 no total de convênios e um aumento de 58,14% na capacidade total desses serviços, para o mesmo período. Isto significou, entre 2006 e 2012, um aumento de 27,1% no total de recursos repassados por meio de convênios.

Na perspectiva da Vigilância Socioassistencial, destaque-se que as portarias e decretos que regulamentam as relações de parcerias exigem a elaboração de estudos territorializados para definição da demanda e local de instalação dos serviços, isto como condicionante para a abertura de audiências públicas. Neste sentido, desde 2009 todos os processos de conveniamento são compostos por estudos de demanda, nos quais são utilizados tanto dados de execução da rede existente, como dados de Programas de Transferência de Renda e Benefícios (Bolsa Família, Renda Mínima, Renda Cidadã, Benefício de Prestação Continuada para Idosos e para Pessoas com Deficiência), quanto

dados demográficos e censitários (Renda, Escolaridade, IPVS, Favelas, Faixa Etária, etc.). Além disso, a rede direta (CRAS, CREAS e Centro Pop), vem sendo instalada em localidades, conforme critérios estabelecidos pelo MDS e, mais recentemente, pelo Programa Brasil sem Miséria, onde há destaque para as famílias em situação de Baixa Renda (até ½ salário mínimo), tanto para ampliação da cobertura dos CRAS, como do CadÚnico.

Para a instalação de CREAS estamos adotando critérios de referência regional, ou seja, ao menos um para cada Subprefeitura, bem como de presença significativa de situações de violência, ato infracional, homicídio de jovens etc. Em relação aos Centros Pop (Centro de Referência Especializado da Assistência Social para População em Situação de Rua), tomamos como base a presença de população em situação de rua com base nos Censos de 2009 e 2011, garantindo também referência regional. Ainda, com relação às metas estabelecidas de expansão de CRAS e de cobertura do CadÚnico, cabe indicar que tomamos como base o total de domicílios e estimativa de famílias em situação de baixa renda, respeitando a referência de 5.000 domicílios de baixa renda para cada CRAS na cidade (Orientações Técnicas dos CRAS/Brasília 2009) e para o CadÚnico o foco está na extrema pobreza.

Além deste alinhamento, há o desafio de reordenamento da rede conveniada, conforme a concentração do público prioritário, criando-se assim a referência das famílias em situação de vulnerabilidade e risco já inseridos no CadÚnico e ainda por serem inseridas, fortalecendo o papel protetivo e preventivo da política de assistência social na cidade de São Paulo.

Esses dados revelam que, apesar de ainda enfrentarmos grandes desafios na implantação do SUAS na cidade de São Paulo, muito foi conquistado. Especialmente na implantação e consolidação de uma rede socioassistencial que respeita as diferenças regionais de desigualdade sociais postas para os territórios da cidade. Neste contexto, ficam estabelecidos os desafios de reordenamento da rede socioassistencial existente tendo seu atendimento adequado e focado no público prioritário; expansão, alinhamento e estruturação da rede estatal para avançar no desenvolvimento de indicadores de cobertura e na integração de sistemas informatizados de monitoramento e avaliação da rede socioassistencial, bem como na elaboração e efetivação da Política de Educação Permanente em âmbito municipal.

A instauração de novos balizamentos conceituais, políticos e operativos para a Assistência

Social no Município de São Paulo propõe a constituição de uma rede de serviços com direção universalizadora na cobertura de determinadas necessidades de proteção, o que impõe a introdução de uma ação planejada, com estabelecimento de metas e de resultados, construídos a partir da análise da realidade da cidade, dos territórios, da identificação da concentração de riscos e de vulnerabilidades.

De forma resumida os dados demográficos da cidade de São Paulo revelam fenômenos como o aumento numérico da população especialmente a idosa, queda na fecundidade aumentando a proporção de jovens, redução do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade, apesar de queda na última década temos elevadas taxas de mortalidade por agressão, infantil e entre jovens de 15 e 34 anos e, apesar da redução da taxa de crescimento populacional para o município, verifica-se em algumas regiões o aumento dessa taxa.

A presente análise permite avançar nas indicações de prioridades, na medida em que adotamos indicadores mais amplos do que somente renda, incluindo indicadores de violência, e que os dados identificam a demanda além da espontânea, abrangendo aquela que necessita de ações de busca ativa.

Intervalo entre os planos: o ano de 2013

Apesar do ajuste proposto pela NOB/SUAS/2012 deixar suspenso o período entre um e outro plano municipal, a atual gestão teve início em 2013 e algumas realizações ocorreram no decorrer deste exercício.

Uma das primeiras modificações desencadeadas foi a reestruturação da organização administrativa da Secretaria visando uma maior descentralização administrativa. Foram extintas a Coordenadoria Geral de Assistência Social – COGEAS e as cinco Coordenadorias Regionais – CAS que agrupavam as Supervisões de Assistência Social – SAS e a comunicação institucional e o processo decisório ficou mais horizontal. O detalhamento dessa ação encontra-se no capítulo destinado à Assessoria Técnica.

Os avanços em relação aos Programas Sociais que envolvem a redistribuição de renda podem ser observados com detalhes no capítulo dedicado à Coordenação de Gestão de Benefícios, mas vale destacar que em relação ao Cadastro Único dos Programas Sociais, no ano de 2013, foram incluídas 119.964 novas famílias no Programa Bolsa Família.

Além disso, na Proteção Básica houve aumento de 11 serviços e 5.138 vagas, conforme a tabela.

Tabela 1. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de Proteção Social Básica do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade	Convênios	Capacidade
Proteção Social Básica	Centro de Convivência	1	240	-	-
	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	27	5.880	27	5.940
	Centro de Referência da Diversidade	1	1.000	1	1.000
	Centro de Referência do Idoso - CRECI	1	8.000	1	8.000
	Centro de Referência do Migrante e Adultos em Situação de Rua	1	85	1	85
	Centro para Crianças de 06 a 11 Anos e 11 Meses	1	90	474	70.110
	Centro para Crianças de 06 a 11 Anos e Centro para Adolescentes de 12 a 14 Anos	463	67.047		
	Centro para Juventude - CJ / Centro para a Juventude I - Faixa Etária de 15 a 17 Anos e 11 Meses	24	3.275	95	10.520
	Centro para Juventude - CJ / Centro para a Juventude I – Faixa Etária de 15 a 17 anos e 11 meses e Centro para a Juventude II – Faixa Etária de 18 a 23 anos e 11 meses	68	7.120		
	Centro para Juventude - CJ / - de 18 a 23 Anos e 11 Meses	1	60		
	Circo Escola	5	3.800	4	2.500
	Clube Da Turma	3	4.880	4	5.120
	Núcleo de Convivência de Idoso	98	10.370	97	12.710
	Projeto Casa Leide Das Neves	1	420	1	420
	Projeto Municipalização	1	1.000	1	1.000
	Projeto SOS Bombeiros No Resgate da Cidadania	1	360	1	360
	Restaurante Escola	1	60	1	60
	Serviço de Alimentação Domiciliar para a Pessoa Idosa	1	180	1	180
	Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	62	62.000	63	63.000
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens	1	1.140	1	1.140
	TOTAL Proteção Social Básica	762	177.007	773	182.145
Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.					
Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS					
Centro para Crianças e Adolescentes - Unificação das faixas etárias em 2013					
Centro para Juventude - Unificação das faixas etárias em 2013					

Com relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade houve a implantação de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS em Guaianases e o aumento de dois serviços conveniados. Embora haja diminuição de cerca de 500 vagas, ver Tabela 2, esse número refere-se ao reordenamento dos serviços de abordagem à população em situação de rua.

Tabela 2. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de <u>Proteção Social Especial de Média Complexidade</u> do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade	Convênios	Capacidade
	Atenção Urbana para Adultos, Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	13	7.110	6	5.070
	Bagageiro	1	272	1	272
	Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	13	1.560	13	1.410
	Espaço de Convivência para Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua	9	1.900	7	1.800
	Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com deficiência I para Crianças de 0 a 6 anos	2	120	2	120
	Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com deficiência II de 7 anos a 14 Anos e III a partir de 15 Anos	31	2.411	34	2.560
	Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico – NPJ	22	2.640	22	2.640
	Núcleo de Serviços com Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	1	80	1	80
	Núcleo de Serviços e Convivência para Adultos em Situação de Rua	7	1.342	6	1.222
	Núcleo de Serviços e Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua	1	500	1	500
	Serviço de Apoio a Solicitação de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua e apoio às Situações de Emergência	1	80	1	0
	Serviço de Inclusão Social e Produtiva	2	200	2	200
	Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	56	5.610	56	5.700
	Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	11	880	13	1.040
	Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas (Crianças e Adolescentes) (Adultos) em Situação de Rua	11	3.070	18	4.400
	TOTAL Proteção Social Especial Média	181	27.775	183	27.014
Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.					
Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS					
Capacidade do Serviço de Apoio a Solicitação de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua e apoio às Situações de Emergência em 2013 - Atender a todas as solicitações					

Com relação, à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Tabela 3, houve um crescimento de quatro serviços e quase 600 vagas no período de dezembro de 2012 a dezembro de 2013. Destaque para a implantação de três serviços Centro de Acolhida para Adultos I Por 16 Horas.

Tabela 3. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade	Convênios	Capacidade
Proteção Social Especial Alta	Centro de Acolhida com Inserção Produtiva para Adultos II Por 24 Horas	-	-	1	160
	Centro de Acolhida Especial e Atenção para Adultos em Situação de Rua	2	93	2	93
	Centro de Acolhida Especial para Famílias	1	80	1	80
	Centro de Acolhida Especial para Idosos	6	670	6	640
	Centro de Acolhida Especial para Mulheres	4	436	4	436
	Centro de Acolhida para Adultos I Por 16 Horas	5	752	8	1.442
	Centro de Acolhida para Adultos II Por 24 Horas	27	6.436	27	6.465
	Centro de Acolhida para Catadores Por 24 Horas	1	55	1	55
	Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês	1	100	1	100
	Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	2	70	3	85
	Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	4	80	4	80
	Centro de Reinserção Social Com Acolhimento para Adultos em Situação de Rua	2	260	-	-
	Instituição de Longa Permanência para Idosos	8	330	8	300
	Moradia Especial Provisória	1	24	1	24
	Oficina Boracéa	1	380	1	380
	República Jovem	4	49	4	45
	República para Adultos	6	190	6	190
	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 anos	5	100	5	100
	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	132	2.640	130	2.600
	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à Central de Vagas da SMADS	3	60	6	120
	TOTAL Proteção Social Especial Alta	215	12.805	219	13.395

Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.
Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS

Notas: Bagageiro - 272 boxes

Com relação aos projetos, foi implantado um serviço na nova modalidade Família em Foco com 60 vagas, inaugurando um novo olhar sobre o atendimento e atenção à grupos familiares em situação de rua, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Número de Projetos Conveniados da Proteção Social Especial de Alta Complexidade com a capacidade, em dezembro/2012 e dezembro/2013, na cidade de São Paulo.				
Tipo de Serviço	2012		2013	
	Número de Projetos	Capacidade	Número de Projetos	Capacidade
Projeto Família em Foco			1	60
Projeto Especial - Centro de Acolhida Especial para Crianças e Adolescentes	3	60	1	20
Projeto Especial Complexo Prates*	1	410	1	410
Fonte: Relação de Convênios, CPC/SMADS, Dezembro de 2012; Dezembro de 2013				
* A partir de março/2014 passa a ser considerado como 2 CA 24h, cap. 200 e 220. Antes de março/2014, era o Complexo com 1 CA 24h, cap. 110 e 1 Espaço de Convivência, cap. 300.				

Para o planejamento e estabelecimento de metas para o período de 2014 a 2017 partiu-se da rede instalada e das ações executadas até dezembro de 2013. O Plano aqui apresentado, portanto, não é reflexo de todas as realizações da gestão atual, mas pretende tornar possível a ampliação da cobertura às populações mais vulneráveis e consolidar o Sistema Único da Assistência Social no município de São Paulo.

COORDENADORIA DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS - COPS

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

I – Apresentação

A Coordenadoria de Observatório de Políticas Sociais - COPS é responsável pela função de vigilância socioassistencial da política de assistência social da Cidade de São Paulo. Sendo assim, produz, sistematiza, analisa e difunde informações territorializadas que orientam a gestão da política de assistência social no âmbito municipal. Auxilia a tomada de decisão do gabinete e das coordenadorias de proteções sociais básica e especial, e gestão de benefícios, bem como municia a assessoria de comunicação garantindo uma gestão transparente, tornando públicas as informações conforme preconizado pela NOB/SUAS 2012 e pela lei de acesso à informação.

A redação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB /SUAS/2012 apresenta duas diferentes frentes de atuação: 1) identificar situações de risco e vulnerabilidade sociais para fins de fortalecimento do caráter preventivo e protetivo; 2) avaliar padrões e qualidade da rede socioassistencial. Assim, cabe à vigilância acompanhar a cobertura da rede instalada frente às demandas, a qualidade do serviço ofertado entre outros aspectos, além do grau de satisfação dos usuários dos serviços, programas e projetos. Em 2012 observamos descrição mais detalhada da relação da vigilância com as proteções básica e especial, incluindo a rede conveniada, como agentes produtores de dados e usuários das informações sistematizadas subsidiando ações coordenadas e planejadas no território.

A NOB/SUAS 2012 estabelece o foco e uso do Cadastro Único como ferramenta de gestão de benefícios e fonte de informação das vulnerabilidades socioterritoriais. Deste modo, revela a prioridade do atendimento integrado dos beneficiários de programas de transferência de renda e rede socioassistencial, que nos remete a necessidade de definições claras e objetivas dos critérios de cobertura, bem como de mecanismos de

aproximação com o público atendido e os profissionais. Para além da ampliação da difusão da informação, é necessária uma mudança na cultura institucional.

A Vigilância Socioassistencial deve subsidiar o planejamento, a organização e a execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações de forma territorializada. Deve-se pautar sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais.

II – Situação Atual e desafios

Frente à importância e responsabilidade das atribuições que cabem a esta Coordenadoria, é necessária a adoção de ações de fortalecimento da equipe; o que envolve desde a redefinição de organograma e atribuições, como por exemplo, a criação de um setor responsável pelos sistemas informatizados, até a estruturação dos espaços de trabalho, das rotinas e fluxos com os diferentes setores da SMADS.

Para se ampliar como referência, COPS concentra esforços na produção e difusão de conhecimento, metodologias, indicadores, estratégias de busca ativa e estudos socioassistenciais, promovendo a realização de trabalhos conjuntos com outras coordenadorias, ampliando a qualidade das formulações técnicas, bem como promovendo encontros e seminários para compartilhar e fortalecer conhecimento acumulado.

Para este fim, estão sendo revistos os mecanismos de difusão da informação e elaboração de relatórios sistemáticos de execução da rede socioassistencial, estudos de dados de cobertura e de informações de natureza censitárias que poderão ser acessados via site.

Nessa gestão, a meta de encontrar novos caminhos para a difusão da informação e fomento da participação e controle social, estabelece-se, entre outras frentes, o fortalecimento da parceria com o Departamento de Estatística e Produção de Informação (DINFO), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, responsável por manter atualizados os dados para consultas sobre a cidade de São Paulo, por meio, do Infocidade².

² *Infocidade* é o endereço para consultas de dados sobre a cidade de São Paulo que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) coloca à disposição do público. Contém uma extensa compilação de indicadores em que as fontes são as próprias secretarias da prefeitura, responsáveis por serviços diversos oferecidos aos paulistanos, mas também instituições como o IBGE, a Fundação Seade e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e da Saúde. Disponível pelo endereço: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>.

Além desse, constituímos a meta de participação ativa no processo de estruturação do acesso à informação.

Os dados organizados e sistematizados por COPS também serão utilizados para ampliar as parcerias com outras Secretarias com vistas à expansão da rede de CRAS, CREAS e Centro Pop, permitindo a participação em Grupos de Trabalhos que visam à localização de áreas prioritárias, assim como a integração de outros serviços públicos no atendimento de população em situações de rua e dependência química. Essas atividades atendem a meta de ampliação do papel da vigilância como subsídio do planejamento estratégico.

A Vigilância como função deve prover as equipes responsáveis pelas *proteções* com informações territorializadas sobre as pessoas, grupos ou famílias que estão em risco e vulnerabilidade para que suas ações cheguem com cuidado e tempestividade. E, de acordo com as NOB/SUAS/2005/2012, para a construção de um sistema democrático e participativo, a organização do controle social deve se dar, dentre outras vias, através: *da publicização de dados e informações referentes às demandas e necessidades, da localização e padrão de cobertura dos serviços de Assistência Social*. Para tanto, a Coordenadoria passou a produzir a partir de 2013 o diagnóstico socioterritorial da cidade e o atualizará, com dados secundários e estudos específicos do território, adequando à quantidade que é ofertada pela rede socioassistencial e apresentando a situação e caracterização da cidade, **em especial** para os anos de Conferência da Assistência Social. Esse estudo será publicado em formato eletrônico para conhecimento de todos os cidadãos e utilizado nas ações de planejamento e avaliação da política de assistência social. A COPS disponibilizará no site da SMADS, com o título *Vazios Socioassistenciais*, os dados e informações do diagnóstico socioterritorial para subsidiar, entre outros estudos e documentos, a elaboração do orçamento e planos que compreendam a política de assistência social.

O monitoramento das metas de aprimoramento do SUAS devem subsidiar a gestão e o Conselho Municipal de Assistência Social na avaliação da execução da política de assistência social.

Sendo responsável pela condução dos trabalhos, auxílio nos processos de definição de prioridades, integração das atividades dos diferentes setores, alinhamento das atividades, produção de conhecimento como subsídio para as ações de outras

coordenadorias da pasta entre outras atividades de gestão, a Coordenadoria é composta por uma equipe multidisciplinar com profissionais das áreas de Sociologia, Arquitetura, Gestão de Políticas Públicas, Tecnologia da Informação, Engenharia Cartográfica, entre outras formações, distribuída em diferentes setores.

Alinhadas aos desafios apresentados e as diretrizes da coordenadoria foram estabelecidas metas para cada setor facilitando a objetividade e acompanhamento das ações e seus respectivos resultados. A seguir, apresentamos os setores que compõem a Coordenadoria, suas metas, o contexto geral de sua atuação para essa gestão e as principais metas e estratégias.

II. 1 Centro de Geoprocessamento e Estatística - CGEO

Responsável pela produção e gestão de informação territorializada, expressas em mapas e tabelas, foi instituído com objetivo de **subsidiar** a Secretaria e o **Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – COMAS/SP** nos processos de diagnóstico, planejamento e consolidação de ações na implantação da política socioassistencial na Cidade de São Paulo, mais especificamente na aplicação do princípio da territorialização.³ Deste modo, amplia a possibilidade de aplicar o princípio de prevenção e proteção pró-ativa nas ações de assistência social e a possibilidade de planejar a localização da rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos.

Tem como objetivo subsidiar os profissionais do SUAS com informações territorializadas, tais como lista e mapas de beneficiários de Programas de Transferência de Renda referenciados segundo as abrangências das Supervisões de Assistência Social e dos Centros de Referência de Assistência, e mapeamento da área de abrangência de um serviço específico, a localização geográfica de serviços socioassistenciais e de outras políticas. Assim, acreditamos fortalecer a execução da política ampliando a capacidade de encaminhamento, referência, contrarreferência e ainda de articulação das ações de assistência social e outras políticas de seguridade social, além da gestão integrada de serviços, programas, projetos e benefícios.

Pela primeira vez SMADS extrai e sistematiza com periodicidade as informações do CadÚnico para análise e planejamento de ações, entre elas a de busca ativa. Esta diretriz assumida está em consonância com a nova redação da NOB/SUAS (2012) que apresentou o

³ O “princípio da territorialização” permite orientar as proteções sociais na perspectiva do alcance da universalidade de cobertura a indivíduos e famílias sob situações similares de risco e vulnerabilidade.

uso do Cadastro Único, não somente como ferramenta de gestão de benefícios ou acompanhamento familiar, mas como fonte de informação das vulnerabilidades socioterritoriais.

No caso da metrópole paulistana, torna-se necessária a utilização de informações georreferenciadas para melhor compreender as dinâmicas dos diferentes territórios, ou seja, dados que permitam não somente uma leitura da cidade como um todo, mas de suas partes, com análises intraurbanas das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como, de situações de violação de direitos e incidência de violências contra a vida ou a pessoa.

São metas da Coordenadoria estudos e produtos resultantes do mapeamento e utilização das informações contidas no CadÚnico por faixa etária e situações de vulnerabilidade e risco identificadas nas entrevistas e registradas no cadastro. Para isso, há a necessidade de melhor qualidade nos cadastros, não somente sua expansão e referência nos serviços de convivência. Neste sentido, foram feitos alguns cruzamentos para identificar as famílias cadastradas que possuem marcação de trabalho infantil, pessoas com deficiência e situação de rua.

Para o período 2014/2017, o objetivo é avançar ainda mais na utilização do banco de dados gerado pelo CadÚnico para identificar o total de pessoas por condição de moradia, escolaridade, ocupação, renda familiar, composição familiar, entre outros aspectos. Essa aplicação permitiu avançar nas análises intraurbanas, definindo os territórios de maior concentração de extrema pobreza que devem ser foco da atuação da Política de Assistência Social em parceria com os governos locais, lideranças e equipamentos de outras políticas. Estabeleceu-se para esta gestão o uso dessas informações para a definição das áreas de influência dos serviços da rede socioassistencial, permitindo análises geográficas que consideram a menor distância entre o cidadão e o serviço ofertado, não se limitando às divisões político-administrativas. São exemplo de resultado positivo desta orientação as ações de busca ativa dos serviços de convivência da Proteção Social Básica sem penalizar os usuários, que devem ser atendidos no serviço mais perto de sua moradia. Também avançam, com a adoção dessa metodologia, as análises e definição de critérios de cobertura da rede socioassistencial.

II. 2 Centro de Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial - CMA

Estruturado em 2005, em função do contexto de publicação de normativas das relações de parcerias e caracterização dos padrões de ofertas dos serviços, é o setor responsável pela produção, sistematização e gestão da informação da rede socioassistencial conveniada e direta com foco na avaliação de execução da política. Atualmente, as informações acerca do atendimento realizado pela rede socioassistencial do Município tem como principal fonte de dados a Declaração Mensal de Execução do Serviço (DEMES). A DEMES é uma fonte de dados primários de caráter quantitativo e não nominal que serve à coleta de dados, cujo preenchimento é feito pelos serviços via planilhas de Excel.

Todas as informações referentes ao atendimento de rede socioassistencial (em dezembro de 2013 são 1253 serviços entre diretos e conveniados) são agregadas, compiladas e analisadas manualmente. Esse instrumento permite realizar o levantamento dos indicadores para mensurar o serviço prestado, servindo para manutenção, reordenamento ou expansão dos equipamentos e serviços. A produção manual da informação passa por um longo processo e por diversos atores de várias instâncias (equipe do serviço, técnico supervisor, equipe de Gestão SUAS/Observatório, supervisoras de SAS, COPS).

Com relação aos critérios objetivos de avaliação da execução da política de Assistência Social, as Portarias Técnicas, Administrativas e Financeiras formulam indicadores que, de certa maneira, compreendem a avaliação da execução da política. Contudo, é preciso avançar na construção de indicadores de avaliação da qualidade do serviço prestado.

Um dos objetivos, bem como desafio, está na ampliação das ações relacionadas a informações coletadas pelos profissionais das áreas. Por isso, o objetivo é realizar sistematicamente ações de capacitação com estes para que se sensibilizem à importância e possíveis usos das informações produzidas.

II.3 Centro de Pesquisa e Memória Técnica - CPMT

Responsável pela realização, organização e coordenação de pesquisas desenvolvidas pela equipe de COPS e por entidades contratadas. Tem como objetivo geral, aprofundar as

análises de situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais com base nas informações e conhecimentos produzidos sistematicamente pelos diferentes setores e elaboração de estudos de diagnóstico da rede socioassistencial. Dentre os objetivos específicos estão medir os efeitos das ações da política de assistência social ou de sua ausência, além de avaliar periodicamente projetos estratégicos, serviços e programas executados a fim de indicar medidas de prevenção e necessidade de expansão dos serviços.

Essa ação corresponde à praticamente todos os estudos e análises realizadas pela COPS para subsidiar ou indicar ações executadas pelas demais Coordenadorias de SMADS. Como para implantar, alterar ou ampliar qualquer projeto, serviço ou programa da secretaria é necessária a aprovação do COMAS, os estudos que subsidiam essas propostas devem ser apresentados ao Conselho, por meio das propostas encaminhadas pelas equipes técnicas. No mais, a qualquer tempo o COMAS pode solicitar informações para além das disponibilizadas também no site da SMADS.

Nesta gestão o foco está na adoção e difusão de metodologias e ferramentas tecnológicas colaborativas, conhecidas por “mapa falado”, como parte do processo de sistematização do conhecimento quantitativo e qualitativo dos diferentes territórios da cidade.

Estudos, relatórios e recomendações acerca dos níveis de desempenho, da evolução de índices e de indicadores dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como de vulnerabilidade e risco sociais são também suas atribuições. Outra frente importante é a necessidade de formalizar, junto ao CNPQ, grupo de estudo para produção sistemática de artigos que agrupem as experiências e metodologias produzidas, bem como avançar na participação em congressos e seminários e no estabelecimento de parcerias com Universidades, Institutos de Pesquisas e Centros de Estudos, visando à produção de informações relevantes para a compreensão, análise, planejamento e gestão da Política de Assistência Social no Município de São Paulo.

Nesse contexto de metas para a gestão foi criado o Comitê Permanente de Pesquisa, em parceria com o Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, instituído pela Portaria 39/SMADS/2013, republicada em DOC de 18/01/2014, dando início ao diálogo com outras instituições de pesquisa e pesquisadores, estabelecendo procedimento único para as solicitações de SMADS como campo de trabalho para fins de pesquisa ou proposta de

formação.

II.4 Centro de Gestão de Processos da Informação - CGPI

Responsável pela estruturação, desenvolvimento, implantação e suporte de sistemas de informação. Criado na atual gestão com foco na qualificação e segurança dos procedimentos de coleta de dados. Visa superar as dificuldades encontradas na produção de conhecimento quanto à sua tempestividade e fidedignidade atuando na gestão dos processos por meio de ferramentas de tecnologia da informação.

O investimento em sistemas informatizados de registro e sistematização da informação da execução da política promoverá a integração das informações dos diferentes Bancos de Dados e implantará processos de registro mais eficientes. Neste sentido, o objetivo geral do setor é aperfeiçoar o processo de registro da informação para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão com maior tempestividade e fidedignidade.

Em 2003, foi desenvolvido o primeiro sistema informatizado da SMADS, o SISRua, que tem como foco o registro da população em situação de rua e que vem sendo ampliado e melhorado desde sua criação. Em agosto de 2013 foi estruturado um novo modelo que teve seu processo de implantação iniciado gradualmente no dia 2 de setembro de 2013, após capacitação de mais de 400 profissionais dos serviços de acolhimento institucional para população adulta em situação de rua, e continuou ao longo de 2014, com o objetivo de proporcionar familiaridade progressiva dos operadores com o novo sistema e diluir o lançamento de dados dos usuários de forma que não ocasione sobrecarga nos serviços.

Também na perspectiva da implantação de sistemas, em 2010 foi desenvolvido o SISCRAS e realizado teste em algumas unidades. Para a gestão atual é prioridade a revisão desse sistema com a recente publicação do Prontuário SUAS feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Deste modo, será possível a expansão do sistema para todas as unidades estatais, CRAS, CREAS e Centro Pop. A recente versão recebe o nome de SISCR (Sistema de Atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social).

No processo de revisão, tendo em vista o modelo de Prontuário SUAS/MDS, verificou-se que 88% das variáveis estão contempladas, neste sentido serão feitas as

adequações para implantação em todas as unidades estatais (CRAS, CREAS e Centro POP). Cabe ainda indicar que esse novo sistema integra e vincula os dados ao Banco do Cidadão (BDC) reduzindo o retrabalho dos profissionais destinados ao cadastramento de famílias com perfil para programas de transferência de renda.

Além desses, foi desenvolvido entre 2006 e 2012 diferentes versões de sistemas com foco nas organizações socioassistenciais. Entretanto, somente em 2012, foi instaurado o SISORG com o objetivo de aperfeiçoar os processos de cadastramento e certificação de mérito social as entidades sem fins lucrativos. Implantado em 04 de junho de 2012 e atualmente em funcionamento, esse sistema requer revisão e consolidação dos processos contínuos de inserção de dados, especialmente pela pouca adesão dos usuários e a demanda de novas ações de capacitação e o atendimento no sistema a novos procedimentos e fluxos solicitados pela recém-criada Coordenadoria de Parcerias e Convênios.

Em 2013, foi desenvolvido o SISAtendimento que, baseado na estrutura desenvolvida para o novo SISRUA, possibilita a integração das informações de toda a rede socioassistencial conveniada em um sistema único, requerendo pequenas alterações para contemplar as especificidades de cada tipologia de serviço da rede socioassistencial conveniada. Esse sistema objetiva a adoção de prontuário eletrônico para todos os usuários da rede socioassistencial conveniada, permitindo a continuidade e qualificação do atendimento prestado.

Para proporcionar a melhoria na qualidade da informação devemos atuar baseados em tecnologias da informação para racionalizar os processos. Isto porque, podem proporcionar ferramentas para a garantia de direitos e auxiliar na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas da SMADS.

II.5 Observatórios Locais das Supervisões de Assistência Social

Na atual gestão há observatórios alocados nas Supervisões de Assistência Social – SAS e compõem a equipe de Gestão do SUAS. São responsáveis pela coleta, correção, suporte e sistematização das informações da rede socioassistencial conveniada e direta, bem como a referência de difusão das informações produzidas por COPS. Realizam estudos e justificativas para subsidiar a implantação de rede socioassistencial, reordenamento de

vagas e serviços, gestão das ofertas, integração dos serviços e sistematização de informações qualitativas para composição de diagnóstico dos territórios.

Os Observatórios Locais não são subordinados à COPS, mas participam dos fluxos de informação que subsidiam a coordenadoria com dados territorializados. Sendo assim, não são responsáveis por metas específicas, mas contribuem para o cumprimento das metas de COPS.

Os dados produzidos pelos Observatórios locais são incluídos nos relatórios da coordenadoria e, portanto, serão divulgados para o público em geral.

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

A vigilância na cidade de São Paulo já percorreu um longo caminho e se fortaleceu estabelecendo mecanismos consistentes de produção de dados, monitoramento e avaliação da rede conveniada. Também conquistou espaço de reconhecimento institucional ao longo dos anos a relevância da territorialização das informações. A principal meta estabelecida foca a adequação e propagação desses conhecimentos para que, efetivamente, subsidiem ações nos diversos setores, aperfeiçoando a coleta e análise dos dados primários e qualificando a argumentação técnica. Deste modo contribuindo para ações planejadas de gestão nos diferentes territórios da cidade.

III.1 CGEO

Metas

- 5 Fluxos anuais de informações de PTR's (PBF, Condicionalidade, PETI, RM, RC, BPC Idoso).
- Padronização e Georreferenciamento de Banco de Dados de CadÚnico para Análise 2 vezes/ano.
- 9 Listagens por ano de Beneficiários (condicionalidades e PBF, RC, RM, BPC, PETI).
- Atender à 90% das solicitações de constituição de fluxos de Informação e Listagens PTR (BPC Trabalho, BPC Escola, AJ).
- Atender a 80% das solicitações de elaborações e reformulações de áreas de abrangência e produtos derivados (listagens, quantitativos, mapas e análises) mediante abertura de serviços ou demandas específicas.
- 1 vez/ano – Produção de listagens e quantitativos a partir de bancos de dados de Famílias cadastradas no CadÚnico para definição de público prioritário para atendimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – áreas de influência. Outras demandas provenientes da mesma base.
- 22 mapas durante os meses de Operação Baixas Temperaturas e uma

- apresentação (Power Point) da síntese da produção do período.
- Participação no Grupo de Trabalho – Operação Chuvas de Verão.
 - Disponibilização de Base Cartográfica para GeoSampa – uma vez ao ano e Participação do Grupo de Trabalho do GeoSampa.
 - Fluxos de informações da rede socioassistencial (produção de bases cartográficas e mapas) trimestralmente e eventuais demandas específicas.
 - Elaboração do “Atlas da Assistência Social da Cidade de São Paulo”

Estratégias

- Produzir artigos que agrupem as experiências e metodologias acumuladas pela Coordenadoria, além de participar de congressos, seminários e palestras para troca e difusão desse conhecimento.
- Utilizar a base de dados do Cadastro Único e dos Sistemas gerenciados pela SMADS como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios.
- Adoção de critérios objetivos para a definição de áreas de influência e de abrangência de serviços da rede socioassistenciais.
- Manter sistemática de georreferenciamento de benefícios, programa, projetos e serviços.

III.2 CMA

Metas

- 36 relatórios de Atendimento Mensal da rede conveniada para inclusão e divulgação no site da SMADS, para acesso público.
- 48 relatórios mensais com a distribuição das vagas por segmento (raio-X) para divulgação no site da SMADS, para acesso público.
- 8 relatórios semestrais de atendimento da rede conveniada para divulgação no site da SMADS, para acesso público.
- 4 relatórios anuais de análise de dados trimestrais da rede conveniada tipificada.
- 4 Temáticas de Capacitação e frentes de trabalho conjuntas com os profissionais da área (da equipe de CMA).
- 55 tipos de serviços da rede socioassistencial sistematizados mensalmente, totalizando 2.640 na gestão.

Estratégias

- Produzir artigos que agrupem as experiências e metodologias acumuladas pela Coordenadoria, além de participar de congressos, seminários e palestras para troca e difusão desse conhecimento.
- Realizar ações que visem tanto à elaboração de estudos que sirvam de referência

para todas as SAS, como definições de padrões de dados da rede socioassistencial e de outras fontes, bem como estratégias de levantamento de informações qualitativas do território.

III.3 CPMT

Metas

- Uma contratação de consultoria para a sistematização de novos indicadores e metas para a rede socioassistencial.
- 2 atualizações do diagnóstico socioterritorial denominado Vazios Socioassistenciais.
- 4 Publicações de Artigos (Anais, periódicos, etc.).
- Formação de Núcleo de Pesquisa com equipe de Pesquisadores da SMADS e convidados.
- 1 Publicação no Catálogo de Dados Municipais com dados de COPS atualizado sistematicamente.
- 2 Seminários Temáticos realizados.
- 2 Temáticas de Capacitação e frentes de trabalho conjuntas com os profissionais da área (da equipe de CPMT).

Estratégias

- Produzir artigos que agrupem as experiências e metodologias acumuladas pela Coordenadoria, além de participar de congressos, seminários e palestras para troca e difusão desse conhecimento.
- Elaborar relatórios com as informações de risco e vulnerabilidades que sistematize dados primários e secundários, denominado “Vazios Socioassistenciais da Cidade de São Paulo”.
- Garantir e ampliar o uso do Cadastro Único e dos Sistemas de Informação de SMADS como fonte de informação das vulnerabilidades socioterritoriais.
- Subsidiar e alinhar os técnicos dos Observatórios Locais com ferramentas e metodologias para desenvolver pesquisas e estudos que possibilitem diagnóstico constante da realidade territorial.

III.4 CGPI

Metas

- 3 Sistemas informatizados de dados de Atendimento dos usuários, dos serviços prestados e de organizações da assistência social (SISA; SIOrg, SISCR) elaborados, revisados e implantados.
- 1 Integração dos Sistemas de Informação SISA, SISCR com o Banco do Cidadão (BDC).
- 100 Capacitações nos sistemas SISA, SISCR e SIOrg para os profissionais dos serviços da rede socioassistencial e rede direta, conforme forem sendo entregues as especificidades de cada sistema.

- 80% de atendimento às solicitações dos usuários (gestão de senhas, desbloqueios, correções e dúvidas sobre os sistemas).

Estratégias

- Produzir artigos que agrupem as experiências e metodologias acumuladas pela Coordenadoria, além de participar de congressos, seminários e palestras para troca e difusão desse conhecimento.
- Participar dos processos de implantação, adequação, ampliação e melhoramentos dos sistemas informatizados que são ferramentas de monitoramento da gestão.
- Construir diálogo permanente com a Prodam para implantação, adequação, ampliação e melhoramentos dos sistemas informatizados.
- Construir metodologia de capacitação e capacitar todos os usuários dos sistemas informatizados.

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CPSB

I - Apresentação

O SUAS estabelece a garantia de proteção social, em especial à população que vive em situação de vulnerabilidade social, compreendendo dentre outros, o desenvolvimento de ofertas de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios que favoreçam aos usuários e estimulem a autonomia, a resiliência, a sustentabilidade, o protagonismo, o acesso a oportunidades e as condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social.

A Proteção Social se organiza em dois níveis de proteção: Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, com vistas a garantir a oferta das seguranças sociais e assegurar a responsabilidade do Estado na proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS)

A Proteção Social Básica (PSB) tem por objetivos diagnosticar as situações de vulnerabilidade social, ampliar a capacidade da função protetiva das famílias, prevenir a presença e o agravamento das vulnerabilidades, riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

O público alvo da proteção social básica é “a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilidade de vínculos afetivos relacionais e fortalecimento social (discriminação etária, étnicas, de gênero, por deficiência, entre outras)” (SMADS, PLAS 2009-2012).

Entre os objetivos da coordenadoria estão, tornar a proteção social básica mais efetiva para as famílias, respeitando suas necessidades e o princípio da matricialidade sociofamiliar, por meio da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais.

Para cumprir tal objetivo, a Coordenadoria de Proteção Social Básica – CPSB é a instância municipal responsável pela coordenação da rede socioassistencial de proteção social básica, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Para tanto:

(i) Estabelece normas e padrões técnicos para os serviços da rede socioassistencial direta e conveniada, afetos à Proteção Social Básica; (ii) Assessora as Supervisões de Assistência Social – SAS na implantação e implementação de programas, serviços, projetos e benefícios da PSB a serem executados em seus territórios de abrangência; no acompanhamento de famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda em situação de descumprimento de condicionalidades; no acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, em especial os beneficiários do Programa BPC na Escola e do Programa BPC Trabalho; no desenvolvimento do Programa ACESSUAS Trabalho/PRONATEC/BSM; (iii) Assessorar as organizações de assistência social nas questões afetas às tipologias de serviços socioassistenciais da PSB; (iv) Identifica as necessidades de educação permanente quer seja dos trabalhadores sociais estatais ou da rede conveniada; (v) Atua de forma integrada e articulada com as demais Coordenadorias da SMADS, em especial com a Coordenadoria de Proteção Social Especial e Coordenadoria de Gestão de Benefícios.

Sob sua coordenação, em Dezembro de 2012 estava uma rede socioassistencial estatal composta por 49 CRAS e 762 serviços conveniados e 49 CRAS e 773 serviços conveniados em Dezembro de 2013.

II – Situação atual e desafios

A proteção social básica operacionaliza as diretrizes da PNAS por meio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que se caracteriza pela coordenação da oferta de serviços de proteção social básica em seu território de abrangência, referenciando e articulando a rede de serviços.

Desenvolve o principal serviço da Proteção Social Básica, qual seja o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

São famílias prioritárias a serem inseridas em acompanhamento do PAIF:

- Famílias em situação de extrema pobreza;
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento das condicionalidades;
- Famílias com membros beneficiários do BPC;
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Famílias com crianças e adolescentes em trabalho infantil;
- Famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional.

“.....o CRAS estabelece conexão entre o atendimento ofertado pelo PAIF e o atendimento da rede de serviços socioassistenciais, em especial, por meio dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV, a fim de garantir a função protetiva das famílias. Essa articulação reforça a diretriz estabelecida pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda pois, quando a transferência de renda é ofertada de forma articulada aos atendimentos prestados pela rede de serviços socioassistenciais potencializa-se o fortalecimento da família, ao mesmo tempo que se aprofundam as seguranças sociais de sobrevivência, acolhida e convívio.” (SMADS, CPSB, Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais Tipificados da PSB, 2012, p. 28)

Os Benefícios eventuais compõem junto com o Benefício de Prestação Continuada o conjunto de benefícios assistenciais no âmbito da Política de Assistência Social. O Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, reascende a discussão sobre estes benefícios, relembra sua importância no âmbito do SUAS e chama os Municípios e Estados brasileiros ao desafio do compromisso da regulamentação e efetivação destes benefícios no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Os benefícios eventuais estão previstos no art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

Segundo Resolução CNAS 212 de 19/10/2006, os benefícios eventuais são uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com

fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos. Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros. E em seu artigo 17, a referida resolução recomenda que o critério de renda mensal *per capita* familiar, para acesso aos benefícios eventuais estabelecido pelo Distrito Federal e pelos municípios, atenda ao que determina a LOAS, que o valor fixado seja *igual ou superior a ¼ do salário mínimo*.

A Proteção Social Básica oferta, ainda os seguintes serviços:

a) Serviços Tipificados – são os serviços caracterizados com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

(i) Serviço de Assistência Social à Famílias e Proteção Social Básica no Domicílio – SASF -

serviço que visa a garantia de direitos, a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas a partir de suas potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento. E também, desenvolve ações de apoio, informação, orientação às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de descumprimento de condicionalidades. *Por localizar-se em territórios com alta concentração de beneficiários, pode atuar como identificador de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que ainda não foram incluídas no CadÚnico.*

(ii) Centro para Crianças e Adolescentes - CCA – Espaço de referência para o desenvolvimento de ações socioeducativas com crianças e adolescentes de 06 anos a 14 anos e 11 meses. Contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e o convívio grupal;

(iii) Centro para a Juventude - CJ – Espaço de referência para adolescentes e jovens de 15 anos e 17 anos e 11 meses; visa o desenvolvimento do protagonismo do jovem, de suas potencialidades e sua participação cidadã;

(iv) Núcleo de Convivência de Idosos – NCI - Espaço de referência para idosos com idade igual ou superior a 60 anos com o desenvolvimento de atividades presenciais e a domicílio que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

b) Serviço Normatizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS

(i) Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos

- **CEDESP** – Atendimento a adolescentes, jovens e adultos a partir de 15 anos, com atividades que asseguram o conhecimento do mundo do trabalho, a capacitação em diferentes habilidades na perspectiva de ampliar o repertório cultural e a participação na vida pública.

c) Serviços Complementares – são serviços não contemplados na Tipificação Nacional, mas fazem parte da rede socioassistencial do Município, atendendo usuários em situação de vulnerabilidade social.

(i) Clube da Turma e Projeto Leide das Neves – Espaços de referência para crianças, adolescentes e jovens de 06 a 17 anos e 11 meses. Têm por foco a convivência, a formação para participação cidadã, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia;

(ii) Enturmando Circo Escola – Espaço de referência para crianças, adolescentes e jovens de 06 a 17 anos e 11 meses com a oferta de atividades circenses, pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, como forma de expressão, interação, sociabilidade e proteção social;

(iii) Convivendo e Aprendendo – Espaço de referência para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Promove o desenvolvimento do universo informacional, artístico e cultural; e contribui para o protagonismo e a formação cidadã;

(iv) SOS Bombeiros no resgate da cidadania – tem por finalidade proporcionar à crianças e adolescentes na faixa etária de 09 a 14 anos e 11 meses, espaços de educação para a cidadania e de convivência.

(v) Restaurante Escola – serviço que desenvolve habilidades em gastronomia para adolescentes e jovens de 17 a 21 anos, visando à formação profissional e assegurando a inserção no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento de atividades socioeducativas que propiciam o convívio social, crítico e criativo;

(vi) Centro de Referência do Idoso – CRECI - Serviço de referência, proteção e defesa de direitos da pessoa idosa. Oferece atendimento de modo individual e coletivo e estimula a participação social;

- (vii) **Núcleo de Migrante** - Oferta às pessoas/famílias migrantes, em situação de risco pessoal e social, suporte através da acolhida/escuta com orientação, encaminhamento e acesso à rede socioassistencial.
- (viii) **Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa** - Serviço de proteção social a pessoa idosa a partir de 60 anos em situação de vulnerabilidade social, assegurando a entrega de uma refeição diária na residência, oferecendo paralelamente ações sociais que possibilitem o desenvolvimento da auto-estima e sociabilidade, o restabelecimento/fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a prevenção de situações de risco pessoal e social.

Considerando a capacidade e o número de serviços que compõem a Proteção Social Básica, conforme descrição acima apresentamos tabela, que informa a situação em dezembro de 2012 e em dezembro de 2013.

Tabela 1 – Rede socioassistencial conveniada de Proteção Social Básica – Dezembro/ 2012 e Dezembro/2013.

Tabela 1. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de Proteção Social Básica do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade de Atendidos	Convênios	Capacidade de Atendidos
Proteção Social Básica	Centro de Convivência	1	240	-	-
	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos – CEDESP	27	5.880	27	5.940
	Centro de Referência da Diversidade	1	1.000	1	1.000
	Centro de Referência do Idoso - CRECI	1	8.000	1	8.000
	Centro de Referência do Migrante e Adultos em Situação de Rua	1	85	1	85
	Centro para Crianças de 06 a 11 Anos e 11 Meses	1	90	474	70.110
	Centro para Crianças de 06 a 11 Anos e Centro para Adolescentes de 12 a 14 Anos	463	67.047		
	Centro para Juventude - CJ / Centro para a Juventude I - Faixa Etária de 15 a 17 Anos e 11 Meses	24	3.275	95	10.520
	Centro para Juventude - CJ / Centro para a Juventude I – Faixa Etária de 15 a 17 anos e 11 meses e Centro para a Juventude II – Faixa Etária de 18 a 23 anos e 11 meses	68	7.120		
	Centro para Juventude - CJ / - de 18 a 23 Anos e 11 Meses	1	60		
	Circo Escola	5	3.800	4	2.500

Clube Da Turma	3	4.880	4	5.120
Núcleo de Convivência de Idoso	98	10.370	97	12.710
Projeto Casa Leide Das Neves	1	420	1	420
Projeto Municipalização	1	1.000	1	1.000
Projeto SOS Bombeiros No Resgate da Cidadania	1	360	1	360
Restaurante Escola	1	60	1	60
Serviço de Alimentação Domiciliar para a Pessoa Idosa	1	180	1	180
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	62	62.000	63	63.000
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens	1	1.140	1	1.140
TOTAL Proteção Social Básica	762	177.007	773	182.145
Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.				
Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS				
Centro para Crianças e Adolescentes - Unificação das faixas etárias em 2013				
Centro para Juventude - Unificação das faixas etárias em 2013				

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

Diante deste cenário, a SMADS busca avançar no aprimoramento do SUAS tanto na garantia da cobertura, como também, na oferta de proteção social às famílias mais vulneráveis, seguindo as prioridades e metas estabelecidas para a Proteção Básica, definidas na Resolução nº 18, de 15/7/2013, do CNAS para o período de 2014/2017, das quais destaca os seguintes objetivos: (i) Ampliar a cobertura da proteção social básica, por meio da unidade estatal CRAS; (ii) Ampliar a cobertura da proteção social básica, por meio da implantação/ampliação/requalificação de serviços socioassistenciais conveniados; entendendo a requalificação como a construção das normas técnicas dos serviços; (iii) Aprimorar o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades; (iv) Aprimorar o acompanhamento das famílias dos beneficiários do Programa BPC na Escola e BPC Trabalho; (v) Operacionalizar o reordenamento dos serviços socioassistenciais tipificados e complementares que tem como foco a convivência e o fortalecimento de vínculos quanto à concepção, metodologia de convívio e inclusão do público prioritário e dos atendidos no

Sistema de Informação dos Serviços de Convivência – SISC; (vi) Operacionalizar o Programa ACESSUAS Trabalho.

Para atender ao **primeiro objetivo**, a SMADS irá ampliar a rede de CRAS em mais 60 unidades com vistas a atender ao critério estabelecido pela NOB-SUAS para as metrópoles, qual seja, cada unidade CRAS deve referenciar 5.000 famílias em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, a Coordenadoria de Proteção Social Básica, em parceria com a Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, considerou as novas informações do censo populacional Censo IBGE 2010; as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria de priorizar a atenção às famílias em situação de extrema pobreza; as informações de domicílios com renda até meio salário mínimo e a meta estabelecida de 5.000 famílias referenciadas a cada CRAS, para definir o número de unidades CRAS a serem implantadas, distribuídas de acordo com o mapa e tabela a seguir.

Tabela 5 – Distribuição de domicílios de baixa renda, número de CRAS existentes em 2013 meta de implantação por Supervisão de Assistência Social da Cidade de São Paulo (2014 a 2017).

SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Total de Domicílios com Renda per Capita de até 1/2 S.M	Demanda segundo padrão MDS - 5000 famílias referenciadas por CRAS	CRAS existentes em dezembro de 2013	Meta da Gestão - 3 - implantação de CRAS
Aricanduva - Formosa – Carrão	7.549	2	1	1
Butantã	14.002	3	1	2
Campo Limpo	32.938	7	2	5
Capela do Socorro	37.325	7	2	5
Casa Verde - Cachoeirinha	11.721	2	2	1
Cidade Ademar	24.507	5	2	3
Cidade Tiradentes	16.563	3	1	3
Ermelino Matarazzo	9.599	2	1	1
Freguesia	21.111	4	4	1
Guaianases	20.024	4	2	3
Ipiranga	14.163	3	1	2
Itaim Paulista	27.581	6	2	4
Itaquera	27.200	5	2	3
Jabaquara	7.661	2	1	1
Lapa	4.719	1	1	0
M'Boi Mirim	37.262	7	1	6
Mooca	5.194	1	1	0
Parelheiros	13.860	2	2	2
Penha	16.292	3	2	2
Perus	9.378	2	2	0
Pinheiros	2.530	1	1	0
Pirituba	19.961	4	2	2
Santana - Tucuruvi	5.171	1	1	0
Santo Amaro	3.464	1	1	0
São Mateus	28.704	6	2	4
São Miguel	25.894	5	1	4
Sé	6.157	1	1	0
Jaçanã – Tremembé	13.952	3	2	1
Vila Maria - Vila Guilherme	11.033	2	2	0
Vila Mariana	2.435	0	1	0
Vila Prudente - Sapopemba	23.519	5	2	4
TOTAL	501.469	100	49	60

Fonte: Censo IBGE 2010, PRODAM, GEOLOGG212, 2001

Elaboração: Centro de Geoprocessamento/COPS/SMADS, Dezembro de 2013.

Dada à relevância desta unidade estatal, ela integra o Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016 – Meta 03, Eixo Temático 1 – Compromisso com os Direitos Sociais e Cívicos, se constituindo como um compromisso de governo, onde a SMADS tem se articulado com diversas Secretarias Municipais e outros órgãos governamentais para a identificação de espaços públicos a fim de possibilitar a presença da assistência social e das demais políticas sociais nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Em acordo com o Programa de Metas, estão previstas a implantação de 20 CRAS em 2014, 20 CRAS em 2015 e 20 CRAS em 2016.

- **Meta 1** – Implantar 60 novas unidades CRAS.

Quanto ao **segundo objetivo**, a CPSB considerou as contribuições das Supervisões de Assistência Social e da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais para propor a ampliação de serviços socioassistenciais nos diferentes territórios da cidade, quer seja por implantação de novos serviços ou aditamento de capacidade dos serviços já existentes. Considerou, ainda, que cada SAS tenha, no mínimo, um serviço CEDESP em seu território. A seguir, apresentamos a proposta geral de ampliação de serviços. O detalhamento por SAS está registrado no capítulo da Assessoria Técnica e Supervisões de Assistência Social.

Meta 2 – Ampliação da rede socioassistencial conveniada

- **Meta 2.1** – Implantar 60 CCAs.
- **Meta 2.2** – Implantar 31 CEDESPs.
- **Meta 2.3** – Implantar 12 CJs.
- **Meta 2.4** – Implantar 15 NCIs.
- **Meta 2.5** – Implantar 01 Clube da Turma.
- **Meta 2.6** – Implantar 06 Convivendo e Aprendendo.
- **Meta 2.7** – Implantar 03 Serviço de Alimentação Domiciliar.
- **Meta 2.8** – Implantar 01 Centro de Referência do Idoso.
- **Meta 2.9** – Implantar 03 Serviço de Assistência Social À Família e Proteção Social Básica No Domicílio.

Quanto ao **terceiro objetivo**, a escolha por priorizar o acompanhamento de famílias beneficiárias do PBF em fase de suspensão do benefício visa dar condições ao PAIF em identificar e intervir nas causas que levam essas famílias ao não cumprimento das condicionalidades, de modo que elas não sejam penalizadas pela perda do benefício de transferência de renda e tenham garantidos os seus direitos sociais. Nesse sentido, a mobilização das famílias será organizada pela CPSB por meio da busca ativa, operacionalizada pela Central de Serviço 156 - telemarketing ativo, cartas, mensagens por celular. Bem como pelo CRAS por meio de visitas domiciliares, visitas a escolas, visitas por meio da articulação com o responsável local do Programa Estratégia Saúde da Família.

As condicionalidades de Saúde e de Educação para as famílias do Programa Bolsa Família quando descumpridas sinalizam que algo não está a contento. Assim sendo, cabe ao CRAS verificar e identificar com os pares da rede local da Saúde e da Educação se os motivos apontados no SICON – Sistema de Informações das Condicionalidades. As observações que indiquem comprometimento no momento da informação devem ser corrigidas pelos pares, incluindo aquelas que demandem ação junto à família, ou visitas domiciliares. Com a realização de tais estratégias, as famílias são convidadas/motivadas a procurar o CRAS para regularizar a situação de descumprimento.

Uma segunda estratégia será a capacitação da equipe técnica do PAIF no sistema SICON do MDS, a fim de que os registros de deferimento/indeferimento de recursos e de inclusão em acompanhamento familiar contribuam para a superação dos motivos de descumprimento.

Outra estratégia importante será o incremento do atendimento coletivo das famílias pelo PAIF, de modo que as situações individuais de vulnerabilidade sejam reconhecidas pelas famílias como situações que também são vivenciadas por outros. A reflexão conjunta possibilita o diálogo e a proposição de alternativas para o enfrentamento das adversidades.

META 3

- **Meta 3.1** - Atingir, por unidade CRAS, taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias em fase de suspensão do Programa Bolsa Família em decorrência do descumprimento de condicionalidades cujos motivos sejam de assistência social de 50%, com respectivo registro no sistema de informações – SICON.

- **Meta 3.2** - Realizar capacitação para 100% dos técnicos do CRAS no Sistema de Condicionalidades do MDS – SICON, em parceria com o ESPASO e a Coordenadoria de Gestão de Benefícios - CGB.
- **Meta 3.3** - Realizar um Encontro de Capacitação Técnica sobre o Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família – PAIF, para 100% dos técnicos do CRAS em parceria com o ESPASO e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.
- **Meta 3.4** – Realizar Capacitação sobre Trabalho Social com famílias, com ênfase no Manejo de Grupos, para 100% dos técnicos do CRAS em parceria com o ESPASO.
- **Meta 3.5** – Desenvolver material informativo de orientação ao acesso a programas, serviços e benefícios do CRAS.
- **Meta 3.6** – Dotar os CRAS de material socioeducativo para o trabalho com famílias.

O **quarto objetivo** decorre da adesão do Município ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC na Escola.

O Programa BPC na Escola, instituído pela Portaria Interministerial Nº 18, de 24 de abril de 2007, objetiva garantir o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência de zero a dezoito anos, já beneficiárias do BPC, tendo como principal diretriz a articulação intersecretarial, onde, no âmbito de atuação de cada política, assume a responsabilidade de realizar ações conjuntas para identificação das barreiras sociais existentes no cotidiano das pessoas com deficiência e construir alternativas para superação dos entraves identificados.

Em sua primeira fase, descrita no PLAS 2009/2012, a cidade de São Paulo aderiu ao Programa BPC na Escola, em 2008, instituiu o Grupo Gestor Intersecretarial, formado pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania, Trabalho e Solidariedade, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, sob a coordenação da SMADS. A estratégia utilizada para a identificação das barreiras foi a aplicação de um questionário aos beneficiários e/ou suas famílias.

Dando continuidade a esta ação, formalizamos de novo grupo gestor intersecretarial em âmbito municipal e regional (Portaria Intersecretarial 003/2013) para a elaboração do plano prevendo a aplicação do questionário aos novos beneficiários, inseridos no Programa

no período de 2011 a 2017, retomando assim atividades que permaneceram paralisadas entre 2011 e 2013 devido a priorização pelo MDS da implantação do projeto piloto BPC Trabalho.

META 4:

- **Meta 4.1** - Aplicar questionários para 70% dos novos beneficiários localizados e residentes na cidade de São Paulo, conforme listagem disponibilizada pelo MDS/Sistema BPC na Escola.
- **Meta 4.2** - Inserir no Sistema BPC na Escola 100% dos questionários aplicados.
- **Meta 4.3** – Contribuir para o fortalecimento do Grupo Gestor Intersecretarial e do Grupo Gestor Regional, no âmbito das Subprefeituras.
- **Meta 4.4** - Ofertar o acompanhamento pelo PAIF a 100% dos beneficiários que se encontram fora da escola e suas famílias.
- **Meta 4.5** – Realização de Seminário e publicação da metodologia e acompanhamento dos beneficiários do BPC Escola e suas famílias nos territórios dos CRAS.

O **quinto objetivo** - Operacionalizar o reordenamento dos serviços socioassistenciais tipificados e complementares que tem como foco a convivência e o fortalecimento de vínculos quanto à concepção, metodologia de convívio e inclusão do público prioritário e dos atendidos no Sistema de Informação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC - segue as orientações estabelecidas pela Resolução CNAS N. 01, de 21 de fevereiro de 2013, que, além de definir a meta de atendimento do público prioritário segundo o ciclo de vida, estabelece novos parâmetros para o cofinanciamento federal, tendo como base as informações das famílias registradas no CadÚnico.

A adesão ao reordenamento possibilitou o cofinanciamento federal de 16.180 vagas para a rede de serviços de convívio, sendo que 8.090 vagas devem ser ocupadas prioritariamente por crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de:

- I - isolamento em suas expressões de ruptura de vínculos, desfiliação, solidão, apartação, exclusão, abandono;
- II - trabalho infantil inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;
- III - vivência de violência e/ou negligência;
- IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;

V - acolhimento;

VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;

VII - egressos de medidas socioeducativas;

VIII - abuso e/ ou exploração sexual;

IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente;

X - crianças e adolescentes em situação de rua;

XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC;

XII – vulnerabilidade que diz respeito aos idosos beneficiários do BPC;

XIII – famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em situação de descumprimento das condicionalidades;

XIV – beneficiários dos diversos Programas de transferência de renda atendidos pelo CRAS;

XV – com perfil CadÚnico que tenham renda de até meio salário mínimo per capita ou que tenham renda mensal bruta de 0 a 3 salários mínimos.

Para dar unidade ao processo de reordenamento dos SCFV tipificados e complementares, operados em parceria com organizações sociais não governamentais por meio de convênios, a CPSB formulou e publicou a Portaria nº 25/SMADS/2013 que reordena, orienta e define prazos para inclusão do público prioritário. E, para monitorar a inclusão do público prioritário, a SMADS utilizará o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC – sistema de registro dos usuários do MDS.

No bojo das ações de reordenamento dos serviços de convivência serão requalificados os serviços CEDESP; Enturmando Circo Escola e Clube da Turma, quanto a tipologia e norma técnica.

Com relação aos Centros de Juventude, a requalificação se dará por meio da integração dos eixos do Programa Juventude Viva: desconstrução da cultura de violência; inclusão, oportunidades e garantia de direitos; transformação de territórios. Além disso, a SMADS firmou, em 2013, convênio com o Ministério do Trabalho - Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para o fortalecimento da política de juventude na assistência social. O projeto “Ações Integradas de Economia Solidária” será elaborado em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura – por meio do Centro Cultural da Juventude e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Este projeto prevê a participação do serviço Centro da Juventude em empreendimentos econômicos solidários de produção cultural. Nesse sentido, a cultura é entendida não somente como agente de relações de identidade, mas como geradora de desenvolvimento econômico e de qualificação profissional do jovem.

META 5:

- **Meta 5.1** – Capacitar, em parceria com o ESPASO, 100% dos técnicos supervisores dos serviços, bem como, os trabalhadores sociais da rede de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, na temática da segurança do convívio e inclusão do público prioritário.
- **Meta 5.2** - Capacitar 100% dos técnicos supervisores dos serviços para operacionalização do Sistema de Registro da Convivência – SISC.
- **Meta 5.3** – Incluir, no mínimo, 16.180 usuários dos SCFV no SISC, sendo 50% do público prioritário.
- **Meta 5.4** - Monitorar a inclusão do público prioritário, respeitando as disposições da Portaria Nº 25/SMADS/2013.
- **Meta 5.5** - Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário até dezembro de 2016.
- **Meta 5.6** – Elaborar e publicar Portarias e Normas Técnicas para requalificação dos serviços CEDESP, Circo Escola, Clube da Turma.
- **Meta 5.7** – Integrar 100% dos CJs ao Projeto “Ações Integradas de Economia Solidária”.

Tendo como sexto objetivo a operacionalização do Programa ACESSUAS Trabalho, a cidade de São Paulo formalizou a adesão ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho em 2012 e definiu a CPSB como responsável pela gestão do programa, articulando e desenvolvendo ações que envolvem os dois níveis de proteção social do SUAS: proteção social básica e proteção social especial. Integram o Programa ACESSUAS Trabalho outros dois programas federais: PRONATEC/BSM e BPC Trabalho, e na SMADS, a Loja Social.

PRONATEC/Brasil Sem Miséria - BSM

Criado pelo Governo Federal, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) integra o Plano Brasil sem Miséria como uma das iniciativas para a redução da pobreza.

Em acordo às normativas do programa ACESSUAS Trabalho a integração ao “mundo do trabalho” não é de responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas.

A função primeira da assistência social é a proteção social e nesse contexto nos cabe desenvolver ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio, do acesso a cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; além de ações de articulação com outras políticas públicas para superação das vulnerabilidades sociais.

Cabe à SMADS, portanto, a mobilização e efetivação das pré-matrículas, que são realizadas nos CRAS, com orientação quanto às regras do programa, número de faltas, dias da semana e horário do curso, gratuidade do material pedagógico, recebimento da bolsa formação, encaminhamento imediato para a matrícula e, caso a pessoa ainda não tenha NIS, encaminhamento para cadastro no CadÚnico. Os futuros alunos são orientados a registrar seus currículos no Portal Mais Emprego, nos Centros de Apoio ao Trabalhador - CAT.

Em 2013, a meta estipulada para o município de São Paulo pelo MDS foi de mobilizar 14.522 pessoas. A SMADS efetivou 14.506 pré-matrículas sendo que destas, 4.814 se converteram em matrículas. Há de se ressaltar que o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SISTEC permite o registro de pré-inscrições duas vezes superior ao número de vagas e que as pessoas com solicitação de seguro-desemprego têm preferência sobre as demais pessoas pré-inscritas, situação prevista pela Lei Federal Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o PRONATEC.

A meta de mobilização para o período de 2014-2017 será definida, anualmente, pelo MDS.

Orientada pelo princípio de reduzir a desigualdade social, a cidade de São Paulo desenvolveu ações focalizadas a pessoas e famílias em situação de risco social. Criou a modalidade municipal PRONATEC Pop Rua, destinada à população em situação de rua acolhida na rede de serviços conveniados de proteção social especial da SMADS, que por sua

inovação ganhou, em primeiro lugar, o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social: Edição Especial – Bolsa Família 10 anos - 2013, na categoria ações articuladas do Plano Brasil sem Miséria (BSM) voltadas a inclusão produtiva das famílias beneficiárias do PBF e, hoje, se constitui em uma nova modalidade do PRONATEC em âmbito nacional, por orientação do Ministério do Desenvolvimento

METAS 6:

- **Meta 6.1** – Formalizar a adesão ao termo de aceite do Programa ACESSUAS Trabalho com as respectivas metas de mobilização para os anos de 2014-2017.
- **Meta 6.2** - Ampliar em 50% o acompanhamento/monitoramento dos alunos matriculados nos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, ofertados pelo PRONATEC/BSM.
- **Meta 6.3** - Atuar de forma articulada com a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SMDTE para captação de vagas de emprego, em acordo com os cursos ofertados.
- **Meta 6.4** - Atuar de forma articulada com a SME para elevar o grau de escolaridade do público da Política de Assistência Social.

Programa BPC Trabalho

Fruto do amadurecimento do Projeto Piloto BPC Trabalho, descrito no Relatório de Gestão do PLAS 2009/2012, o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho - BPC Trabalho - foi instituído pela Portaria Interministerial MDS/MEC/MTE/SDH-PR nº 2, de 02 de agosto de 2012, com o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos.

A SMADS é a secretaria coordenadora do Programa BPC Trabalho, que é operacionalizado por meio do Grupo Gestor Intersecretarial, também responsável pelas ações do Programa BPC na Escola, cujo objetivo é desenvolver ações intersetoriais de

acompanhamento e monitoramento dos beneficiários do BPC, para acesso às políticas públicas de inclusão social e consolidação de direitos. Cabe destacar que a ação de mobilização desse público é alvo dos esforços do grupo Gestor Intersecretarial, na perspectiva de complementaridade das políticas sociais para a superação das barreiras que impedem a participação nos cursos ofertados no PRONATEC/BSM.

- **Meta 6.5** - Mobilizar os beneficiários do Programa BPC na Escola que se encontram na faixa etária de 16 a 18 anos, com deficiência intelectual, para inclusão no Programa BPC Trabalho.
- **Meta 6.6** - Realizar busca ativa para 100% dos beneficiários do BPC na faixa etária de 16 a 45 anos, para divulgação do Programa BPC Trabalho e incentivo a participação em cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC promovidos pelo PRONATEC/BSM.
- **Meta 6.7** - Ofertar acompanhamento social pelo PAIF a 100% dos beneficiários e suas famílias, que aderirem ao Programa BPC Trabalho.

Loja Social

Criada pelo Decreto N. 49.257, de 27 de fevereiro de 2008 e localizada na sede da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a Loja Social foi concebida para:

... ser um espaço destinado a identificar, registrar e publicizar as experiências exitosas de inclusão social, desencadeadas nos diferentes distritos da cidade” e, ainda, para “....incluir as organizações de assistência social para a prática da comercialização, estabelecendo relações com a comunidade, ampliando a visibilidade dos produtos artesanais e as possibilidades de vendas, criando assim novas oportunidades para os usuários exercitarem seu processo de inclusão social” (SMADS/COPS, Loja Social, Marco Legal, Conceitual e Avaliação, 2011).

A criação do Programa ACESSUAS Trabalho fortalece a Loja Social como uma estratégia importante para a promoção da segurança social de autonomia, pois considera que a “provisão de meios para a construção de autonomia de sobrevivência através de transferência de conhecimentos e tecnologia, apoio e assessoramento a projetos de formação de cooperativas e geração de renda” (PLASp/2002-2003, p. 74).

Dessa forma, a qualificação profissional dos usuários das organizações sociais participantes por meio da oferta de cursos bem como do encaminhamento para atividades de geração de renda, previstos no Programa PRONATEC/BSM, busca promover o empoderamento, a autonomia e a inclusão no mundo do trabalho.

- **Meta 6.8** - Normatizar a participação de 100% das Organizações Sociais que integram a Loja Social, segundo os critérios estabelecidos no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- **Meta 6.9** - Aprimorar as ações de articulação entre o PRONATEC/BSM e a Loja Social, a fim de capacitar 70% dos usuários em cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, visando alcançar a inserção no mundo do trabalho.

COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CPSE

I - Apresentação

A CPSE, fundada em diretrizes e princípios estabelecidos pela legislação que norteia a Política de Assistência Social, bem como por outros marcos legais das políticas correlatas, como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas - SINASE, Política de Atenção às Pessoas com Deficiência, Política Nacional para População em Situação de Rua, Lei Municipal 12.316/97, regulamentada pelo Decreto 40.232/2001 e Programa de Metas do Governo, apresenta o Plano 2014-2017 para desenvolvimento de ações planejadas e organizadas, sem deixar de apontar os esforços empreendidos na adequação dos serviços às novas realidades-

Neste contexto, inaugura-se um novo tempo de requalificação do diálogo, da negociação e pactuação entre os vários atores do Sistema Único de Assistência Social com metas factíveis, diante da diversidade socioterritorial e das competências da gestão direta e indireta.

A CPSE busca conduzir os gestores das Supervisões de Assistência Social e executores das ações inseridas no âmbito da Proteção Social Especial para o desempenho de práticas planejadas, baseadas em diagnósticos e estudos de realidade com monitoramento e avaliação na agenda pública local. Deste modo, garante que o cidadão seja atendido com foco no seu grupo familiar/comunitário/social, respeitando os seguintes princípios:

- (i) territorialização;
- (ii) proteção pró-ativa;
- (iii) integração à seguridade social;
- (iv) integração às políticas sociais e econômicas; e
- (v) matricialidade sociofamiliar.

Considerando os objetivos da proteção social especial e a abrangência de sua atuação voltada às situações de risco pessoal e social definidos no PNAS/2004, e compreendendo os indivíduos e as famílias em seu contexto cultural, o trabalho com as famílias em situação de

risco abrange desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes socioassistencial e intersetorial de atendimento, envolvendo o fortalecimento da capacidade protetiva e de desenvolvimento de vínculo dos indivíduos. Neste sentido, faz-se necessária a articulação entre a Proteção Social Especial e a Proteção Social Básica, que permita a oferta de atendimento integrado às famílias.

Em síntese, portanto, é possível destacar os seguintes objetivos prioritários da CPSE:

- (i) implementar ações socioassistenciais com eixo na territorialização e matricialidade sociofamiliar;
- (ii) implementar o sistema de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais da rede conveniada;
- (iii) fomentar e fortalecer o trabalho em rede, com outras políticas públicas nos territórios;
- (iv) capacitar os profissionais da rede direta e conveniada para conhecimento das implicações do uso de álcool, crack e outras drogas; e
- (v) implementar fluxos de encaminhamento para pradronizar e agilizar o trabalho da rede intersecretarial.

II – Situação atual e desafios

A diversidade regional e territorial nos apresenta o desafio de propor um plano flexível, dinâmico e participativo, adotando uma metodologia que garanta a participação dos envolvidos de acordo com a complexidade da realidade a ser trabalhada. Um importante desafio que a CPSE busca enfrentar está na execução de ações que contribuam para a articulação entre SAS/CREAS/Centros Pop e Rede Socioassistencial.

A cidade de São Paulo possui uma complexa rede de atendimento socioassistencial, sendo que a Proteção Social Especial é realizada por meio da seguinte estrutura:

Tabela 2. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade de Atendimento	Convênios	Capacidade de Atendimento
	Atenção Urbana para Adultos, Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	13	7.110	6	5.070

Bagageiro	1	272	1	272
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	13	1.560	13	1.410
Espaço de Convivência para Crianças, Adolescentes e Adultos em Situação de Rua	9	1.900	7	1.800
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com deficiência I para Crianças de 0 a 6 anos	2	120	2	120
Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com deficiência II de 7 anos a 14 Anos e III a partir de 15 Anos	31	2.411	34	2.560
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico – NPJ	22	2.640	22	2.640
Núcleo de Serviços com Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	1	80	1	80
Núcleo de Serviços e Convivência para Adultos em Situação de Rua	7	1.342	6	1.222
Núcleo de Serviços e Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua	1	500	1	500
Serviço de Apoio a Solicitação de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua e apoio às Situações de Emergência	1	80	1	0
Serviço de Inclusão Social e Produtiva	2	200	2	200
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	56	5.610	56	5.700
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	11	880	13	1.040
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas (Crianças e Adolescentes) (Adultos) em Situação de Rua	11	3.070	18	4.400
TOTAL Proteção Social Especial Média	181	27.775	183	27.014

Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.

Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS

Capacidade do Serviço de Apoio a Solicitação de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua e apoio às Situações de Emergência em 2013 - Atender a todas as solicitações

Tabela 3. Serviços da Rede Socioassistencial da rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do município de São Paulo em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.					
Proteção	Serviços	2012		2013	
		Convênios	Capacidade de Atendimento	Convênios	Capacidade de Atendimento
Proteção Social Especial Alta	Centro de Acolhida com Inserção Produtiva para Adultos II Por 24 Horas	-	-	1	160
	Centro de Acolhida Especial e Atenção para Adultos em Situação de Rua	2	93	2	93
	Centro de Acolhida Especial para Famílias	1	80	1	80

Centro de Acolhida Especial para Idosos	6	670	6	640
Centro de Acolhida Especial para Mulheres	4	436	4	436
Centro de Acolhida para Adultos I Por 16 Horas	5	752	8	1.442
Centro de Acolhida para Adultos II Por 24 Horas	27	6.436	27	6.465
Centro de Acolhida para Catadores Por 24 Horas	1	55	1	55
Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês	1	100	1	100
Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	2	70	3	85
Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	4	80	4	80
Centro de Reinserção Social Com Acolhimento para Adultos em Situação de Rua	2	260	-	-
Instituição de Longa Permanência para Idosos	8	330	8	300
Moradia Especial Provisória	1	24	1	24
Oficina Boracéia	1	380	1	380
República Jovem	4	49	4	45
República para Adultos	6	190	6	190
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças de 0 a 6 anos	5	100	5	100
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	132	2.640	130	2.600
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à Central de Vagas da SMADS	3	60	6	120
TOTAL Proteção Social Especial Alta	215	12.805	219	13.395

Fonte: Relação de Convênios SMADS, Dezembro/2012 e Dezembro/2013.
Elaboração: Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – SMADS

Notas: Bagageiro - 272 boxes

Tabela 4. Número de Projetos Conveniados da Proteção Social Especial de Alta Complexidade com a capacidade, em dezembro/2012 e dezembro/2013, na cidade de São Paulo.

Tipo de Projeto	2012		2013	
	Número de Projetos	Capacidade	Número de Projetos	Capacidade
Projeto Família em Foco			1	60
Projeto Especial - Centro de Acolhida Especial para Crianças e Adolescentes	3	60	1	20
Projeto Especial Complexo Prates*	1	410	1	410

Fonte: Relação de Convênios, CPC/SMADS, Dezembro de 2012; Dezembro de 2013

* A partir de março/2014 passa a ser considerado como 2 CA 24h, cap. 200 e 220. Antes de março/2014, era o Complexo com 1 CA 24h, cap. 110 e 1 Espaço de Convivência, cap. 300.

A partir destes dados, passamos à breve descrição acerca de cada um dos serviços mencionados.

II.1 – Serviços que compõem a rede da Proteção Social Especial

II.1.1. REDE ESTATAL: Serviços prestados diretamente pelo Município

Tabela 6. Número de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua - Centro Pop, em dezembro de 2012 e 2013, por região e subprefeitura, na cidade de São Paulo.					
Região	SAS	2012		2013	
		CREAS	Centro Pop	CREAS	Centro Pop
Norte 1	Santana	1		1	
	Jaçanã / Tremembé	1		1	
	Vila Maria / Vila Guilherme	1		1	
Norte 2	Casa Verde / Cachoeirinha	1		1	
	Freguesia / Brasilândia	1		1	
	Perus	1		1	
	Pirituba / Jaraguá	1		1	
Centro	Sé	1	2	1	2
Leste 1	Aricanduva / Formosa	1		1	
	Mooca	1		1	
	Penha	1		1	
	Vila Prudente / Sapopemba	1		1	
Leste 2	Guaianases			1	
	Itaim Paulista	1		1	
	Itaquera	1		1	
	São Mateus	1		1	
Sul 1	Ipiranga	1		1	
	Jabaquara	1		1	
	Vila Mariana	1		1	
Sul 2	Campo Limpo	1		1	
	Capela do Socorro	1		1	
	Cidade Ademar	1		1	
	M'Boi Mirim	1		1	
	Santo Amaro	1		1	
Total		23	2	24	2
Fonte: Relatório Mensal GDA, Dezembro de 2012; Dezembro de 2013					
Elaboração: Centro de Monitoramento e Avaliação, COPS/SMADS.					

II.1.1.1 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE

a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - É uma unidade pública estatal, voltada ao oferecimento de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.), envolvendo: (i) a coordenação e articulação da rede de serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e com as demais políticas públicas e órgãos do sistema de garantia e defesa de direitos; e (ii) a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada aos indivíduos e famílias, para a superação da situação apresentada. No Município de São Paulo os serviços de média complexidade ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS são executados por meio de convênios.

b) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI - Trata-se de serviço destinado a apoiar, orientar e acompanhar famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos, tendo como objetivos: (i) fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva; (ii) inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades; (iii) preservação da integridade e as condições de autonomia dos usuários; (iv) rompimento dos padrões violadores de direitos no interior da família; (v) reparação de danos e da incidência de violação de direitos; e (v) prevenção da reincidência de violações de direitos.

c) Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop - Constitui-se em uma unidade pública estatal de referência da Proteção Social Especial da média complexidade, previsto no Decreto nº. 7053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais para o atendimento especializado à população em situação de rua. Oferece espaço de referência para o convívio grupal, social e desenvolvimento de relações de solidariedade, proporcionando vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

d) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - tem por finalidade o acompanhamento das famílias e crianças e adolescentes retirados do trabalho, bem como sua inserção nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, encaminhamento para inclusão em Programas de Transferência de Renda – PTR, e registro contínuo de dados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, no Sistema

de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – SICON e no Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações Ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

e) Família Acolhedora – Serviço que acolhe crianças e adolescentes em situação de risco e abandono social, com caráter provisório e excepcional, que garante proteção integral após decisão judicial em residência de famílias acolhedoras cadastradas no sistema judiciário, que aceitam receber temporariamente crianças e adolescentes retirados do convívio familiar por medida e proteção. A finalidade do serviço é: (i) reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência; (ii) buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário; (iii) possibilitar a convivência comunitária; (iv) promover acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas; (v) favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões e capacidades; (v) contribuir para a colocação em família substituta.

II.1.2. REDE CONVENIADA: Serviços prestados por meio de convênios com entidades sem fins lucrativos

II.1.2.1. SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE MÉDIA COMPLEXIDADE

a) Núcleo de Proteção Jurídico-Social e Apoio Psicológico – NPJ – É um serviço de média complexidade referenciado e sob a gestão estatal do CREAS, que oferta atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento à família com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenção e orientações direcionadas para a promoção de direitos, prevenção e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, fortalecendo a função protetiva das famílias diante de um conjunto de condições que as vulnerabilizam, de forma a operar ações integradas em rede. Diferente dos demais serviços de média complexidade, o NPJ realiza seu atendimento dentro do CREAS, compondo o quadro de RH da unidade estatal, conforme preconiza a NOB-SUAS/RH.

b) Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência – SPVV - O serviço oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para

atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência física, psicológica, doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao agressor, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

- c) Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social – ECCA** - O serviço oferece acolhida a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, violência e exploração sexual, drogadição, risco pessoal e/ou social, em situação de rua ou abandono, visando fortalecer o processo de sociabilidade na perspectiva de construção de vínculos interpessoais, familiares e comunitários com vistas à inserção social.
- d) Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto – SMSE/MA** – Atende e acompanha adolescentes e jovens (até 21 anos incompletos) em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto determinadas judicialmente, bem como seus familiares. O SMSE/MA oferta escuta qualificada, elabora Planos Individuais de Atendimento (PIA) com metas para o processo de acompanhamento, promove a reflexão individual e coletiva sobre o contexto da família, de forma a assegurar o acesso às ofertas socioassistenciais, bem como o acesso aos seus direitos. Em 2012, a Lei Federal 12.594 institui e regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que prevê o desenvolvimento da Política de Atendimento Socioeducativo por meio da elaboração de Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo para os próximos dez anos, além das normativas definindo as orientações necessárias ao melhor atendimento dos adolescentes e seus familiares. Para elaboração do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo em nossa cidade, a SMADS coordenará, junto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, um Comitê composto por todas as secretarias responsáveis pelas demais políticas setoriais envolvidas nesses atendimentos, além de representantes da sociedade civil, Defensoria Pública, COMAS e CMDCA. Com esta composição, esse Comitê deve elaborar um plano decenal que abordará a referida política em seus variados aspectos, integrando ações e promovendo a necessária participação social para garantia de sua legitimidade e melhoria na qualidade dos atendimentos prestados.

e) Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência – NAIS PcD - O núcleo tem por finalidade desenvolver as capacidades adaptativas para a vida cotidiana, enfatizando a aquisição de habilidades, a potencialização da capacidade de comunicação, de socialização, estendendo as ações aos familiares para contribuir com informações, orientações e encaminhamentos. São princípios norteadores dos serviços: (i) a inclusão das pessoas com deficiência tanto em serviços da rede socioassistencial, quanto das demais políticas públicas; e (ii) a centralidade da família no atendimento.

f) Centro de Defesa e de Convivência para Mulher – CDCM – O serviço oferta um conjunto de procedimentos técnicos especializados para o atendimento de mulheres (e seus familiares) em situação de violência doméstica causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, proporcionando condições necessárias à superação da situação de violência e contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate de sua cidadania. Possibilita à mulher a construção de projetos pessoais com vistas à superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para a autonomia pessoal e social.

g) Centro Dia para Idosos – CDI - Serviço destinado à atenção diurna de pessoas idosas em vulnerabilidade e com grau de dependência, prioritariamente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC-LOAS, e em situação de pobreza incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Caracteriza-se por ser um espaço para atender idosos que possuam limitações para realização das atividades de vida diária (AVD), com convívio familiar, mas que não disponham de atendimento de atenção integral no domicílio. Serão proporcionados atendimentos às necessidades pessoais básicas, atividades terapêuticas, atividades socioculturais.

Ressaltamos que é um serviço de média complexidade, que consta na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS109, de 11/11/2009.

A CPSE apresentará ao COMAS a avaliação do serviço com vistas a aprová-lo como serviço por meio de Resolução ainda em 2014.

h) Centro de Referência e Defesa da Diversidade – CRD - O serviço tem como público alvo profissionais do sexo, travestis e transexuais, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal

e social. O serviço foi inicialmente vinculado à Proteção Social Básica, mas, diante das características da demanda relacionada à mudança do nome social, orientações jurídicas, apoio psicossocial para a superação de situações que envolvem discriminação e violência, bem como os vínculos sociofamiliares e comunitários fragilizados ou rompidos, passou a ser referenciado na Proteção Social Especial.

São eixos norteadores: a atenção especializada e qualificada do atendimento, acesso aos direitos socioassistenciais, centralidade sociofamiliar, mobilização e participação social e trabalho em rede, referenciado no CREAS da sua região.

i) Serviço Especializado em Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua - SEAS – O serviço tem por finalidade assegurar trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, dentre outras. A partir do diagnóstico territorial é possível desenvolver estratégias de aproximação e ações proativas na busca de estabelecer vínculos entre orientador/pessoa abordada em situação de rua, objetivando desencadear o processo de saída das ruas, promover o retorno familiar e comunitário garantir o acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas.

j) Núcleo e Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua - Serviço ofertado de forma continuada para pessoas adultas acima de 18 anos, com o objetivo de acolher e fortalecer o processo de sociabilidade na perspectiva de construção de vínculos interpessoais, familiares e comunitários com vista à inserção na rede socioassistencial e demais políticas públicas, contribuindo para restaurar e preservar a integridade e autonomia da população em situação de rua.

k) Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua – O serviço tem a finalidade de acolher e ofertar refeições adequadas para pessoas adultas em situação de rua de forma continuada, bem como realizar atividades para o desenvolvimento pessoal e social, com vista a melhorar da saúde e qualidade de vida.

II.1.2.2 SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE

a) Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA – Serviço destinado a crianças e adolescentes em situação de risco e abandono social, com caráter provisório e excepcional, que garante proteção integral após decisão judicial. A finalidade do serviço é: (i) reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência; (ii) buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário; (iii) possibilitar a convivência comunitária; (iv) promover acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas; (v) favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões e capacidades; (v) contribuir para a colocação em família substituta

b) Casa Lar – Serviço de acolhimento provisório e excepcional para até 10 crianças e adolescentes, prioritariamente grupos de irmãos em situação de risco e abandono social com caráter provisório e excepcional que garante proteção integral após decisão judicial. A finalidade do serviço é: (i) reduzir a ocorrência de risco, seu agravamento ou sua reincidência; (ii) buscar restabelecer vínculos familiares e comunitários, salvo determinação judicial em contrário; (iii) possibilitar a convivência comunitária; (iv) promover acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas; (v) favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões e capacidades; (v) contribuir para a colocação em família substituta.

c) Residência Inclusiva - RI - Serviço de acolhimento institucional destinado a jovens a partir dos 18 anos de idade, e adultos com deficiência, em situação de dependência, prioritariamente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, propiciando a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades de vida cotidiana, a inserção comunitária, participação social, e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à reintegração e/ou convivência.

d) Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência – Serviço de acolhimento sigiloso para mulheres em situação de risco de morte ou ameaças decorrente da violência doméstica e familiar, acompanhadas ou não de seus filhos. O funcionamento deve ocorrer em regime de cogestão, garantindo a integridade e o sigilo das mulheres atendidas. O serviço deve propiciar condições de segurança física e emocional para o fortalecimento de sua auto-estima, autonomia pessoal e social, contribuindo para a superação da situação de

violência e a ruptura de vínculos com o agressor, por meio da construção de projetos pessoais.

e) Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI - Acolhimento para pessoas com diferentes necessidades e graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer na família, e em situações de negligência familiar ou institucional, sofrendo abusos, maus tratos e outras formas de violência, ou com a perda da capacidade de autocuidado.

f) Serviços de Alta Complexidade para Pessoas em Situação de Rua - Serviço de acolhimento provisório com estrutura para o acolhimento de pessoas adultas em situação de rua a partir dos 18 anos, ou grupo familiar com ou sem crianças, respeitando o perfil do usuário. São três as modalidades desse serviço:

- Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas

- **Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas** - vagas preferencialmente para usuários que estiverem em condições de maior fragilidade e vulnerabilidade social

- **Centro de Acolhida Especial** – destina-se ao público específico que requer atendimento diferenciado: (i) idosos; (ii) mulheres; e (iii) pessoas em período de convalescença.

g) República – O serviço tem a finalidade de desenvolver a independência para as atividades da vida diária, estimulando projetos para uma vida autônoma e independente. Neste sentido, os usuários devem ter autonomia financeira para contribuir nas despesas da casa e as pessoas idosas e/ou com deficiência deverão ter capacidade para desenvolver as atividades da vida diária de forma independente.

h) Projeto Experimental Família em Foco - Voltado a promover a autonomia e o protagonismo das famílias em situação de rua, desde 2013, o projeto tem a finalidade de fortalecer as famílias e cada um dos seus membros por meio do acolhimento, da articulação de rede e da inclusão nas demais políticas públicas. Visa a superação do risco e da vulnerabilidade social, a construção progressiva da autonomia e do protagonismo do núcleo familiar, a inserção comunitária e a participação social. Destina-se a variadas composições familiares com ausência de condições de autossustentabilidade.

i) **“Projeto De Braços Abertos”** – o Município de São Paulo, em consonância com a Política Ministerial do Programa “Crack é Possível Vencer”, desde 2013 está construindo uma política de ação denominada **“Projeto De Braços Abertos”**, a partir de três eixos principais: Prevenção, Cuidado e Autoridade. Para sua elaboração foi constituído o Grupo Executivo Municipal, denominado GEM, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde, com a participação de diversas secretarias, incluindo SMADS.

O *Programa Municipal de Braços Abertos*, de modelo intersecretarial e inovador, voltado para a população em extrema vulnerabilidade, em situação de rua e uso abusivo/indevido de substâncias psicoativas, propõe como alternativa o tratamento em meio aberto e inserido na comunidade. Trata-se de uma política inclusiva por ofertar às pessoas moradia, alimentação, trabalho e renda, cuidados em saúde, respeito aos direitos humanos e acompanhamento socioassistencial dos beneficiários.

A intervenção marca um momento de mudança na forma de abordar a população em situação de rua, com alto grau de vulnerabilidade social associada ao uso de droga ilícita, no caso o crack. A proposta municipal, além do combate ao tráfico pelos órgãos competentes, propõe intervenções intersetoriais objetivando: (i) Reabilitação social da população; (ii) Articular políticas públicas com abordagem que siga os princípios do cuidado com ações de apoio social, que atendam as necessidades básicas de acolhimento, alimentação e trabalho, assim como acesso a programas de educação, geração de renda, microcrédito e qualificação e requalificação profissional para promover a reintegração social dos indivíduos; (iii) Dinamizar a articulação da Rede de cuidados estabelecida na região central, que inclui não apenas os serviços de saúde e saúde mental, mas de assistência social, setores jurídicos, de educação, trabalho, esporte, cultura e outros; (iv) Garantir direitos e cidadania a população em questão.

A metodologia adotada consiste em:

- Trabalho intersetorial, promovendo a articulação entre as diversas Secretarias Municipais.
- Escuta e articulação com movimentos civis e políticos que promovem intervenções e atendimento direto nessa região da cidade.
- Escuta e articulação com a população local.

- Execução de política de redução de danos: procura ativa e sistemática na identificação das necessidades dos usuários, considerando-se, sempre, a singularidade e as diferentes possibilidades e escolhas desse usuário.
- Baixa exigência para a inclusão dos usuários, ou seja, pretende-se prioritariamente a escuta qualificada, visando à resolubilidade para a diversidade de situações e problemas apresentados.
- Reconhecimento da extrema desvantagem e vulnerabilidade dessas pessoas.
- Oferecer uma nova dimensão temporal, diferente do tempo repetitivo da droga e da fissura.
- As ações da Assistência Social se estabelecem na abordagem especializada na rua, no acompanhamento das famílias e indivíduos que fizeram adesão ao Programa, nos encaminhamentos para os serviços de convívio e de acolhimento da Assistência, serviços da Educação e de Saúde, nas providências de documentação e regularização junto aos organismos de justiça e de retorno ao local de origem.

III — Metas e Estratégias - 2014 a 2017

As metas e estratégias contribuirão para a melhoria na circulação das informações, na troca de experiências, na complementação e suplementação de atenções voltadas aos usuários, na integração de projetos específicos e na potencialização das relações entre as instituições, sempre respeitando especificidades e autonomias.

Metas:

Tabela 7. Número de serviços da rede estatal existentes em dezembro de 2012 e dezembro de 2013 e metas para o período de 2014-2017.			
Serviços	Nº de Serviços existentes em 2012	Nº de Serviços existentes em 2013	Metas 2014-2017
CREAS	22	24	Implantar 7 CREAS; Readequar fluxos e procedimentos internos.
Centro Pop	2	2	Implantar 4 CENTROS POP
Serviço de Acolhimento Familiar	0	0	Implantar “Família Acolhedora” nas regiões de Pirituba, Cidade Ademar, Mooca e Vila Prudente.

Fonte 1: Relatório Mensal GDA, Dezembro de 2012; Dezembro de 2013.
 Fonte 2: Coordenadoria de Proteção Social Especial.

As metas para os Serviços da Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade encontram-se distribuídas no capítulo dedicado às Supervisões Regionais de Assistência Social.

As estratégias contemplarão:

- implementação das ações socioassistenciais com eixo na matricialidade sociofamiliar.
- implementação do sistema de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais da rede conveniada.
- capacitação dos profissionais da rede conveniada e dos CRAS/CREAS/Centro Pop para operacionalização do Sistema de Informação sobre a População em Situação de Rua – SISAtendimento.
- fomentação e fortalecimento do trabalho em rede com outras políticas públicas nos territórios, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.
- capacitação dos profissionais da rede conveniada e dos CRAS/CREAS/Centro Pop para conhecimento das implicações do uso de álcool, crack e outras drogas.
- implementação de fluxos de encaminhamento para o trabalho da rede intersecretarial relativa ao Programa Crack, é Possível Vencer, Tuberculose, PETI, MSE, Centros Dia para Idosos e Residências Inclusivas.

A CPSE vem elaborando as normas técnicas dos serviços tipificados, para a melhoria da qualidade dos serviços, programas e projetos da PSE.

Quanto às metas, o envolvimento das SAS, CREAS e Centros Pops na implantação dos serviços e programas, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e risco para melhor atendimento da população usuária tem sido o foco desta CPSE.

Além disso, a CPSE busca sugerir novos tipos de projetos, serviços e programas que atendam justamente às alterações e adaptações que se fazem necessárias para qualificar a rede direta e indireta e melhor atender a diferentes perfis de usuários.

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO PERMANENTE E EMERGÊNCIA – CAPE

I - Apresentação

A Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência – CAPE foi instituída por meio do Decreto Nº 53.029/2012 e tem como perspectiva avançar na implementação de serviços de proteção à população, no âmbito da Assistência Social, em situações de calamidades públicas e de emergências anormais, com reconhecimento legal pelo poder público, de calamidades públicas (provocadas por desastres com sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes) e de emergências (provocadas por desastres com danos superáveis à comunidade afetada), alinhados com o Sistema Municipal de Defesa Civil.

Além desta atuação condicionada aos mencionados eventos, a CAPE apresenta como finalidade assegurar a oferta ininterrupta de atendimento e acolhimento institucional nas mais variadas situações, descritas abaixo.

A principal objetivo da CAPE é monitorar, avaliar e assegurar o atendimento ininterrupto da Assistência Social a indivíduos e famílias que dela necessitarem em razão de situações de emergência, calamidade pública e por solicitação de munícipes, de órgãos governamentais e não governamentais.

O atendimento envolve:

- (i) abordagem social: recebimento e direcionamento aos serviços especializados e abordagem social a pessoas em situação de rua, de solicitações geradas por munícipes e órgãos públicos através da Central 156 da Prefeitura de São Paulo;
- (ii) acolhimento de adultos, crianças e adolescentes em situação de rua ou outra situação que tenham seus direitos ameaçados ou violados: recepção e direcionamento de solicitações de vagas de acolhimento institucional durante a noite, finais de semana e feriados e;
- (iii) deslocamento de equipe de profissionais para o provisionamento das necessidades básicas da população atingida em casos de emergência e calamidade pública durante a noite, finais de semana e feriados.

Para tanto, parte do trabalho desempenhado envolve o estabelecimento de diretrizes para a elaboração e revisão de fluxos, indicadores e instrumentais de monitoramento e avaliação dos serviços, projetos, programas e benefícios afetos ao atendimento de emergências e calamidades públicas.

II – Situação atual e desafios

A CAPE desenvolve três modalidades de atendimento, detalhadas a seguir:

II.1 Serviço de Proteção e Atendimento a Situações de Calamidades Públicas e Emergências

A partir de notificação da Defesa Civil Municipal, a CAPE promove apoio e proteção ininterruptos à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, tais como incêndios, desabamentos, destelhamentos, deslizamentos e inundação, que tenha tido perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais e se encontra temporária ou definitivamente desabrigados, por meio de ações conjuntas de caráter intersetorial destinadas a minimizar os danos ocasionados e prover as necessidades verificadas.

O atendimento emergencial é realizado de 2ª a 6ª feira, das 8 às 18 horas pela Supervisão de Assistência Social – SAS de referência do território. De 2ª a 6ª feira, das 18 às 8 horas e aos sábados, domingos e feriados, é realizado diretamente por uma equipe de plantonistas da CAPE. O quadro a seguir demonstra os atendimentos realizados na cidade de São Paulo, no ano de 2013:

DADOS DE OCORRÊNCIAS DE EMERGÊNCIAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 POR SUB-PREFEITURA

SÍNTESE DO ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA POR TIPOS DE OCORRÊNCIA, POPULAÇÃO ATINGIDA, BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E PROVIDÊNCIAS NO ANO DE 2013

Subprefeitura	TIPOS DE OCORRÊNCIA									POPULAÇÃO ATINGIDA						BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	PROVIDÊNCIAS											
	Enchente	Incêndio	Desabamento	Risco de Desabamento	Destelha mento	Desmoronamento	Risco de Desmoronamento	Outro	TOTAL	Crianças até 12 anos	Adolescentes	Adultos até 59 anos	Idosos + de 60 anos	TOTAL	Nº Pessoas com deficiência	Nº famílias	TOTAL	Permanência no local		Alternativa Independente Definitiva		Solução Provisória		Abrigo Municipal		TOTAL		
																		Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	
AF	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	3	9	2	15	0	5	42	2	6	0	0	3	9	0	0	45	5	
BT	4	1	0	0	0	0	0	0	5	634	133	858	18	1.643	5	336	3.867	336	1.648	0	0	0	0	0	0	3.867	1.648	
CL	4	3	2	0	0	0	0	1	10	905	172	1.142	8	2.227	5	686	5.455	316	1.353	0	0	370	874	0	0	5.825	2.227	
CS	3	5	2	0	0	0	0	1	11	18	11	28	3	60	0	18	184	6	15	2	5	10	40	0	0	196	60	
CV	0	2	3	2	0	0	0	0	7	50	8	68	0	126	1	36	331	32	112	0	0	1	6	0	0	332	118	
AD	5	3	1	2	0	0	2	0	13	276	75	415	14	780	4	172	1.768	151	707	0	0	21	73	0	0	1.789	780	
CT	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	0	5	0	1	21	0	0	0	0	1	5	0	0	22	5	
EM	3	1	0	0	0	0	0	0	4	74	22	83	2	181	3	41	291	27	127	0	0	5	12	0	0	296	139	
FO	0	2	0	0	0	0	0	2	4	12	1	8	1	22	0	5	52	2	11	0	0	3	11	0	0	55	22	
G	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IP	1	5	0	0	0	0	0	2	8	451	139	994	18	1.602	6	632	3.675	26	91	0	0	504	1.294	102	225	4.281	1.608	
IT	2	3	1	0	0	0	0	0	6	151	42	195	14	402	9	106	506	99	376	0	0	4	17	0	0	510	393	
IQ	6	0	4	0	0	0	0	0	10	195	40	169	1	405	2	96	715	83	401	0	0	2	11	0	0	717	412	
JÁ	2	2	2	0	0	0	0	0	6	333	116	401	6	856	9	208	1.870	3	16	0	0	49	14	0	0	1.919	30	
JT	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2	1	5	1	9	0	1	16	1	9	0	0	0	0	0	0	16	9	
LA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MO	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	15	1	17	0	3	0	0	0	0	0	3	17	0	0	3	17	
PA	1	3	1	0	0	0	0	0	5	3	6	12	0	21	0	5	42	1	5	0	0	4	16	0	0	46	21	
PE	0	4	1	0	0	0	0	0	5	9	4	13	3	29	1	10	67	2	5	0	0	4	12	0	0	71	17	
PR	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4	2	2	0	8	0	1	20	1	8	0	0	0	0	0	0	20	8	
PI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PJ	2	3	0	0	0	0	0	1	6	13	6	39	2	60	0	20	100	3	13	0	0	8	24	0	0	108	37	
ST	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	4	0	4	0	2	16	2	4	0	0	0	0	0	0	16	4	
S.A	0	3	2	0	0	0	0	0	5	79	27	141	3	250	0	65	690	10	0	0	0	54	170	0	0	744	170	
SM	4	4	2	0	0	0	0	0	10	72	25	110	10	217	3	54	470	31	128	0	0	25	90	0	0	493	218	
MP	6	6	0	0	0	0	0	0	12	272	78	359	25	734	4	187	1.152	179	706	0	0	4	12	0	0	1.156	718	
SÉ	0	4	0	0	0	0	0	0	4	46	7	97	2	152	0	66	380	46	125	2	7	7	20	0	0	389	152	
MG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VH	0	0	1	0	0	0	0	0	1	6	7	30	1	44	0	15	116	0	0	0	0	15	44	0	0	131	44	
VP	7	2	2	0	0	0	0	0	11	544	159	818	29	1.550	8	344	4.309	338	1.517	0	0	6	26	0	0	4.315	1.543	
TOTAL	51	59	27	4	0	0	2	7	150	4.152	1.087	6.016	164	11.419	60	3.105	26.155	1.697	7.383	4	12	1.101	2.797	102	225	27.362	10.415	

Fonte: SMADS/CAPE - Relatório Mensal de Emergências - Dez/13

II.2 Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações

Por meio deste serviço, a CAPE promove o atendimento às solicitações de munícipes, órgãos governamentais e não governamentais para abordagem social a pessoas em situação de rua. O acesso é disponibilizado por meio do serviço municipal Central 156 que registra as solicitações no Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC para encaminhamento à SMADS. As solicitações são recebidas e analisadas pela CAPE e direcionadas ao Serviço Especializado de Abordagem Social a Pessoas em Situação de Rua – SEAS da área de abrangência, para atendimento e posterior devolutiva aos solicitantes acerca dos encaminhamentos realizados. A devolutiva ocorre através de retorno telefônico.

Todos os anos, nos meses de maio a outubro, a SMADS, juntamente com outras Secretarias, mobiliza-se para a execução da Operação Baixas Temperaturas, conforme o Decreto nº. 42.119, de 19/06/2002, que dispõe sobre a atenção em caráter emergencial no âmbito da Defesa Civil à população em situação de rua, quando da ocorrência de baixas temperaturas. Apenas para apresentar para demonstrar um quadro comparativo entre as solicitações com tais características em 2012 e 2013, seguem gráficos contendo a evolução do número de solicitações nestes dois últimos anos:

Gráfico 1.



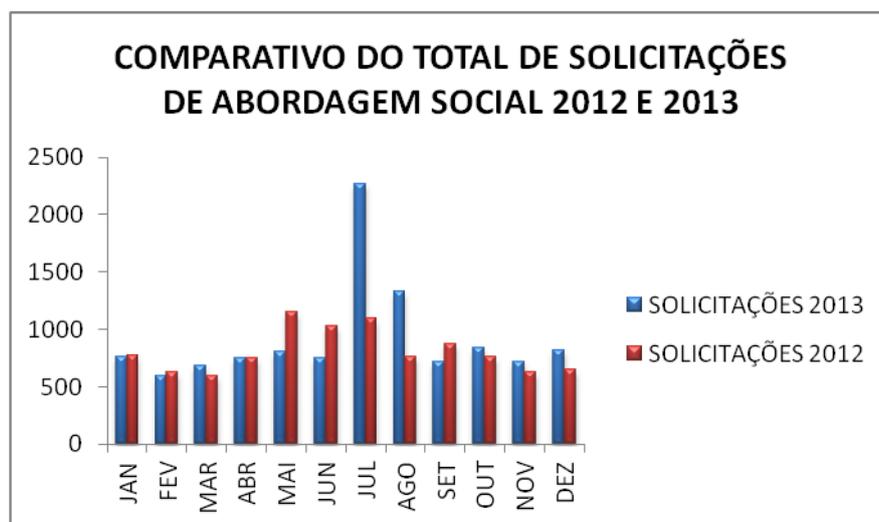
Fonte: SMADS/CAPE/ Relatórios mensais do Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações – janeiro a dezembro/12

Gráfico 2.



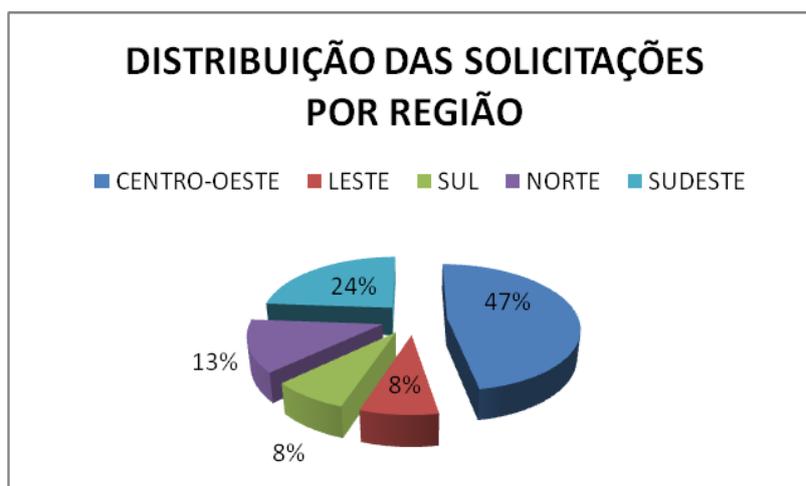
Fonte: SMADS/CAPE/ Relatórios mensais do Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações – janeiro a dezembro/13

Gráfico 3.



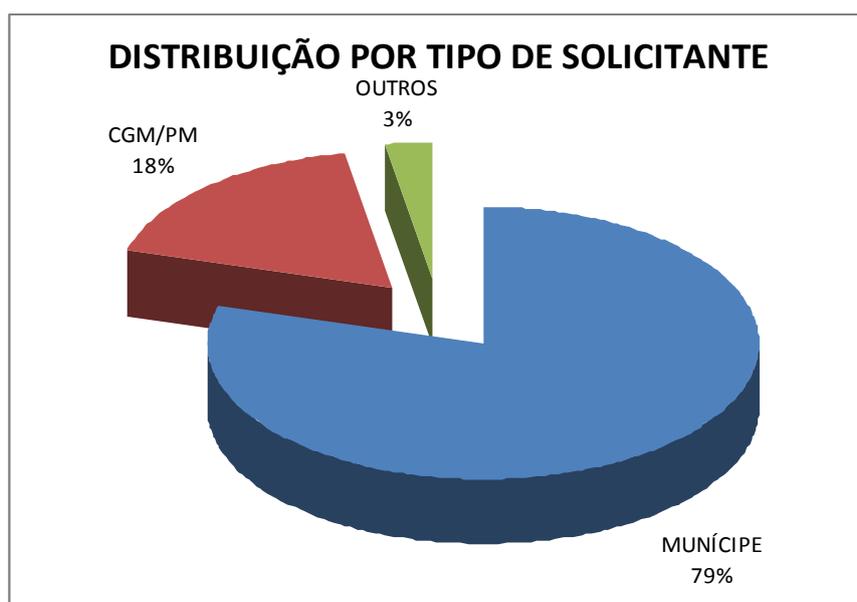
Fonte: SMADS/CAPE/ Relatórios mensais do Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações – janeiro a dezembro/12 e janeiro a dezembro/13.

Gráfico 4.



Fonte: SMADS/CAPE/ Relatórios mensais do Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações – janeiro a dezembro/13.

Gráfico 5.



Fonte: SMADS/CAPE/ Relatórios mensais do Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações – janeiro a dezembro/13.

II.3 Central de Vagas para Acolhimento Institucional

Esta modalidade de atuação da CAPE caracteriza-se pelo atendimento e gerenciamento das solicitações de vagas para adultos, crianças e adolescentes em

situação de rua, direcionando-as à rede socioassistencial e demais políticas públicas, de acordo com fluxos estabelecidos pelas normatizações vigentes, sendo que o acesso também ocorre por meio das solicitações originadas no Serviço de Atendimento Telefônico Ininterrupto às Solicitações.

A CAPE é responsável pela execução da Central de Vagas da SMADS para atendimento às solicitações de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, conforme pactuação com o Ministério Público do Estado de São Paulo, 24 horas por dia. Promove interface entre os órgãos requisitantes e os CREAS (ou CRAS nas regiões onde não há CREAS), sendo que entre abril de 2012 e abril de 2013, a Central de Vagas registrou 3.979 solicitações com a seguinte distribuição mensal:

	Jan	Fev	mar	abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012				55	273	268	356	388	373	396	298	289	2696
2013	292	321	360	310									1283
Total													3979

Fonte: SMADS/CAPE - setembro/13

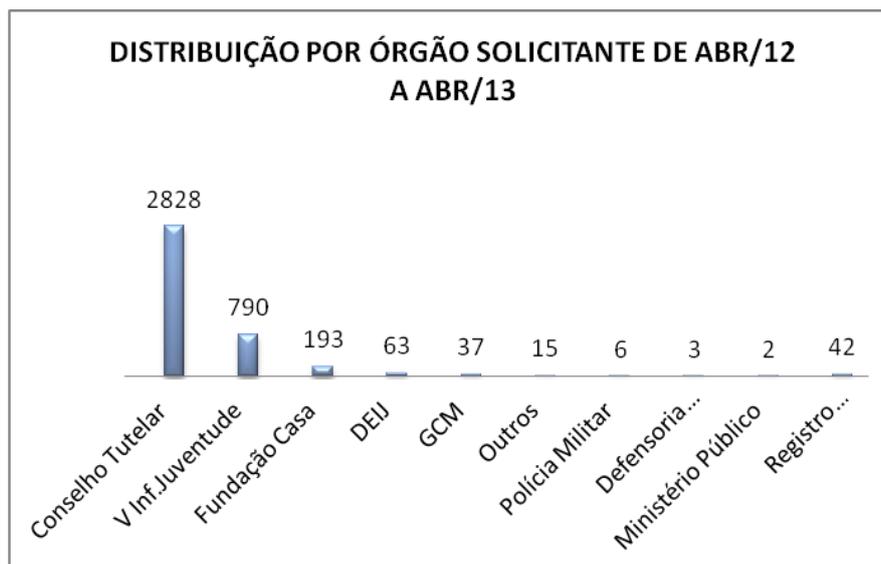
As solicitações de vagas agrupadas por faixas etárias apresentaram a seguinte distribuição:

Faixa etária / No. de solicitações		
Faixa etária	No.	%
RN	295	7,4
1 a 3 anos	231	5,8
4 a 12 anos	1135	28,5
13 a 17 anos	2280	57,3
Não informada	22	0,6
maior de 18 anos	16	0,4
Total	3979	100,0

Fonte: SMADS/CAPE - setembro/13

Foi observada, ainda, a seguinte distribuição dos órgãos solicitantes:

Gráfico 6.



Fonte: SMADS/CAPE - setembro/13

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

A CAPE busca consolidar-se como referência para o atendimento permanente e de emergência da Assistência Social na cidade de São Paulo, estabelecendo diretrizes e fluxos em conformidade com as normativas em vigor e como integrante do Sistema Municipal de Defesa Civil, otimizando ações e informações tanto interna quanto externamente, em uma perspectiva intersecretarial.

Participa ativamente do “Plano Preventivo Chuvas de Verão – PPCV” para gerenciamento de riscos associados ao período crítico de pluviosidade na cidade de São Paulo, pautado pela integração de todos os órgãos da administração pública. Além de manter canais ininterruptos com a Defesa Civil do Município para recebimento de notificações de emergência ou calamidade pública, encaminha os dados dos atendimentos realizados para o Sistema de Gerenciamento de Ocorrências Críticas – SGOC, do Centro de Controle Integrado 24 horas da Cidade de São Paulo – CCOI, da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

Visa agilizar e otimizar os recursos materiais e humanos mobilizados para atendimento às situações de emergência e calamidade pública, de modo a minimizar os agravos sociais que tais situações provocam, alinhando ações e fluxos entre CAPE/SAS para a execução do Plano Preventivo Chuvas de Verão – PPCV.

Quanto às solicitações de abordagem social, recebidas por meio da Central 156,

a CAPE tem como perspectiva assegurar a devolutiva a 100% das mesmas por meio de registro dos atendimentos e encaminhamentos no Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC, conforme informações de execução coletadas junto aos serviços especializados de abordagem social a pessoas em situação de rua.

No âmbito da Operação Baixas Temperaturas, a CAPE busca alinhar ações e fluxos entre CAPE/Coordenadoria da Proteção Social Especial - CPSE/Supervisão da Assistência Social - SAS para sua operacionalização, considerando os estados de criticidade decretados pela Defesa Civil do município.

Metas

- Publicação de 01 caderno de diretrizes técnicas para atendimento socioassistencial a situações de emergências e calamidades públicas.
- Realização de ao menos 02 encontros anuais CAPE/SAS para capacitação continuada, alinhamento e avaliação do atendimento de emergências e calamidades públicas.
- Realização de ao menos 02 encontros anuais CAPE/CPSE/SAS para capacitação continuada, alinhamento e avaliação do PPCV e Operação Baixas Temperaturas.
- Elaborar, juntamente com Coordenadoria do Observatório das Políticas Sociais - COPS, 01 manual de sistematização dos atendimentos de emergência com fluxos, orientações e instrumentais para as SAS/CRAS.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

I – Apresentação

As Políticas de Segurança Social tiveram grandes avanços nas últimas duas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988. Entre estes avanços e inovações, estão os programas de transferência de renda que tem como principal foco as famílias de baixa renda visando uma segurança mínima de renda.

Estes programas, dentro do sistema de Proteção Social Brasileiro, tem sido a principal ferramenta de enfrentamento da pobreza e erradicação da extrema pobreza, além de oportunizarem acesso a outros programas que visam fortalecer a segurança social dos cidadãos e suas famílias.

Atualmente existem diversos programas de transferência de renda de vários tipos, com diferentes formas de acesso e permanência, além de programas que focam públicos ou segmentos específicos da população.

Com o objetivo de coordenar, supervisionar e executar a gestão destes programas a SMADS criou em 2007 a Coordenadoria de Gestão de Benefícios e Transferência de Renda – CGB que, segundo o art. 25 do Decreto nº 48.359/2007, tem como objetivo: (i) coordenar, implementar, acompanhar e controlar os programas de transferência de renda e benefícios continuados, articulando-os aos demais programas e serviços da assistência social, objetivando a elevação do padrão de vida dos usuários; (ii) formular diretrizes e promover ações intersetoriais com vistas à potencialização e à qualificação dos benefícios para atendimento das necessidades básicas; (iii) propor estudos, pesquisas e sistematização de informações e dados acerca da implementação dos benefícios de prestação continuada e de transferência de renda; (iv) manter organizado sistema de informações e dados sobre os benefícios, com vistas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações.

A CGB, em consonância com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC e do Conselho

Nacional de Assistência Social - CNAS responsáveis pela implementação da Política Nacional de Renda, vem promovendo ações, inclusive contando com articulações intersecretariais, que visam a transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza na cidade de São Paulo, por meio da manutenção dos dados cadastrais das famílias de baixa renda do município, abrangendo a identificação, a entrevista, o cadastro e a manutenção atualizada dos dados de todas as famílias cadastradas.

III – Situação atual e desafios

O Brasil conta com Programas de Transferência de Renda nas diferentes esferas de governo. No Município de São Paulo é possível destacar os seguintes programas:

Tabela 10. Total de Beneficiários dos Programas de Transferência de Renda na Cidade de São Paulo SMADS/CGB - Dezembro de 2013

Bolsa Família		Renda Mínima		Renda Cidadã		Ação Jovem	
2.012	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013
228.299	348.263	91.200	59.946	25.444	25.315	4.144	9.628

Fonte: Folha de Pagamento dos PTR's Dez de 2012 e Dez de 2013 - SMADS/CGB

II.1 - Programa Bolsa Família - PBF

O Programa Bolsa Família (PBF), criado por meio da Lei 10.836/2004, destina-se às ações de transferência de renda com condicionalidades e tem como finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal.⁴ Em Junho de 2011 o Programa Bolsa Família passou a integrar o Plano Brasil Sem Miséria que tem como foco as famílias em situação de extrema pobreza com renda per capita inferior a **R\$ 77,00 (setenta e sete reais)** por mês.

O PBF pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da pobreza: (i) a promoção do alívio imediato da pobreza, por meio de transferência direta de renda à família; (ii) o reforço do exercício de direitos sociais básicos nas

⁴ Especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio Gás e do Cadastro Único do Governo Federal (BRASIL, 2004) e regulamentado pelo Decreto 5.209 de 17/09/2004.

áreas da saúde e da educação; e (iii) a coordenação de programas complementares⁵. O PBF estabelece como critério de acesso as famílias que tem renda per capita inferior a R\$ **154,00 (cento e cinquenta e quatro reais)** mensais.

Os valores pagos pelo PBF podem variar de R\$ 35,00 (**trinta e cinco reais**) a R\$ 336,00 (**trezentos e trinta e seis reais**) a depender da configuração familiar (número de filhos e jovens) e a renda per capita familiar. Importante destacar que, com a implantação do Plano Brasil Sem Miséria, as famílias podem receber complementações monetárias com o objetivo de atingir uma renda per capita superior a R\$ 77,00 (**setenta e sete reais**), podendo, neste caso, ultrapassar o limite de R\$ 316,00 (**trezentos e dezesseis reais**).

II.2 - Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM

O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal (PGRFMM), estabelecido pela Lei 14.255/2006, desenvolve ações, programas e atividades conjuntas destinadas ao atendimento integral da família, criança e adolescente, em articulação com outras Secretarias do Município de São Paulo.

Com relação aos critérios vigentes, são elegíveis as famílias que atendam os seguintes requisitos: residentes domiciliados no Município de São Paulo há dois anos; renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 175,00; com filhos e/ou dependentes com idade entre 6 e 15 anos, matriculados em escola, com frequência igual ou superior a 85% e, com carteira de vacinação atualizada dos filhos e/ou dependentes menores de 7 anos. Constitui-se como apoio financeiro temporário pelo prazo máximo de até 24 meses, prorrogáveis mediante avaliação de resultados, a cargo da coordenação do Programa.

O PGRFMM repassa valores entre R\$ 28,00 e R\$ 200,00 a depender da quantidade de dependentes menores de 16 anos no núcleo familiar e do recebimento ou não de outros programas de transferência de renda.

⁵ Programas complementares: Programa de geração de renda, alfabetização de adultos, fornecimento de registro e demais documentos.

II.3 - Programa Renda Cidadã

Quanto ao Programa Renda Cidadã, a Resolução SEADS nº16/2005, atual Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS estabelece como objetivo do programa: atender famílias em situação de pobreza, em especial oriundas dos bolsões de pobreza, mediante a transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário do Estado e, também, ações com enfoque sócio-educativo e de geração de renda, como contrapartida dos municípios parceiros.

Os critérios de elegibilidade são: (i) comprovação de residência no município de São Paulo há no mínimo dois anos; (ii) comprovação de matrícula e frequência escolar de 75%; (iii) apresentação de carteira de vacinação atualizada e renda per capita de até meio salário mínimo. O valor do benefício pago a cada família é de R\$ 80,00 por mês, independente da configuração familiar ou do tipo de renda per capita.

II.4 – Programa voltado para população jovem

Programa Ação Jovem⁷, é um programa desenvolvido pela SEDS para jovens de 15 a 24 anos e 11 meses que vivem em regiões de alta concentração de pobreza, com ensino fundamental ou médio incompleto (EJA ou curso técnico) que estão fora da escola formal ou em risco de abandoná-la. O valor repassado a cada jovem do programa é de R\$ 80,00 mensais.

Os jovens devem estar em famílias com até meio salário mínimo de renda per capita, estarem cursando o ensino fundamental ou médio. Devem ter frequência escolar mínima de 75%, aprovação escolar de acordo com o sistema de ensino que está cursando e das gestantes, acompanhamento do pré natal.

⁶ Resolução SEADS 1, de 2 de Março de 2005

⁷ Programa Ação Jovem, instituído pelo Decreto nº 48.699, de 01 de Junho de 2004

II.6 – Cadastramento das famílias

Segundo o Decreto nº 6.135/2007, devem ser incluídas no Cadastro Único as famílias de baixa renda que são aquelas com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Além disso, famílias com renda superior a três salários mínimos poderão ser incluídas no Cadastro Único, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados por quaisquer dos três entes da Federação.

Deve-se também cadastrar idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a dois salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso para Transporte Interestadual.

A estimativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS tendo como base o PNAD 2010 é que o Município de São Paulo apresenta 773.127 famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, sendo que 500.686 destas famílias tem renda per capita familiar inferior a R\$ 150,00 (famílias alvo para o PBF). Em 2013 havia 572.426 cadastros no CADUnico e 232.115 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. As ações cadastrais ocorriam em 49 CRAS, 2 Centros Pops e em 4 unidades descentralizadas (carretas) e eram realizadas por 189 cadastradores contratados.

Com vistas a identificar e cadastrar as famílias, no início de 2013 a Prefeitura de São Paulo lançou o Programa de Metas reafirmando as mesmas finalidades do Plano Brasil sem Miséria⁸, tendo como primeiro objetivo do Eixo 1 – a superação da extrema pobreza na cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos para todos.

Para atingir aos objetivos preconizados, em 2013 foram adotadas estratégias intersetoriais reforçando a importância de uma ação conjunta na superação da pobreza na cidade de São Paulo.

Em dezembro de 2013 existiam 747.900 famílias cadastradas e localizadas no

⁸ Decreto nº 7492, de 2 de Junho de 2011

CADUnico na cidade de São Paulo. Entretanto, cerca de 28% dos cadastros encontravam-se desatualizados e 11% destes cadastros eram de famílias que tem renda per capita superior a meio salário mínimo.

Assim sendo, ainda que o número absoluto seja elevado, para a avaliação e o estabelecimento da meta de atendimento, a ação cadastral deve considerar a necessária atualização dos cadastros já realizados, bem como o público alvo do CADUnico (até meio salário mínimo per capita), sendo prioritário o cadastro e a atualização cadastral de famílias em situação de extrema pobreza (até R\$ 77,00 per capita de renda mensal).

Com o objetivo de qualificar os dados disponíveis e planejar com mais exatidão as ações que precisam ser desencadeadas em cada território da cidade, foi realizado um trabalho conjunto com a Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – COPS, que territorializou as metas de cadastramento de famílias no CADUnico, por subprefeitura e distrito. Desta forma, foi possível estabelecer metas de atendimento para cada SAS.

Quanto as estratégias intersetoriais, foram realizadas reuniões com as Supervisões de Assistência Social para a compreensão da abrangência do CADUnico enquanto ferramenta de gestão local e municipal, desencadeando um processo de articulação das SAS com o Governo Local e a CGB. O objetivo principal era de identificação e cadastramento das famílias em situação de extrema pobreza no CADUnico para acessar os programas e benefícios disponíveis, amenizando os efeitos da pobreza e servindo como forma de coleta de dados importantes para o planejamento e a formulação de políticas públicas para este público.

Ainda no primeiro semestre de 2013 foi realizado projeto piloto com a Secretaria Municipal de Saúde para que os agentes comunitários de saúde pudessem cadastrar famílias em suas áreas de atuação. O projeto não deu continuidade após avaliação pelos gestores das duas pastas envolvidas.

De acordo com o Pacto de Aprimoramento do SUAS, é necessário inserir 50% os beneficiários do BPC no CADUnico, para tanto e considerando a condição das famílias beneficiarias do BPC, estas já estão, mapeadas nos processos de identificação das famílias de baixa renda, fazendo com que o número de famílias do BPC cadastradas no CADUnico chegasse a 42.984, ou seja, 23% do total de beneficiários.

Para as ações cadastrais, a SMADS dispõem de 350 entrevistadores contratados distribuídos pela cidade nas 31 Supervisões de Assistência Social, que os distribuem de acordo com os planos locais de trabalho nos 49 CRAS, 2 Centros Pop, na rede socioassistencial e em espaços físicos de parceiros como a Saúde, Educação, Trabalho, Centros de Integração da Cidadania, Praças de Atendimento das Subprefeituras entre outros locais, além de um equipe para ações volantes específicas em vários locais da cidade.

Os demais programas de redistribuição de renda, a exemplo do PBF, também mantém sistema próprio para cadastro, e a ação cadastral para eles ocorrem nos equipamentos da SMADS.

Segue abaixo a tabela que demonstra o total de cadastros no CADUnico (CAD), Bando de Dados do Cidadão (BDC) e PROSOCIAL realizados por esta equipe nos anos de 2012 e 2013:

Tabela 11. Total de cadastros no CADUnico, Bando de Dados do Cidadão (BDC) e PROSOCIAL por Supervisão de Assistência Social nos anos de 2012 e 2013 na cidade de São Paulo.

SAS	CADUnico		BDC		PROSOCIAL	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Aricanduva	1.474	2.724	101	9	749	1.002
Butantã	4.260	5.985	209	47	1.544	2.755
Casa Verde	2.987	4.084	132	253	967	2.236
Campo Limpo	8.259	15.760	75	257	560	439
Capela do Socorro	6.221	13.619	37	164	263	79
Cidade Ademar	3.546	10.982	60	60	439	1.932
Cidade Tiradentes	2.491	4.325	112	24	833	3.474
Ermelino Matarazzo	1.918	3.343	206	167	1.528	2.282
Freguesia do Ó	5.931	8.282	351	734	2.606	2.647
Guaianazes	5.325	10.996	298	229	2.208	4.956
Ipiranga	3.496	3.485	189	249	1.399	698
Itaim Paulista	3.429	5.263	168	135	1.243	1.791
Itaquera	4.708	7.940	209	2.054	1.547	3.303
Jabaquara	1.521	2.575	245	1.268	1.820	2.153
Jaçanã	5.452	5.556	226	955	1.671	1.809
Lapa	1.120	1.679	37	38	272	1.810
M'Boi Mirim	6.213	13.586	186	222	1.378	737
Mooca	2.128	2.855	234	130	1.738	2.450
Parelheiros	3.011	5.122	5	1	38	310
Penha	4.401	8.770	213	250	1.578	2.711
Perus	2.464	4.022	228	811	1.689	2.738
Pinheiros	0	542	0	33	0	59
Pirituba	2.520	7.688	89	666	660	5.268
Santana	523	1.332	61	109	453	623
Santo Amaro	936	1.093	57	1	421	318
São Mateus	8.258	14.420	588	367	4.363	11.685
São Miguel	4.406	6.434	270	95	2.007	101
Sé	4.425	6.314	398	63	2.950	4.003
Vila Maria	2.708	3.639	82	142	609	482
Vila Mariana	857	838	29	1	217	339
Vila Prudente	6.881	11.024	208	147	1.547	6.575
Total	111.869	194.277	5.303	9.681	39.297	71.765

Fonte: SMADS/CGB, Planilhas de execução encaminhadas pelas SAS em 2012 e 2013.

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

Considerando que os Programas de Transferência de Renda se constituem num dos pilares da Política de Assistência Social, de caráter não contributivo e acessível a todos que dele necessitem, bem como, o Plano Brasil Sem Miséria que tem como finalidade a superação da pobreza extrema, as deliberações da X Conferência Municipal de

Assistência Social que se referem a metas quantificáveis, e, por fim, considerando o Plano de Metas da PMSP, as metas da Coordenadoria de Gestão de Benefícios são:

- 2014 e 2015: atualizar o cadastro de 210.000 famílias já cadastradas no CADUnico.
- 2016: (i) inserir aproximadamente 280 mil famílias com renda até meio salário mínimo no CADUnico; (ii) beneficiar 228.000 novas famílias no Programa Bolsa Família.
- 2016 e 2017: atualizar o cadastro de 400.000 famílias já cadastradas no CADUnico, atingindo um índice de 75% de cadastros atualizado no CADUnico.
- 2017: cadastrar 93.000 famílias beneficiárias do BPC no CADUnico

Estratégias:

As estratégias intersecretariais utilizadas em 2013 devem seguir o período de 2014 a 2017, sendo acrescidas ações de divulgação em massa especialmente quanto às ações de atualização cadastral.

Ampliação de entrevistadores considerando a capacitação de servidores e gestores locais não só de SMADS.

Capacitação permanente da equipe de CGB, de entrevistadores, gestores de SAS, técnicos de CRAS, CREAS e Centros POP para as ações cadastrais e de gestão de benefícios e condicionalidades

COORDENADORIA DE PARCERIAS E CONVÊNIOS – CPC

I - Apresentação

A Política de Assistência Social, seguindo diretrizes para implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) estabelece que organizações sociais sem fins lucrativos componham a rede socioassistencial para a execução de serviços inseridos na política, desde que sua atuação esteja em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social, incluindo as Normas Operacionais Básicas.

Visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho a SMADS com a edição do Decreto nº 54.073, de 4 de julho de 2013, publicado no DOC de 05/03/2013, reestruturou sua organização interna e criou a Coordenadoria de Parcerias e Convênios - CPC.

A SMADS passou a ter um órgão dentro de sua estrutura interna capaz de subsidiar, normatizar e monitorar a ação das SAS no que se refere a uma série de atividades inerentes às parcerias, incluindo: (i) emissão de pareceres e certificações que habilitam as organizações sociais inclusive para o processo de convênio com SMADS; (ii) orientações e/ou análises de solicitações de inscrição no COMAS; (iii) elaboração de plano de fomento para consecução de novas parcerias das organizações sem fins lucrativos e SMADS; (iv) assessoramento às SAS na operacionalização dos processos de parcerias; (v) gerenciamento das informações nos diversos cadastros de organizações sociais; (vi) elaboração de procedimentos para o chamamento de audiências públicas, aditamentos e rescisões de convênios para os serviços socioassistenciais operados por meio de convênios; (vii) contribuição para a definição e atualização das referências de custos e padrões de qualidade dos serviços da rede socioassistencial; (viii) operacionalização de sistemas informatizados de cadastramento, certificações, méritos e dados dos convênios das entidades sociais que compõem a rede de serviços conveniados ou não com esta Pasta; (ix) proposição

de padronizações para os serviços socioassistenciais; e (x) acompanhamento dos procedimentos referentes à prestações de contas dos serviços conveniados.

Para atender a estas demandas, a CPC organizou-se com base em três principais frentes de trabalho: parcerias, convênios e prestação de contas.

A equipe de PARCERIAS, além de subsidiar o Gabinete com informações relativas aos processos de parceria, tem como atribuição: (i) subsidiar e assessorar as SAS na atuação junto às organizações da rede SUAS, conveniada ou não, nas ações de fomento para habilitação de organizações não integrantes da rede SUAS visando a ampliação das possibilidades de parcerias; (ii) na emissão de pareceres que envolvam ou não mérito social para solicitações de: Inscrição no COMAS, Certificação de Matrícula ou Credenciamento na SMADS, Utilidade Pública Municipal, Cessão de Área e Contrapartidas, Isenção de Taxas, Recursos de Indeferimento, Suspensão ou Cancelamento de Certificação, Cadastros e; (iii) inserções de informações das organizações em bancos informatizados, tais como o Sistema das Organizações Sociais - SISORG, Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

No tocante à equipe de CONVÊNIOS, sua responsabilidade é criar condições para a operacionalização e manutenção dos serviços executados por meio de convênios, em relação aos aspectos técnicos e administrativos, tomando como base os parâmetros legais vigentes, de forma a cumprir todos os procedimentos e prazos estabelecidos.

Por fim, em relação à equipe de PRESTAÇÃO DE CONTAS, sua função é ser o elo entre as Unidades de Prestação de Contas das SAS e os demais atores do processo de execução do convênio no Gabinete, constituindo-se como um organismo de cunho consultivo e padronizador dos procedimentos para aplicação das normas vigentes de prestações de contas.

II – Situação atual e desafios

Com a finalidade de apresentar um diagnóstico acerca da situação atual que permeia a atuação da CPC, faz-se necessário demonstrar de forma panorâmica as informações gerais que envolvem as parcerias e convênios no Município de São Paulo, destacando-se aspectos capazes de nortear as tomadas de decisões de SMADS.

II.1 – Cadastro das organizações sociais

Segundo dados extraídos do SISORG, em maio de 2013, sistema informatizado utilizado pela SMADS, o Município de São Paulo apresenta 477 organizações certificadas, dentre as quais 364 mantêm convênios com SMADS, ou seja, 76% do total, divididas da seguinte forma no território:

Tabela 12. Organizações certificadas e conveniadas por Subprefeitura em 2013, na cidade de São Paulo.

Subprefeitura	ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS¹	ORGANIZAÇÕES CONVENIADAS²	RELAÇÃO ENTRE CONVENIADAS E CERTIFICADAS (EM%)
Aricanduva / Formosa / Carrão	7	4	57%
Butantã	16	12	75%
Campo Limpo	17	13	76%
Capela do Socorro	24	20	83%
Casa Verde	13	13	100%
Cidade Ademar	16	13	81%
Cidade Tiradentes	5	5	100%
Ermelino Matarazzo	10	7	70%
Freguesia do Ó	14	11	79%
Guaianases	5	5	100%
Ipiranga	23	13	57%
Itaim Paulista	9	7	78%
Itaquera	6	3	50%
Jabaquara	9	9	100%
Jaçanã/Tremembé	12	9	75%
Lapa	31	21	68%
M'Boi Mirim	12	8	67%
Mooca	13	12	92%
Parelheiros	8	5	63%
Penha	11	10	91%
Perus	3	3	100%
Pinheiros	25	20	80%
Pirituba	11	11	100%
Santana/Tucuruvi	3	3	100%
Santo Amaro	29	21	72%
São Mateus	9	6	67%
São Miguel Paulista	17	14	82%
Sé	46	34	74%
Vila Mariana	27	15	56%
Vila Maria/Vila Guilherme	16	14	88%
Vila Prudente / Sapopemba	26	22	85%
Sem Informação	4	1	25%
TOTAL	477	364	76%

* O convênio exige a prévia certificação da Organização, desta forma, casos em que os distritos possuem mais organizações conveniadas do que certificadas decorre da desatualização da informação lançada no SisOrg.

Fonte¹: PMSP/SMADS/SisOrg, consultado em 21/05/2013.

Fonte²: PMSP/SMADS/CGA/Convênios, março de 2013.

Elaboração: PMSP/SMADS/COPS/CGPI em 27/5/2013.

Tais dados indicam a necessidade de realização de ações de fomento no sentido de ampliar o número de organizações que desenvolvam esta relação de

parceria com a SMADS, por meio do levantamento das razões que justificam esta elevada porcentagem de organizações cadastradas, mas sem convênios.

Considerando as organizações cadastradas no SISORG, se dividirmos tais organizações por SAS em ordem decrescente: da SAS que apresenta maior número de organizações para a SAS com menor número; temos o seguinte gráfico:



Como o cadastro é realizado com base na sede da entidade, observa-se claramente que há uma maior quantidade de organizações sediadas nas regiões centrais se comparada às regiões periféricas. Neste sentido, é possível entender as dificuldades que algumas áreas tem, notadamente aquelas com poucas organizações cadastradas, quando da abertura de editais de chamamento: (i) ou os editais acabam sendo desertos, por falta de proponentes; (ii) ou as grandes organizações passam a atuar por todo o território da cidade, por adquirirem especificidade em algumas tipologias, mesmo sem ter envolvimento direto com a região da cidade onde o serviço será prestado.

As organizações cadastradas no SISORG podem ser divididas em três tipos de registros, conforme definição adotada pela Portaria 05/SMADS/2012: (i) CADASTRADAS, aquelas apenas com registros inicial, sem deliberação final quanto a sua certificação; (ii) CREDENCIADAS, aquelas organizações que não precisam ser específicas de assistência social, mas que são certificadas pelos serviços de assistência que prestam; e (iii) MATRICULADAS, as organizações certificadas como específicas de assistência social. A certificação é o reconhecimento de mérito social exarado pela SMADS para as organizações credenciadas ou matriculadas.

Tabela 13. Distribuição dos registros de organizações por tipo.

REGIÃO	SAS	CADASTRADAS	CREDENCIADAS	MATRICULADAS	TOTAL
CENTRO e LESTE 1	SÉ	2	22	25	49
	AFC		3	4	7
	MO		1	13	14
	PE		2	10	12
	VP	1	5	20	26
	SUB TOT	3	33	72	108
LESTE 2	CT		2	3	5
	EM			10	10
	G			5	5
	IT		4	6	10
	IQ		3	17	20
	SM		1	8	9
	MP		1	16	17
	SUB TOT	0	11	65	76
NORTE 1, NORTE 2 e OESTE	ST			3	3
	JT	1	2	10	13
	MG		6	8	14
	CV		8	6	14
	FB		7	7	14
	PR			4	4
	PJ			11	11
	BT		6	10	16
	LA		14	16	30
	PI		10	16	26
SUB TOT	1	53	91	145	
SUL 1 e SUL 2	IP	1	4	18	23
	JÁ		6	3	9
	VM		12	16	28
	CL			17	17
	CS		1	23	24
	AD		5	11	16
	MB		1	21	22
	PA			8	8

	SA		3	20	23
	SUB TOT	1	32	137	170
TOTAL		5	129	365	499

Fonte: SISORG (dezembro/2013)

Pode-se observar que a relação das organizações certificadas pela SMADS, 73,15% das organizações são matriculadas, ou seja, são entidades específicas da Política de Assistência Social. Porém, pode-se observar que as ações da política de assistência social também se concretizam por meio de atores de outras Políticas Públicas tais como: de Educação, de Saúde, de Direitos Humanos, de Esporte, de Cultura entre outras, que desenvolvem serviços socioassistenciais.

Além dos cadastros, as organizações certificadas (CREDENCIADAS ou MATRICULADAS) tem a obrigação de manter os requisitos para que a certificação permaneça válida durante todo o período que mantém relação com SMADS, podendo, no caso de não atendimento, sofrer as sanções previstas na legislação. Neste sentido, desde a criação do SISORG em 2012 até 2013, foram registradas intervenções em 29 organizações, conforme quadro abaixo:

Tabela 14. Número de Organizações indeferidas, suspensas e canceladas por SAS, em dezembro de 2013, na cidade de São Paulo.

SAS	INDEFERIDAS	SUSPENSAS	CANCELADAS	TOTAL
Aricanduva / Formosa / Carrão		1		1
Campo Limpo			1	1
Capela do Socorro			1	1
Cidade Ademar		1	1	2
Ermelino Matarazzo			1	1
Freguesia / Brasilândia	1			1
Ipiranga		1	3	4
Itaim Paulista			2	2
Itaquera			1	1
M'Boi Mirim	1		1	2
Mooça		1		1
Parelheiros	2		1	3
Santo Amaro			1	1
São Miguel Paulista			2	2
Vila Mariana		2	2	4
Vila Prudente / Sapopemba	1		1	2
Total	5	6	18	29

Fonte: SISORG/Dezembro, 2013.

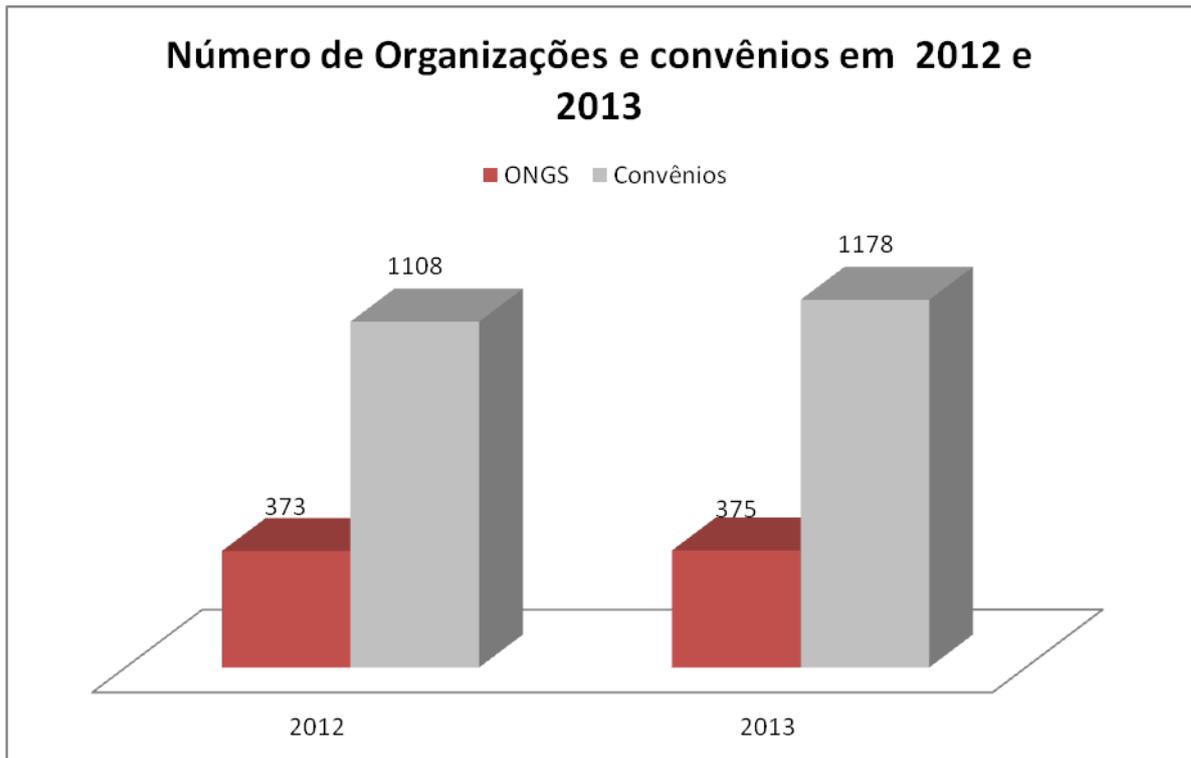
Outra ação que vem sendo desenvolvida por esta coordenadoria é o Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, instituído pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA - através do Decreto 52.830 de 1 de dezembro de 2011 que tem por finalidade estabelecer obrigatoriedade de divulgação de todos os convênios, termos de parceria, contratos de gestão ou instrumentos congêneres, com repasse de recursos públicos, firmados com entidades credenciadas, conveniadas ou parceiras, conforme previsto na Lei nº 14.469, de 5 de julho de 2007 e cujos objetivos são: aprimorar os atuais mecanismos de acompanhamento, integração e gestão das diversas formas de parceria firmadas com entidades privadas do Terceiro Setor.

Com isso, a CPC desencadeou em 2013 o processo de inscrição das organizações iniciando pelas certificadas constantes no SISORG, efetivando 418 inscrições, sendo 119 delas deliberada por outras Secretarias (Saúde, Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Pessoa com Deficiência e Planejamento) uma vez que este cadastro não é específico para as organizações que mantêm vínculo com SMADS.

II.2 Serviços conveniados

Com relação aos serviços conveniados, a SMADS opera 1.178 convênios, em dezembro de 2013. Nos últimos três anos, o número de convênios tem tido crescimento enquanto que o número de organizações conveniadas tem se mantido estável, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 8.



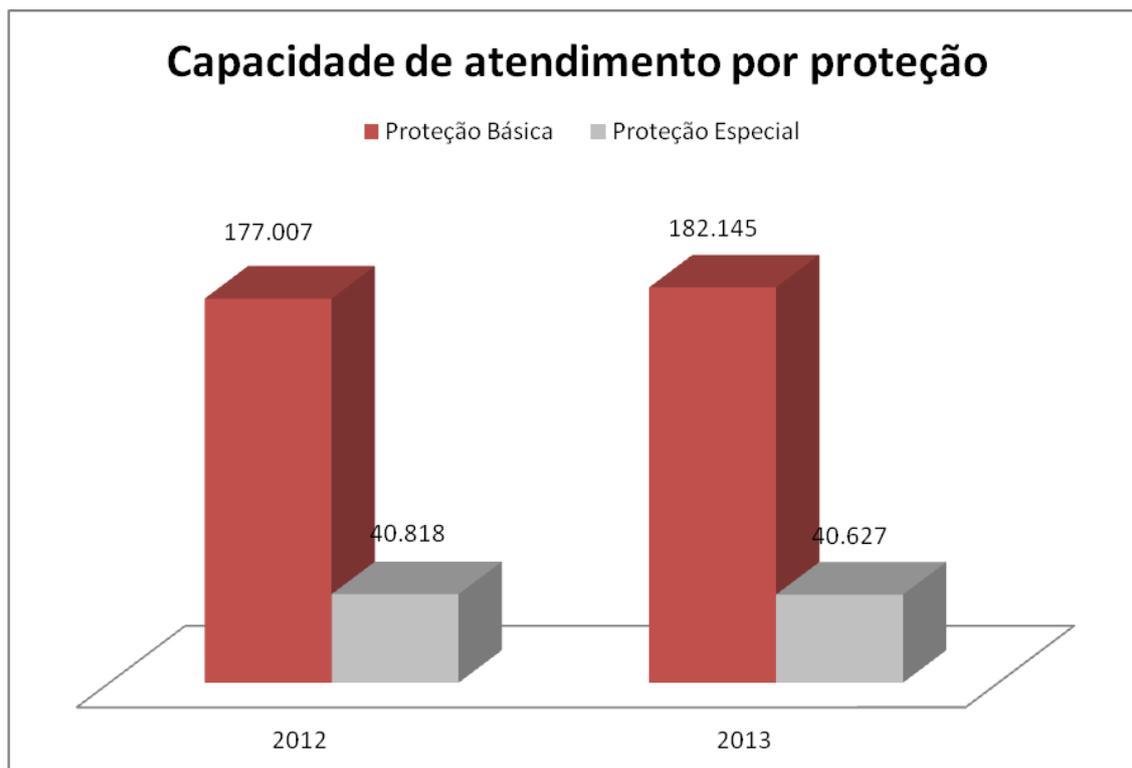
Fonte: SMADS-GAB/CPC

O crescimento no número de serviços se deu na ordem de 11,5%, que representa a expansão implementada pela SMADS na oferta de serviços, ao público alvo da assistência.

A capacidade de atendimento, **número de vagas com base no edital**, neste período também teve crescimento, de 10,29 % na Proteção Social Básica e decréscimo na Proteção Social Especial, o que demonstra a tentativa de focar esforços em ações preventivas do que corretivas.

O gráfico abaixo demonstra a evolução na capacidade de atendimento em ambas as proteções:

Gráfico 9.



Fonte: SMADS/CPC

Com a adoção por parte desta administração do agrupamento regional das Supervisões Regionais de Assistência Social – SAS, os atuais convênios estão distribuídos de forma muito próxima entre as diferentes regiões:

REGIÃO	CONVÊNIOS	%
CENTRO	77	6,5
OESTE	90	7,6
NORTE 1	83	7,0
NORTE 2	119	10,1
LESTE 1	168	14,3
LESTE 2	269	22,8
SUL 1	73	6,2
SUL 2	292	24,8
MACRO REGIONAL	7	0,6

Fonte: SMADS/CPC – Dez/2013

Isto demonstra que a infraestrutura necessária para atendimento às demandas na parceria com as organizações executantes vem sendo planejada de forma equânime, tomando-se por base o dado macro regional.

Estes dados permitem verificar a relação existente em cada território entre: (i) o número de convênios operados e (ii) o número de parceiros. Evidencia-se, com isso, que: (i) há pouca diversidade de organizações por região; e (ii) há um grande número de convênios firmados pela mesma organização. Neste sentido, cumpre destacar a seguir as organizações com 10 convênios ou mais e o número de vagas para a oferta dos serviços socioassistenciais:

Tabela 16. Organizações com 10 convênios ou mais.		
ORGANIZAÇÃO	QT. CONVÊNIOS	VAGAS
APOIO - ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO MÚTUO DA REGIÃO LESTE	38	5254
CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO BOM PARTO	35	4142
INSTITUTO SOCIAL SANTA LÚCIA	31	5582
CARITAS DIOCESANA DE CAMPO LIMPO	23	2835
SOCIEDADE AMIGA E ESPORTIVA DO JARDIM COPACABANA	23	6500
OBRA SOCIAL DOM BOSCO	22	3960
COORDENAÇÃO REGIONAL DAS OBRAS DE PROMOÇÃO HUMANA CROPH	21	4491
SOCIAL BOM JESUS - SBJ	17	6030
CENTRO DE ORIENTAÇÃO À FAMÍLIA - COR	16	2930
UNAS - UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO	15	2650
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E BENEFICENTE PE. JOSÉ AUGUSTO MACHADO MOREIRA	14	2420
SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES	14	3285
AÇÃO COMUNITÁRIA SENHOR SANTO CRISTO	12	2055
MOVIMENTO DE ORIENTAÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - MOCA	12	4000
CENTRO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL NOSSO LAR	11	1100
JARDINS UNIDOS NUM TRABALHO DE OBRAS SOCIAIS - JUNTOS	10	1020
AÇÃO COMUNITÁRIA PAROQUIAL DO JARDIM COLONIAL PE. EMIR RIGON	10	1240
COMUNIDADE KOLPING SÃO FRANCISCO DE GUAIANASES	10	1510
CENTRO DE OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DA CAPELA DO SOCORRO - CONOSCO	10	1990
CENTRO SOCIAL BOM JESUS DE CANGAIBA	10	2140

Fonte: SMADS/ CPC/ 2013

Nota-se que a quantidade de convênios de uma organização não está diretamente relacionada à quantidade de vagas conveniadas, já que as vagas dependem das tipologias de serviços socioassistenciais com as quais a organização trabalha. Isto significa que podemos classificar uma organização de grande, médio ou

pequeno porte por duas vertentes: pelo número de convênios ou pela capacidade de atendimento.

II.3 Prestação de contas

No que se refere às demandas de Prestação de Contas, esta coordenadoria por ter sido implantada em junho de 2013, tem envidado esforços no sentido de colher informações, coletar consultas e resposta das SAS-Unidade de Prestação de Contas e implementar um processo de sistematização das ações inerentes às prestações de contas dos convênios.

A CPC tem envidado esforços no sentido de colher informações, coletar consultas e resposta por meio das SAS-Unidade de Prestação de Contas e implementar um processo de sistematização das ações inerentes às prestações de contas dos convênios.

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

Considerando que se trata de uma coordenadoria meio, as metas para este quadriênio são pautadas de forma qualitativa, classificadas sob a dimensão temporal em: curto (1 ano), médio (3 anos) e longo prazo (4 anos ou mais):

Metas:

Curto prazo:

- Estabelecer mecanismos de divulgação dos processos de conveniamento, aditamentos e rescisões tramitados em SMADS/CPC interna e externamente aos atores envolvidos.
- Participar do processo de revisão da Resolução 528/2011/COMAS;
- Articular com os Conselhos de Direitos para contribuir com o processo de análise das inscrições.
- Elaborar e divulgar fluxos de procedimentos internos relativos aos processos de convênios: edital de chamamento, aditamentos e rescisões;

- Aprimorar o registro das manifestações relativas à cessão de áreas e contrapartidas, utilidade pública municipal, isenção de taxas, recursos de indeferimentos, suspensão ou cancelamentos de certificações.
- Contribuir na capacitação de técnicos de SAS no que se refere à manifestação e pareceres em relação ao mérito.

Médio prazo:

- Qualificar o trâmite interno de editais de chamamento;
- Revisar e propor alterações referentes aos Termos de Convênios;
- Propor revisão das atribuições desta Coordenadoria nas Normatizações: Portaria 05/SMADS/2012; 46 e 47/2010/SMADS; 31/SMADS/2003; 007/SMADS/2010;
- Construir um banco de dados internos de entidades de Assistência Social ou não, dos territórios das SAS, contendo solicitações diversas sobre organizações não integrantes da rede socioassistencial;
- Elaborar e divulgar por meio eletrônico junto às SAS as Planilhas de Custos padrões dos serviços conveniados;
- Elaborar e divulgar por meio eletrônico junto às SAS as Minutas padronizadas de editais de chamamento.
- Inserir as informações das organizações inscritas no COMAS no sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS do MDS.

Longo prazo:

- Elaborar e divulgar um Manual de Procedimentos relativos às prestações de contas;
- Estabelecer os critérios de forma coletiva e participativa para a definição de contrapartidas para as organizações de assistência social que possuam permissão de uso de área municipal.
- Elaborar estudos e propostas relativas às verbas de implantação e alugueis.
- Efetuar levantamento das organizações de assistência social com permissão de uso de próprio municipal.

Estratégias

- Organização da equipe.

- Implementação de organização e métodos nos procedimentos.
- Aprimoramento das boas práticas existentes e consolidadas.
- Implementação de novas formas no fazer cotidiano.
- Subsidiar uma Assessoria Externa na implementação de ações de fomento.

Resultados e Impactos esperados

- Redução de erros.
- Fortalecimento da credibilidade das orientações prestadas junto aos demais atores, diretamente (SAS, SMADS – DIVERSOS SETORES) e indiretamente (ONGs)
- Garantia de manutenção dos convênios firmados, evitando-se interrupções.
- Agilização dos procedimentos na implementação de novos convênios.
- Maior controle sobre os eventos inerentes às atribuições desta CPC
- Uniformidade nas ações de prestação de contas junto aos diversos parceiros
- Incorporação interna e externa dos métodos e fluxos estabelecidos
- Unificar as informações e dar maior agilidade na análise.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

I – Apresentação

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir de sua normativa de referência - NOB-RH/2006, considera a Gestão do Trabalho como um processo de trabalho necessário ao funcionamento da organização do sistema, abrangendo diversas interfaces, como desenhos organizacionais, educação permanente, desprecarização do trabalho etc.

Seguindo esta diretriz, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas é responsável pela Gestão do Trabalho no âmbito da Política de Assistência Social do Município de São Paulo e tem suas ações voltadas a potencializar o capital humano, proporcionando a valorização e desenvolvimento de competências para o cumprimento de sua missão institucional. Assim, tem indicado a importância na estruturação e capacitação das equipes que compõem as unidades estatais e os serviços da rede socioassistencial, na garantia de uma atuação profissional que venha ao encontro dos objetivos da Política de Assistência Social.

Para garantir a unidade da Política de Assistência Social, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas estabelece uma articulação com o ESPASO, a fim de garantir a educação continuada dos Trabalhadores da Assistência Social, que são todos aqueles que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na LOAS, na PNAS e no SUAS, inclusive quando se tratar de consórcios intermunicipais e entidades e organizações da Assistência Social.

A Gestão de Recursos Humanos na Assistência Social, enquanto gerência dos recursos necessários ao funcionamento do Sistema Único de Assistência Social, abarca o novo conceito da política destinada aos usuários, considerando o processo de trabalho como as atitudes, circunstâncias, ações e eventos que asseguram o crescimento profissional e laboral, alcançando o pleno desenvolvimento humano, o reconhecimento e a responsabilização com os direitos de cidadania da população.

Assim, tem como atribuição: (i) Implementar as atividades referentes à Gestão de Pessoas na SMADS, a partir das diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão; (ii) Participar e promover o intercâmbio de informações e conhecimentos, com outros órgãos de gestão de pessoas da municipalidade e outras esferas; (iii) Participar, implementar e acompanhar as ações estabelecidas pelas normas do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, no que diz respeito aos trabalhadores sociais; (iv) Promover as ações da Política de Desenvolvimento de Pessoal, inclusive a gestão da Política de Estágio, no âmbito da SMADS; (v) Executar os eventos referentes à vida funcional dos servidores ativos e inativos da SMADS.

II – Situação Atual e Desafios

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas aponta a necessidade de ampliação do quadro de profissionais mediante concurso público, garantindo, em todas as instâncias de gestão e prestação de serviços da Assistência Social na cidade de São Paulo, a prontidão técnica eficaz e eficiente.

A atuação da SMADS é realizada por intermédio de aproximadamente 1.209 servidores públicos, número que vem decaindo nos últimos anos em razão de aposentadorias e desligamentos, e por aproximadamente 13.176 trabalhadores sociais que compõe a rede conveniada de serviços socioassistenciais.

Considerando apenas os servidores públicos, a evolução quantitativa pode ser assim sintetizada:

Tabela 17. Quantidade de Servidores em SMADS – 2012 a 2013

SMADS	2012	2013
SUPERIOR	391	365
MEDIO	409	375
FUNDAMENTAL	250	225
TOTAL DE SERVIDORES	1.421	1.322

Fonte: PMSP/SMADS/CGP/SUPERVISÃO DE EVENTOS FUNCIONAIS - Abril/2014

Percebe-se um claro decréscimo no decorrer dos anos, enquanto que o cenário na rede conveniada apresenta uma evolução, reflexo da ampliação do investimento na

rede conveniada:

Tabela 18. Trabalhadores da Rede Socioassistencial Conveniada 2012 a 2013

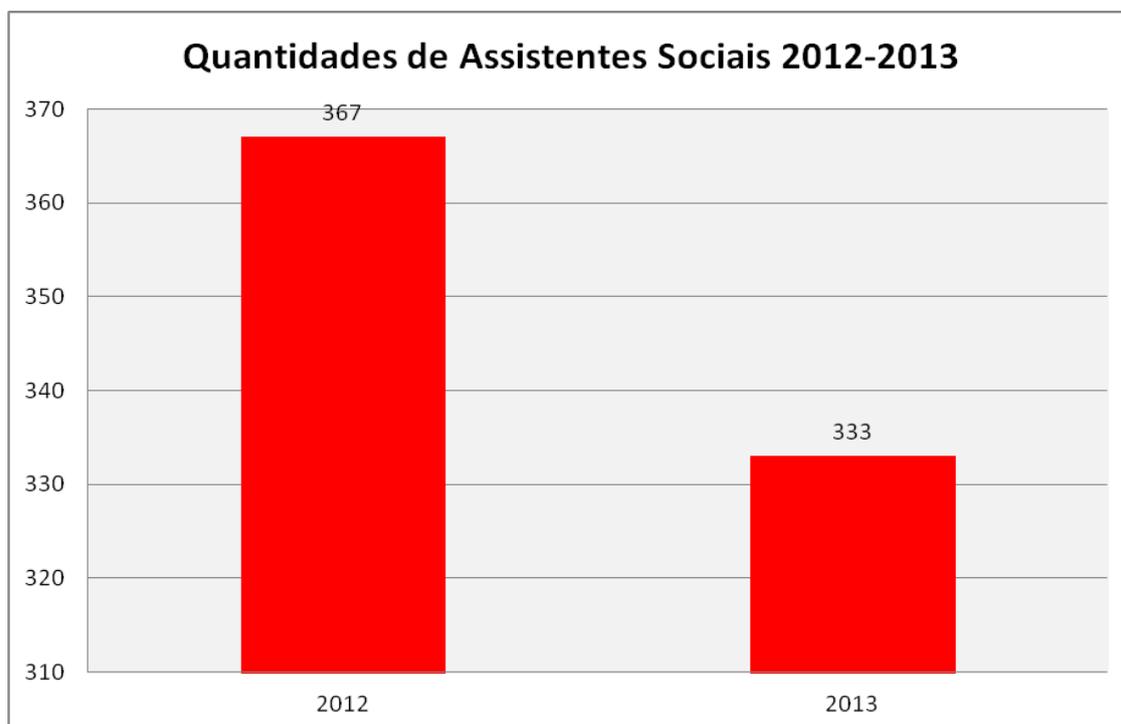
Nº TRABALHADORES DE REDE SOCIOASSISTENCIAL CONVENIADA	2012	2013
TOTAL DE TRABALHADORES	11.420	13.176

Fonte: PMAS / SMADS / Coordenadoria de Observatório de Políticas Sociais – 2012/2013

Este diagnóstico acaba por traduzir um acúmulo de atribuições para o quadro técnico de servidores públicos, que dentre suas funções está a responsabilidade pela supervisão de rede conveniada de serviços socioassistenciais.

Buscando amenizar esta problemática, a atual gestão referendou e reforçou a necessidade de abertura de concurso público para o cargo de Analista de Assistência e Desenvolvimento Social, com formação em Serviço Social, projetando o total de 825 (oitocentos e vinte e cinco) diante da reduzida quantidade de servidores com esta formação como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 10.



Fonte: PMSP / SMADS / CGP / SUPERVISÃO DE EVENTOS FUNCIONAIS - Abril/2014

Além disso, a SMADS juntamente com SEMPLA, como forma de cumprir suas atribuições em Gestão Plena do SUAS, instituiu, a partir de 2013, a Mesa de Negociação com composição paritária entre gestores e representantes dos trabalhadores da área de assistência social do setor público, visando estabelecer ações voltadas à valorização dos trabalhadores sociais, com a participação e decisão conjunta entre as partes.

Quanto ao diagnóstico e necessidade de outros profissionais tais como Psicólogo, Sociólogo, Pedagogo e outros profissionais administrativos, a SMADS criará uma comissão para propor uma tabela de Lotação de Pessoal.

III –Metas e ESTRATÉGIAS – 2014 a 2017

- Ampliação do quadro de profissionais do cargo de Analista de Assistência e Desenvolvimento Social – Serviço Social, inicialmente provendo 300 cargos, com a perspectiva de atingir o número necessário para atender à demanda existente na SMADS até 2017.
- Solicitação de abertura de concurso público para o preenchimento de 400 cargos de AGPP (Assistente de Gestão de Políticas Públicas).
- Criação de cargos em comissão que contemplem as unidades estatais a serem implantadas, a partir do Programa de Metas da Cidade de São Paulo.
- Contratação emergencial de 80 profissionais de serviço social enquanto não se tem o resultado do concurso público.
- Criação de tabela de Lotação de Pessoal.

ESPAÇO PÚBLICO DO APRENDER SOCIAL – ESPASO

I – Apresentação

O ESPASO (Espaço Público do Aprender Social), criado pela Portaria SAS nº 41/2003 compõe a estrutura da SMADS com fundamento na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS⁹, tem como objetivo: planejar e incentivar o processo de formação dos, servidores públicos municipais, das entidades e organizações inscritas no COMAS-SP, oficineiros, conselheiros municipais, usuários dos serviços socioassistenciais e estagiários vinculados a Secretaria.

Cumprindo este objetivo, desde sua criação, o ESPASO oferta formação em gestão pública, particularmente no campo da Política de Assistência Social: (i) fomentando a cooperação técnica municipal, estadual, nacional e internacional; (ii) identificando as necessidades de formação profissional e institucional de modo articulado com os (órgãos competentes; (iii) contribuindo para a construção de um Plano Anual de Formação da SMADS para todos os profissionais da rede SUAS; e (iv) promovendo processos educativos com conteúdos teóricos e metodológicos voltados ao aprimoramento da qualidade dos processos de gestão, da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais à população, bem como da ampliação e fortalecimento dos mecanismos e dos instrumentos de controle social da Política Municipal de Assistência Social.

De acordo com os princípios da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, a construção de conteúdos para os processos formativos orienta-se pelo reconhecimento dos saberes com a disseminação de conhecimentos científicos e com a troca de experiências.

⁹ Resolução do CNAS N° 4, de 13 de março de 2013.

A missão do ESPASO é transformar a prática e consolidar a Política de Assistência Social, por meio de processos de formação, inseridos na Política de Educação Permanente, mais participativos, reflexivos, que estimulam um estado de permanente questionamento quanto à necessidade do conhecimento teórico estar em consonância com as ações realizadas no dia a dia do serviço e a consequência dessas ações na vida dos usuários.

II – Situação atual e desafios

O ESPASO conta com uma equipe de apoio e assessoria técnica responsável por assegurar condições materiais e operativas para a realização das ações de formação na perspectiva da formação em contextos de trabalho.

Por meio do CECOAS (Centro do Conhecimento da Assistência Social) organiza e fornece acesso às publicações na área da Assistência Social provenientes da própria SMADS e COMAS, elaboradas por universidades e pelo mercado editorial.

Entre os anos 2012/2013, cerca de 12 mil vagas foram ofertadas para os profissionais da política de assistência social, ampliando o campo temático das capacitações na proteção social especial e na proteção social básica.

Segue abaixo as ofertas de capacitação de 2010/2013, bem como as temáticas desenvolvidas.

Tabela 19. Trabalhadores do SUAS por categoria nos anos 2012 e 2013

ANOS	SERVIDORES	TRABALHADORES/ONGS	ESTAGIÁRIOS
2012	3.008	3.551	429
2013 *	1.716	3.772	0

Fonte: ESPASO/ 2012,2013

*Nos anos de 2011 e 2013 tivemos a presença dos conselheiros e uma ampla participação dos usuários nas Conferências de Assistência Social.

Os principais desafios que se apresentam são alinhar as atividades e ações de formação, a práxis, à reflexão teórica, buscando estabelecer a troca entre saberes e a efetivação da produção do conhecimento e democratização das referências acadêmicas de forma a construir um trabalho interdisciplinar que favoreça a visão integrada do contexto social.

Nessa perspectiva visa manter espaços para a aprendizagem coletiva e significativa e a troca de experiência que possam contribuir para que os trabalhadores da assistência

social (servidores e trabalhadores das organizações sociais), conselheiros municipais da assistência social e outros conselheiros públicos municipais envolvidos com assistência social estejam preparados para responder às demandas sociais, desenvolvendo a reflexão crítica sobre a realidade institucional e o panorama social do Município de São Paulo.

A construção de conteúdos das propostas formativas orienta-se pelo reconhecimento dos saberes já construídos nas práticas profissionais, partindo de situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS; ao mesmo tempo em que busca ampliar estes saberes com a disseminação de conhecimentos científicos e com a troca de experiências. De acordo com a concepção da NOB SUAS “O modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo, fundamentado na cooperação entre as esferas de governo, cabendo competências comuns e específicas a cada uma delas garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo. Em suas competências, as esferas de gestão do SUAS assumem responsabilidades na gestão do sistema e na garantia de sua organização, eficiência e efetividade na prestação dos serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais.”

O novo modelo de gestão da SMADS, seguindo esta concepção, considera que as realidades territoriais devem ser sinalizadores para planejamento das Supervisões Regionais, sendo assim, em relação supervisões Regionais é importante destacar a necessidade da implementação de metodologias formativas que favoreçam os processos de monitoramento/supervisão da prestação de serviço socioassistencial.

Portanto, trata-se de equacionar os arranjos institucionais das equipes às demandas sociais para a construção coletiva do Plano Municipal de Educação Permanente voltado às finalidades dos serviços socioassistenciais.

Tal estrutura expressa um modelo de gestão que aproxima o gabinete e suas respectivas coordenadorias da gestão local. Na medida em que fortalece a estrutura da gestão local que são as SAS fortalece, também, a proposta da descentralização.

II – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

- Incluir até 300 trabalhadores do SUAS nas rodas de reflexão.

Estratégia: Elaborar e executar Roda de Reflexão práticas e fazeres do cotidiano com

celebração e socialização das produções dos grupos.

A “Roda de Reflexão das Práticas e Fazeres do Cotidiano” tem como objetivo a identificação, discussão e adequação da prestação de serviços para população de rua. Serão realizados vários encontros, onde gerentes, assistentes técnicos, psicólogos, assistentes sociais, orientadores, supervisores e funcionários do CREAS participem ativamente, debatendo e analisando todas as questões levantadas, com o intuito de aperfeiçoar e harmonizar toda a rede, em prol dos usuários dos serviços.

- Oportunizar mais de 1.300 vagas à trabalhadores do SUAS para participação em atividades correlacionadas a temática do uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas.

Estratégia: Elaborar e executar o Plano de Multiplicação do Programa “Crack é Possível Vencer” nas SAS em parceria com a UNIFESP.

Realização de atividades formativas descentralizadas em parceria com a Unifesp voltadas ao debate sobre uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no âmbito do Plano “Crack é possível vencer” do qual o município de São Paulo é signatário. Esta atividade visa abordar nos serviços socioassistenciais o papel da Política de Assistência Social no enfrentamento desta questão, considerando sua significativa presença nos cotidianos de trabalho dos serviços socioassistenciais, bem como o papel privilegiado de construção de vínculos de pertencimento, confiança e afeto à especificidade do trabalho na Política de Assistência Social, enquanto estratégia de enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais advindos do uso e dependência de álcool e outras drogas.

- Criar e implementar o BdESPASO como ferramenta que visa identificar e estimular a produção e a gestão do conhecimento institucional

Estratégia: Construir o BdESPASO (banco de profissionais).

A complexa realidade social do ponto de vista das vulnerabilidades e riscos sociais da cidade de São Paulo requer processos de trabalho capazes de atender às demandas populacionais de modo dinâmico, permanente e qualificado. Nesse sentido, os espaços de trabalho guardam significativa fonte de conhecimento para a Política de Assistência Social. Para além das normativas, a prática profissional cotidiana é

reveladora de conteúdos e pautas para os processos de formação, configurando por consequência, a necessidade de reconhecimento da produção de conhecimento, construída tanto pela formação acadêmica quanto pela experiência cotidiana dos profissionais das Supervisões Regionais, CRAS, CREAS e SMADS – Gabinete.

Em conformidade à Política Nacional de Educação Permanente - PNEP e pautada nos princípios da interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da historicidade, o ESPASO busca com banco de dados dos profissionais de SMADS e consultores externos (BdESPASO) conhecer e estabelecer uma interlocução com os profissionais que tenham interesse em agregar seus conhecimentos, sobre os mais diversas questões afetas ao SUAS, às atividades formativas do ESPASO.

- Identificar no mínimo 31 espaços descentralizados (parceiros locais) para realização de processos formativos nos territórios.

Estratégia: Apoio logístico às ações descentralizadas de formação.

As Ações descentralizadas de formação são ações de formação que acontecem em diversos espaços, tanto da rede direta como da rede conveniada, com objetivo atingir o maior número possível de participações aos cursos oferecidos, estando mais próximo dos trabalhadores sociais. Sendo entendida como uma das estratégias de fortalecimento da rede socioassistencial.

O apoio logístico às estas ações visa garantir recursos para que o atendimento oferecido pelo ESPASO de forma descentralizada, possibilitando assim a participação dos trabalhadores sociais, usuários e gestores de todas as regionais e que garanta formação especializada para trabalhadores da proteção básica e especial.

- Colaboração na elaboração e acompanhamento dos processos de formação em conjunto com as Coordenadorias.

Estratégia: disponibilizar servidores do ESPASO para que junto aos servidores das demais coordenadorias sejam elaborados e acompanhados processos formativos específicos.

As Coordenadorias elaboram algumas ações formativas a partir de necessidades observadas na prática cotidiana. O Papel do ESPASO é dar, também, o suporte na elaboração e acompanhamento dessas ações, que deverão compor o Plano

de Educação Permanente.

- Disponibilizar para a equipe técnica das 31 SAS e da rede conveniada (gerente, técnicos, manipulador de alimentos, cozinheiro, etc) ações formativas enfatizando a alimentação saudável, princípios da segurança alimentar e nutricional.

Estratégia: Elaborar o projeto de formação em segurança alimentar e nutricional da SMADS.

O projeto de formação em segurança alimentar e nutricional representa a proposta de trabalho da equipe de Nutrição no que diz respeito ao desenvolvimento das práticas de Educação Alimentar e Nutricional na SMADS. Compreende as capacitações e todas as orientações necessárias à rede socioassistencial no tocante à alimentação saudável.

As capacitações fazem parte da rotina de trabalho da equipe de Nutrição da SMADS. Dirigem-se principalmente aos técnicos supervisores da SMADS, aos gerentes e manipuladores de alimentos dos serviços socioassistenciais conveniados.

- Realizar no mínimo 06 encontros para apresentação e discussão dos trabalhos realizados, bem como o desdobramento/multiplicação na rede.

Estratégia: Realização do I Ciclo de Debates e Exposição de Pesquisas sobre Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Articular encontros bimestrais no ESPASO entre os profissionais dos serviços de MSE e pesquisadores, visando agregar as práticas profissionais à produção de conhecimento da academia, institutos de pesquisa e demais grupos da sociedade civil em geral sobre a prestação de serviços socioassistenciais aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Estes encontros terão como pauta o trabalho cotidiano balizado por reflexões teórico metodológicas de forma a ampliar as competências profissionais.

- Oportunizar 6.350 vagas nos diversos processos formativos realizados por meio das consultorias contratadas via PRODOC.

Estratégia: Assessorar os consultores que serão contratados no Prodoc.

O Prodoc é um projeto de cooperação técnica firmado em outubro de 2012 entre o governo brasileiro (por meio do Ministério das Comunicações) e a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. O objetivo da parceria com a SMADS é fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo, por intermédio de Projetos de cooperação técnica com as diversas esferas do poder público, tendo sempre como objetivo contribuir para a formulação e operacionalização de políticas públicas que estejam em sintonia com as grandes metas acordadas entre os Estados Membros das Nações Unidas.

Para o Plano de Capacitação Permanente a parceria da SMADS com a Unesco fortalece as ações prevista de formação e capacitação da rede socioassistencial.

O ESPASO tem como meta, assessorar os consultores que serão contratados no Prodoc, bem como, auxiliar as demais coordenadorias da SMADS na elaboração e formulação de termos de referência de contratação das ações de formação e capacitação.

- Revisar 6.000 entradas de autoridades de nomes (pessoas e instituições) de acordo com a Fundação Biblioteca Nacional.

Estratégia: Dar sequência no processamento técnico do acervo do CECOAS, por meio de catalogação e classificação das obras.

O Centro do Conhecimento da Assistência Social - CECOAS é a antiga biblioteca da SMADS. Atualmente conta com o registro de 7890 títulos e 10.358 exemplares. As consultas ao acervo são abertas ao público geral (de 2ª a 6ª feira). O CECOAS é o espaço de registro e troca do conhecimento, neste sentido é ferramenta institucional da educação permanente na Assistência Social, disseminando o acesso a processos contínuos de produção, sistematização e partilha de conhecimentos, garantindo o acesso a processos contínuos de produção, sistematização e partilha de conhecimentos.

Em contínua atualização do conhecimento, o CECOAS, pretende dar sequência ao processo de ampliação do acervo, recuperação da informação, e intensificar o processamento técnico para o tratamento do acervo arquivístico predominantemente da área da Assistência Social, por meio de catalogação, classificação, digitalização das obras documentais, bibliográficas, hemerográficas e iconográficas com o objetivo de preservar a memória da SMADS, disseminar o acervo e apoiar às pesquisas pertinentes a temática da assistência social e outros temas correlatos.

- Participar, anualmente, de no mínimo 1 (uma) atividade intersecretarial com vistas ao plano preventivo chuvas de verão.

Estratégia: Atuar em conjunto com a Defesa Civil nas capacitações relativas ao Plano

Chuvas de Verão.

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), no período chuvoso, que compreende os meses de novembro a abril, se dedica ao Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC), através da "Operação Chuvas de Verão", realizada em parceria com outros órgãos para prevenir os efeitos danosos provocados pelas fortes chuvas registradas no período.

A SMADS como um dos órgãos de apoio conta com a equipe da Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergências - CAPE, bem como, com 31 SAS para este trabalho. Neste trabalho a SMADS após notificação da Defesa Civil Municipal, exerce a função de assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas e manter informados os órgãos participantes sobre as condições meteorológicas previstas, pontos de alagamento, acumulado das chuvas, entre outros. Para estas ações são necessárias formações periódicas que viabilizem a efetivação e eficácia das ações previstas que estão contempladas dentro do Plano de Capacitação Permanente.

SUPERVISÃO TÉCNICA DE FINANÇAS – ORÇAMENTO E FINANÇAS

I – Apresentação

O financiamento público da assistência social constitui-se em um tema gerador e impulsionador de discussões e proposições.

Muitos avanços e desafios estão em percurso nos últimos anos para o fortalecimento do financiamento da Política de Assistência Social.

A alocação de bens e recursos públicos é um elemento determinante na realização das políticas públicas, assim como a manutenção do planejamento contínuo e participativo.

É nesse contexto que buscamos sempre melhorar as possibilidades de implantar as ações e estratégias traduzidas no planejamento da SMADS, a partir do orçamento, visto ser este o elemento que dá concretude e materialidade às ações planejadas.

A Supervisão Técnica de Finanças tem como missão subsidiar o Gabinete da SMADS na elaboração de todo os procedimentos relacionados ao ciclo orçamentário (Plano Plurianual – PPA, Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Execução) e realizar as ações financeiras da Pasta em acordo com o planejamento.

II – Situação atual e desafios

A Supervisão está ligada diretamente ao Gabinete o que resulta maior agilização nas decisões afetas ao orçamento e finanças. Conta com dois setores: (i) Contabilidade - responsável pelos empenhos, liquidação e pagamentos de contratos e convênios. Possui uma subdivisão responsável pelas Fontes Externas que controla as receitas dos cofinanciamentos e realiza as prestações de contas referentes às receitas

de fontes Estadual e Federal. (ii) Orçamento – responsável pela elaboração, análise e acompanhamento do ciclo orçamentário citado acima.

A situação orçamentária no período de 2012 – 2013 é representada conforme segue:

A **Tabela 20** apresenta a evolução do orçamento da SMADS, cujo valor deste em 2013 (R\$ 1.072.136.779,00) aportou um incremento percentual de 10% em relação ao ano de 2012.

Conforme já apresentado em planos anteriores, o orçamento da SMADS vem crescendo, demonstrando o fortalecimento da política de assistência social e o reflexo da correlação de forças sociais e políticas, assim como dos interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos. Esse fato demonstra a importância e desafios constantes da Pasta na consolidação do SUAS na cidade de São Paulo.

A participação das outras esferas de governo, conforme representado na **Tabela 20**, demonstra que o cofinanciamento do Estado diminuiu em 2013, fato oposto em relação ao governo Federal, cuja participação no cofinanciamento foi incrementado em 6%.

Cumprе ressaltar que o a fonte Municipal continua a ser de longe, a grande financiadora da política para o desenvolvimento dos serviços aos usuários, ou seja, 87% do FMAS é recurso municipal. O **Gráfico da Tabela 20** traduz essa relação de cofinanciamento, demonstrando que o Estado aporta maior valor de recursos financeiros (8%) na política do que o governo Federal (5%).

Tabela 20. Orçado geral atualizado SMADS e FMAS

em valores nominais

ORGÃO	2012	2013	%
SMADS	248.085.450	274.840.695	11%
Fonte Municipal	231.542.253	257.009.699	11%
Outras Fontes	16.543.197	17.830.996	8%
FMAS	726.763.727	797.296.084	10%
Fonte Municipal	622.602.409	695.900.549	12%
Fonte Federal	33.153.620	35.004.792	6%
Fonte Estadual	70.762.698	66.373.151	-6%
Outras Fontes	245.000	17.592	-93%

Total

974.849.177

1.072.136.779

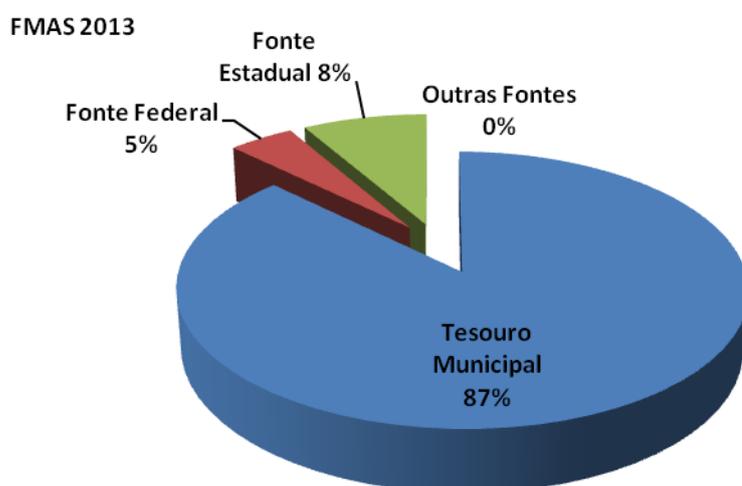
10%

Fonte : SOF

Gráfico 11: Orçado geral atualizado FMAS 2013

em valores nominais

em R\$



Fonte : SOF /ATF

A **tabela 21** aponta que na composição do orçamento, o valor do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinado à execução dos serviços continuados das proteções sociais: básica e especial em prol do usuário, representa a maior fatia do orçamento (74,4%), cumprindo assim a missão da política.

Tabela 21 - Distribuição dos recursos orçamentários por foco de ação

Aplicação dos Recursos	Unidade Orçamentária	Em R\$	
		Orçado Atual 2013	%
Atividade Meio	24 - SMADS	274.840.695	25,6%
Atividade Fim	93 - FMAS	797.296.084	74,4%
Total	-	1.072.136.779	100%

Fonte: Sof

Atividade Meio: áreas administrativas e de apoio à gestão

Atividade Fim : rede de serviços (proteção social básica e especial) e apoio à rede de serviços.

A **Tabela 22** representa a distribuição dos recursos entre as proteções básica e especial, indicando pequena variação entre ambas (49% e 44%). Embora os serviços da Proteção Básica sejam em maior número para a ação preventiva da política, os serviços da Proteção Especial são mais dispendiosos pela complexidade e características dos mesmos.

Destaca-se ainda o percentual de 7% para os gastos do Fundo para as seguintes atividades: operação e manutenção dos espaços sociais; construção, reforma e adaptação de equipamentos sociais, atendimento emergencial, administração do COMAS, X Conferência Municipal de Assistência Social e formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores sociais.

Tabela 22 - Distribuição dos recursos orçamentários por Programa Orçamentário (FMAS)

Aplicação dos Recursos	Em R\$	
	Orçado Atual 2013	%
Proteção Social Básica	391.032.821	49,0%
Proteção Social Especial	350.581.539	44,0%
Assistência Social Geral	55.681.723	7,0%
Total	797.296.084	100%

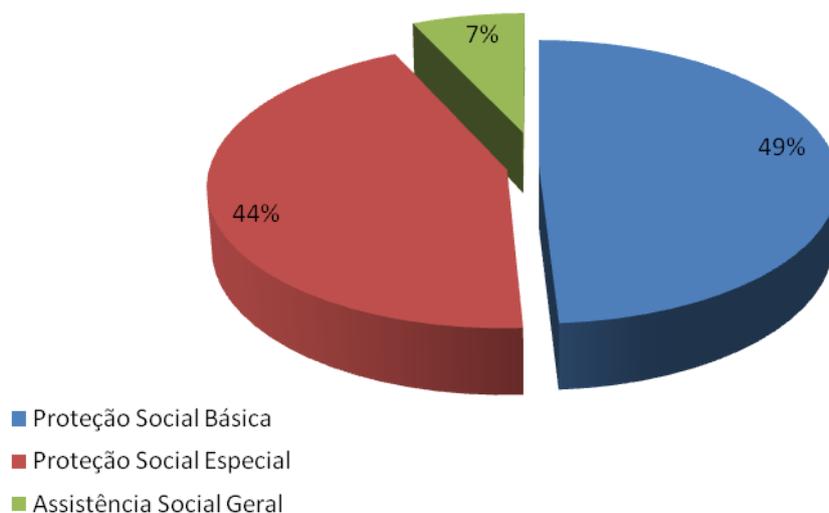
Fonte: Sof

Esta correlação está apresentada no gráfico abaixo, mostrando a distribuição dos recursos do FMAS no ano de 2013.

Gráfico 12: Distribuição dos recursos orçamentários por Programa Orçamentário (FMAS)

em valores nominais

em R\$



Fonte : SOF

III – METAS PARA 2014 a 2017

As metas do orçamento para o quadriênio 2014- 2017 deverão obedecer o planejamento da SMADS, ou seja estarão representadas conforme o Programa de Metas, Plano Plurianual - PPA, e este Plano de Assistência Social, sendo estes dois últimos apreciados e aprovados pelo COMAS –SP.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

I – Apresentação

A Assessoria De Imprensa – Comunicação Visual da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, disponibiliza informações para a imprensa geral e especializada, comunidade, órgãos públicos e organizações de assistência social, por meio de uma estreita articulação com as coordenadorias de todas as áreas da Secretaria.

Asseguramos a devida divulgação dos programas, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais vinculados a Política Municipal de Assistência Social visando à produção de resultados efetivos no que se refere à missão desta Secretaria. Otimizamos a utilização das ferramentas para atender as solicitações de todas as áreas internas e externas da Secretaria, no que se refere à confecção de certificados, informativos, tabelas, instrumentais de serviço, base para apresentação de slides, pasta/modelo de apresentação para projetos e relatórios, folders, banners e outros materiais de divulgação que se façam necessários.

Como objetivos da Assessoria de Comunicação, é possível destacar os seguintes: (i) Fortalecer a imagem da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS como órgão responsável pelo comando da Política de Assistência Social na cidade de São Paulo, de acordo com os parâmetros da Secretaria de Comunicação da Prefeitura (SECOM); (ii) Propor e acompanhar as diretrizes para a política de comunicação institucional interna e externa da Secretaria; (iii) Prestar assessoria às demais áreas da Secretaria sobre política, processos e meios de comunicação, para fins de divulgação de dados ou matérias nas diferentes mídias; (iv) Articular com as equipes da Secretaria o planejamento, promoção e procedimentos para viabilização, execução e divulgação de eventos, fóruns de debates, seminários e congressos pertinentes à Política de Assistência Social; (v) Prestar apoio na organização do cerimonial da Pasta; (vi) Divulgar o

cotidiano da Secretaria a outras pastas municipais; (vii) Organizar a divulgação eletrônica diária do clipping para o público interno; (viii) Arquivar todo o material para torná-lo registro histórico do trabalho desenvolvido pela Pasta; (ix) Realizar a gestão e manutenção do site e da presença da SMADS nas redes sociais.

III - Situação atual e Desafios

Assessoria de Comunicação é composta pela coordenação, assessores de imprensa, designers e estagiários, cujas atribuições são:

Coordenação:

- Planejamento estratégico;
- Definição das prioridades;
- Gerenciamento do fluxo entre SMADS e SECOM;
- Gerenciamento das demandas diárias;
- Gerenciamento das ações proativas;
- Aprovação final dos produtos da comunicação;
- Balanço mensal de resultados;
- Avaliação mensal da equipe;

Assessores de imprensa:

- Gerenciamento do fluxo entre SMADS e SECOM;
- Gerenciamento das demandas diárias;
- Revisão do Clipping, mailing e arquivos;
- Releases;
- Relacionamento com veículos de comunicação;
- Produção do informativo;
- Acompanhamento de Pautas;

Designers:

- Layout, diagramação e arte final de todo material gráfico da SMADS, que inclui: folders, publicações, relatórios, cartilhas, certificados, banners, convites, placas, crachás, envelopamento de veículos, cartazes, informativo, apresentações no powerpoint, entre outros.

Estagiários:

- Realização do Clipping e Diário Oficial / Atualização de Mailing / Suporte nas apurações; Suporte em releases e textos / Elaboração de relatório / Atualização de Mailing; Suporte nas apurações/ Planilha diária de atendimento.

Entre os desafios da Assessoria de Comunicação estão à sistematização do acesso do setor de comunicação às informações produzidas pelas outras áreas da Secretaria, e o aumento da presença da Pasta nas redes sociais por meio da criação de conteúdos que envolvam e estimulem o público externo a interagir, aumentando assim nosso alcance.

III – Metas e Estratégias – 2014 a 2017

- Reavaliar a eficiência e eficácia dos atuais canais de comunicação internos da SMADS, identificando fragilidades e propondo estratégias que facilitem o fluxo da informação.

ASSESSORIA TÉCNICA

I – Apresentação

Objetivando propiciar melhores condições para a efetivação da Política Municipal de Assistência Social na cidade de São Paulo, os gestores da SMADS têm buscado reorganizar a estrutura e estabelecer novos processos de trabalho capazes de viabilizar, no cotidiano das equipes técnicas, as funções de proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, considerando que a Assistência Social ocupa-se de prover a proteção à vida, redução de danos e prevenção a incidência de riscos sociais.

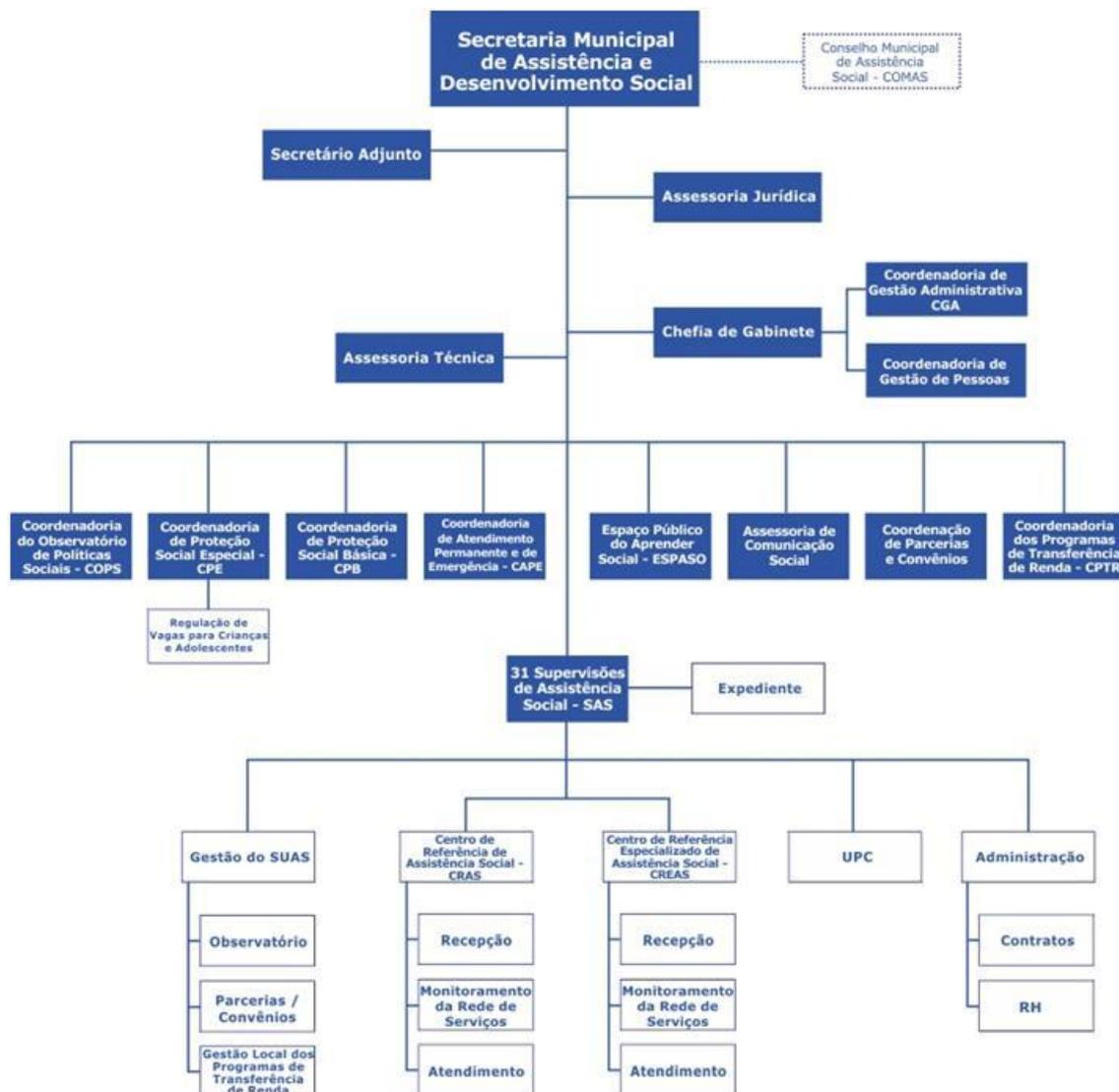
A equipe da Assessoria Técnica constituiu-se a partir da publicação do Decreto nº 54.073 de 04 de julho de 2013, que suprimiu a Coordenadoria Geral de Assistência Social – COGEAS, as Coordenadorias de Assistência Social – CAS e demais unidades da

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

Essa lógica estabelecida retoma o empoderamento do órgão gestor de assistência social no território, as Supervisões de Assistência Social – SAS, com sua rede socioassistencial estatal e parceira, a fim de manter um canal aberto direto entre o Gabinete e as Coordenadorias sem instâncias intermediárias.

Do ponto de vista institucional, a Supervisão de Assistência Social - SAS é o órgão responsável pela gestão descentralizada da Política de Assistência Social voltada ao provimento de serviços e benefícios socioassistenciais à população. A ênfase dada, a partir deste novo formato organizacional foi de fortalecimento do território, locus onde a vida acontece e a execução da política de assistência social se concretiza.

O organograma abaixo demonstra a estrutura organizacional que a SMADS passa a assumir.



A equipe de Assessoria Técnica nesta lógica tem como missão a aproximação entre o contexto da realidade local das Supervisões de Assistência Social – SAS com as diretrizes emanadas pelas Coordenadorias da SMADS, visando um alinhamento conceitual, sem deixar de respeitar as especificidades de cada território.

Neste contexto, a equipe tem como atribuição monitorar e fortalecer a execução da política pública de assistência social no âmbito das Supervisões de Assistência Social – SAS, assegurando a unidade de execução de forma sistêmica e articulada com base nas diretrizes, princípios, normas e padrões técnicos definidos pelas Coordenadorias das SMADS.

Outra atribuição é assessorar o Gabinete de SMADS nas articulações intersecretariais, nas representações institucionais, nos conselhos setoriais, de controle social e de defesa de direitos, propiciando o fortalecimento das ações junto às SAS.

II – Situação atual e desafios

Para a concretização do SUAS é necessário que as ações direcionadas ao cidadão de determinado território, não cheguem de forma fragmentada e pontual, mas que ocorram com atuação de diversos atores - da educação, da saúde, da assistência social, da cultura, da habitação entre outros. Entendendo que as pessoas formam conglomerados humanos que compartilham características relativamente similares de natureza cultural e sócio -econômica e habitam um determinado território, com um determinado “jeito de ser”, a lógica setorial não consegue dar conta efetivamente de olhar para cada realidade peculiar existente em cada agrupamento territorial, conseqüentemente não dando conta de efetivamente interferir na qualidade de vida dessas pessoas.

Fazer parte deste Sistema traz um grande desafio para todos nós, executores da política pública de assistência social que é o da efetivação de fato da Política Municipal de Assistência Social na cidade de São Paulo. Implica mudança de valores, na fixação de novos parâmetros técnicos, políticos e éticos, na direção de uma nova cultura institucional no campo da assistência social. Há também a necessidade do corpo de funcionários se sentir como um grupo de trabalho coeso e com unidade de concepção e esta dinâmica é construída gradativamente no cotidiano relacional. Avançamos na aproximação com os territórios estabelecendo canais de contato direto com os Supervisores Regionais, através de imersões, reuniões e ações que possibilitaram e possibilitam aproximação fundamental SMADS/SAS para a gestão descentralizada.

Tivemos e temos ainda muitos desafios a serem enfrentados para a consolidação da política pública de assistência social e, no âmbito desta assessoria destacam-se os seguintes:

- Consolidação das Supervisões de Assistência Social, no seu território de abrangência, enquanto representantes da Política Municipal de Assistência

Social.

- Fortalecimento da participação da Supervisão de Assistência Social no Governo Local, enquanto representante da execução da política pública de assistência social, com clareza da missão institucional, responsabilidades e competências específicas da SAS.

III – Metas e Estratégias - 2014 a 2017.

Ações e estratégias da Assessoria Técnica para contribuir com a implementação das metas:

- Visitas “in loco” nas SAS, CRAS, CREAS e Centro Pop.
- Reunião periódica por agrupamento macro.
- Reunião com as Coordenadorias da SMADS para um alinhamento no trabalho.
- Reunião com as Coordenadorias da SMADS antes das reuniões mensais dos agrupamentos de SAS.
- Participação em reuniões demandadas pelo Gabinete da SMADS e das demais Coordenadorias.

Com vistas a facilitar o diálogo a partir de dados e fontes de informação de outras Secretarias da Prefeitura da cidade de São Paulo, cumpre destacar que se utiliza como referência a divisão territorial em 4 (quatro) macrorregiões.

- Centro e Leste1
- Leste2
- Norte1, Norte2 e Oeste
- Sul 1 e Sul 2

Para a constituição destas macrorregiões foram consideradas realidades socioterritoriais semelhantes e a demanda a ser atendida, ou seja: número de Unidades Estatais – CRAS, CREAS e Centro para População de Rua - rede conveniada, o número de famílias com Bolsa Família e o número de famílias fora das condicionalidades para cada região.

Cabe ressaltar que as e as estratégias para obtenção de informações, desenvolvimento de instrumentos e avaliação e monitoramento ocorrem nas proteções e COPS em conjunto com esta assessoria.

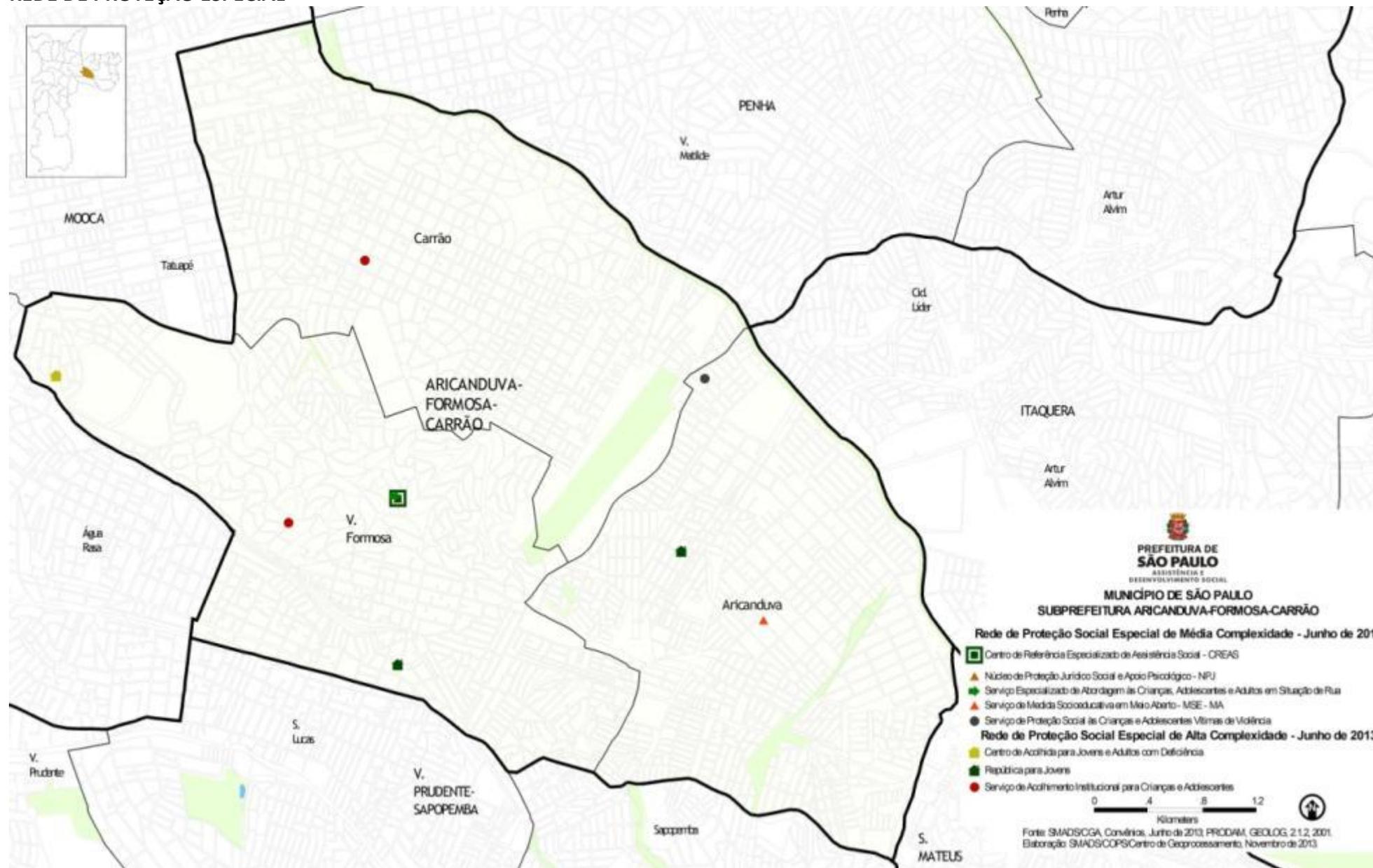
Supervisões Regionais de Assistência Social

Seguem as principais informações e metas para cada uma das 31 Supervisões Regionais de Assistência Social.

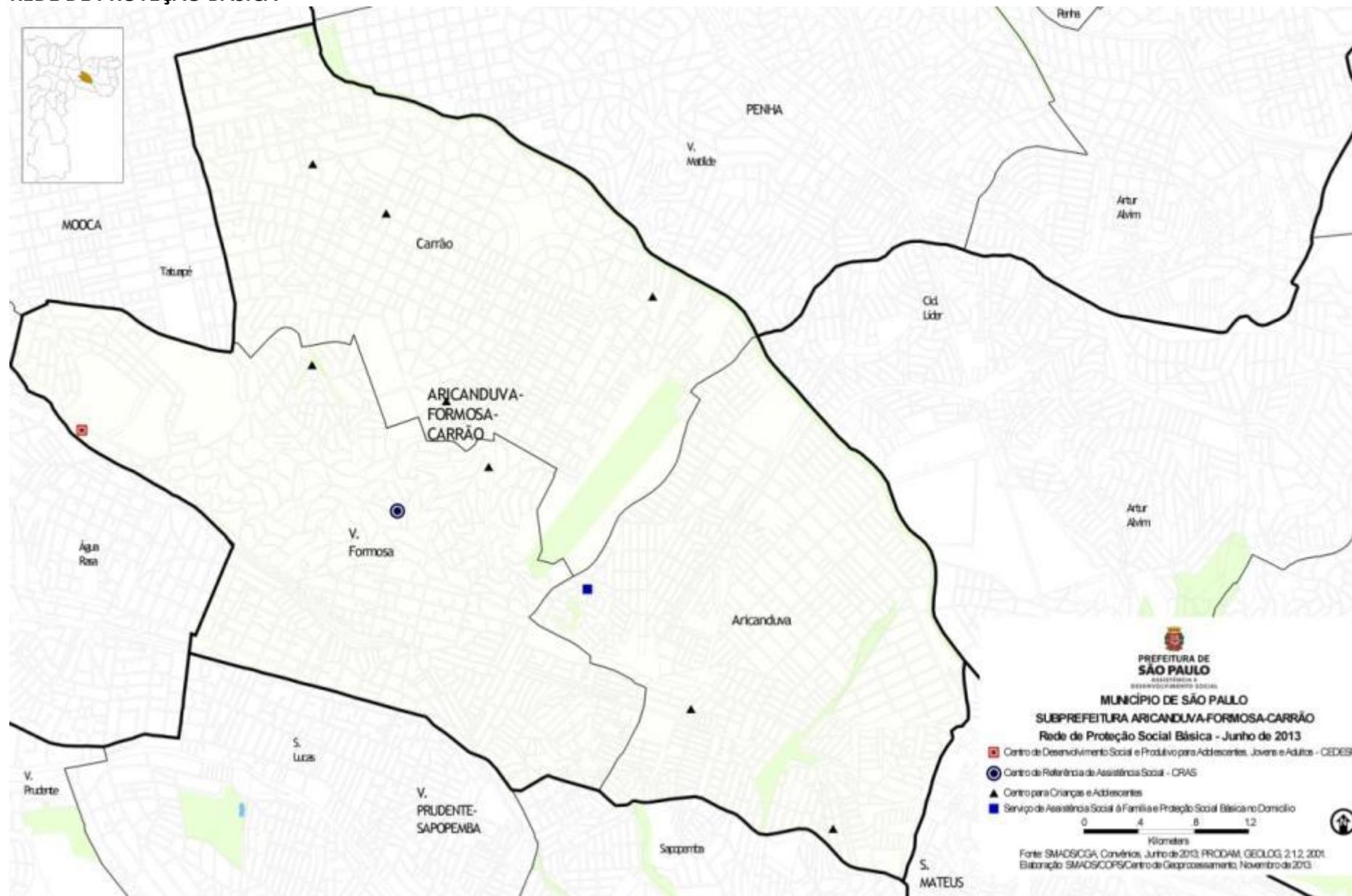
SAS Aricanduva / Formosa / Carrão				
Distritos	Aricanduva			
	Carrão			
	Vila Formosa			
REDE ESTATAL				
Tipo	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	360	1	360
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	8	690	8	810
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Total Básica	10	2.050	10	2.170
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	2	40	2	40
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto	1	300	1	200
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico	1	90	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	1	120	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	0	0	1	80
Total Especial Média Complexidade	5	550	6	560
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes	1	40	1	40
Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	2	40	2	40
Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	1	20	1	20
República Jovem	1	12	1	12
Total Especial Alta Complexidade	5	112	5	112
Total Geral Convênios	20	2.712	21	2.842
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012	17.235			
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)	297			
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013	6.522			
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013	2.877			
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013	215			
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013	1.722			
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013	1.262			
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013	3.408			

Metas AF 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Aricandura	1	CRAS
Aricandura	1	CCA
Aricandura	1	NCI
Vila Formosa	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Aricanduva	2	Residência Inclusiva

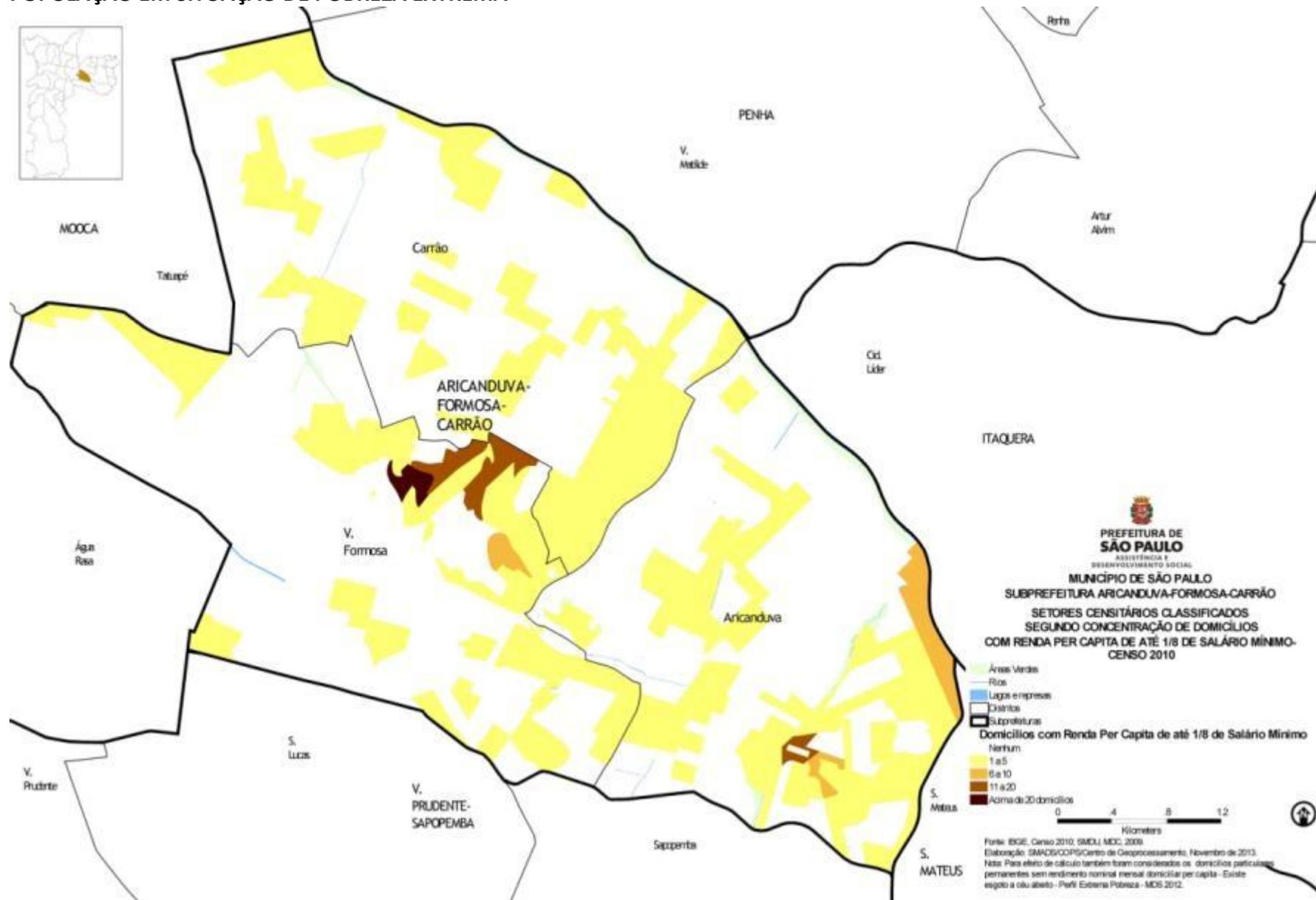
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



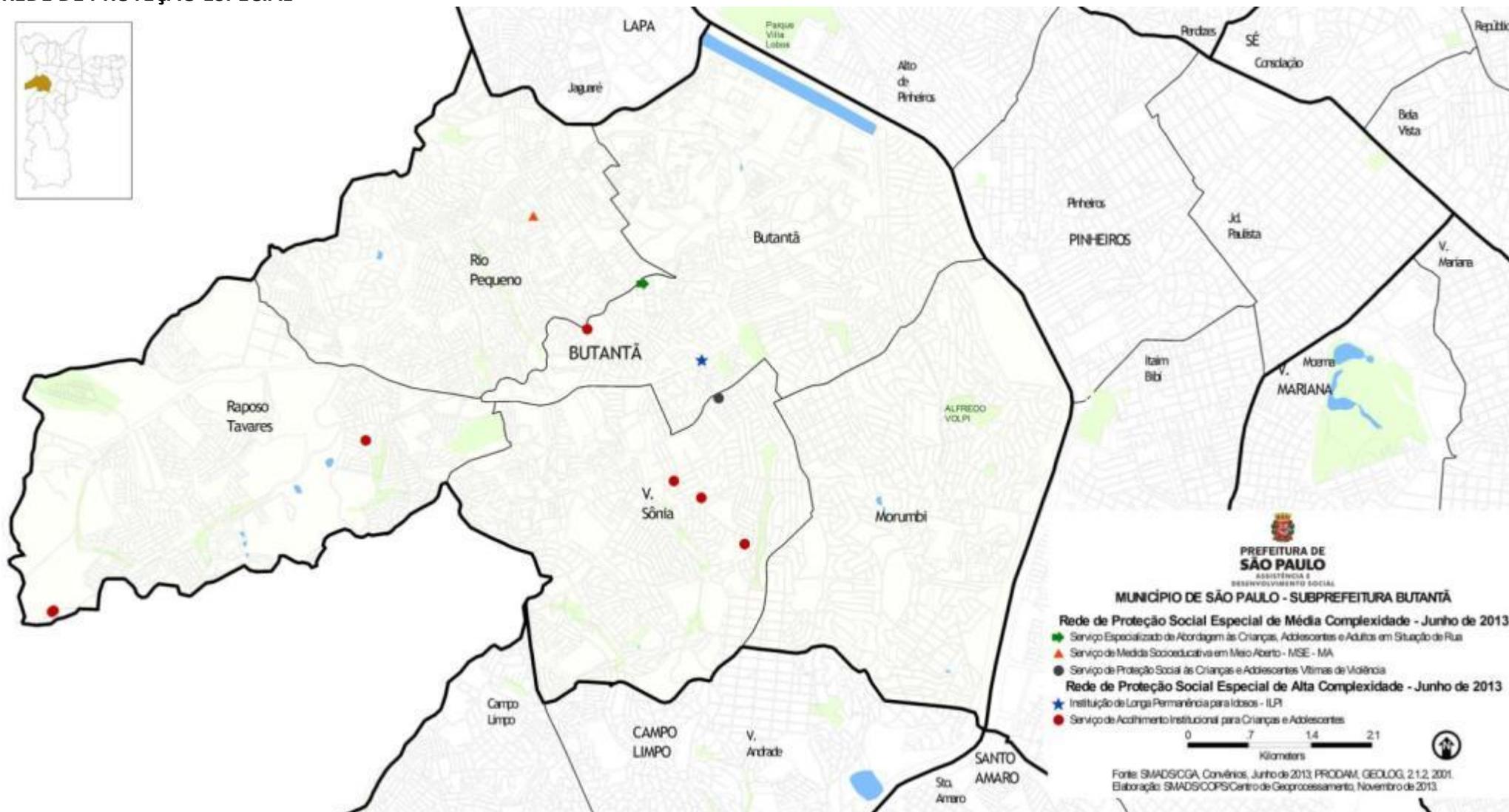
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



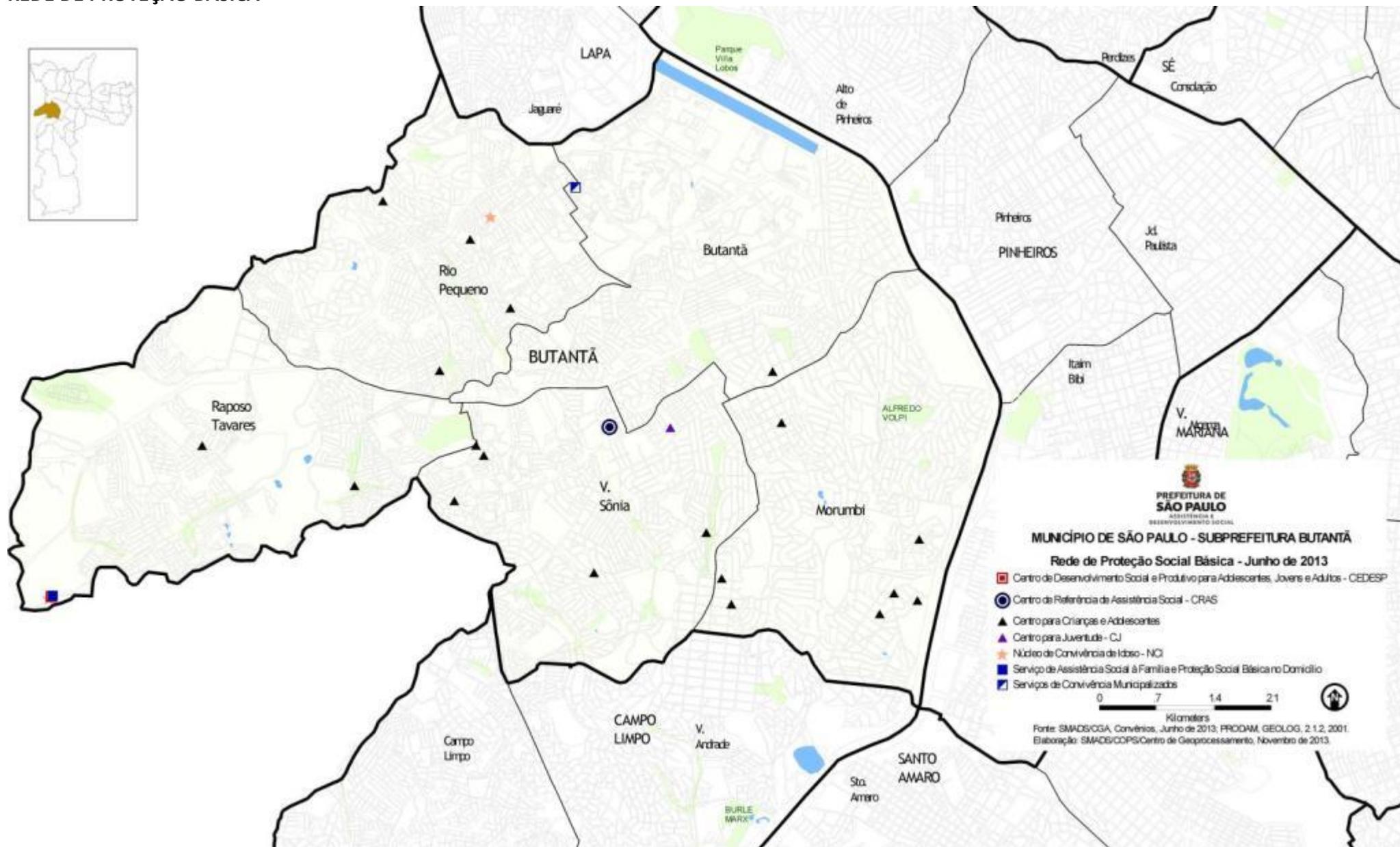
SAS Butantã				
Distritos	Butantã			
	Morumbi			
	Raposos Tavares			
	Rio Pequeno			
	Vila Sônia			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	Não há		Não há	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	210	2	330
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	200	1	220
Centro para Juventude - CJ	1	240	1	240
Circo Escola	1	600	1	600
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	21	3.260	20	3.140
Clube da Turma	0	0	1	240
Total Básica	27	5.510	27	5.770
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua - SEAS	1	90	1	90
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	225	2	225
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Total Especial Média Complexidade	3	315	4	395
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	7	140	7	140
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	90	1	60
Total Especial Alta Complexidade	8	230	8	200
Total Geral Convênios	38	6.055	39	6.365
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			27.314	
(extrema pobreza – IBGE 2010)			945	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			18.671	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			6.990	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.119	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.526	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.872	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.562	

Metas BT 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Morumbi	1	CCA
Raposo Tavares	1	CRAS
Raposo Tavares	1	CCA
Rio Pequeno	1	CRAS
Rio Pequeno	1	CCA
Vila Sônia	1	CCA
Vila Sônia	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Butantã	1	CREAS
Butantã	1	NPJ
Butantã	1	MSE
Butantã	1	SPVV
Butantã	1	CDCM
Butantã	1	Centro Dia Idoso
Butantã	1	Centro de Acolhida

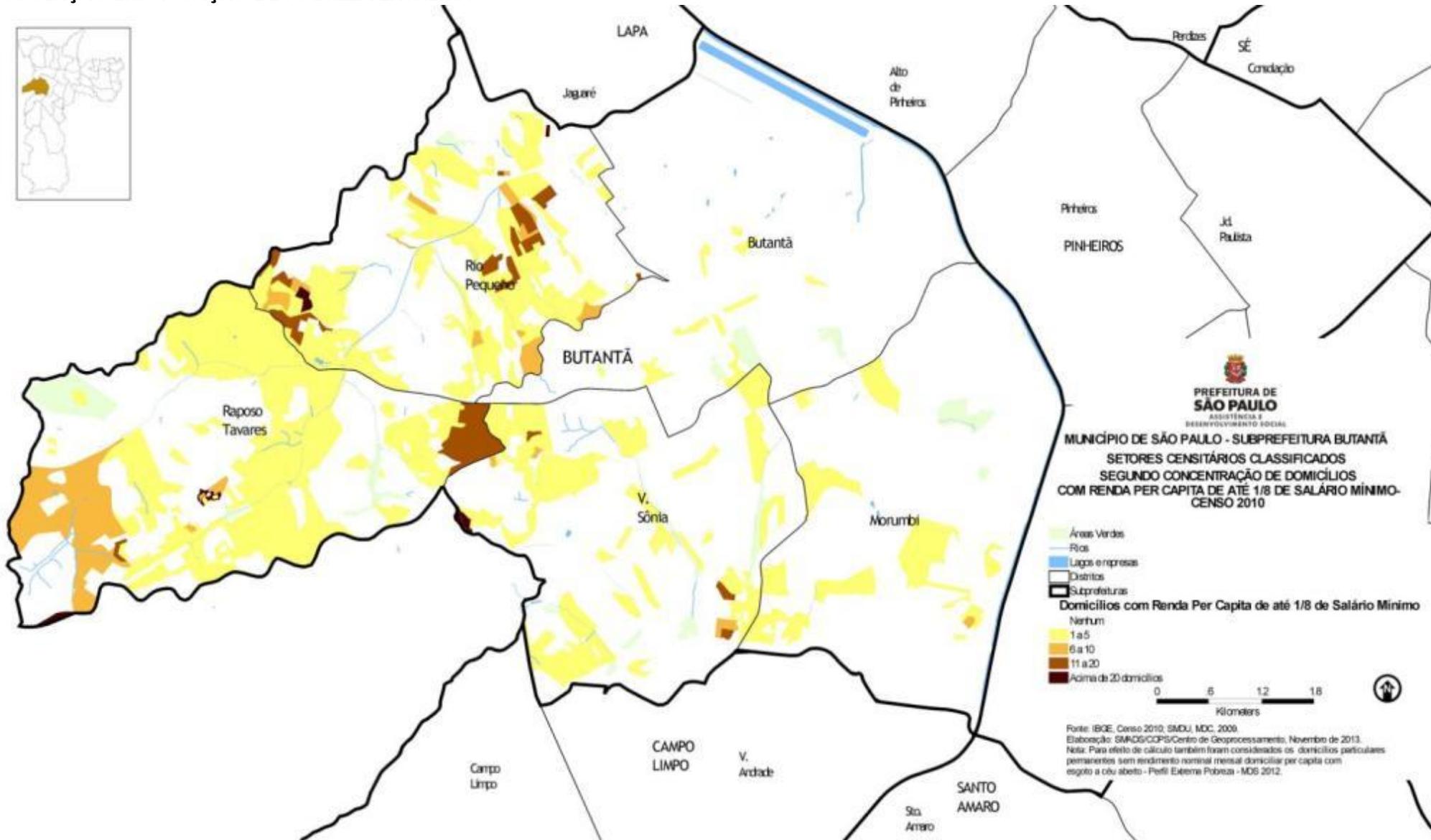
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



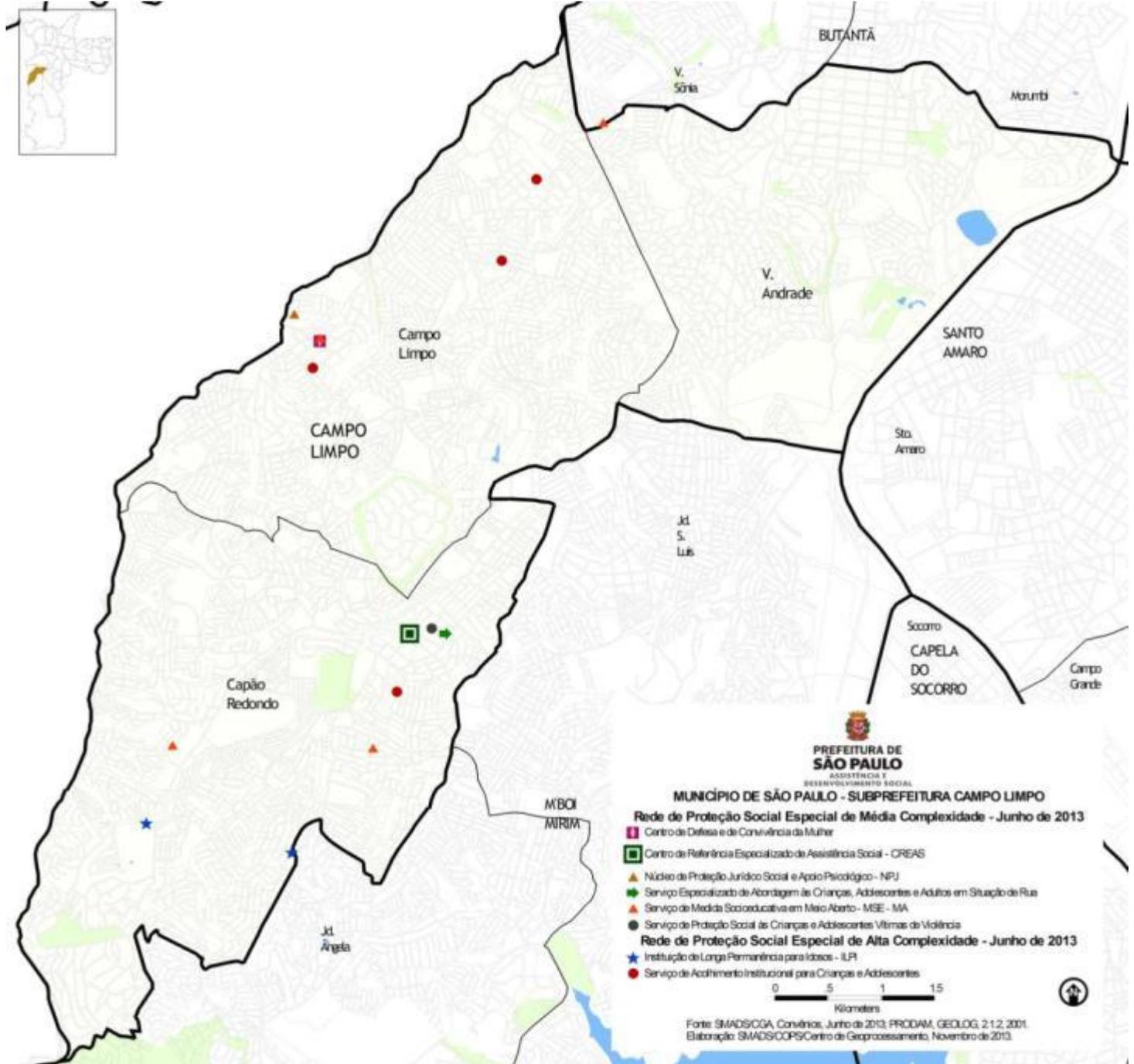
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



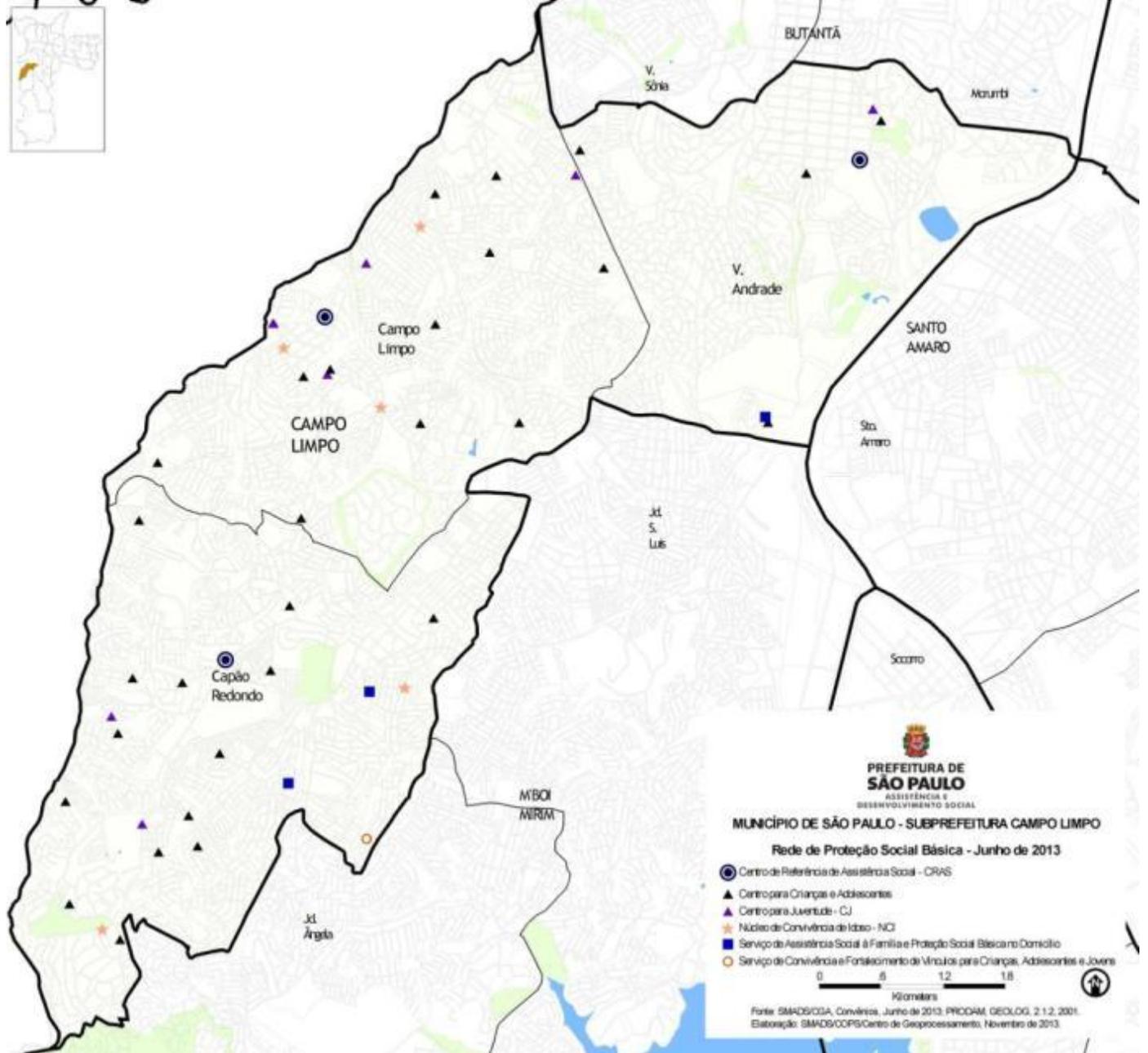
SAS Campo Limpo				
Distritos	Campo Limpo			
	Capão Redondo			
	Vila Andrade			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	3	3.000	3	3.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	5	420	6	700
Centro para Juventude - CJ	9	1.020	12	1.380
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	31	5.140	33	5.670
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens	1	1.140	1	1.140
Total Básica	49	10.720	55	11.890
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua - SEAS	1	300	1	200
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	3	315	4	420
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	150	1	150
Total Especial Média Complexidade	6	885	8	970
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	4	80
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	30	1	30
Total Especial Alta Complexidade	4	90	5	110
Total Geral Convênios	59	11.695	68	12.970
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			27314	
(extrema pobreza – IBGE 2010)			945	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			18.671	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			6.990	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.119	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.526	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.872	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.562	

Metas CL 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Campo Limpo	1	CRAS
Campo Limpo	1	CCA
Campo Limpo	1	CEDESP
Campo Limpo	1	NCI
Capão Redondo	2	CRAS
Capão Redondo	1	CCA
Capão Redondo	2	CEDESP
Vila Andrade	2	CRAS
Vila Andrade	1	CCA
Vila Andrade	1	CEDESP
Vila Andrade	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Campo Limpo	1	MSE
Campo Limpo	1	Centro Dia Idoso
Campo Limpo	1	NAISPD
Campo Limpo	1	SPVV
Campo Limpo	1	Centro de Acolhida

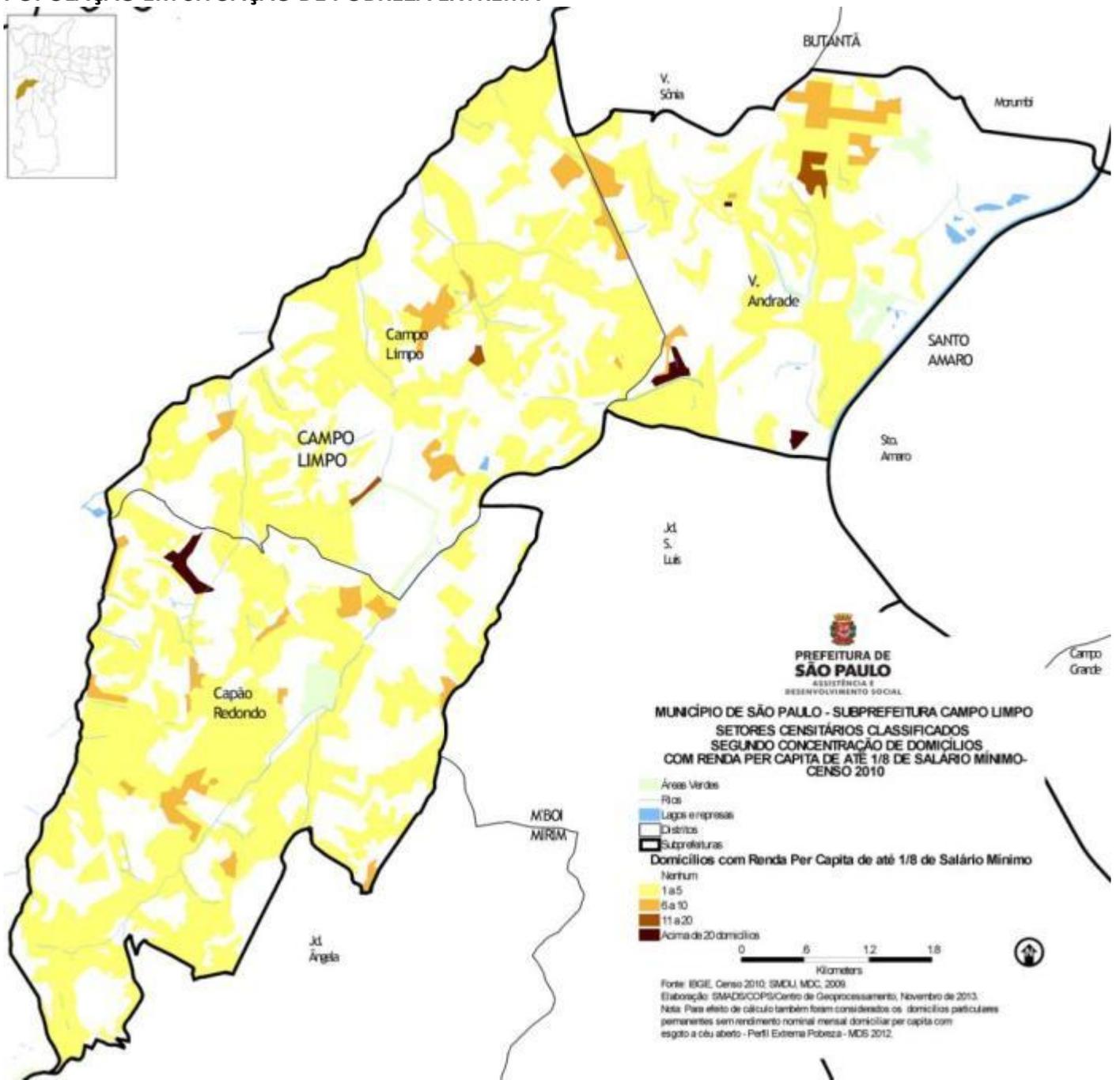
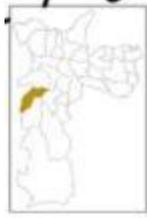
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



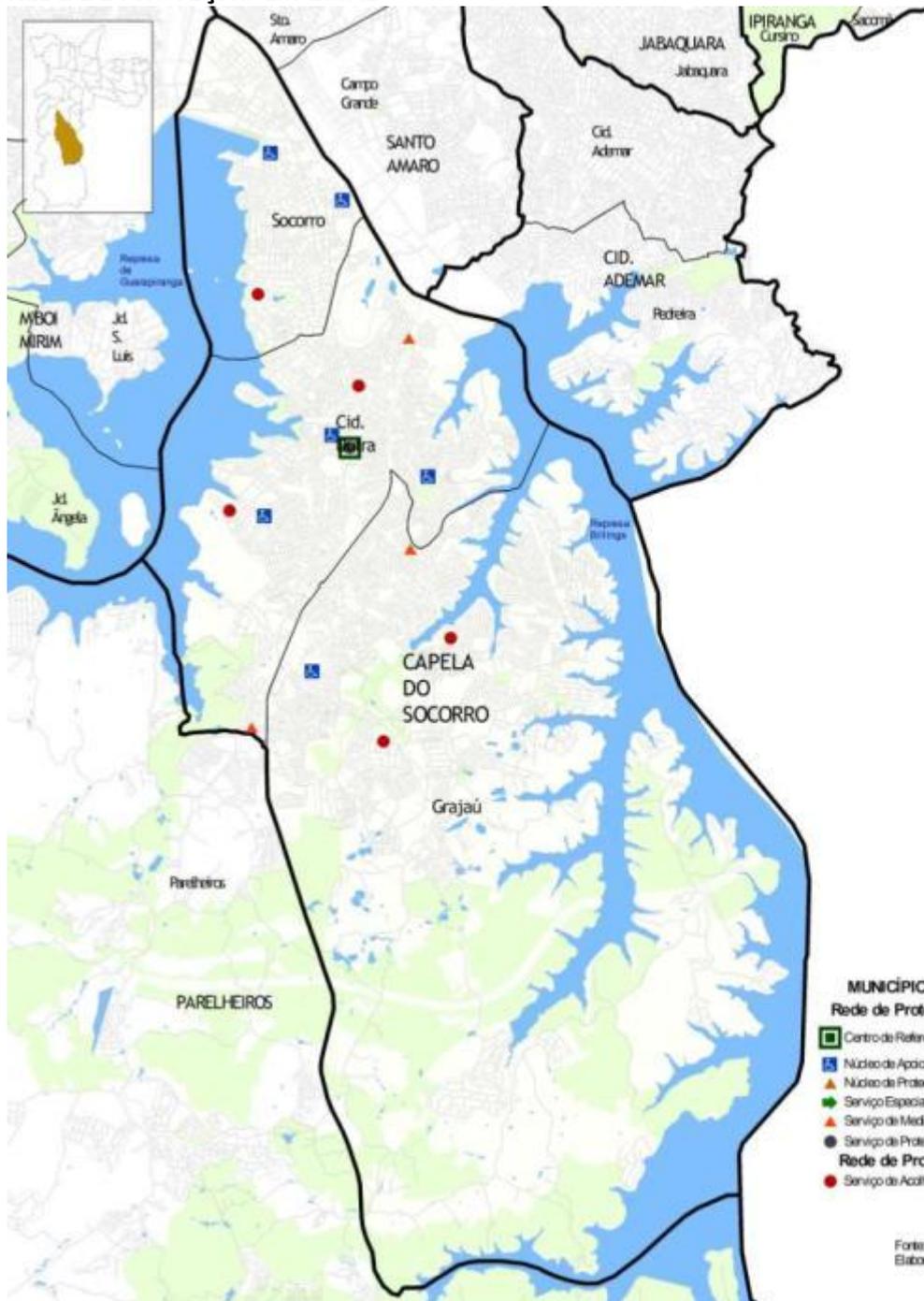
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



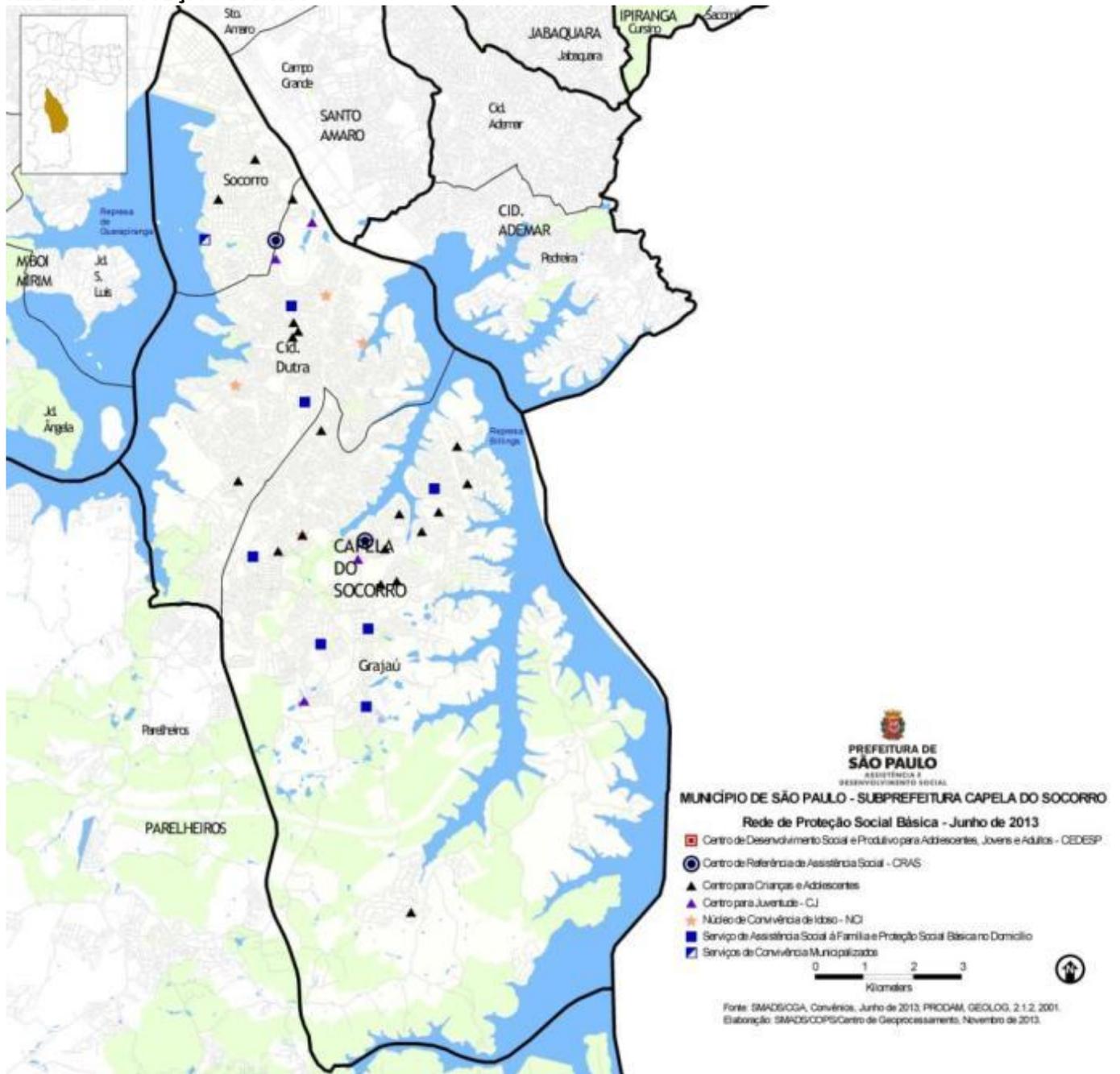
SAS Capela do Socorro				
Distritos	Capela do Socorro			
	Cidade Dutra			
	Grajaú			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	7	7.000	7	7.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	4	560	4	600
Centro para Juventude - CJ	3	360	3	360
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	21	3.445	21	3.450
Circo Escola	1	1.300	0	0
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	1	60
Total Básica	37	12.725	36	11.470
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	300	1	300
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	3	300	3	300
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	1	80	1	80
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	0	0	4	270
Total Especial Média Complexidade	6	800	10	1.070
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	6	120	5	100
Total Especial Alta Complexidade	6	120	5	100
Total Geral Convênios	49	13.645	51	12.640
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			51.377	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			2.285	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			43.538	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			17.825	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			608	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			5.240	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			4.471	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			5.867	

Metas CS 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Cidade Dutra	1	CRAS
Cidade Dutra	1	CCA
Cidade Dutra	1	CEDESP
Cidade Dutra	1	CRECI
Grajaú	4	CRAS
Grajaú	1	CCA
Grajaú	1	CEDESP
Grajaú	2	Convivendo e Aprendendo
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Capela do Socorro	1	NPJ
Capela do Socorro	1	Centro Dia Idoso
Capela do Socorro	1	República Jovem
Capela do Socorro	1	Casa Lar
Capela do Socorro	1	ILPI
Capela do Socorro	2	Residência Inclusiva
Capela do Socorro	1	Centro de Acolhida
Capela do Socorro	1	República Adulto

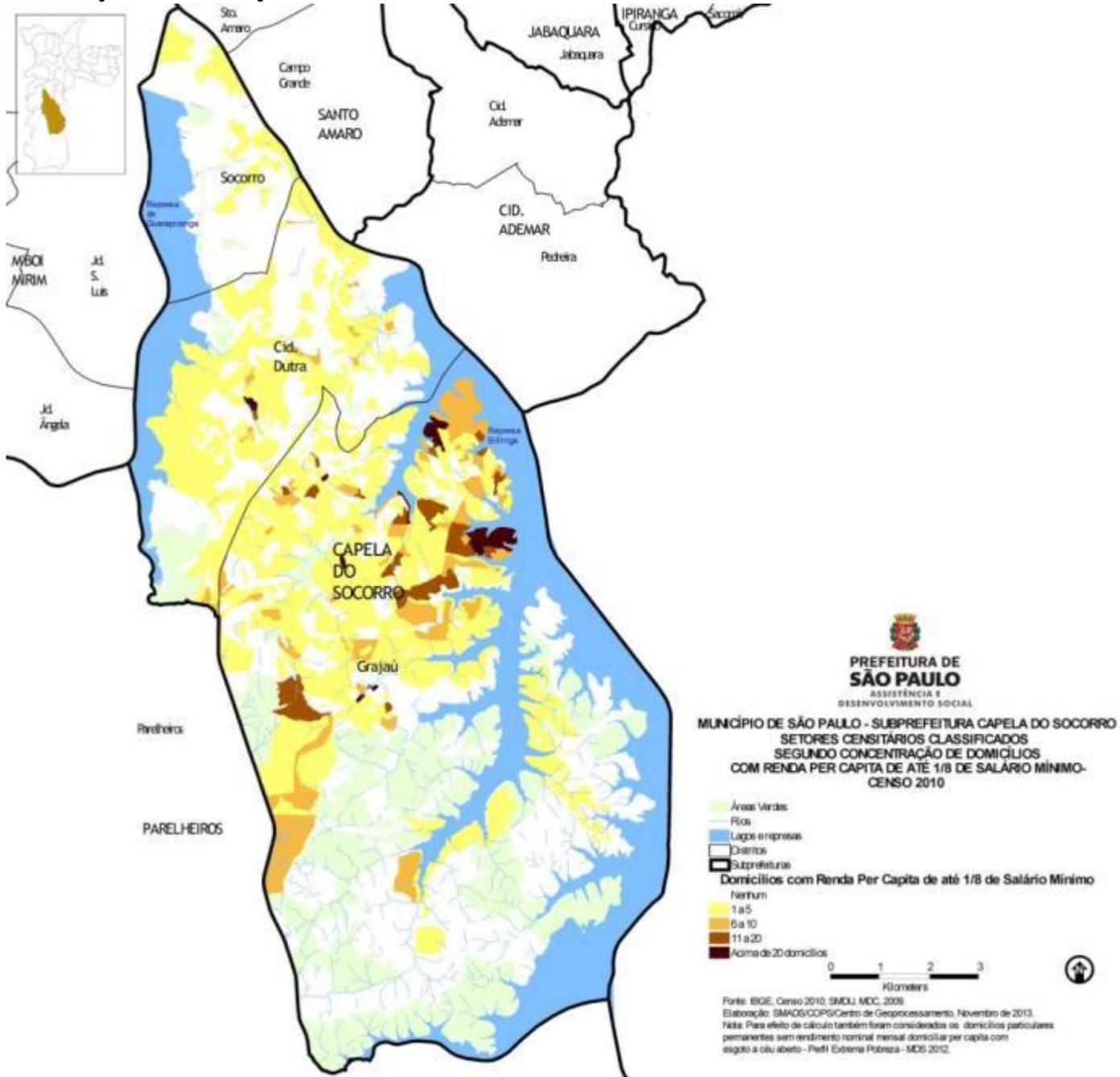
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



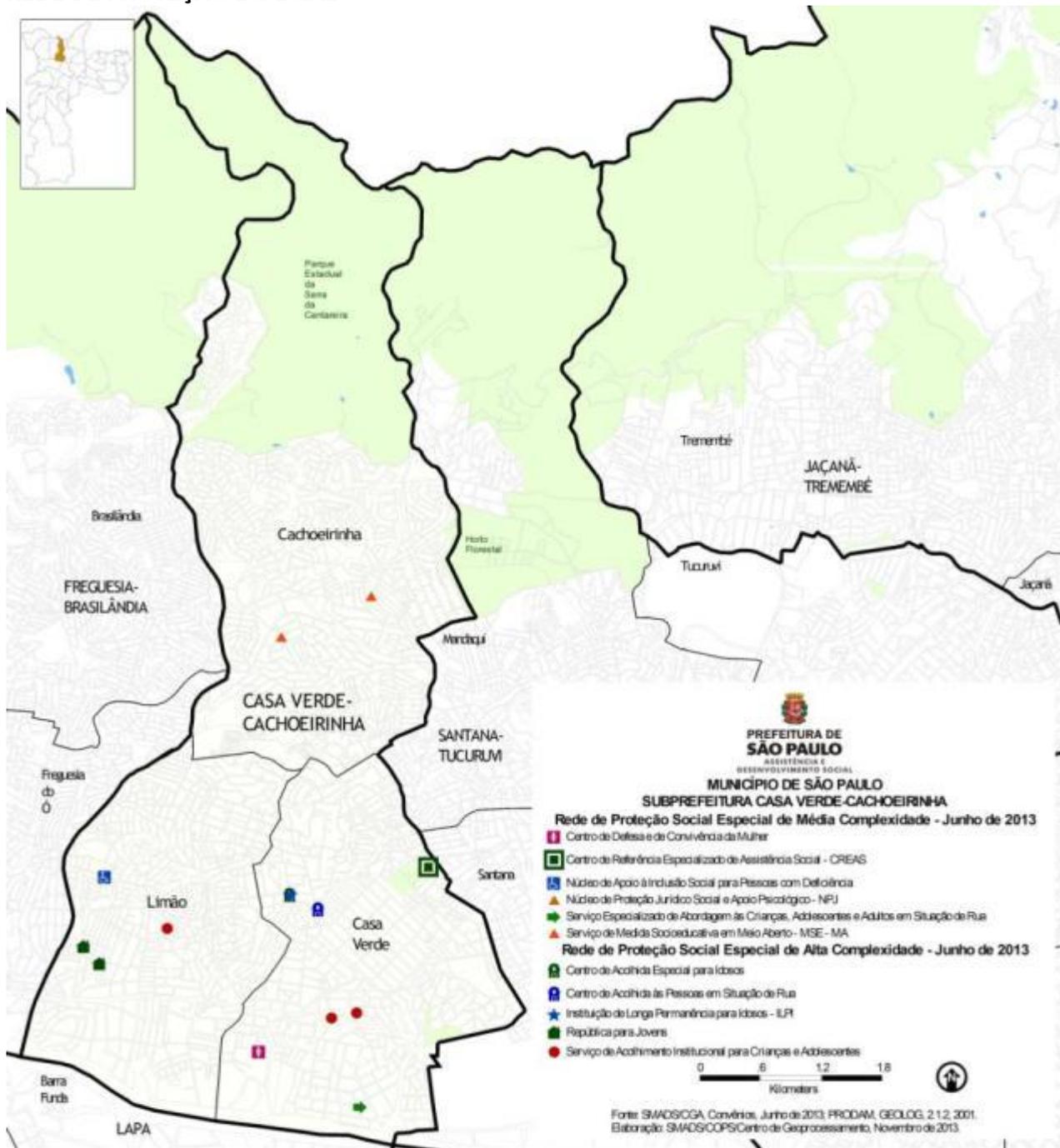
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



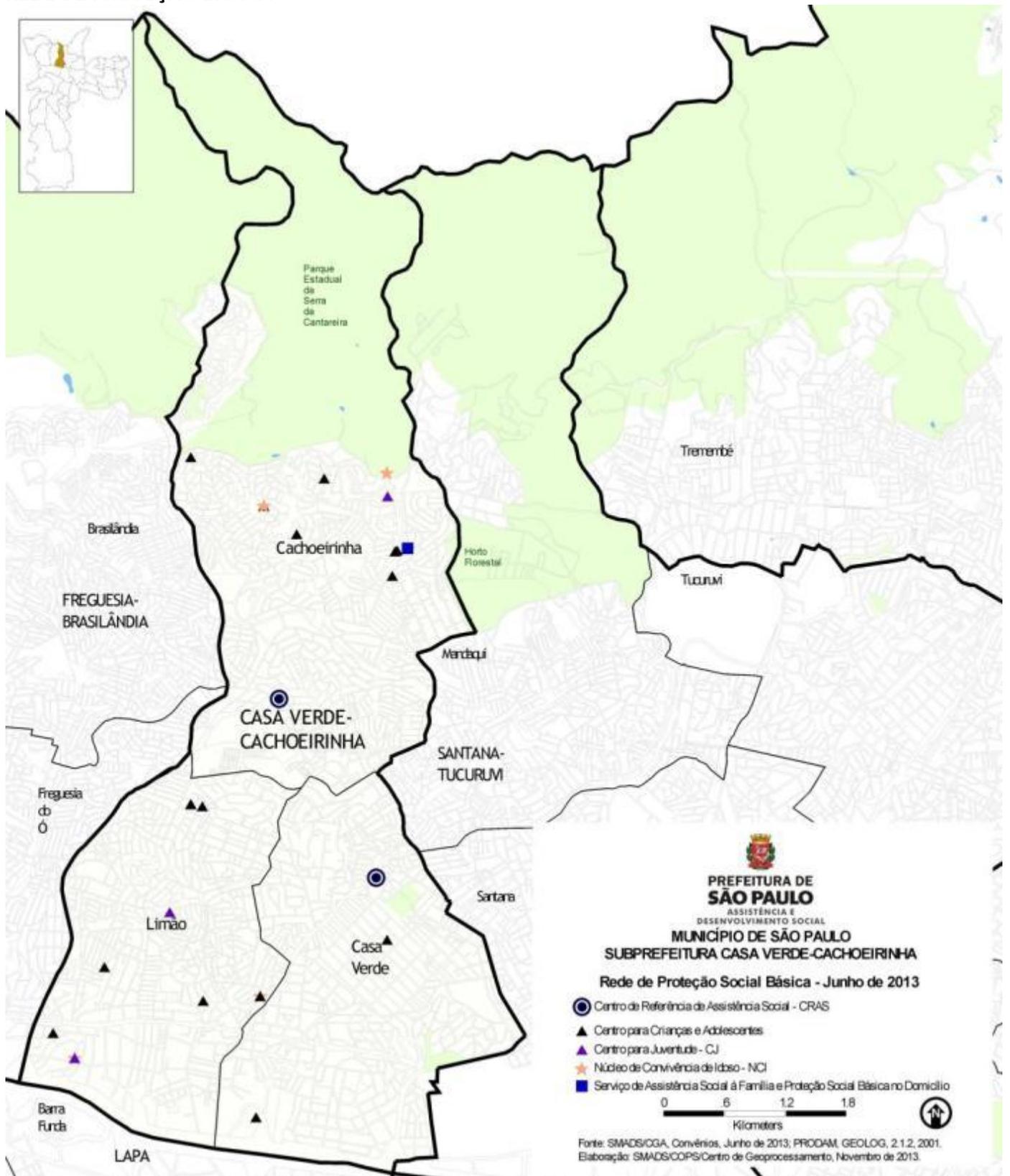
SAS Casa Verde				
Distritos	Cachoeirinha			
	Casa Verde			
	Limão			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	4	360	3	300
Centro para Juventude - CJ	4	420	4	360
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	15	2.220	15	2.040
Total Básica	24	4.000	23	3.700
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	300	1	250
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	225	2	225
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Total Especial Média Complexidade	6	805	6	755
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	4	80	3	60
República Jovem	1	12	1	12
Centro de Acolhida Especial para Idosos	1	60	1	60
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	150	1	150
Instituição de Longa Permanência para Idosos	1	30	1	30
Total Especial Alta Complexidade	8	332	7	312
Total Geral Convênios	38	5.137	36	4.767
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012	18.293			
(extrema pobreza – IBGE 2010)	546			
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013	12.254			
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013	6.082			
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013	699			
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013	2.472			
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013	1.590			
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013	3.073			

Metas CV 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Cachoeirinha	1	CRAS
Cachoeirinha	1	CCA
Casa Verde	1	NCI
Limão	1	CCA
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Casa Verde	1	SPVV

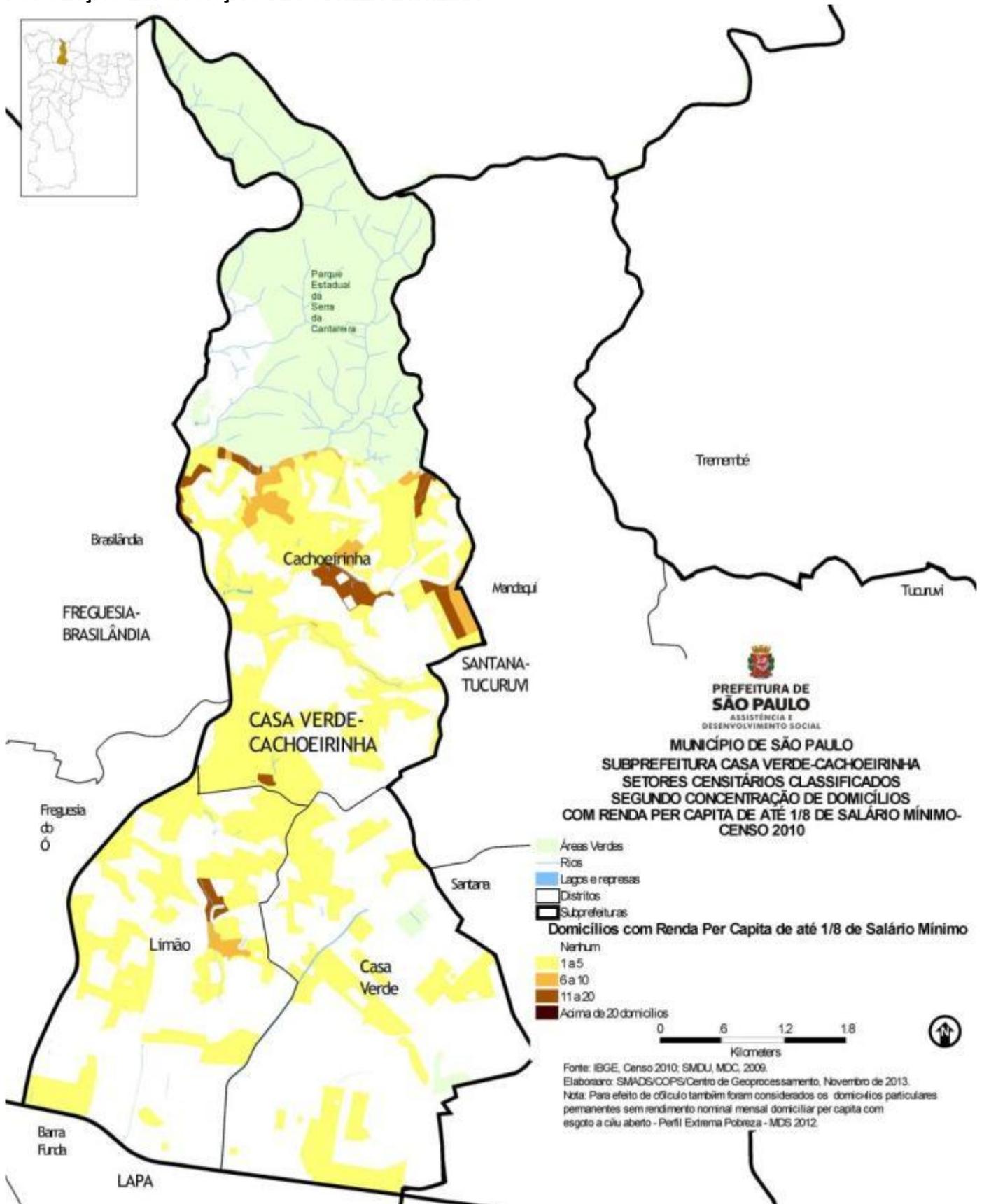
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



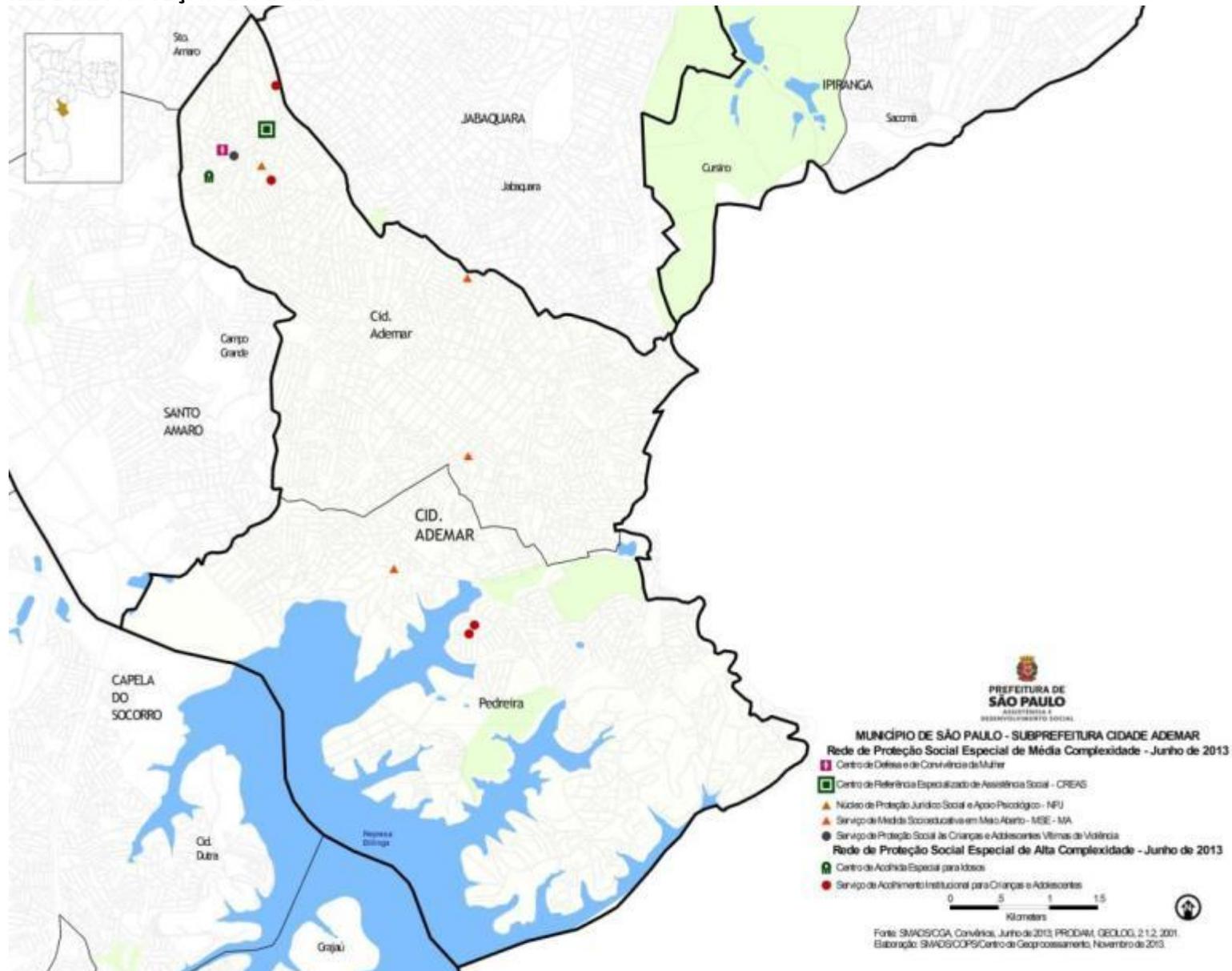
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



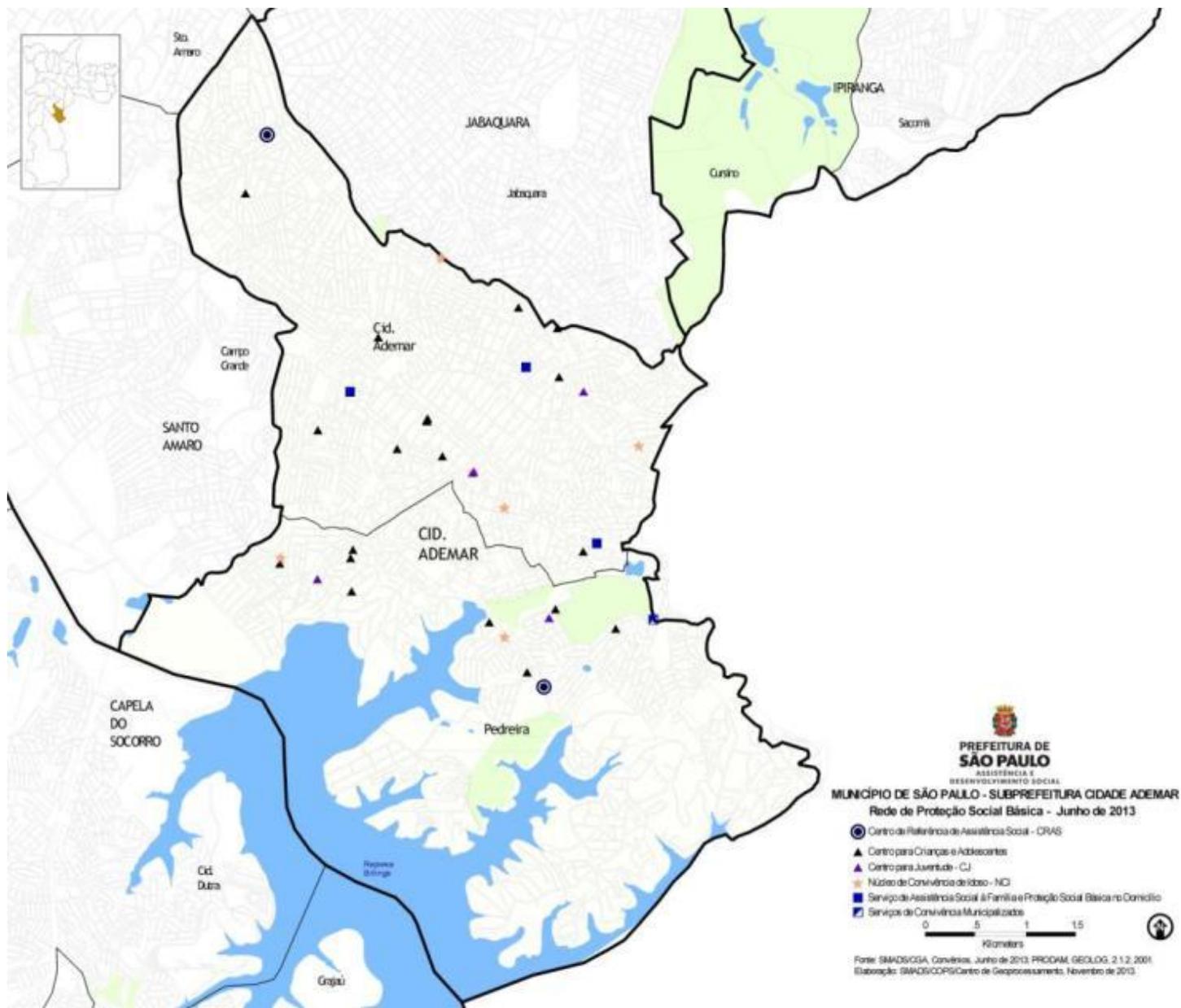
SAS AD Cidade Ademar				
Distritos	Cidade Ademar			
	Pedreira			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	3	3.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	6	800	6	1.000
Centro para Juventude - CJ	3	360	4	480
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	20	2.780	19	2.910
Clube da Turma	1	1.280	1	1.280
Total Básica	33	8.220	33	8.670
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	3	300	3	300
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Total Especial Média Complexidade	4	420	5	500
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	2	40	2	40
Centro de Acolhida Especial para Idosos	1	60	1	60
Total Especial Alta Complexidade	3	100	3	100
Total Geral Convênios	40	8.740	41	9.270
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			40.710	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.218	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			20.500	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			9.728	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			570	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.736	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			3.115	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			4.493	

Metas 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Cidade Ademar	2	CRAS
Cidade Ademar	1	CCA
Cidade Ademar	1	CEDESP
Pedreira	1	CRAS
Pedreira	1	CCA
Pedreira	1	Convivendo e Aprendendo
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Cidade Ademar	1	MSE
Cidade Ademar	1	Centro Dia Idoso
Cidade Ademar	1	NAISPD

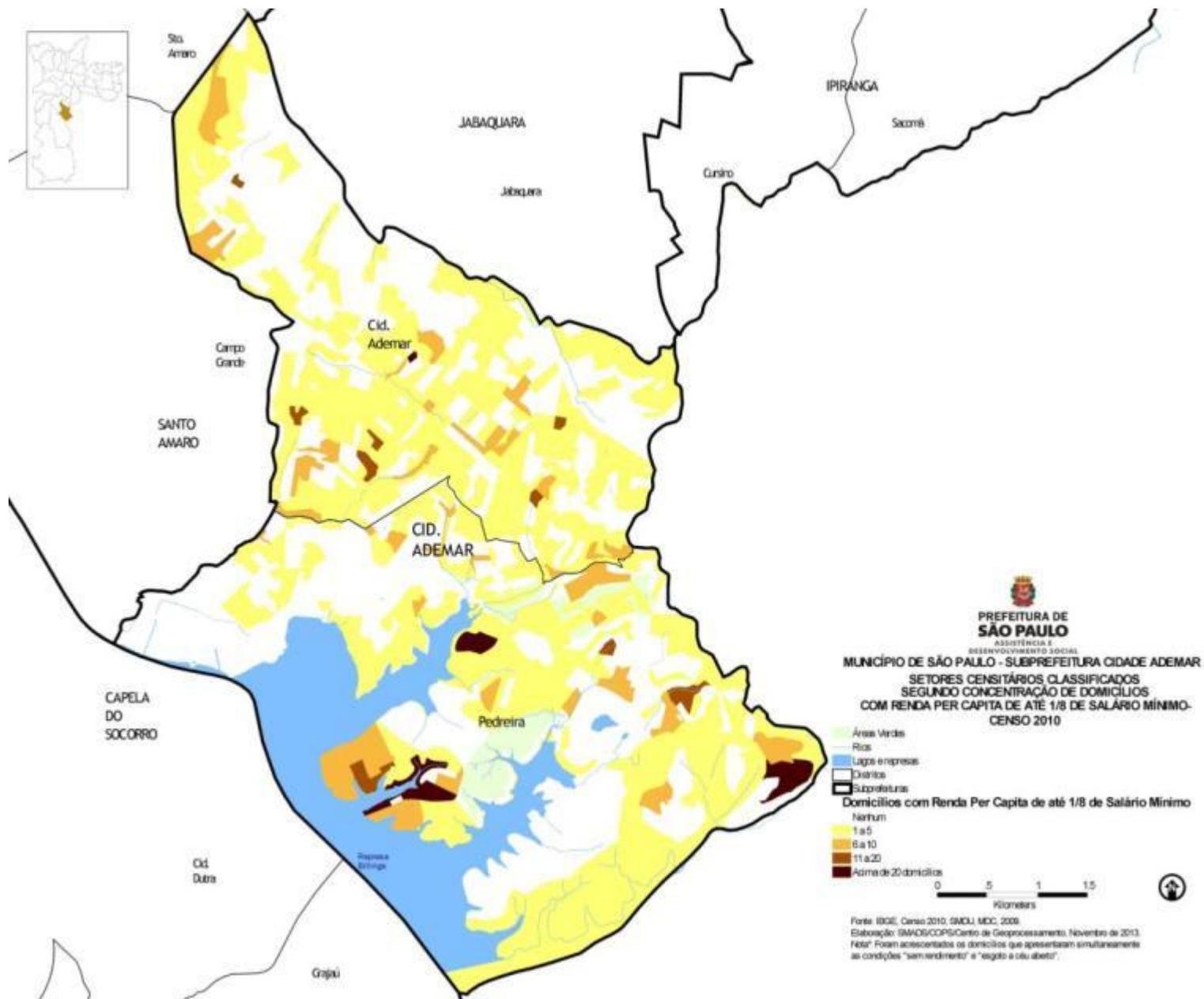
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



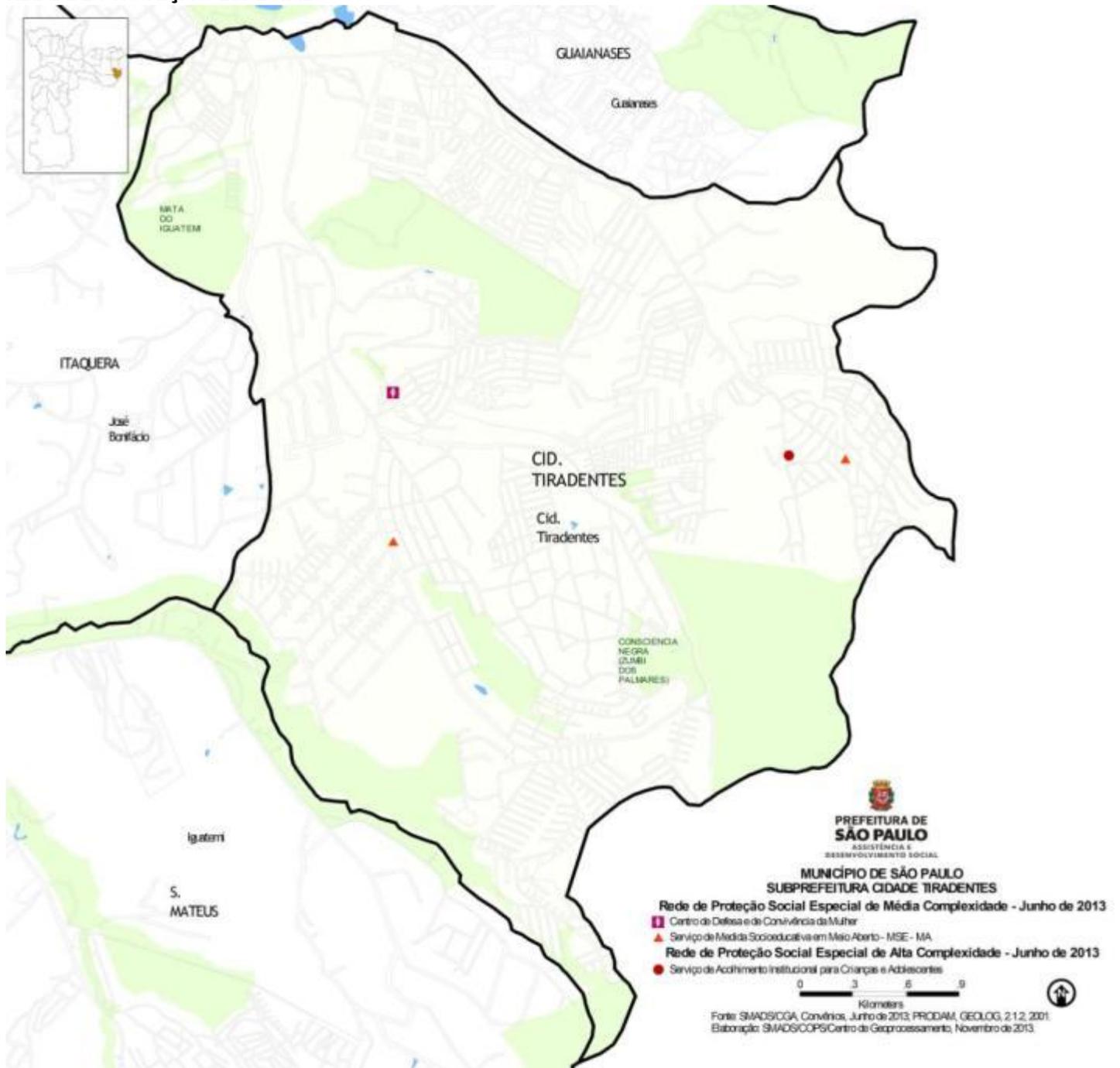
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



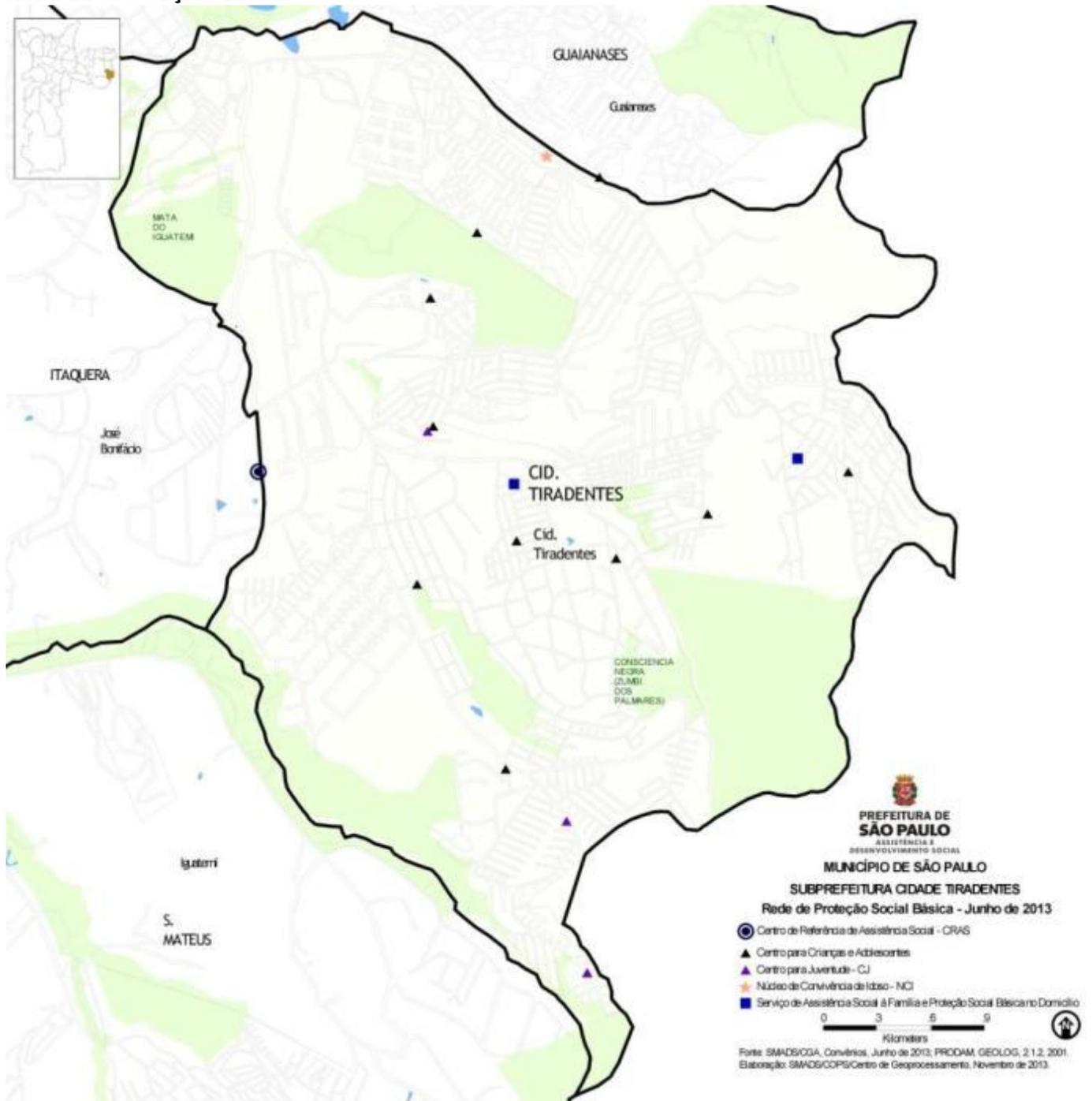
SAS Cidade Tiradentes				
Distritos		Cidade Tiradentes		
REDE ESTATAL				
		Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013	
CRAS		1	1	
CREAS		Não há	Não há	
Centro Pop		Não há	Não há	
REDE CONVENIADA				
		Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	2	2.000	2	2.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	2	240	1	100
Centro para Juventude - CJ	3	300	3	300
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	11	1.260	11	1.260
Total Básica	18	3.800	17	3.660
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	180	2	180
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Total Especial Média Complexidade	3	280	3	280
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	1	20	1	20
Total Especial Alta Complexidade	1	20	1	20
Total Geral Convênios	22	4.100	21	3.960
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			22.186	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			821	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			15.958	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			8.970	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.091	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.780	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.710	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			2.281	

Metas CT 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Cidade Tiradentes	3	CRAS
Cidade Ademar	1	CCA
Cidade Ademar	1	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Cidade Tiradentes	1	CREAS
Cidade Tiradentes	1	NPJ
Cidade Tiradentes	1	MSE
Cidade Tiradentes	1	SAICA

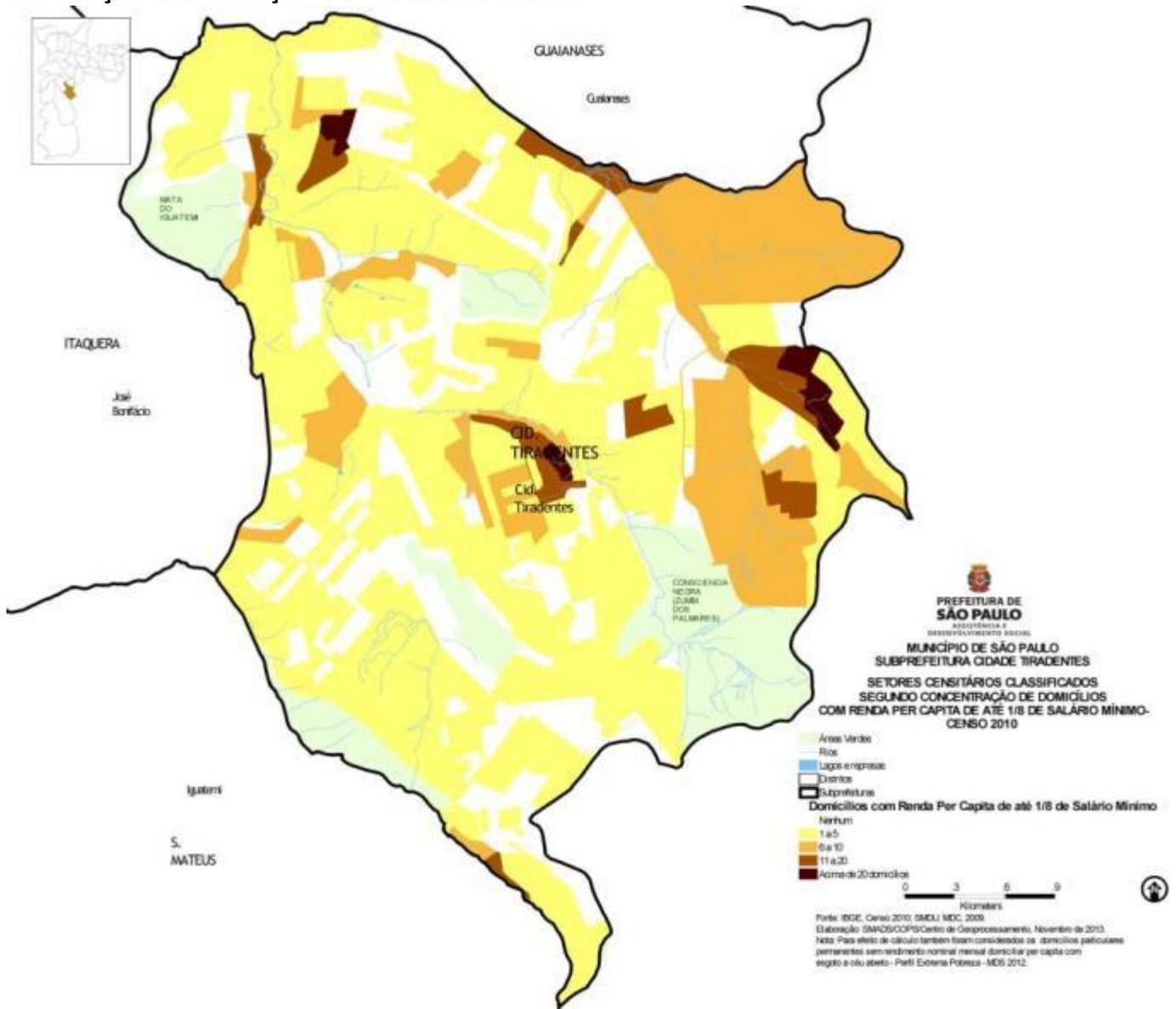
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



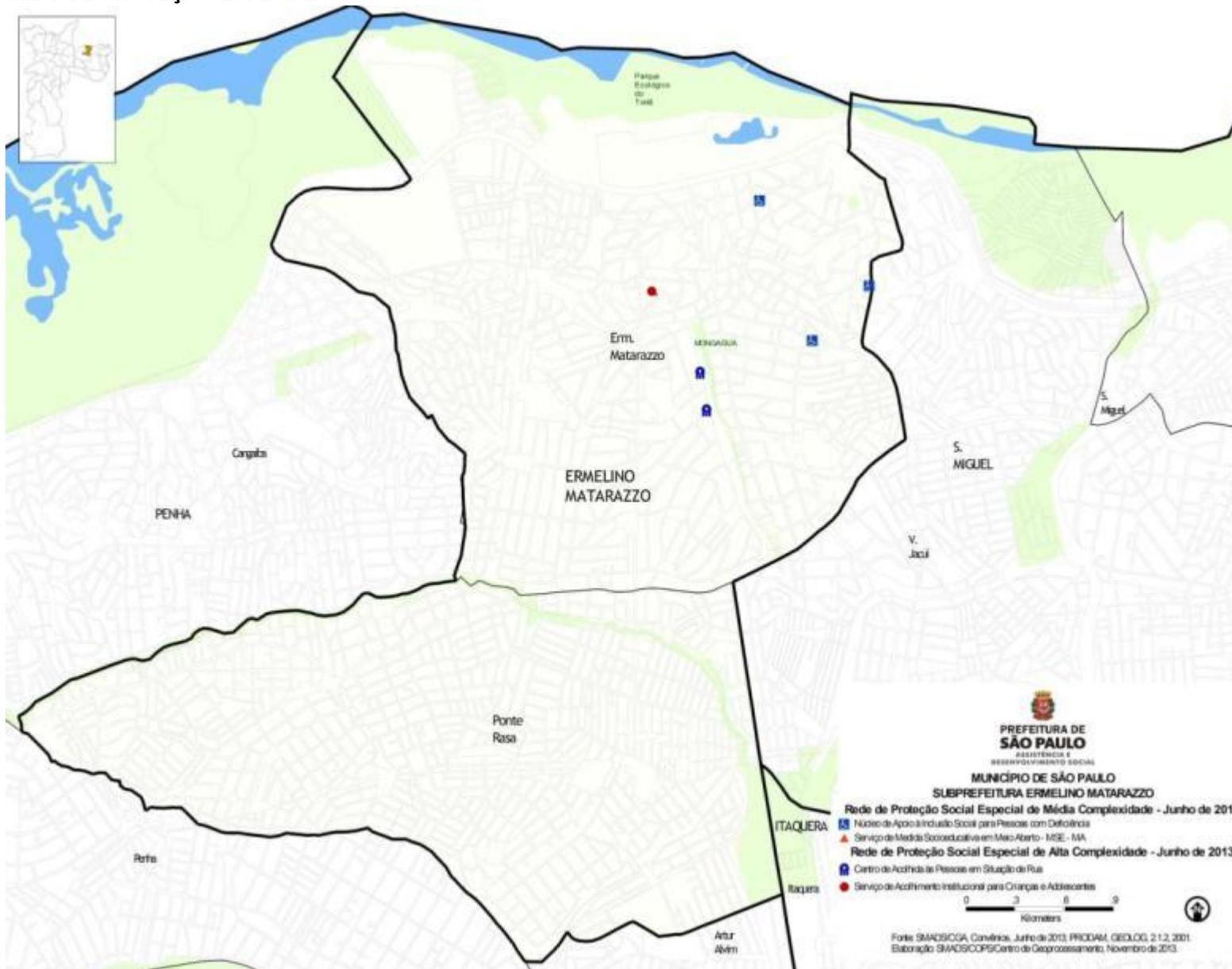
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



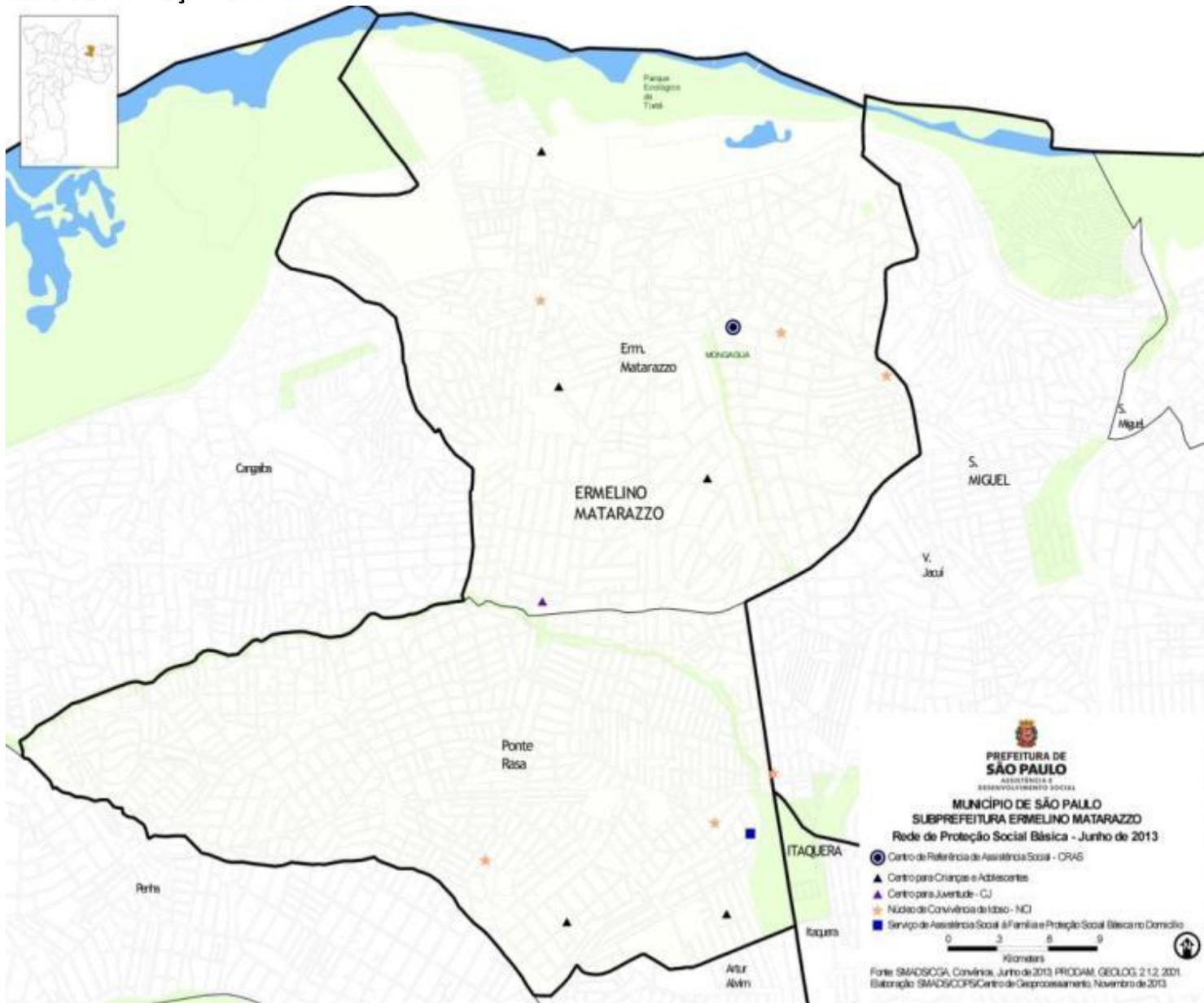
SAS Ermelino Matarazzo				
Distritos	Ermelino Matarazzo			
	Ponte Rasa			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	Não há		Não há	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	5	700	6	800
Centro para Juventude - CJ	0	0	1	120
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	5	720	4	600
Total Básica	11	2.420	12	2.520
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	120	1	120
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	3	165	3	185
Total Especial Média Complexidade	4	285	4	305
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	1	20	1	20
Centro de Acolhida Especial para Mulheres em Situação de Violência	1	20	1	20
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	2	255	1	120
Total Especial Alta Complexidade	4	295	3	160
Total Geral Convênios	19	3.000	19	2.985
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			15.083	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			367	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			9.989	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			5.059	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			738	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.287	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.525	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			2.618	

Metas EM 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Ermelino Matarazzo	1	CCA
Ermelino Matarazzo	1	NCI
Ponte Rasa	1	CRAS
Ponte Rasa	1	CCA
Ponte Rasa	1	CJ
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Ermelino Matarazzo	1	CREAS
Ermelino Matarazzo	1	NPJ
Ermelino Matarazzo	1	NAISPD
Ermelino Matarazzo	1	SEAS
Ermelino Matarazzo	1	ILPI
Ermelino Matarazzo	1	República Adulto

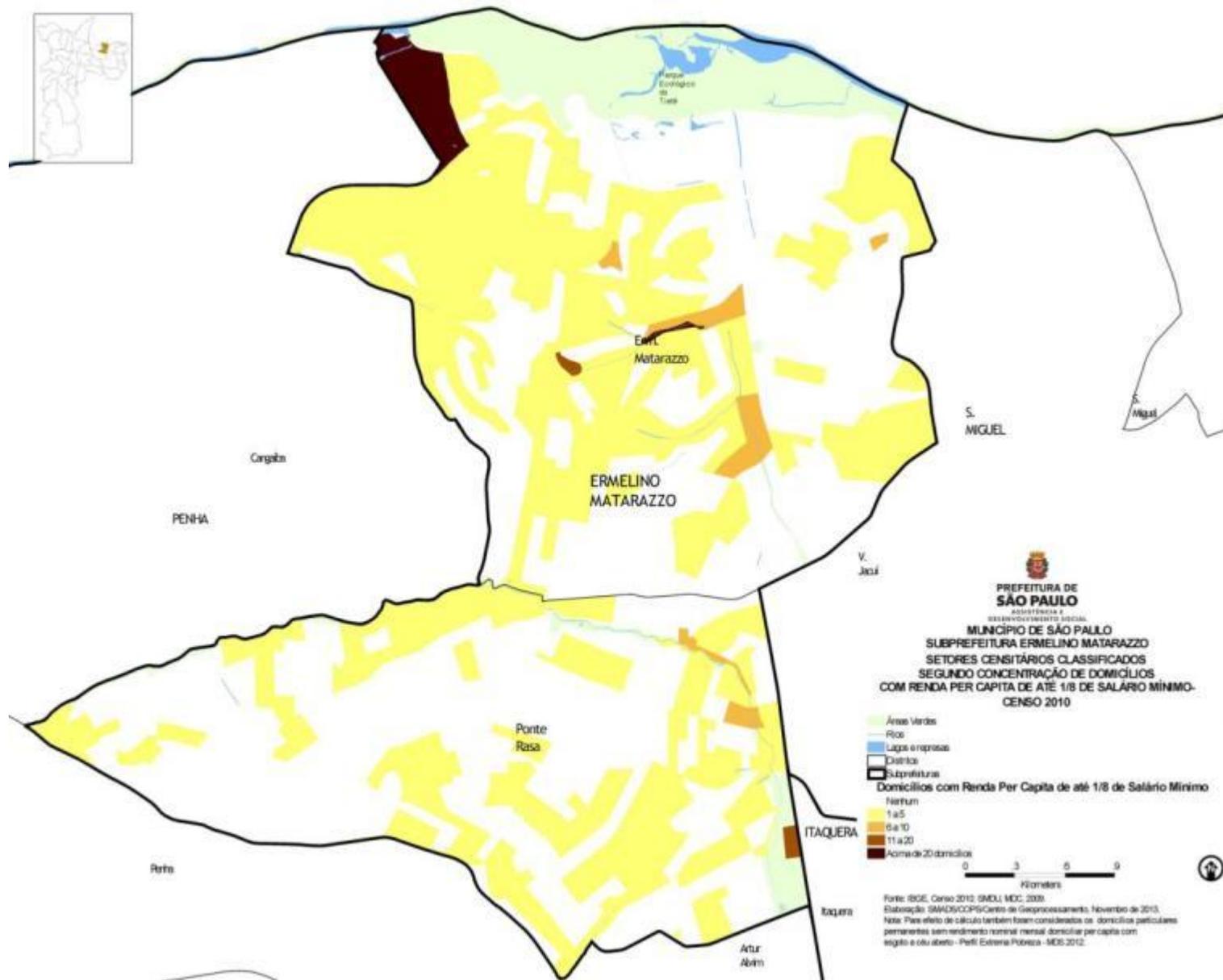
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



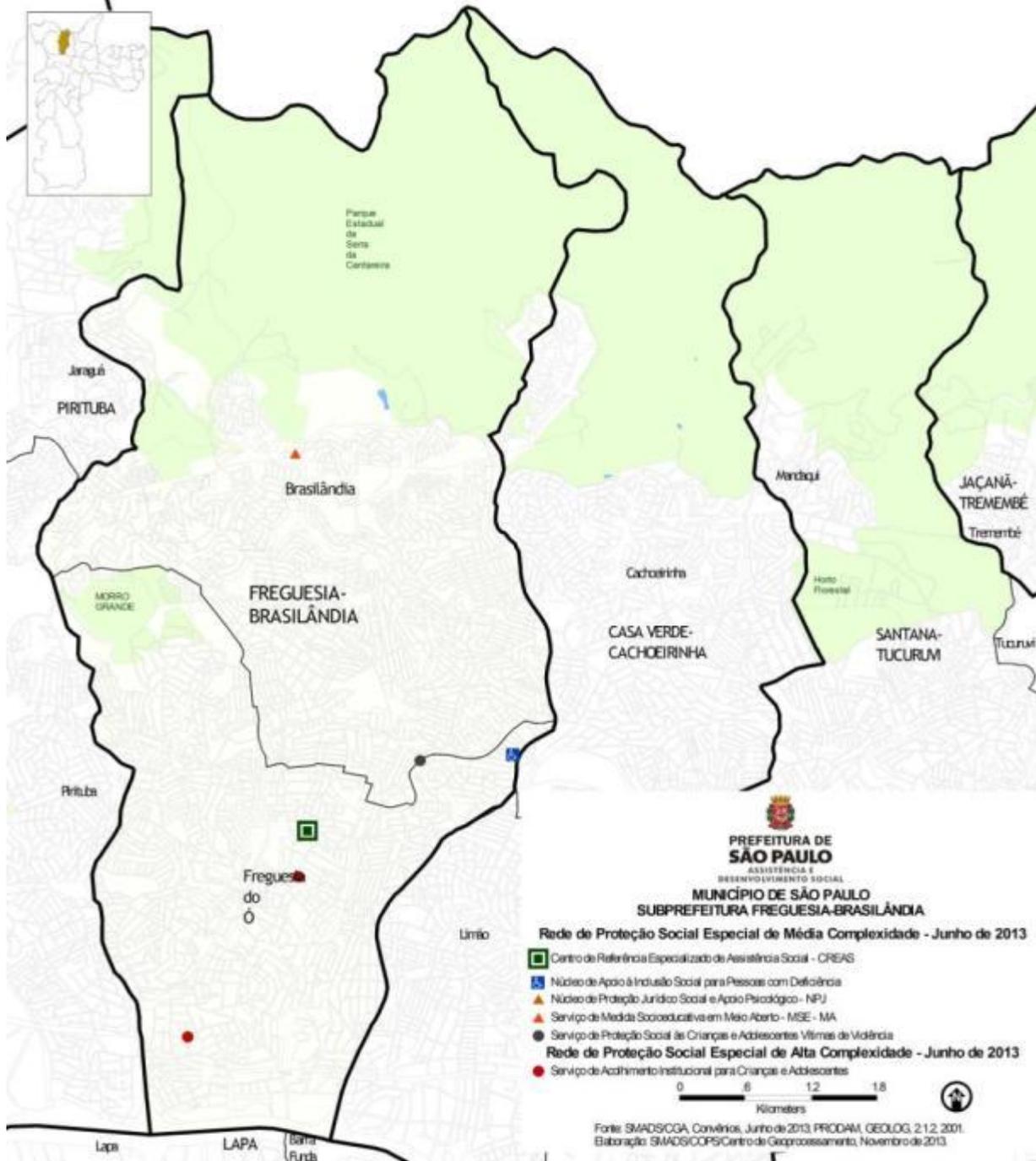
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



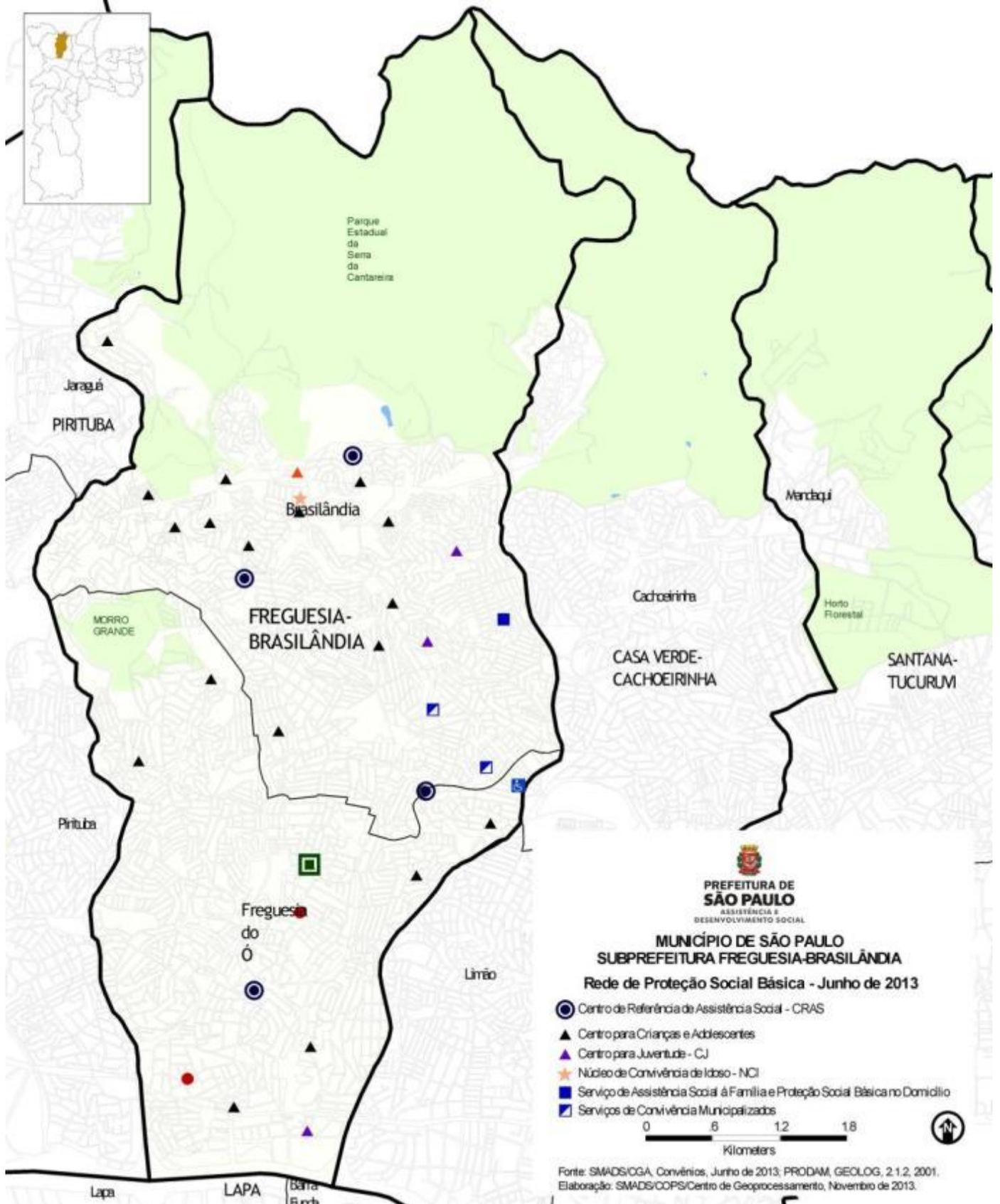
SAS Freguesia/ Brasilândia				
Distritos	Brasilândia			
	Freguesia do Ó			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	Não há		Não há	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	1	120	1	200
Centro para Juventude - CJ	6	750	5	540
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	18	3.160	18	3.180
Circo Escola	1	600	1	600
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	0	0
Total Básica	28	5.690	26	5.520
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	240	2	240
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	60
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Total Especial Média Complexidade	4	420	5	480
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	2	40	2	40
Total Especial Alta Complexidade	2	40	2	40
Total Geral Convênios	34	6.150	33	6.040
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			32.270	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			801	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			27.817	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			13.948	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.135	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.224	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.241	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.734	

Metas FO 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Brasilândia	1	CRAS
Brasilândia	1	CCA
Brasilândia	1	CEDESP
Brasilândia	1	NCI
Freguesia do Ó	1	CCA
Freguesia do Ó	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Freguesia/ Brasilândia	1	SEAS
Freguesia/ Brasilândia	1	MSE
Freguesia/ Brasilândia	1	Centro Dia Idoso
Freguesia/ Brasilândia	2	SAICA (reordenamento)

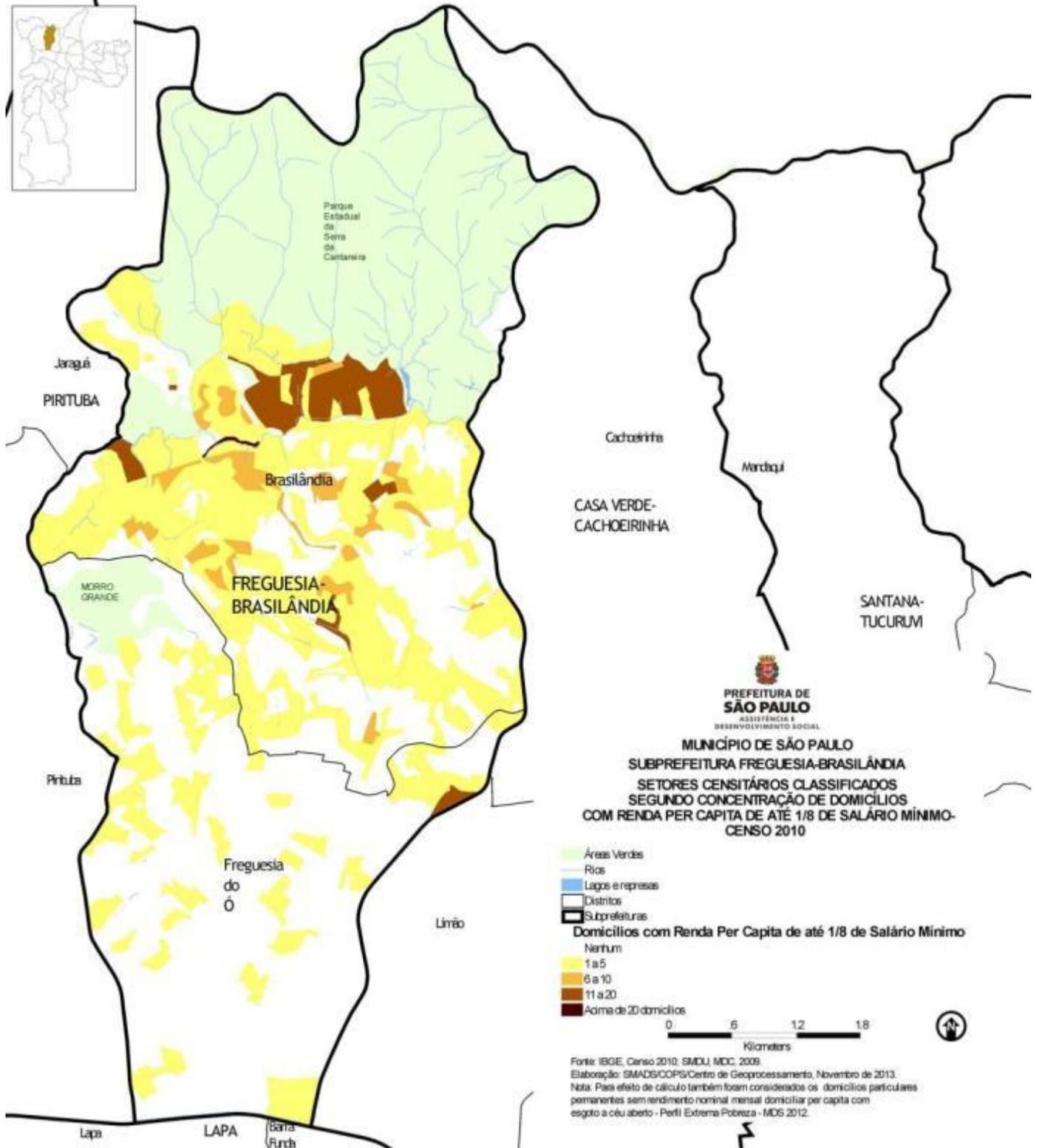
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



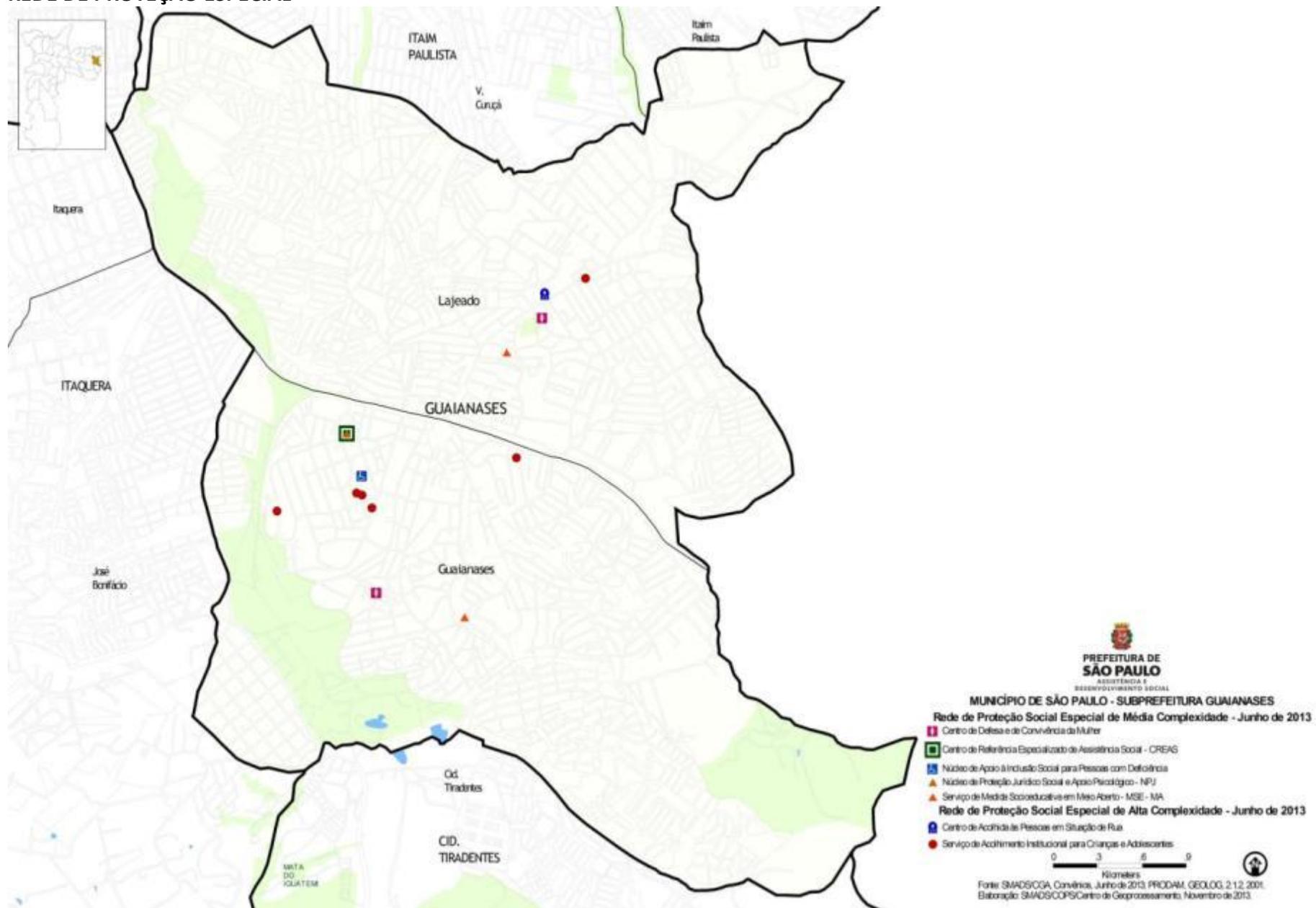
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



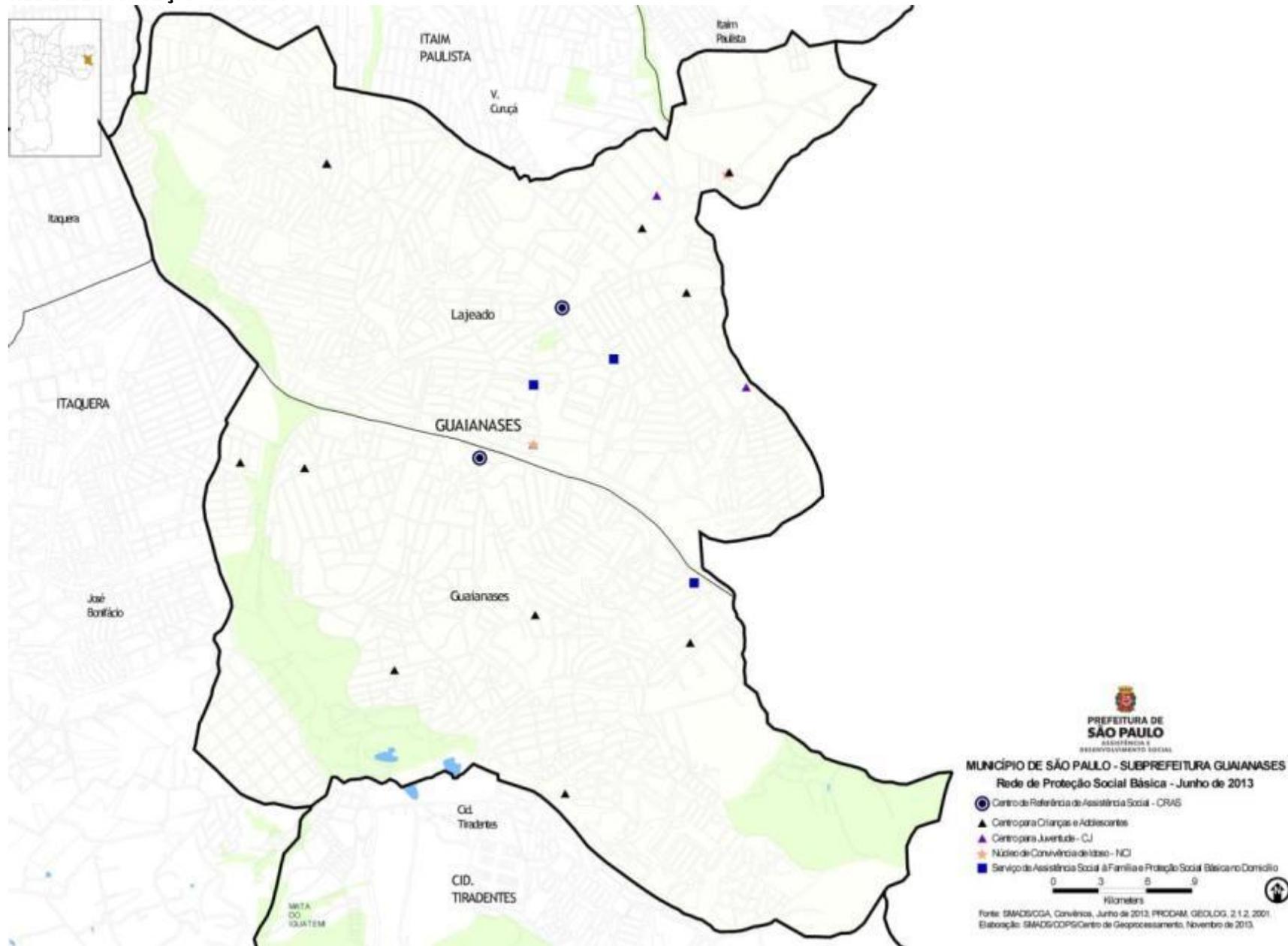
SAS Guaianases				
Distritos	Guaianases			
	Lajeado			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	Não há		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	3	3.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	4	340	2	200
Centro para Juventude - CJ	5	300	5	300
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	10	1.440	10	1.470
Total Básica	22	5.080	20	4.970
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	180	2	210
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	2	200	2	200
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	0	0	1	120
Total Especial Média Complexidade	5	440	6	590
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	5	100	6	120
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	0	0	1	50
Total Especial Alta Complexidade	5	100	7	170
Total Geral Convênios	32	5.620	33	5.730
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			30.807	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			943	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			21.154	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			9.682	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.389	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			3.662	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.336	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			2.808	

Metas G 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Guaianases	1	CRAS
Guaianases	1	CCA
Guaianases	1	NCI
Lajeado	2	CRAS
Lajeado	1	CCA
Lajeado	1	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Guaianases	1	SEAS
Guaianases	1	Centro Dia Idoso
Guaianases	1	Centro de Acolhida

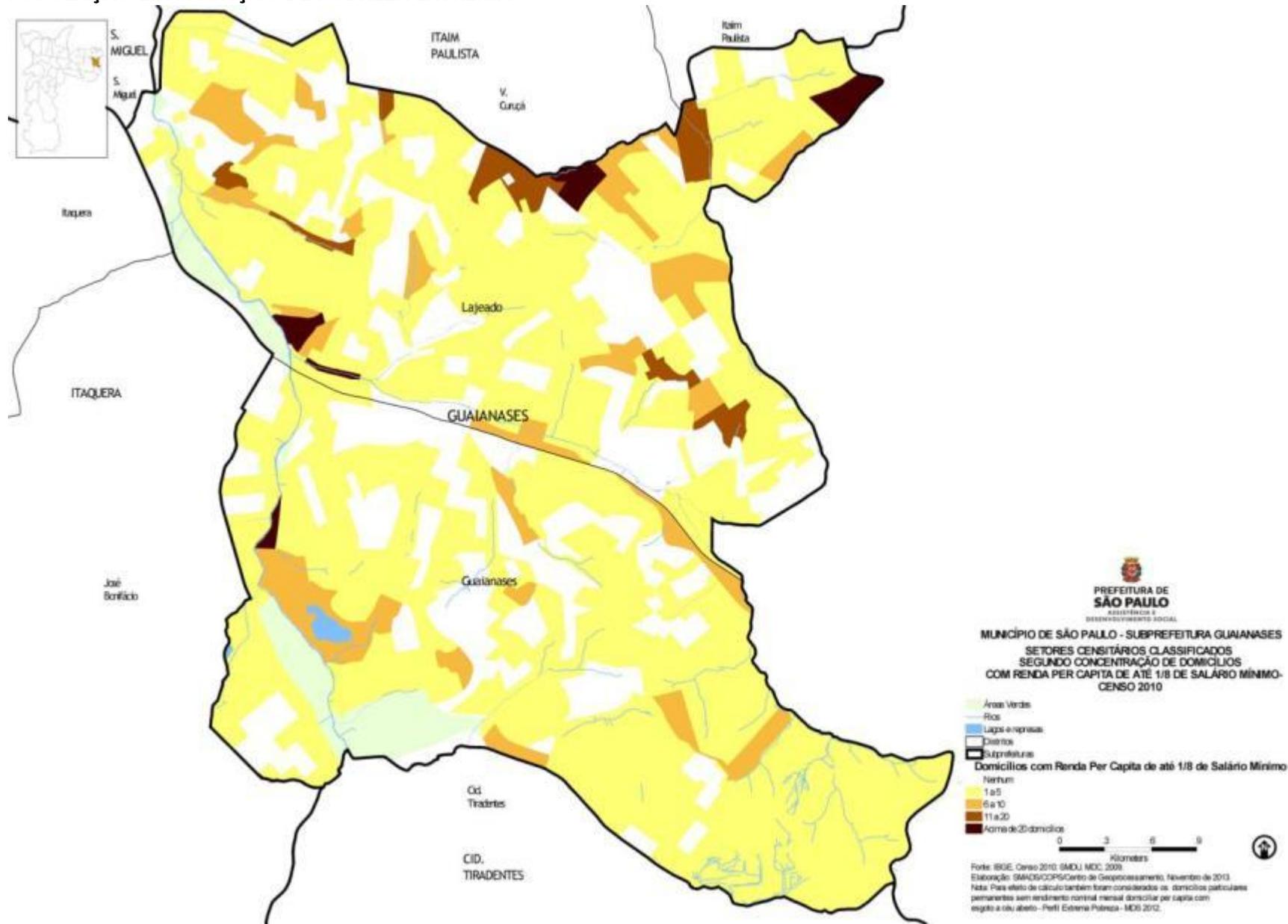
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



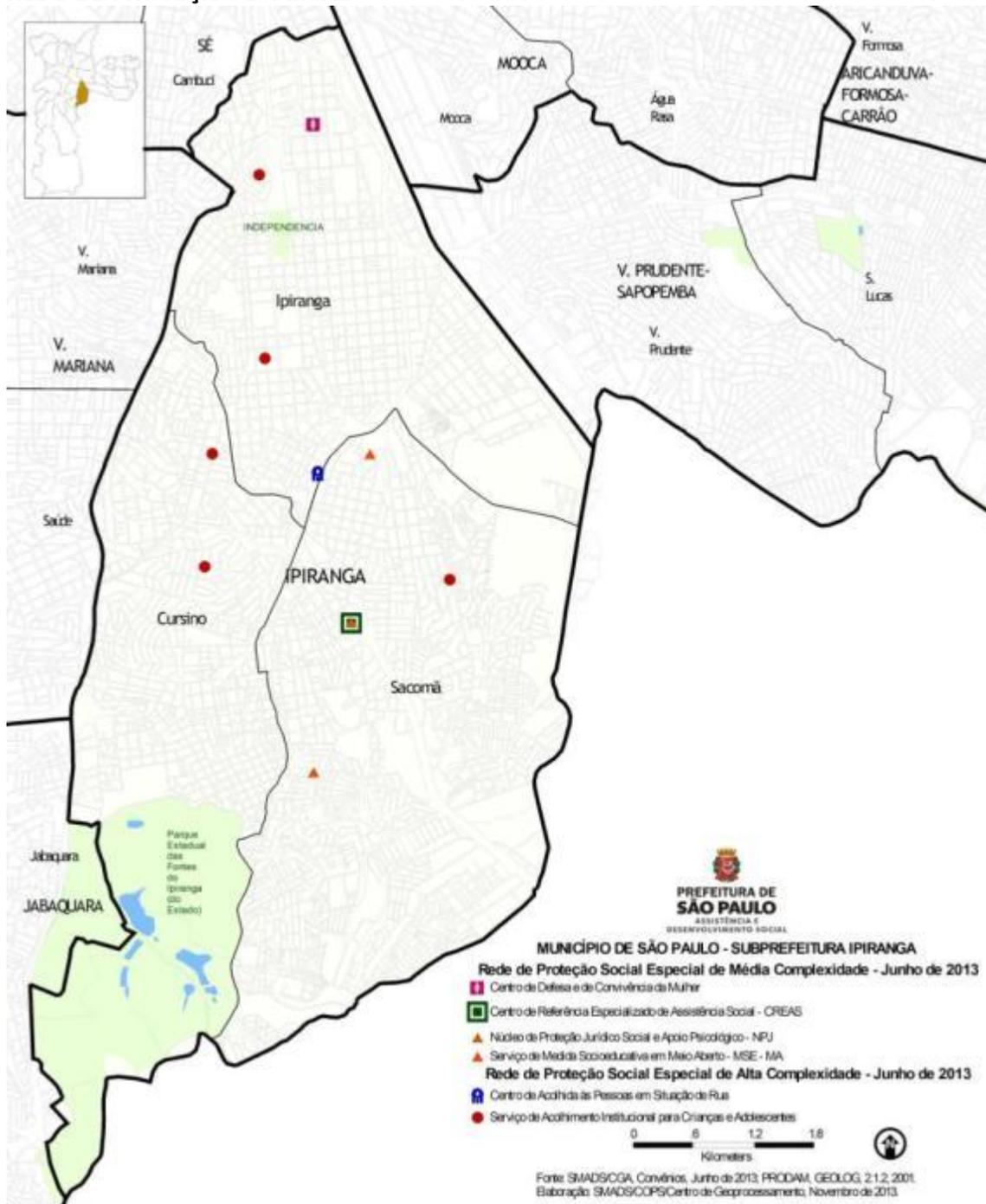
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



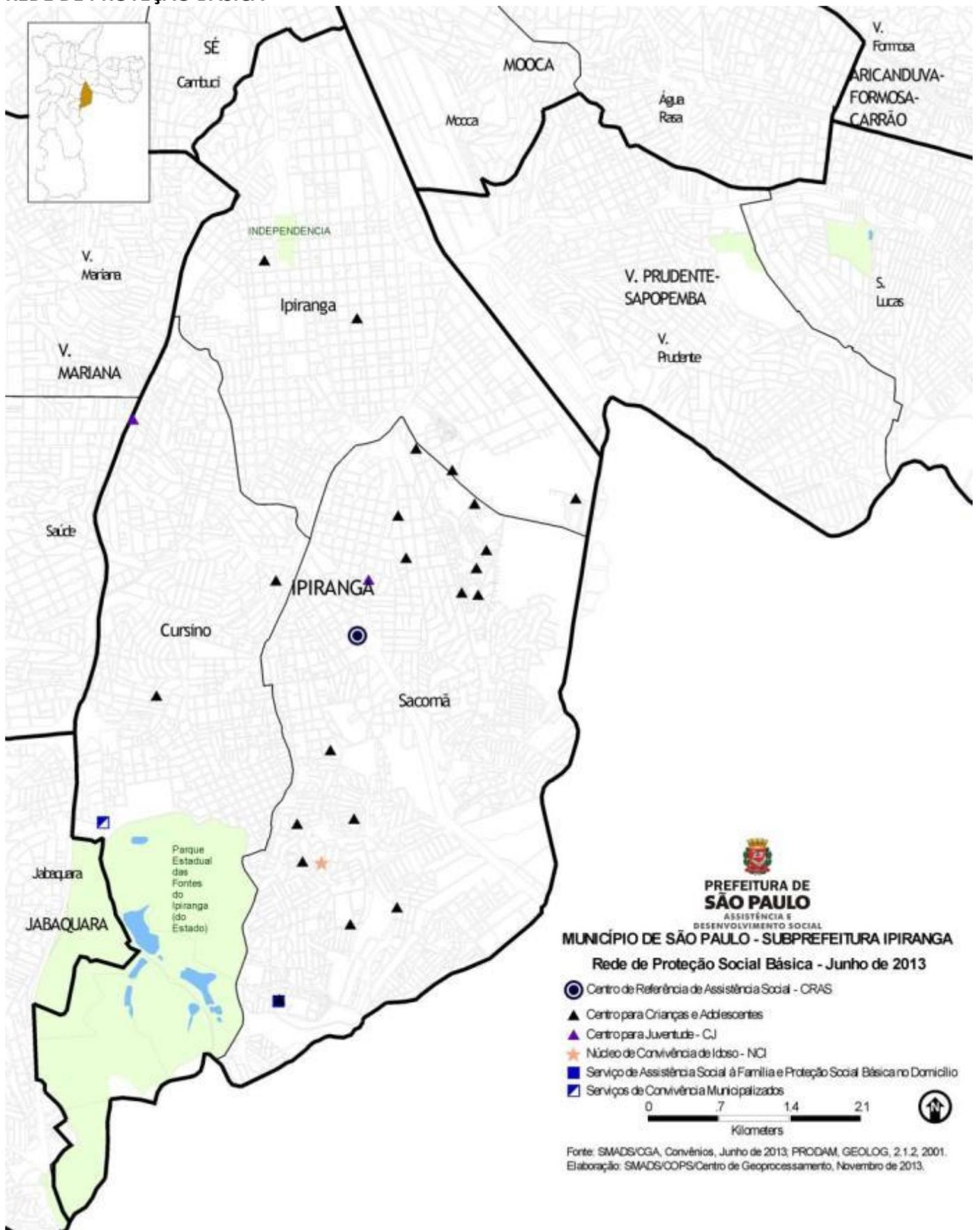
SAS Ipiranga				
Distritos	Cursino			
	Ipiranga			
	Sacomã			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	1	60	1	100
Centro para Juventude - CJ	2	360	2	360
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	22	2.720	21	2.790
Total Básica	26	4.140	25	4.250
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	210	2	210
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Total Especial Média Complexidade	4	430	4	430
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	5	100	4	80
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	150	1	150
Total Especial Alta Complexidade	6	250	5	230
Total Geral Convênios	36	4.820	34	4.910
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			26.794	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			408	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			15.176	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			6.644	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			830	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.161	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.775	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.905	

Metas IP 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Ipiranga	1	CCA
Ipiranga	1	NCI
Cursino	1	CRAS
Cursino	1	CCA
Cursino	1	NCI
Cursino	1	CEDESP
Sacomã	1	CRAS
Sacomã	1	CCA
Sacomã	1	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Ipiranga	1	SEAS
Ipiranga	1	SPVV
Ipiranga	1	Centro Dia Idoso
Ipiranga	1	ILPI
Ipiranga	1	República Adulto

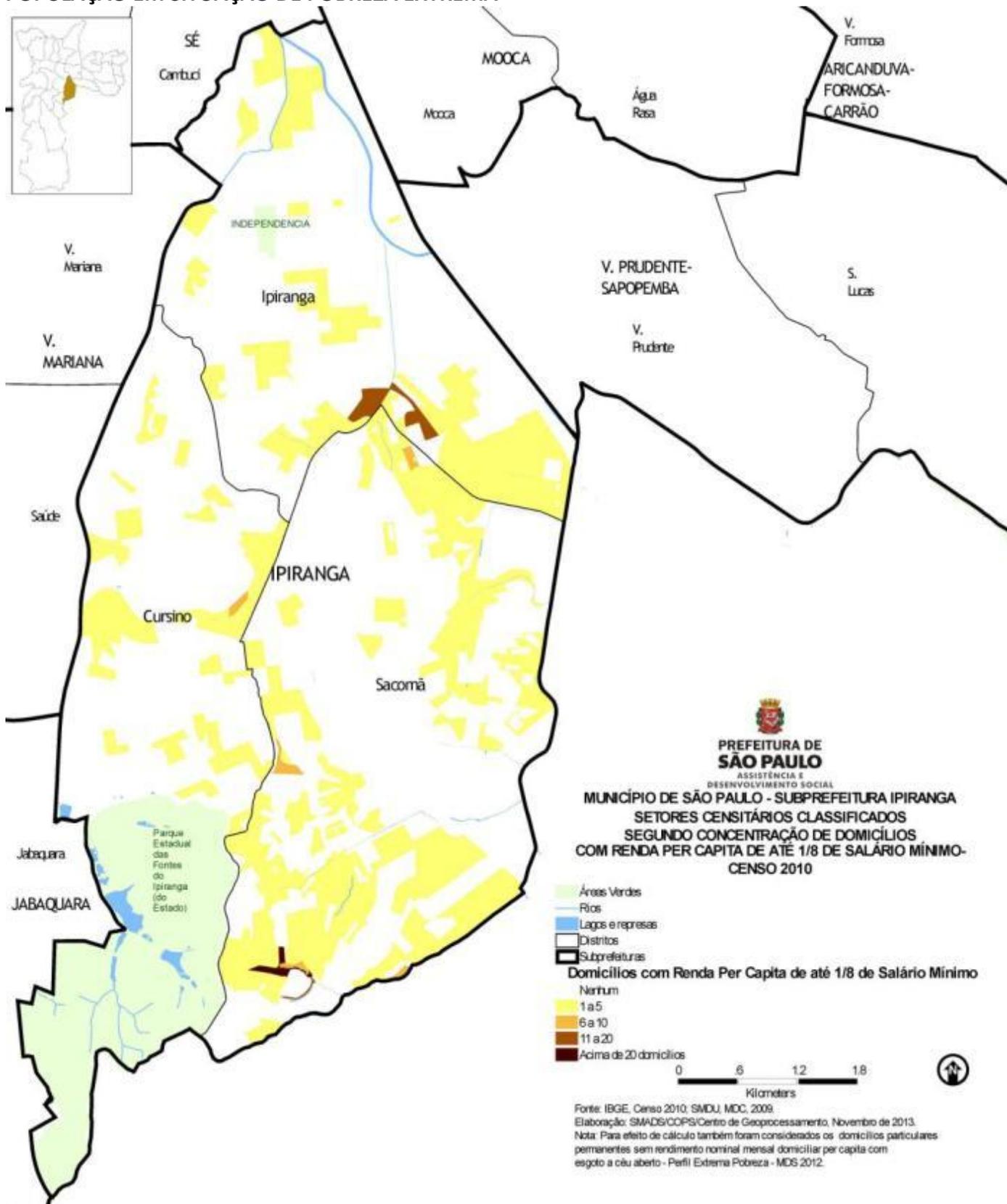
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



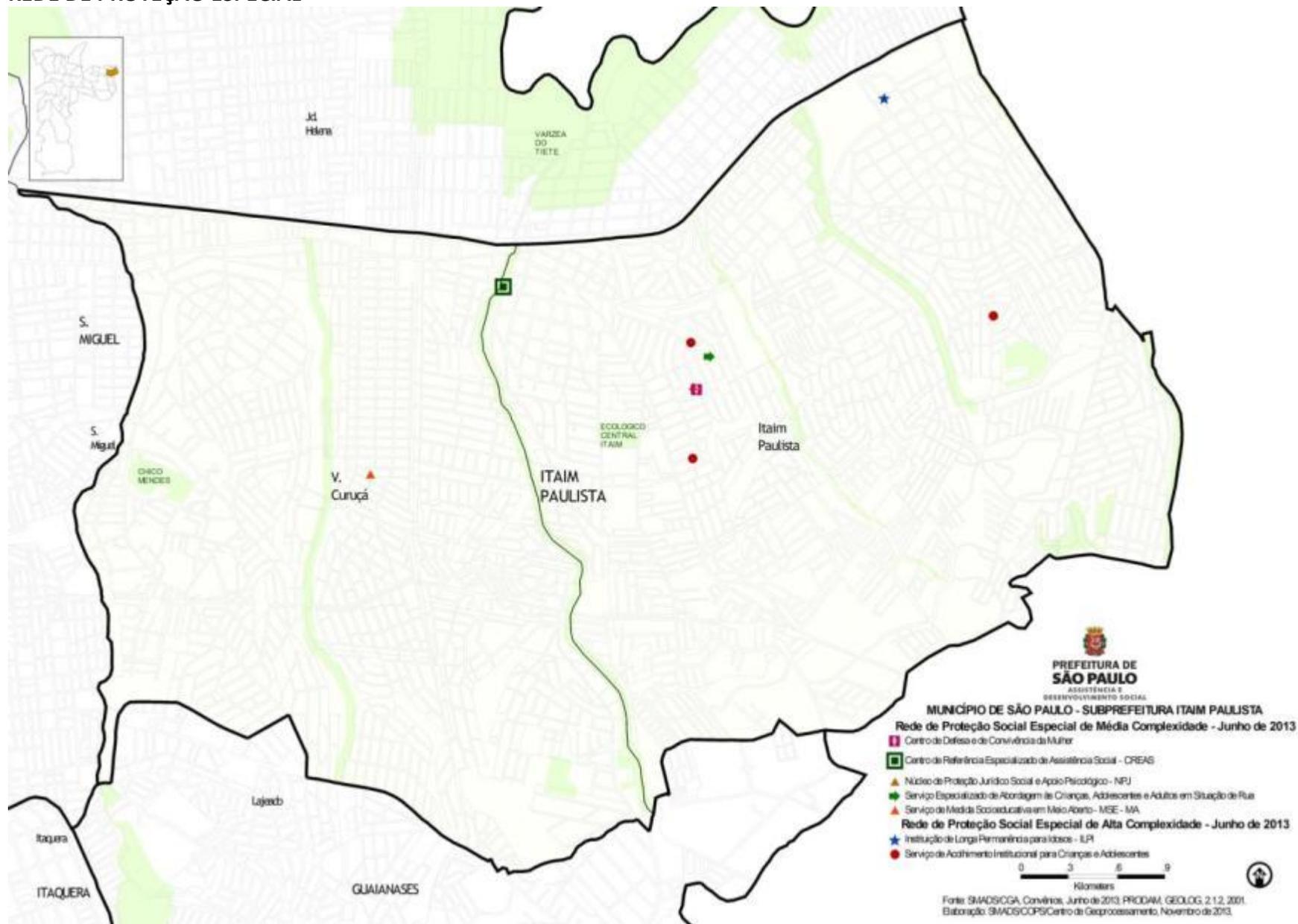
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



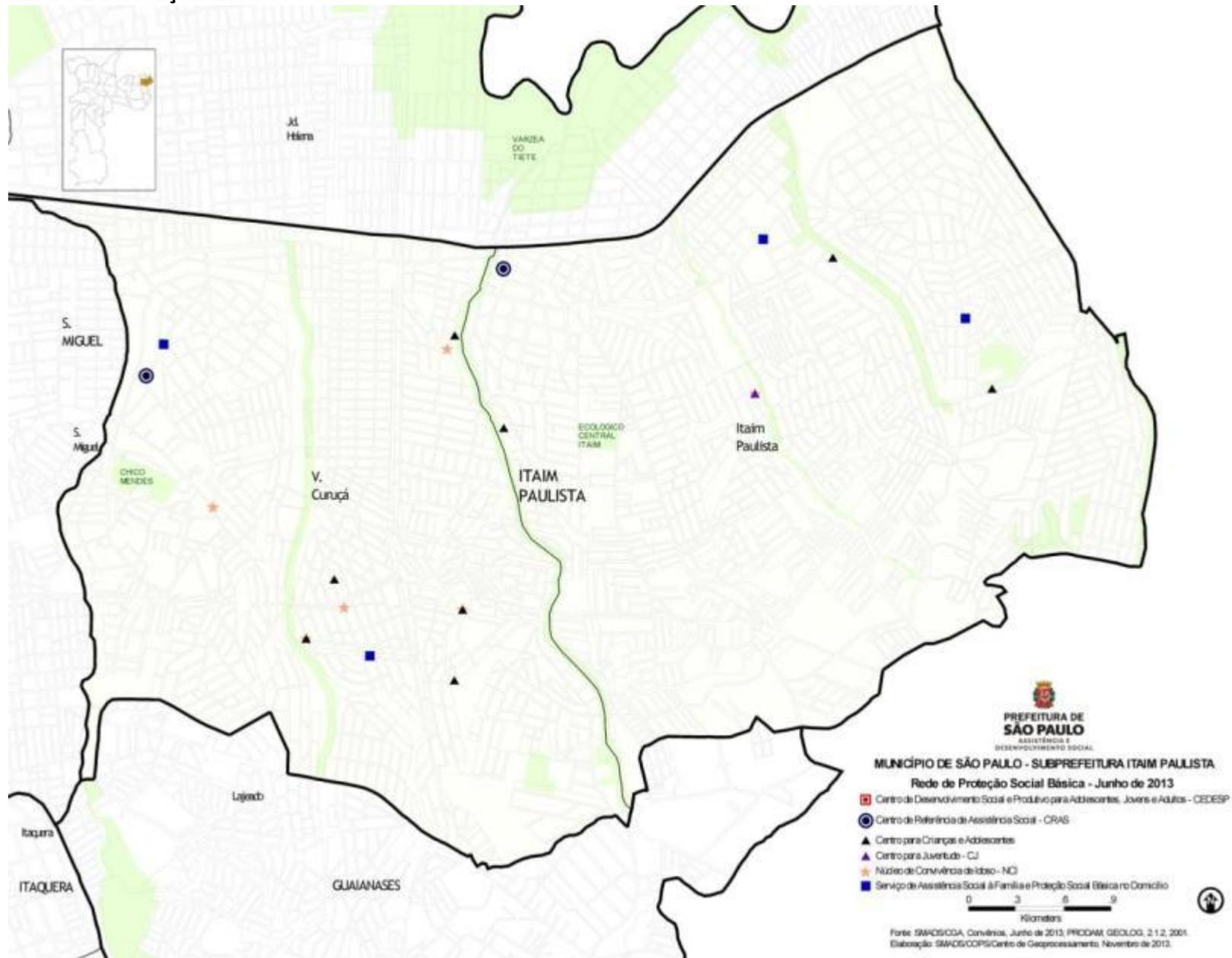
SAS Itaim Paulista				
Distritos	Itaim Paulista			
	Vila Curuçá			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	4	4.000	4	4.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	6	620	6	700
Centro para Juventude - CJ	2	240	2	240
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	8	1.000	8	1.110
Total Básica	20	5.860	20	6.050
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua - SEAS	1	180	1	180
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	240	2	240
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	0	0	1	100
Total Especial Média Complexidade	4	540	5	640
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	3	60
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	30	1	30
Total Especial Alta Complexidade	4	90	4	90
Total Geral Convênios	28	6.490	29	6.780
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			40.031	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.266	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			23.652	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			12.222	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			696	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.270	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.931	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.945	

Metas IT 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Itaim Paulista	3	CRAS
Itaim Paulista	3	CCA
Itaim Paulista	2	CEDESP
Itaim Paulista	1	NCI
Itaim Paulista	1	Clube da Turma
Vila Curuçá	1	CRAS
Vila Curuçá	1	CCA
Vila Curuçá	1	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Itaim Paulista	1	MSE
Itaim Paulista	1	Centro Dia Idoso
Itaim Paulista	1	SAICA (reordenamento)

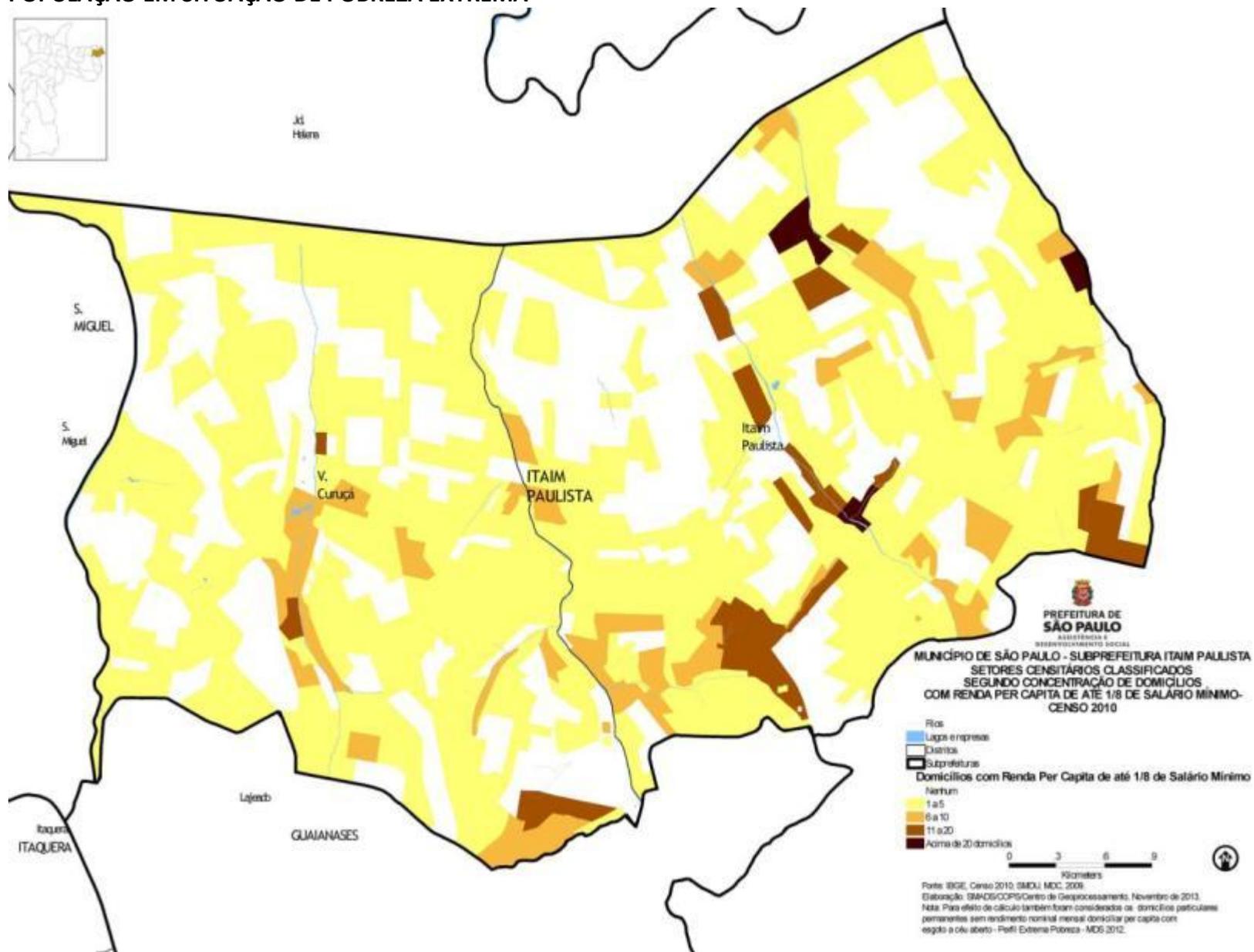
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



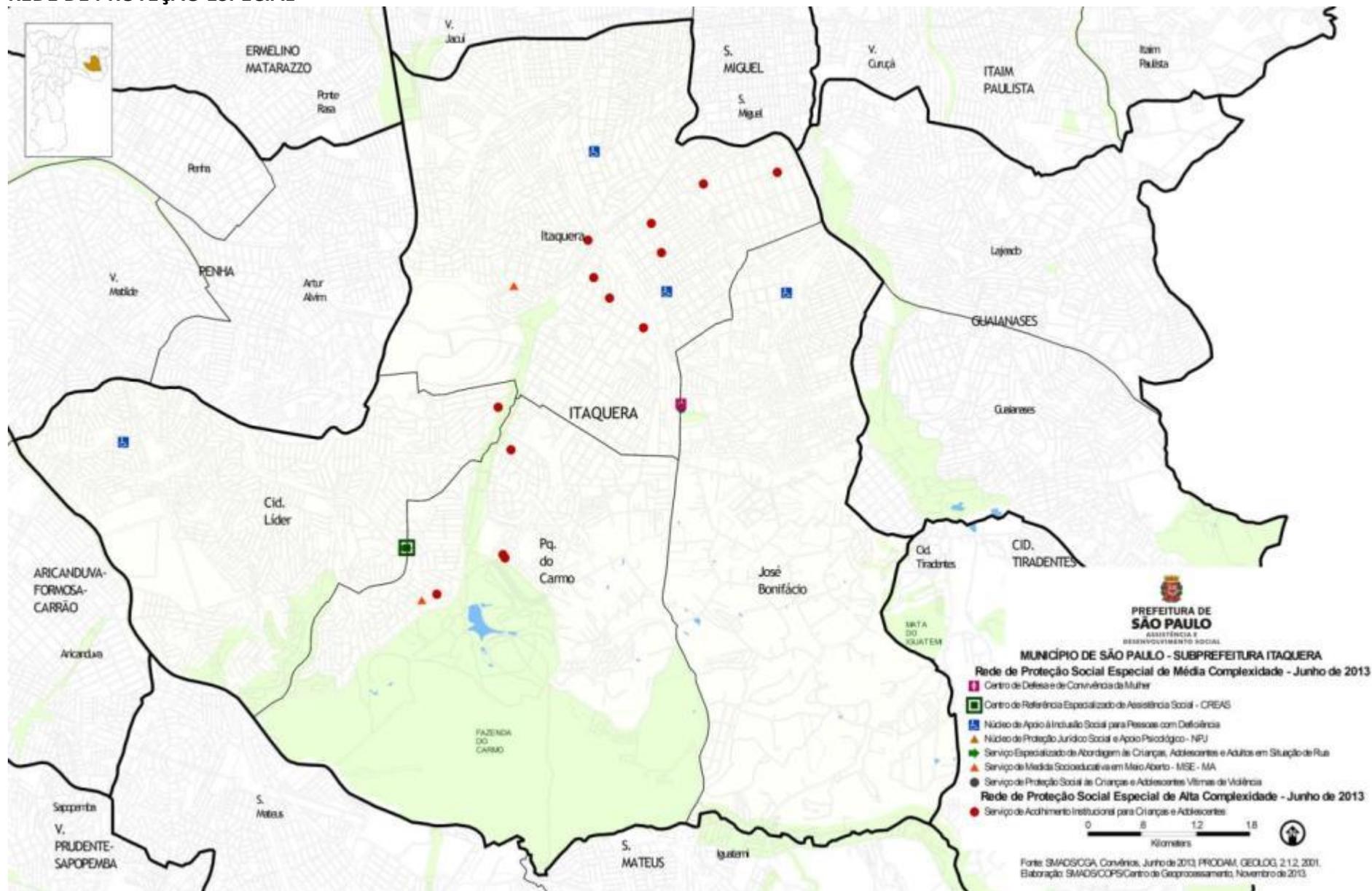
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



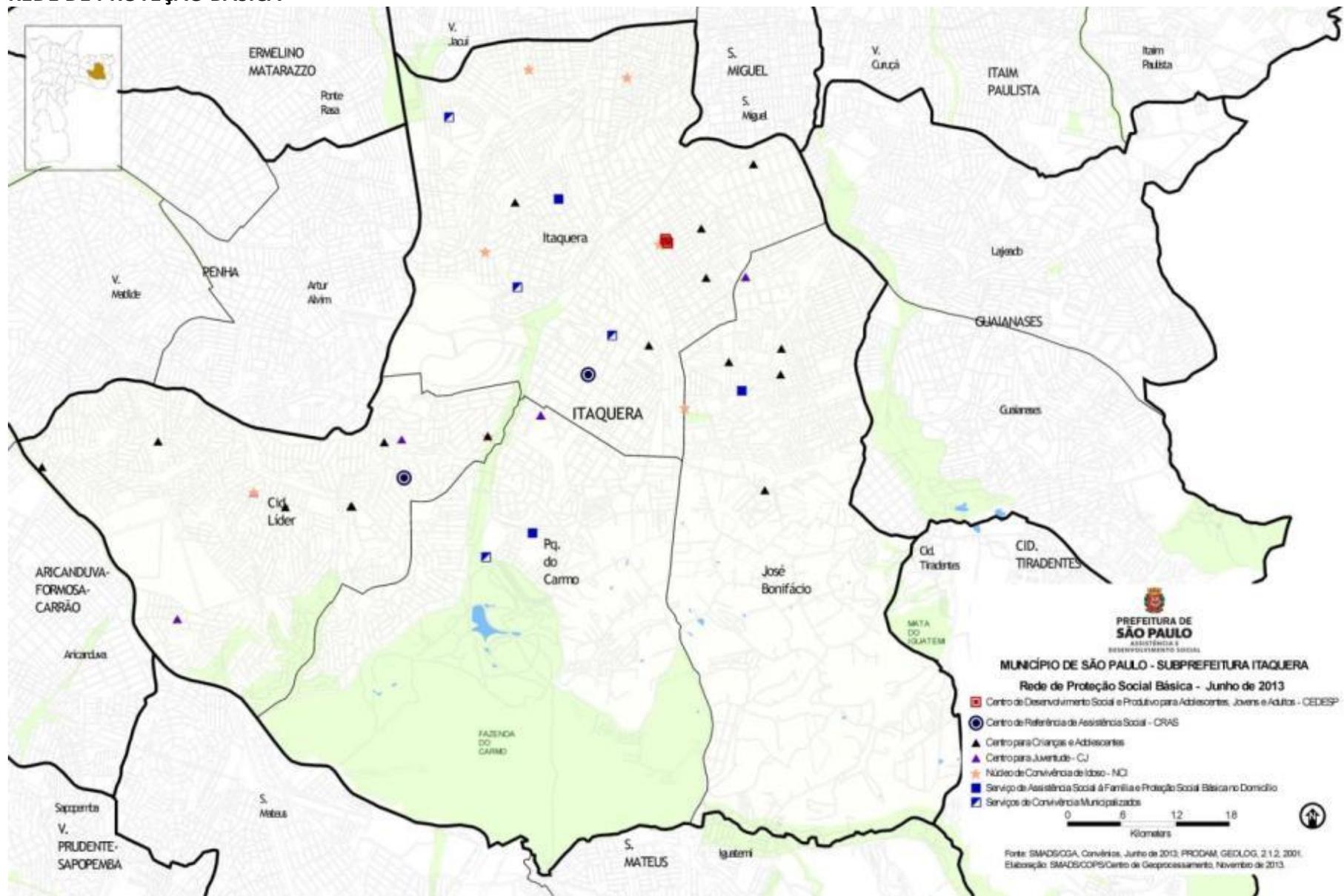
SAS Itaquera				
Distritos	Cidade Lider			
	Itaquera			
	José Bonifácio			
	Parque do Carmo			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	3	3.000
Clube da Turma	1	1.200	1	1.200
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	8	690	8	930
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	16*	2080**	14	1.720
Centro para Juventude - CJ	6	420	6	420
PROJETO CASA LEIDE DAS NEVES	1	420	1	420
Circo Escola	1	800	1	800
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	18	2.400	18	2.580
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	1	60
Total Básica	39	8.990	53	11.130
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	220	1	220
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	240	2	240
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	4	221	4	240
Total Especial Média Complexidade	9	901	10	1000
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	12	240	13	260
Total Especial Alta Complexidade	12	240	13	260
Total Geral Convênios	60	10.131	76	12.390
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			44.403	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.318	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			25.584	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			13.409	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			768	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.224	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			3.430	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			5.827	

Metas IQ 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Cidade Líder	1	CCA
Cidade Líder	2	CEDESP
Itaquera	1	CRAS
Itaquera	1	CCA
José Bonifácio	1	CRAS
José Bonifácio	1	CCA
Parque do Carmo	1	CRAS
Parque do Carmo	1	CCA
Parque do Carmo	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Itaquera	1	MSE
Itaquera	1	Centro Dia Idoso
Itaquera	1	República Jovem
Itaquera	1	Famílias Acolhedora

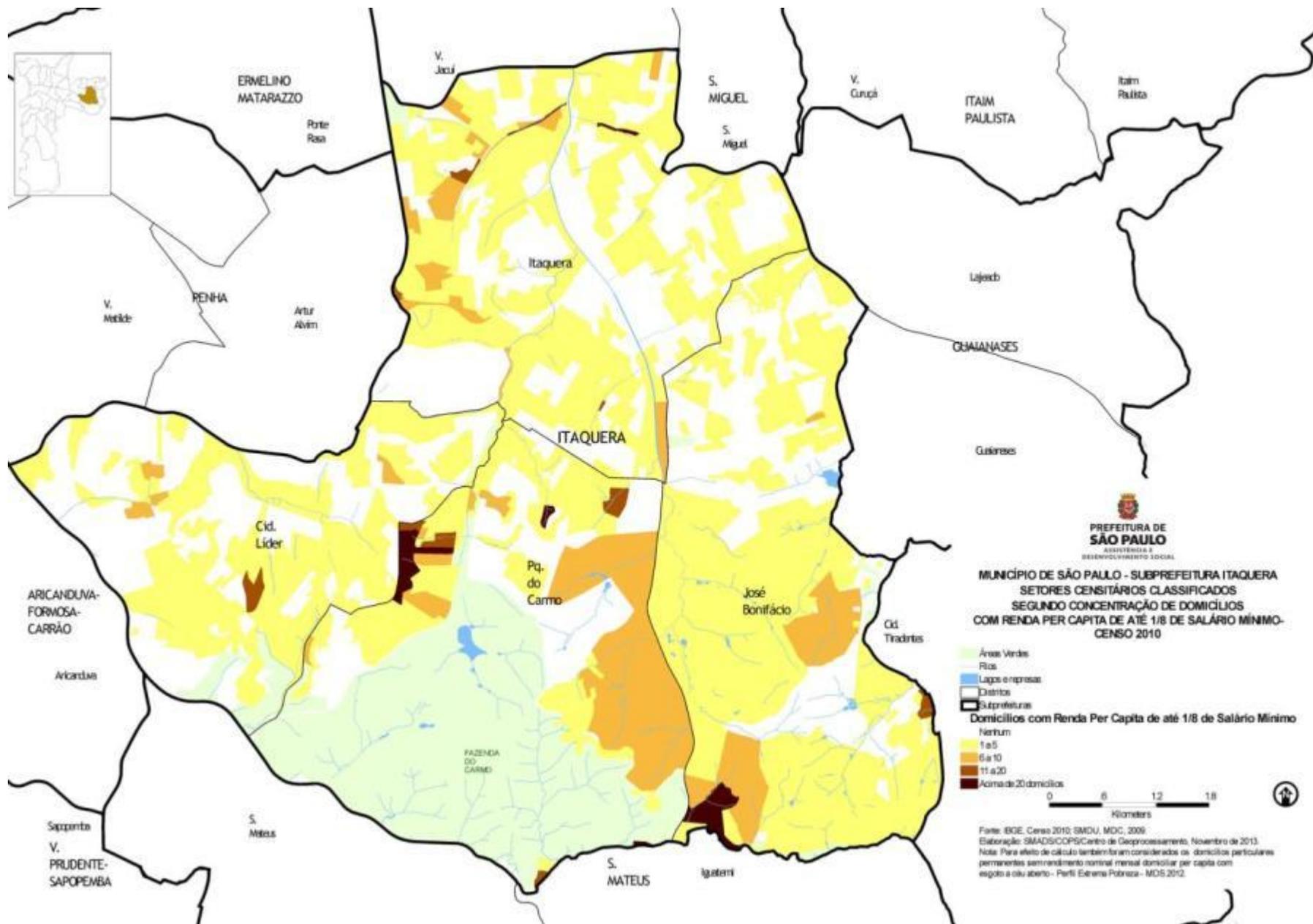
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



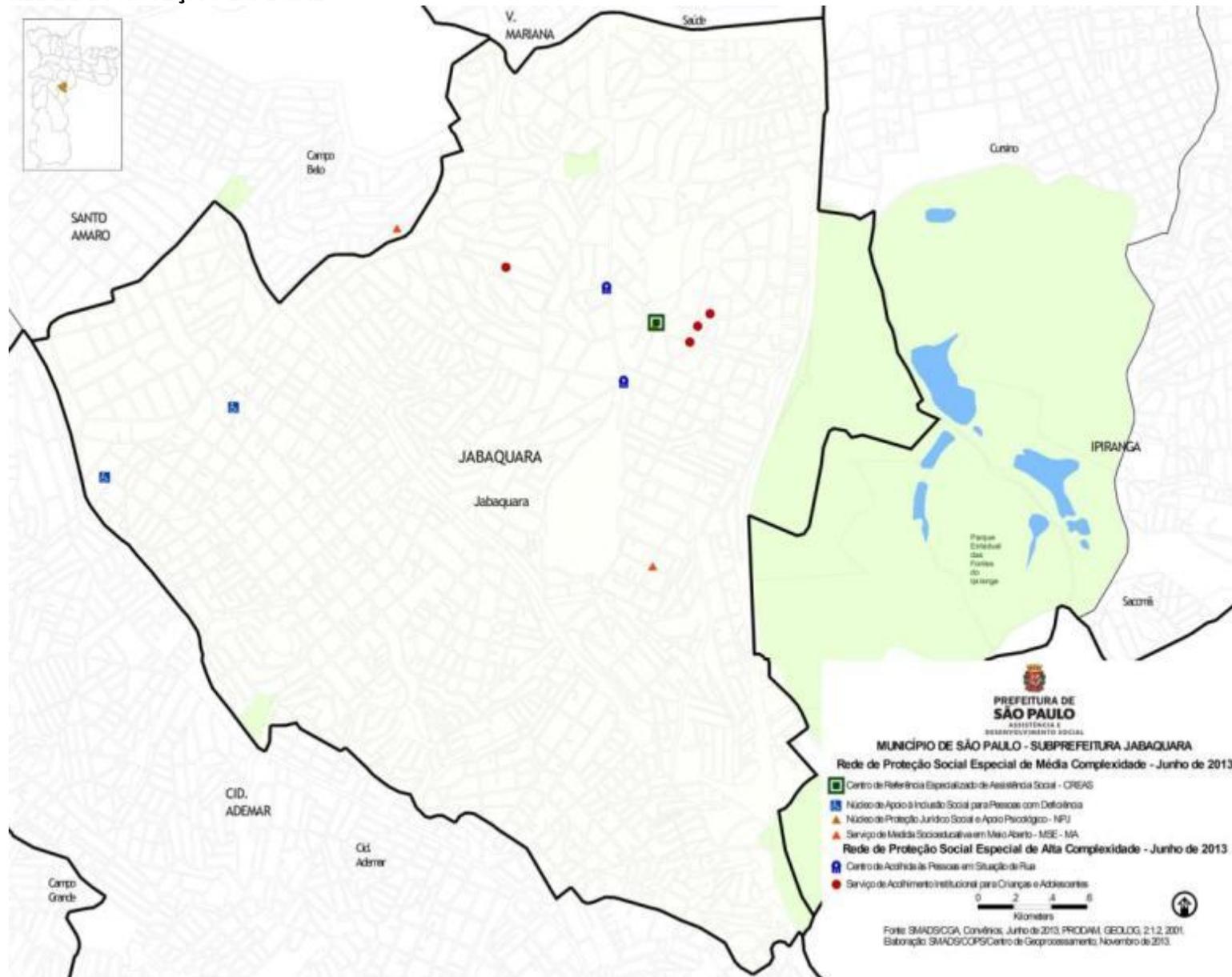
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



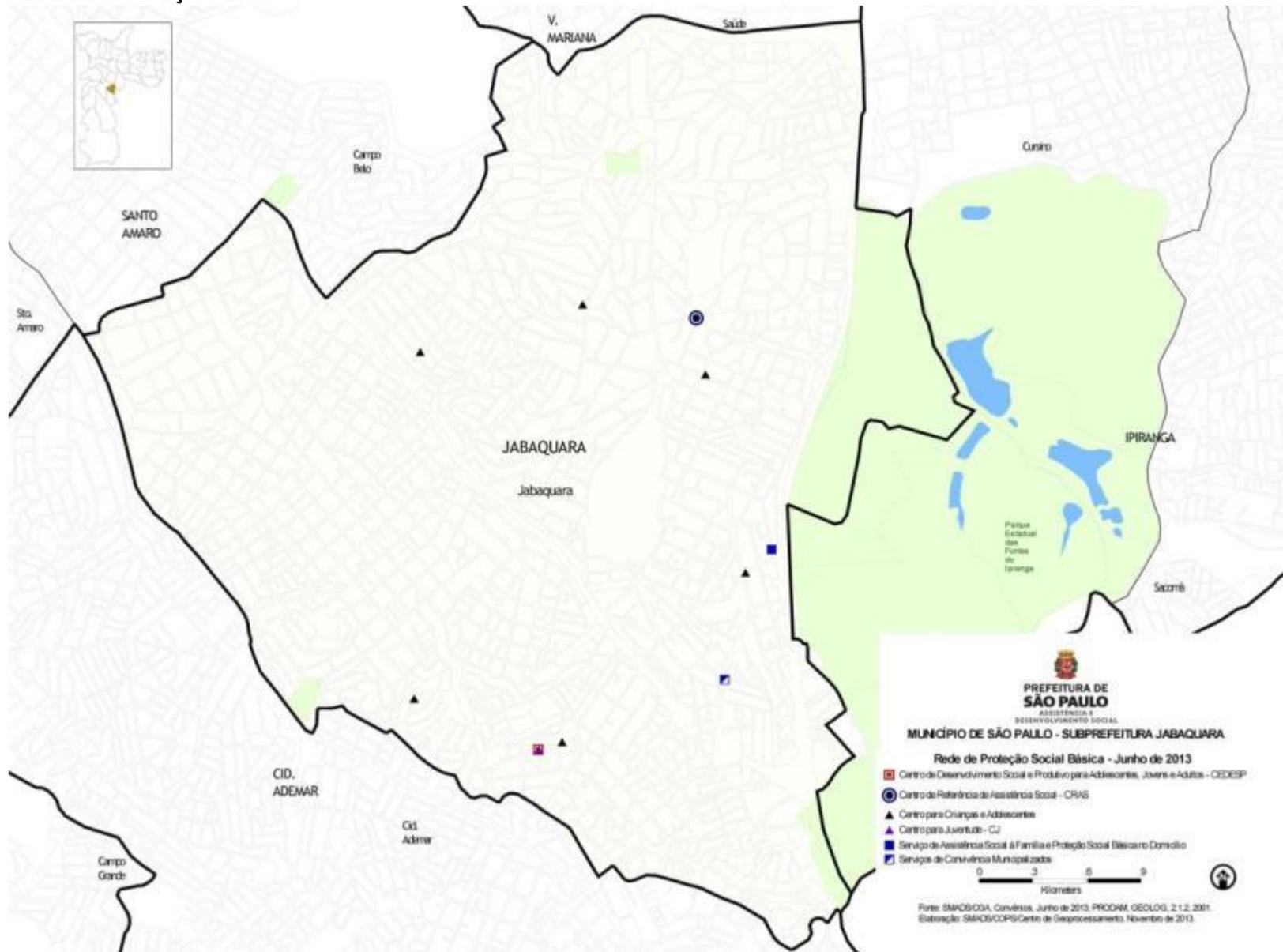
SAS Jabaquara				
Distritos		Jabaquara		
REDE ESTATAL				
		Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013	
CRAS		1	1	
CREAS		Não há	Não há	
Centro Pop		Não há	Não há	
REDE CONVENIADA				
		Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Projeto Municipalização	1	1.000	1	1.000
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	240	1	240
Centro para Juventude - CJ	1	150	1	150
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	6	1.080	6	1.080
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	1	60
Total Básica	11	3.530	11	3.530
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	60	2	180
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	2	120	2	120
Total Especial Média Complexidade	4	300	5	420
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	3	60
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	198	1	230
Total Especial Alta Complexidade	4	258	4	290
Total Geral Convênios	19	4.088	20	4.240
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			15.332	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			331	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			7.658	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			3.193	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			290	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			1.379	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.202	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			2.334	

Metas JA 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Jabaquara	1	CRAS
Jabaquara	1	CCA
Jabaquara	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Jabaquara	1	Centro POP
Jabaquara	1	SEAS
Jabaquara	1	República Jovem
Jabaquara	1	Centro de Acolhida
Jabaquara	1	República Adulto
Jabaquara	1	SAICA
Jabaquara	1	SAICA (reordenamento)

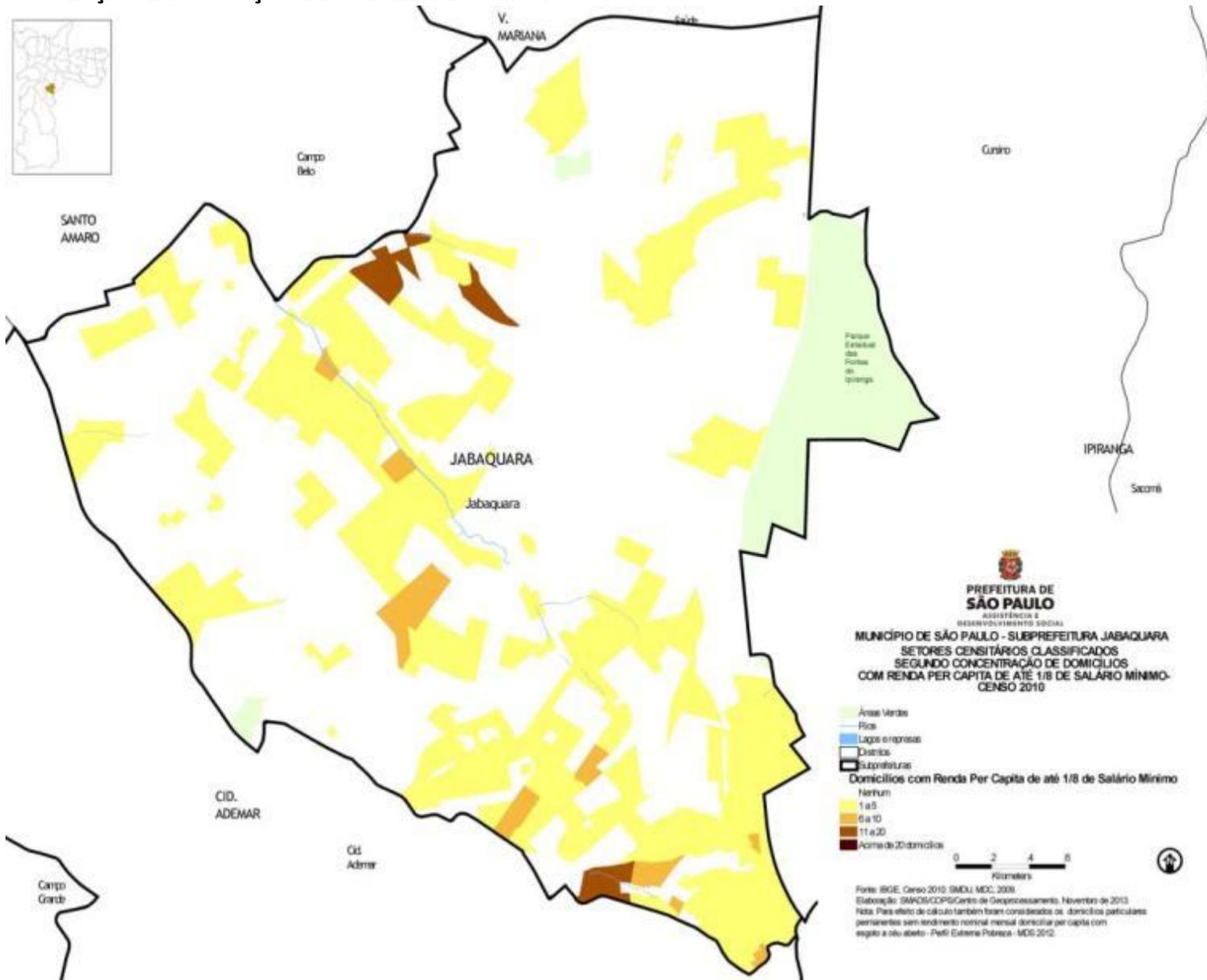
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



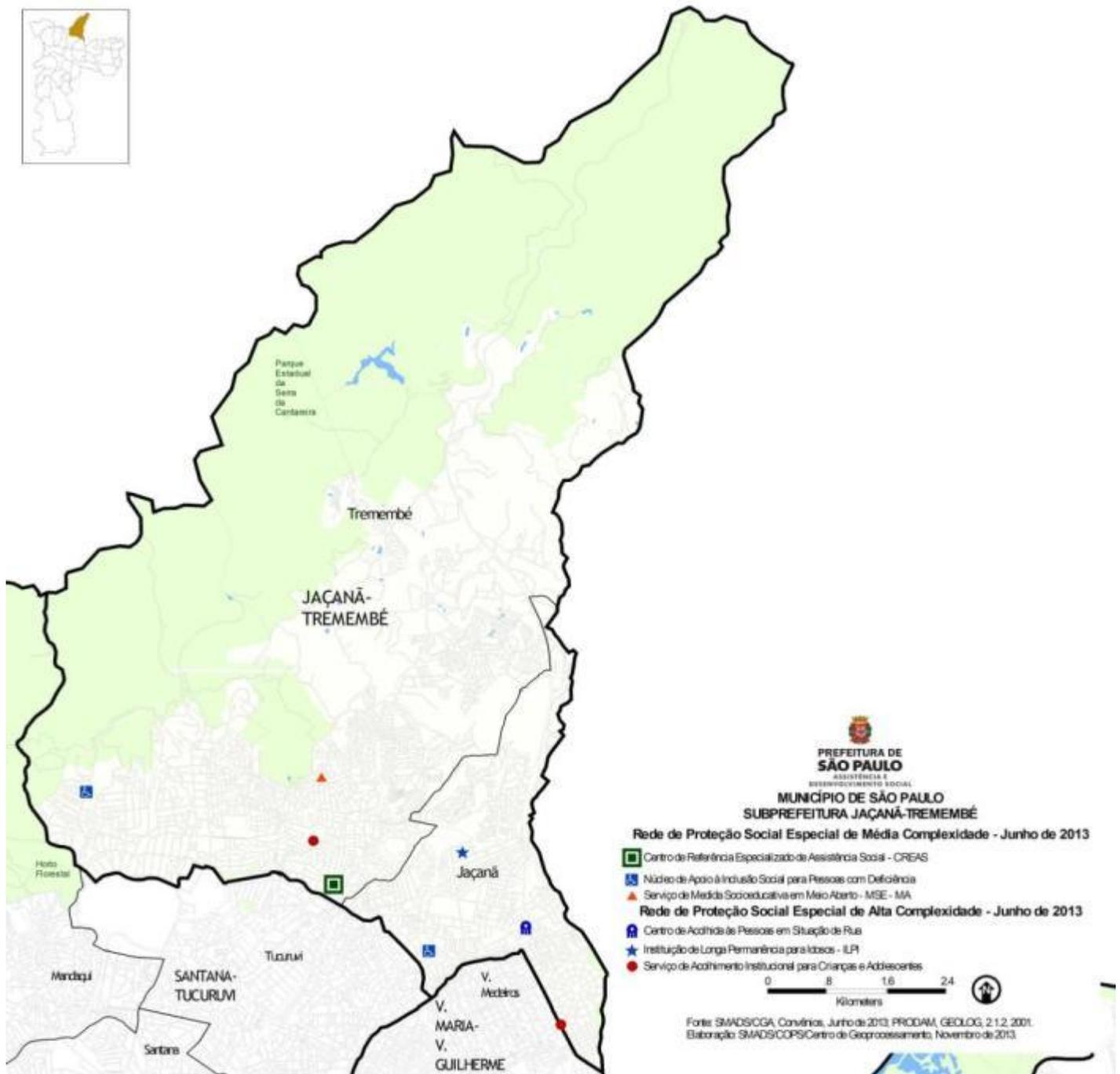
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



SAS Jaçanã/ Tremembé				
Distritos	Jaçanã			
	Tremembé			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	2	2		
CREAS	1	1		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	2	2.000	2	2.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	320	2	400
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	120	1	120
Centro para Juventude - CJ	4	660	4	660
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	14	1.870	12	1.470
Total Básica	23	4.970	21	4.650
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	105	2	195
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	2	180	2	180
Total Especial Média Complexidade	4	405	5	495
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	1	20	2	40
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à central de vagas da SMADS	1	20	1	20
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	1	150	1	150
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	30	1	30
Total Especial Alta Complexidade	4	220	5	240
Total Geral Convênios	31	5.595	31	5.385
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			22.309	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			502	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			11.013	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			5.153	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			349	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			2.684	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.537	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			2.573	

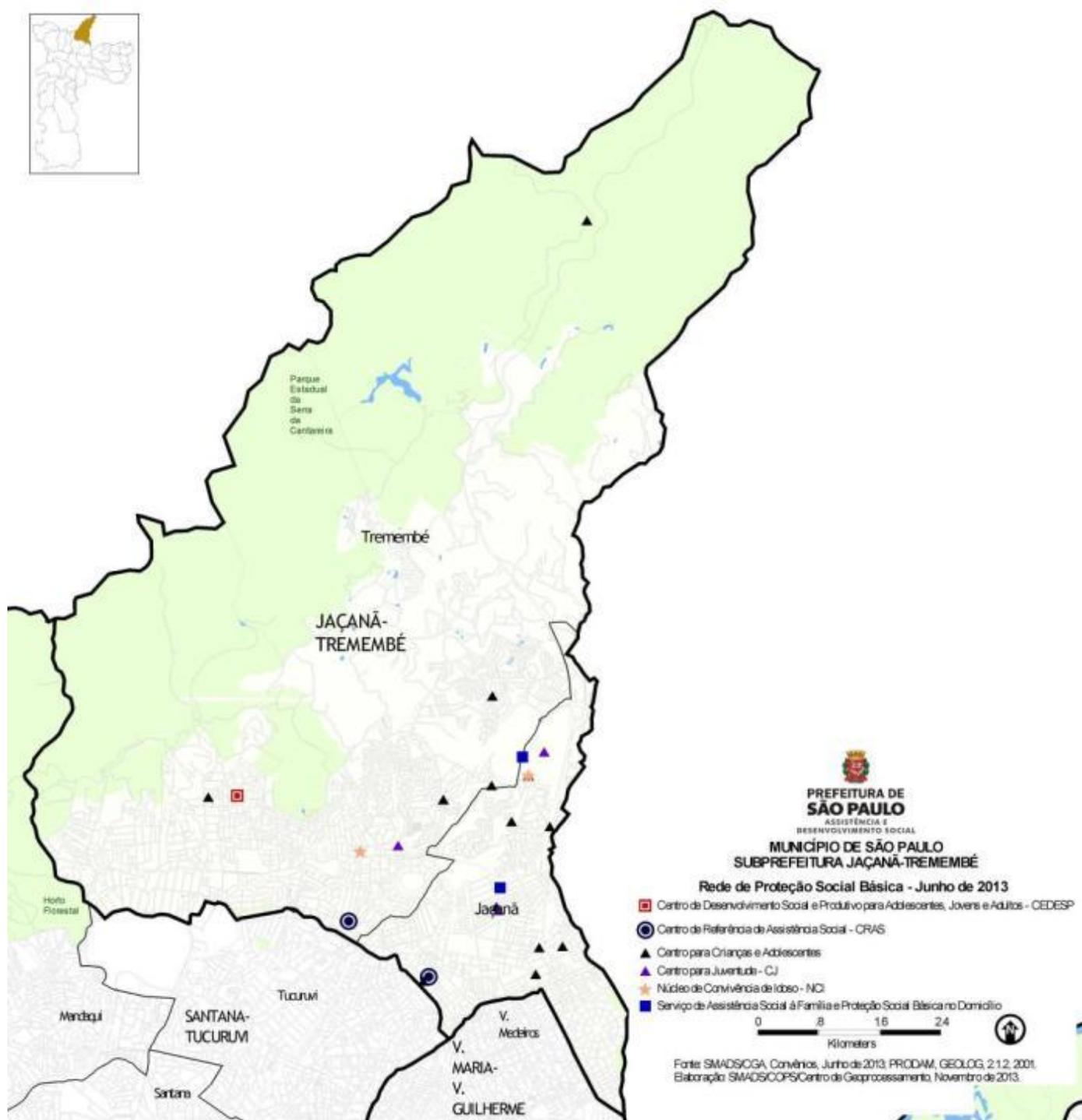
Metas JT 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Jaçanã	1	CCA
Jaçanã	1	CEDESP
Tremembé	1	CRAS
Tremembé	1	CCA
Tremembé	1	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Jaçanã/ Tremembé	1	CDCM
Jaçanã/ Tremembé	1	Centro Dia Idoso
Jaçanã/ Tremembé	1	SEAS
Jaçanã/ Tremembé	1	SAICA

REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL

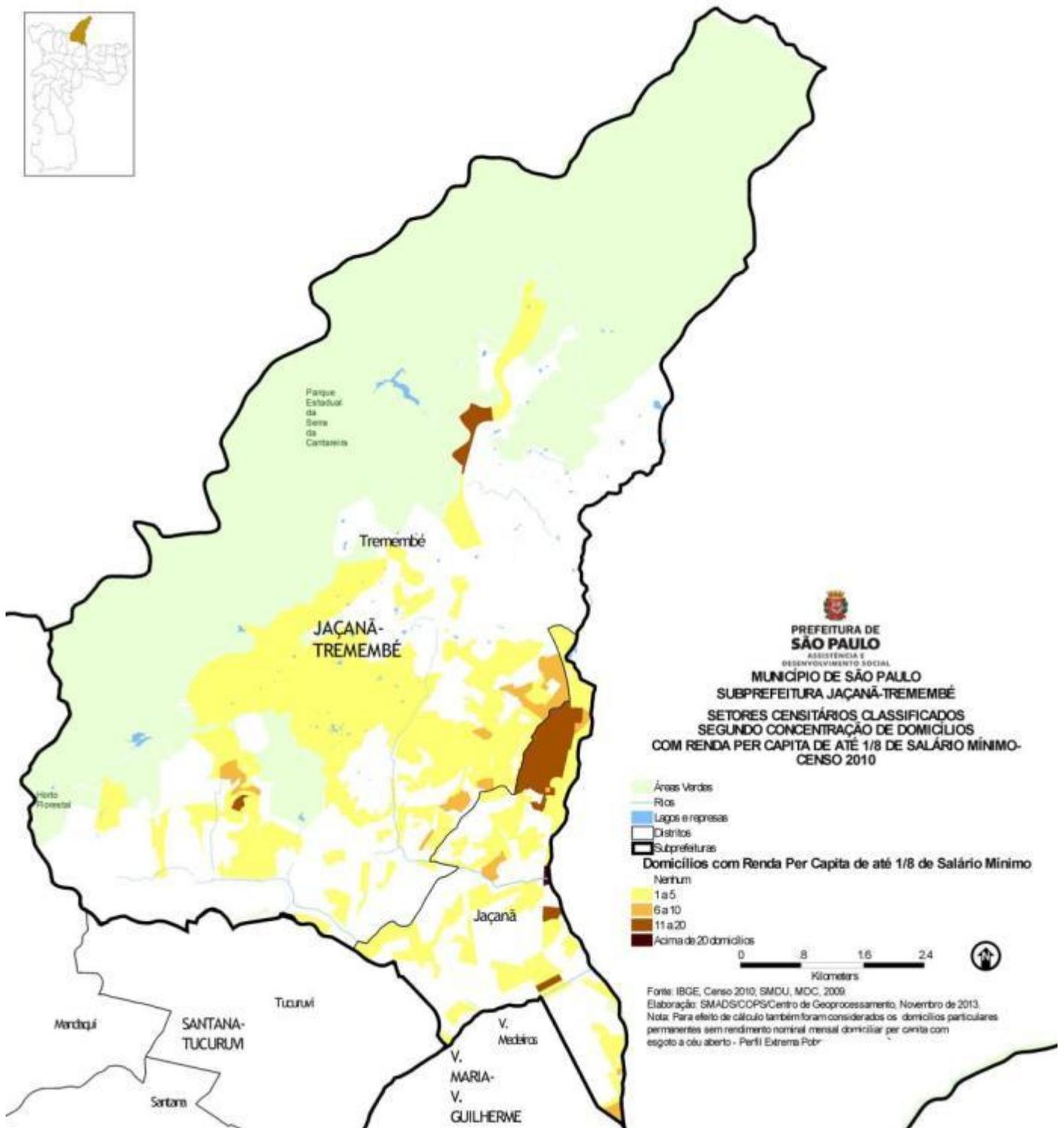


Fonte: SMADSCGA, Convênios, Junho de 2013; PRODAM, GEOLOG, 2.1.2, 2001.
 Elaboração: SMADSCOPSCentro de Geoprocessamento, Novembro de 2013.

REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



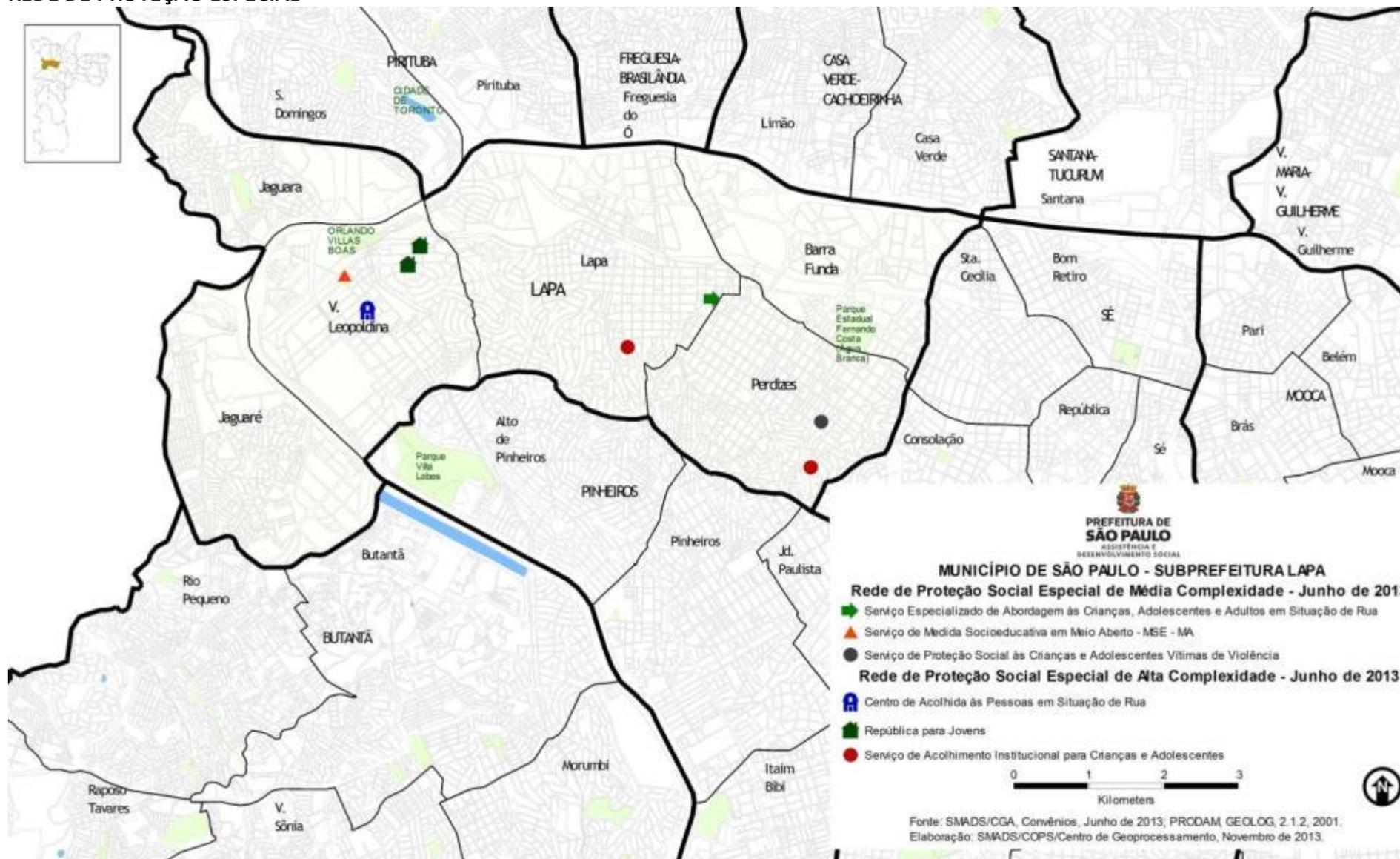
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



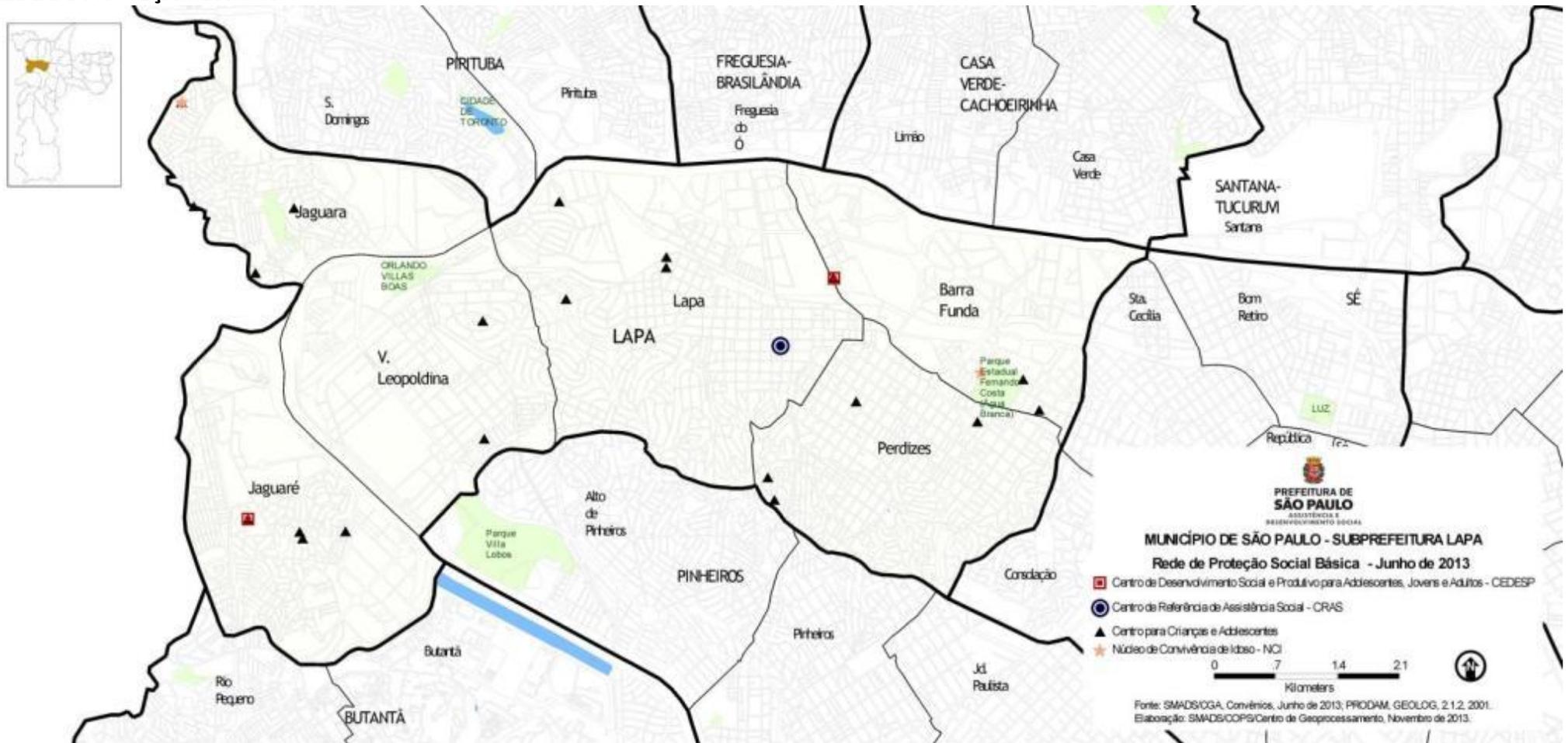
SAS Lapa				
Distritos	Barra Funda			
	Jaguara			
	Jaguaré			
	Lapa			
	Perdizes			
	Vila Leopoldina			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	1	1		
CREAS	Não há	Não há		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	220	2	300
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	2	560	2	560
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	21	2.940	21	2.940
Total Básica	25	3.720	25	3.800
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	300	2	300
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	60	1	60
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	1	40	0	0
Total Especial Média Complexidade	3	400	4	440
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	2	40	2	40
República Jovem	1	10	1	12
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	200	1	200
Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	1	20	1	20
Total Especial Alta Complexidade	5	270	5	272
Total Geral Convênios	33	4.390	34	4.512
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012	9.990			
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)	197			
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013	3.625			
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013	1.561			
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013	148			
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013	756			
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013	616			
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013	1.870			

Metas LA 2014 - 2017		
Distrito	Quantidade	Serviço
Jaguara	1	SASF
Proteção Social Especial		
Distrito	Quantidade	Serviço
Lapa	1	CREAS
Lapa	1	Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
Lapa	1	NPJ
Lapa	1	ILPI
Lapa	1	NAISPD
Lapa	2	Centro de Acolhida
Lapa	1	República Adulto

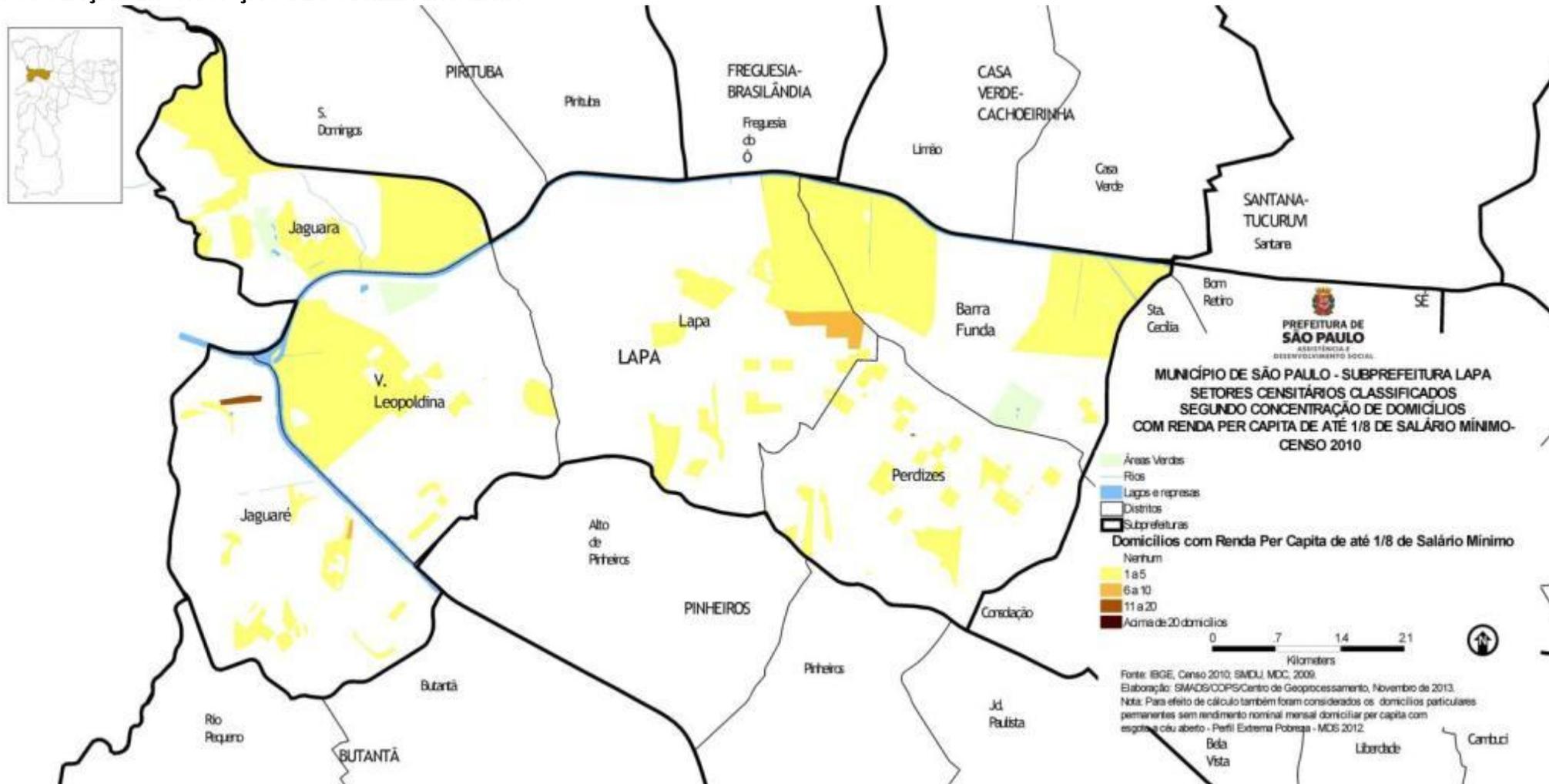
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



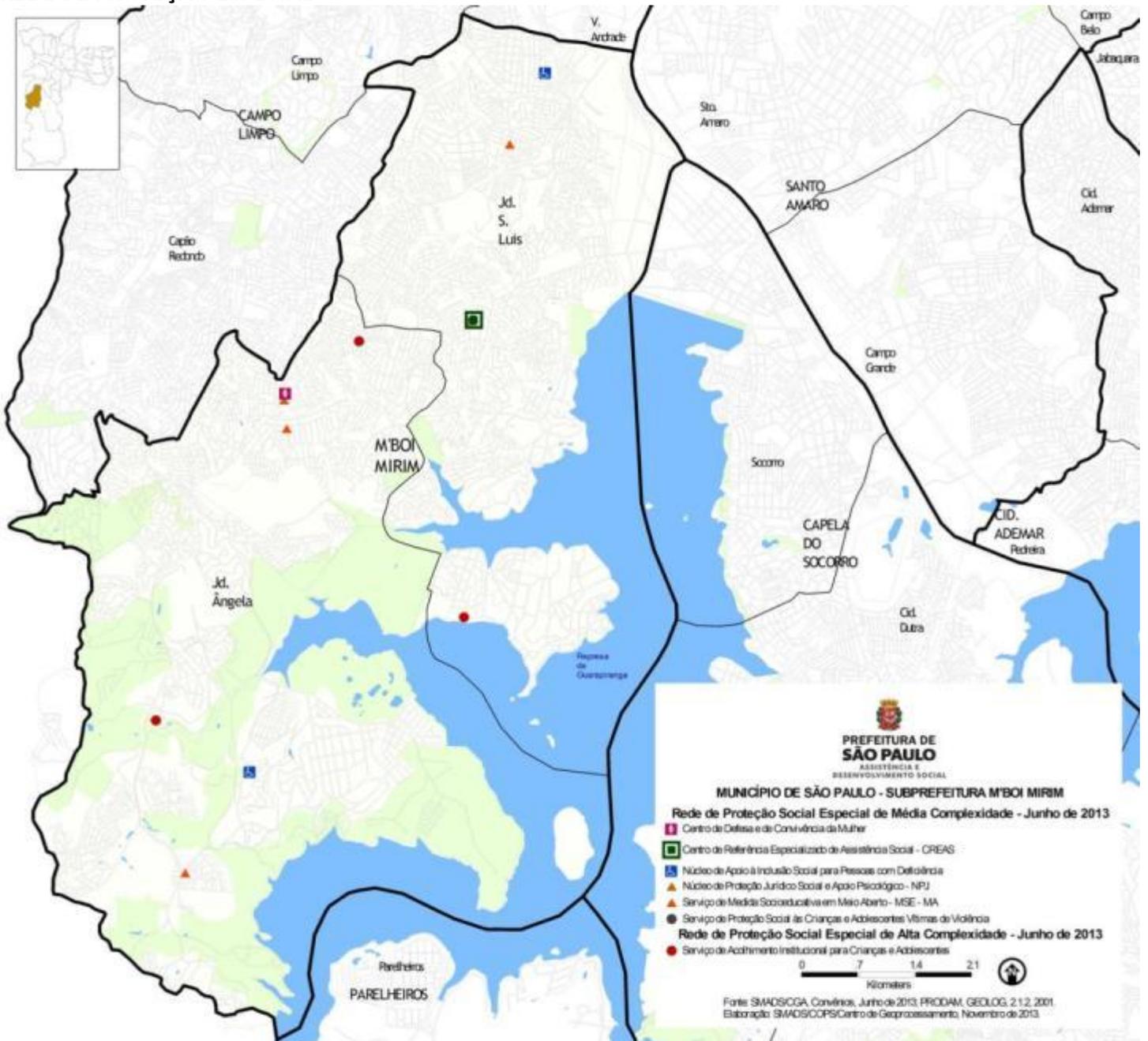
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



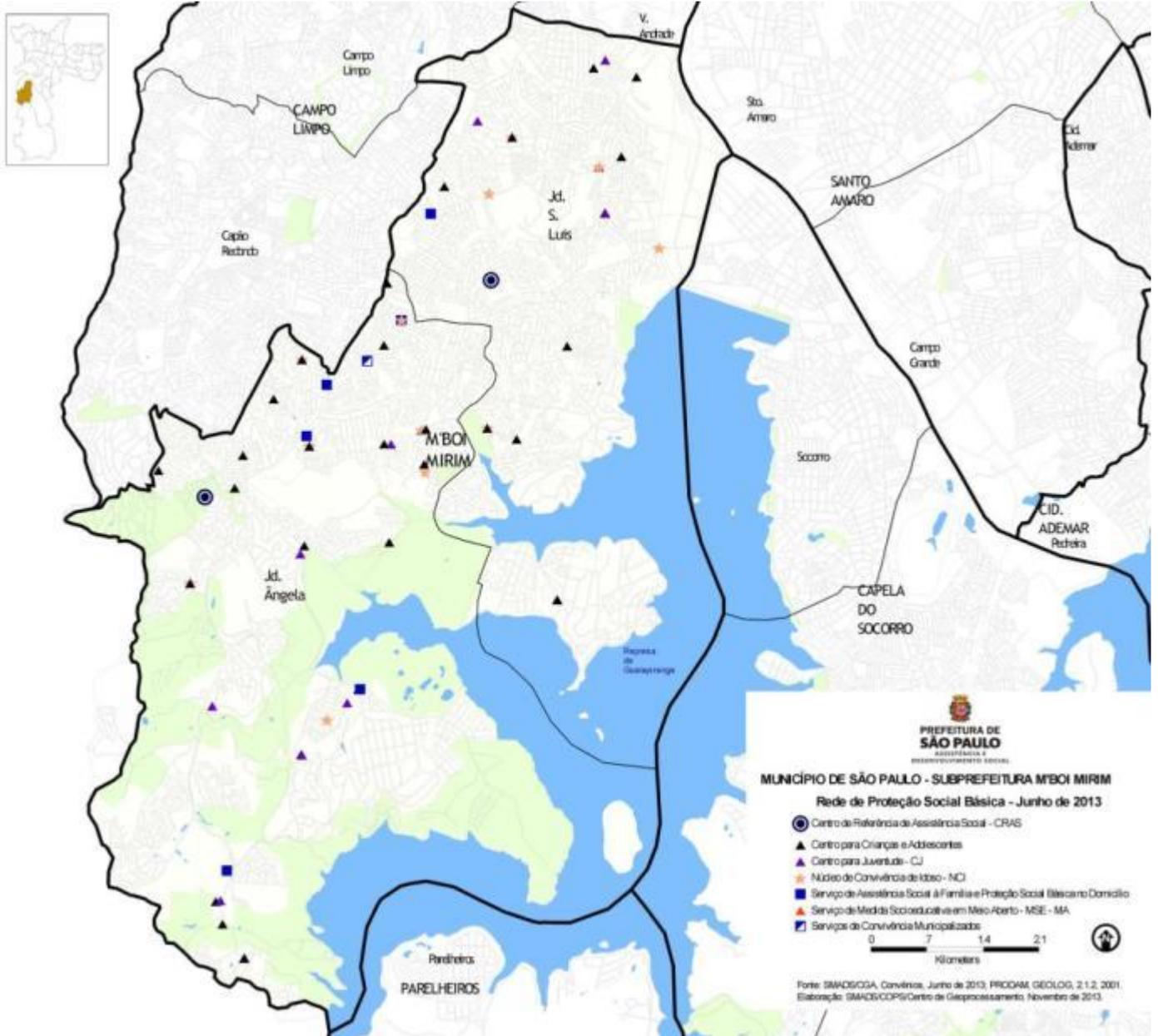
SAS M'Boi Mirim				
Distritos	M' Boi Mirim			
	Jardim São Luiz			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	6	6.000	6	6.000
Clube da Turma	1	2.400	1	2.400
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	12	1.050	12	1.230
Centro para Juventude - CJ	15	1.470	15	1.470
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	30	4.395	32	4.690
Total Básica	64	15.315	66	15.790
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	3	285	3	285
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	2	240	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	250	1	100
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	2	140	2	140
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	2	160
Total Especial Média Complexidade	8	915	9	805
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	3	60
Total Especial Alta Complexidade	3	60	3	60
Total Geral Convênios	75	16.290	78	16.655
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			58.289	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.670	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			45.092	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			19.185	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			446	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.970	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			4.492	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			5.159	

Metas MB 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Jardim Ângela	4	CRAS
Jardim Ângela	1	CEDESP
Jardim São Luiz	2	CRAS
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
M' Boi Mirim	1	SEAS
M' Boi Mirim	1	Centro Dia Idoso

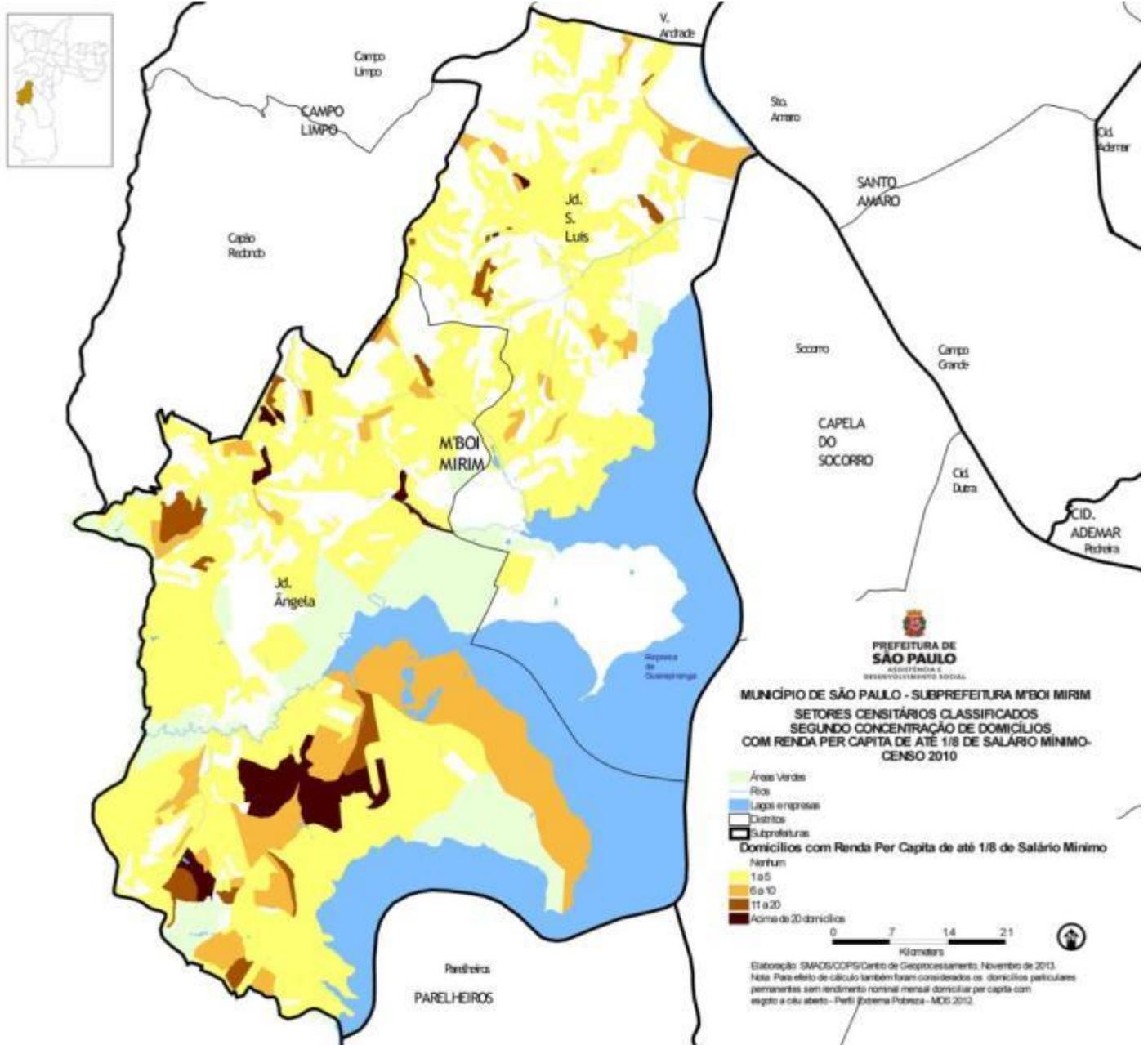
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



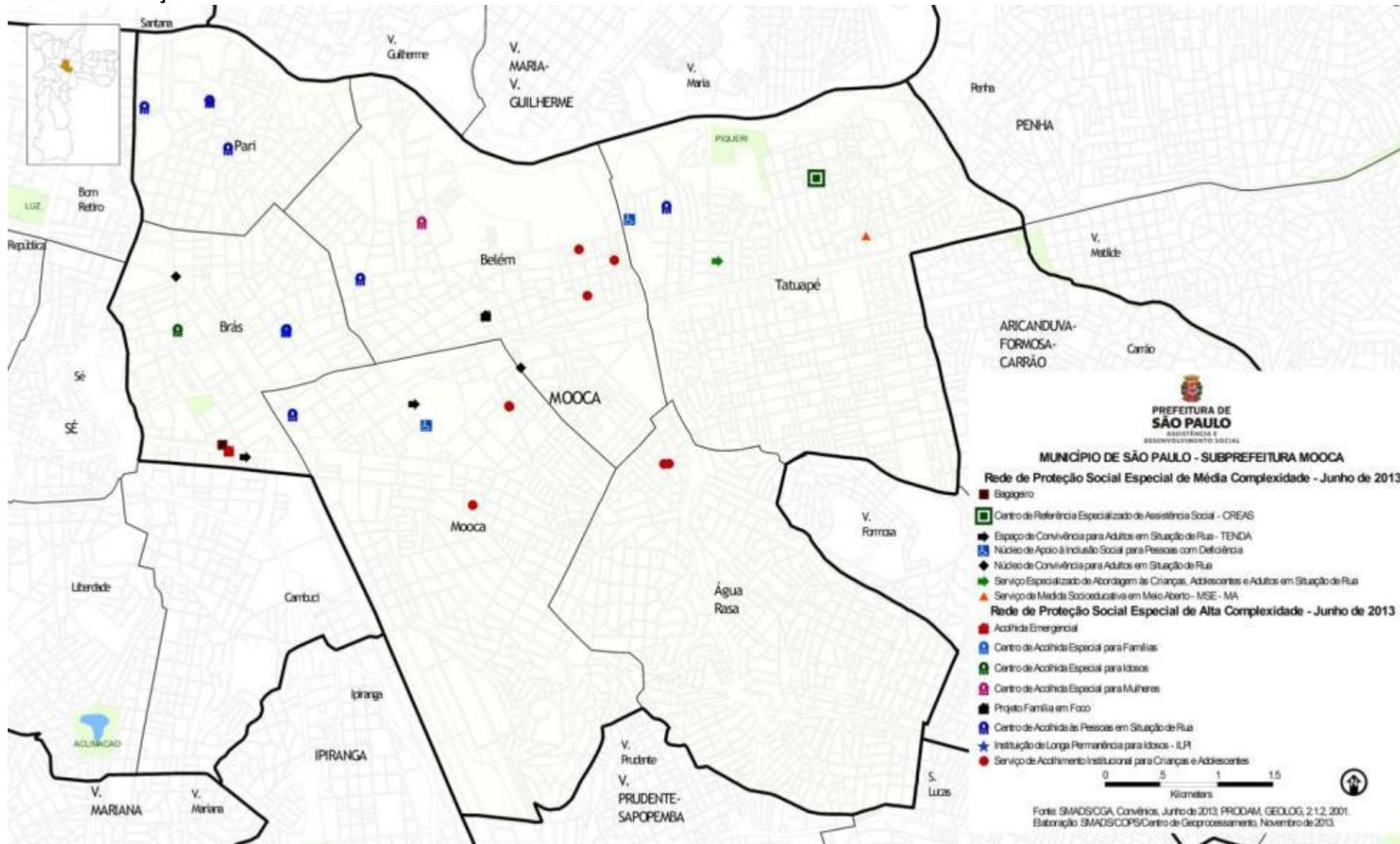
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



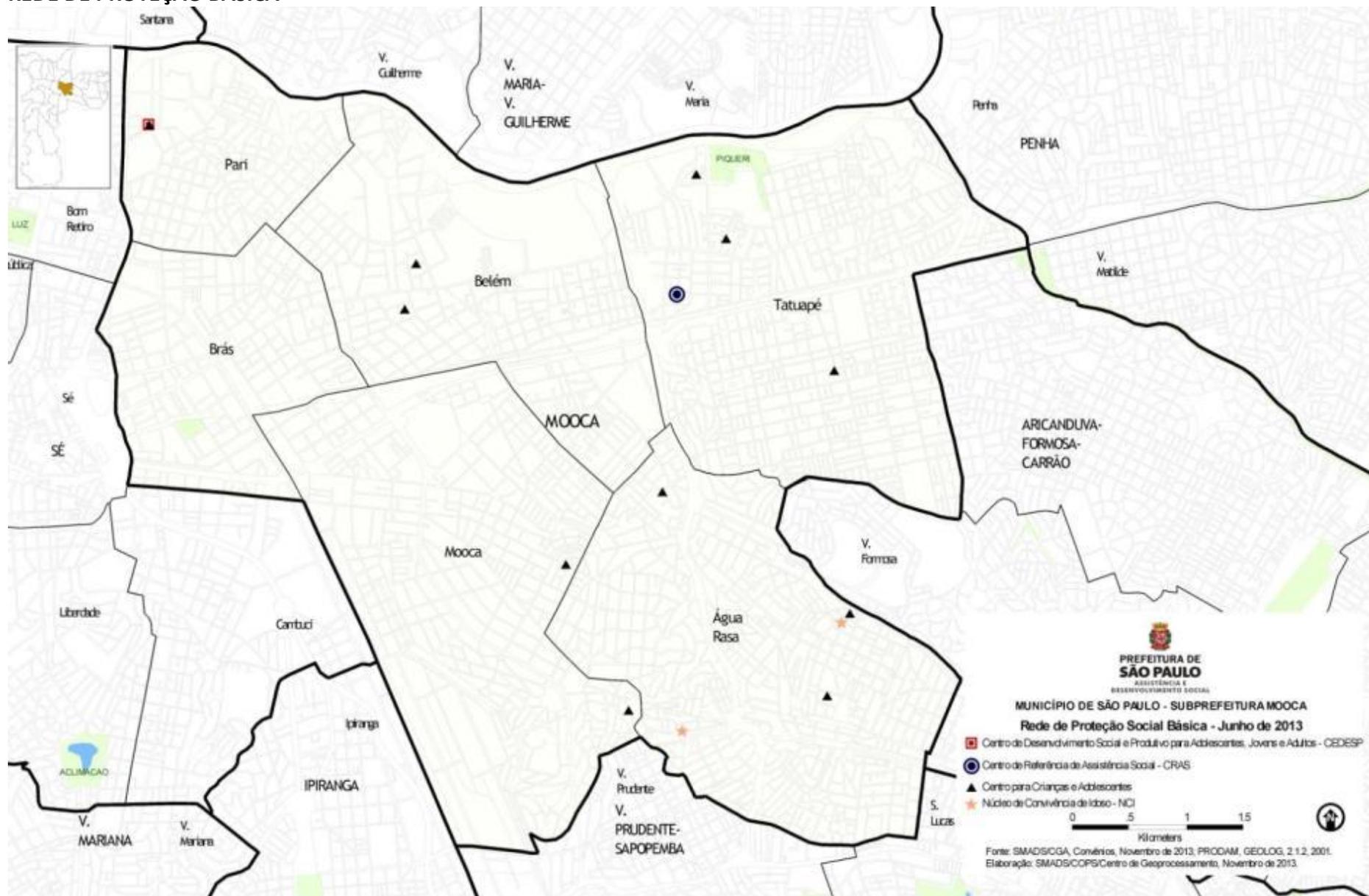
SAS Mooca				
Distritos	Água Rasa			
	Belém			
	Brás			
	Mooca			
	Pari			
	Tatuapé			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	1	1		
CREAS	1	1		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	320	2	400
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	160	1	160
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	11	1.830	11	1.860
Total Básica	14	2.310	14	2.420
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	600	1	600
Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua	2	400	2	400
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	120	1	120
Bagageiro	1	60	1	60
Núcleo de Serviços e Convivência para Adultos em Situação de Rua	2	650	2	650
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	2	170	2	200
Total Especial Média Complexidade	9	2.000	9	2.030
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	7	140	6	120
Centro de Acolhida Especial para Mulheres	2	216	2	216
Centro de Acolhida Especial para Idosos	2	240	2	210
Centro de Acolhida Especial para Famílias	1	80	1	80
Projeto Especial Família em Foco	0	0	1	60
Centro de Reinserção Social com Acolhimento para Adultos em Situação de Rua	1	160	1	160
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	8	3.027	8	3.027
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	60	1	60
Total Especial Alta Complexidade	22	3.923	22	3.933
Total Geral Convênios	45	8.233	45	8.383
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012				15.250
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)				220
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013				6.616
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013				3.891
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013				775
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013				1.078
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013				1.338
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013				3.656

Metas MO 2014 - 2017		
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Mooca	1	Centro Pop
Mooca	1	SEAS
Mooca	1	MSE
Mooca	1	Restaurante Comunitário
Mooca	2	Centro de Acolhida
Mooca	1	República Adulto
Mooca	1	ILPI

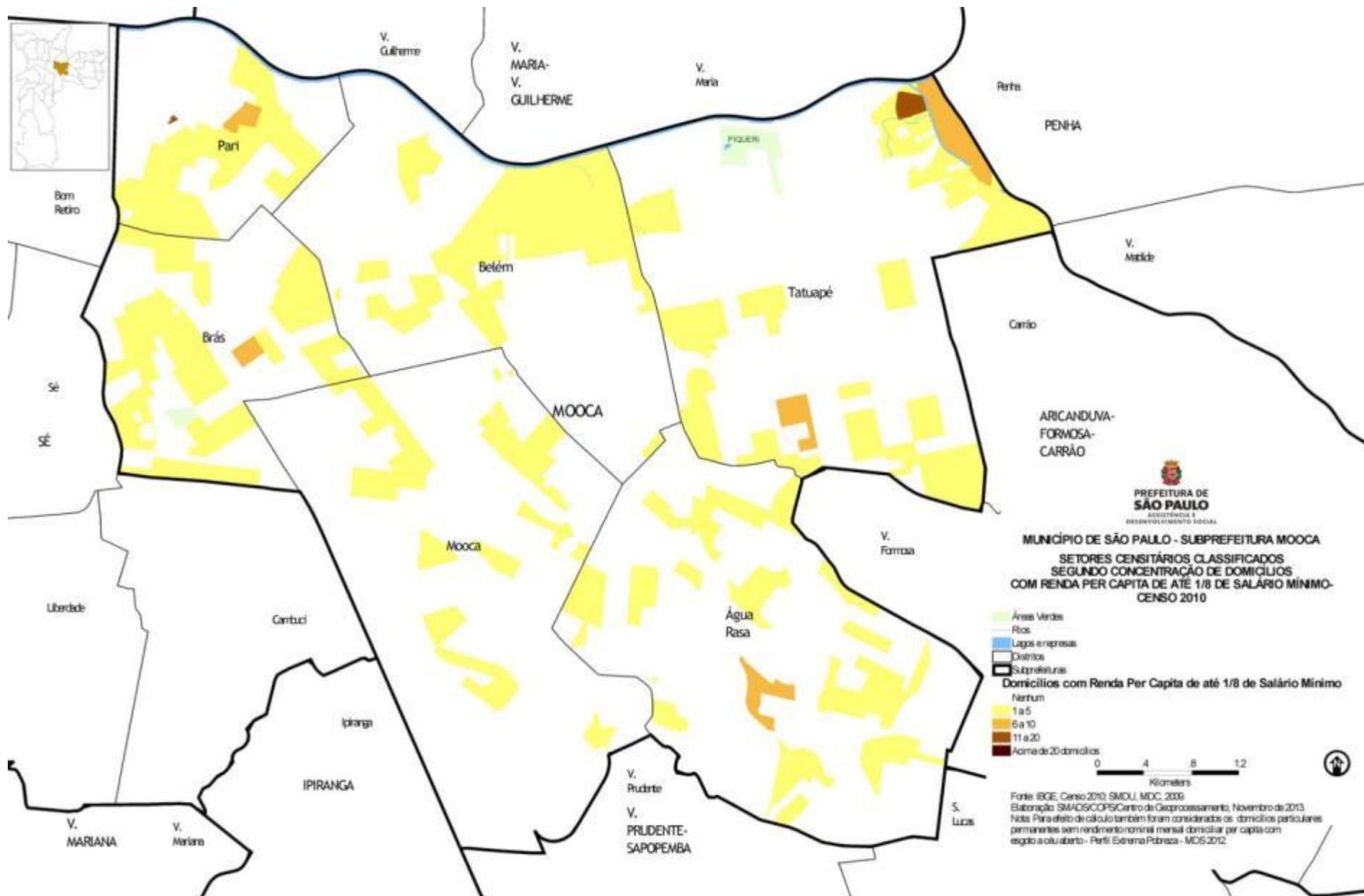
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



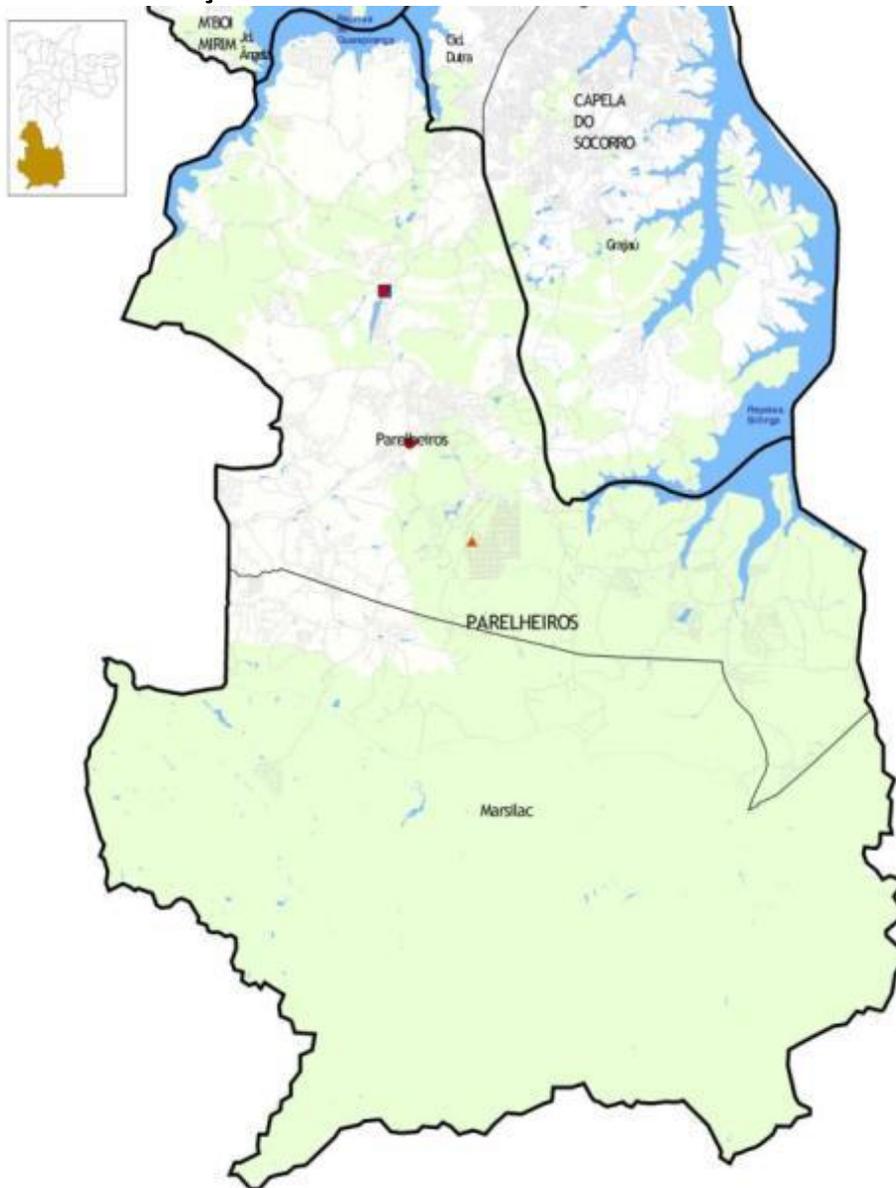
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



SAS Parelheiros				
Distritos	Parelheiros			
	Marsilac			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		2	
CREAS	Não há		Não há	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	3	3.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	1	100	1	100
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	200	1	200
Centro para Juventude - CJ	3	180	3	180
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	11	1.470	13	1.710
Total Básica	19	4.950	21	5.190
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	90	1	90
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	30	1	30
Total Especial Média Complexidade	2	120	2	120
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	2	40	2	40
Total Especial Alta Complexidade	2	40	2	40
Total Geral Convênios	23	5.110	25	5.350
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			19.444	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.763	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			11.917	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			5.203	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			221	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			1.859	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.259	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			1.493	

Metas PA 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Parelheiros	2	CRAS
Parelheiros	1	CCA
Parelheiros	1	CEDESP
Parelheiros	3	Convivendo e Aprendendo
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Parelheiros	1	CREAS
Parelheiros	1	NPJ
Parelheiros	1	SPVV
Parelheiros	1	CDCM
Parelheiros	1	ILPI

REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA PARELHEIROS

Rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Junho de 2013

■ Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência

▲ Serviço de Média Socioeducativa em Meio Aberto - MSE - MA

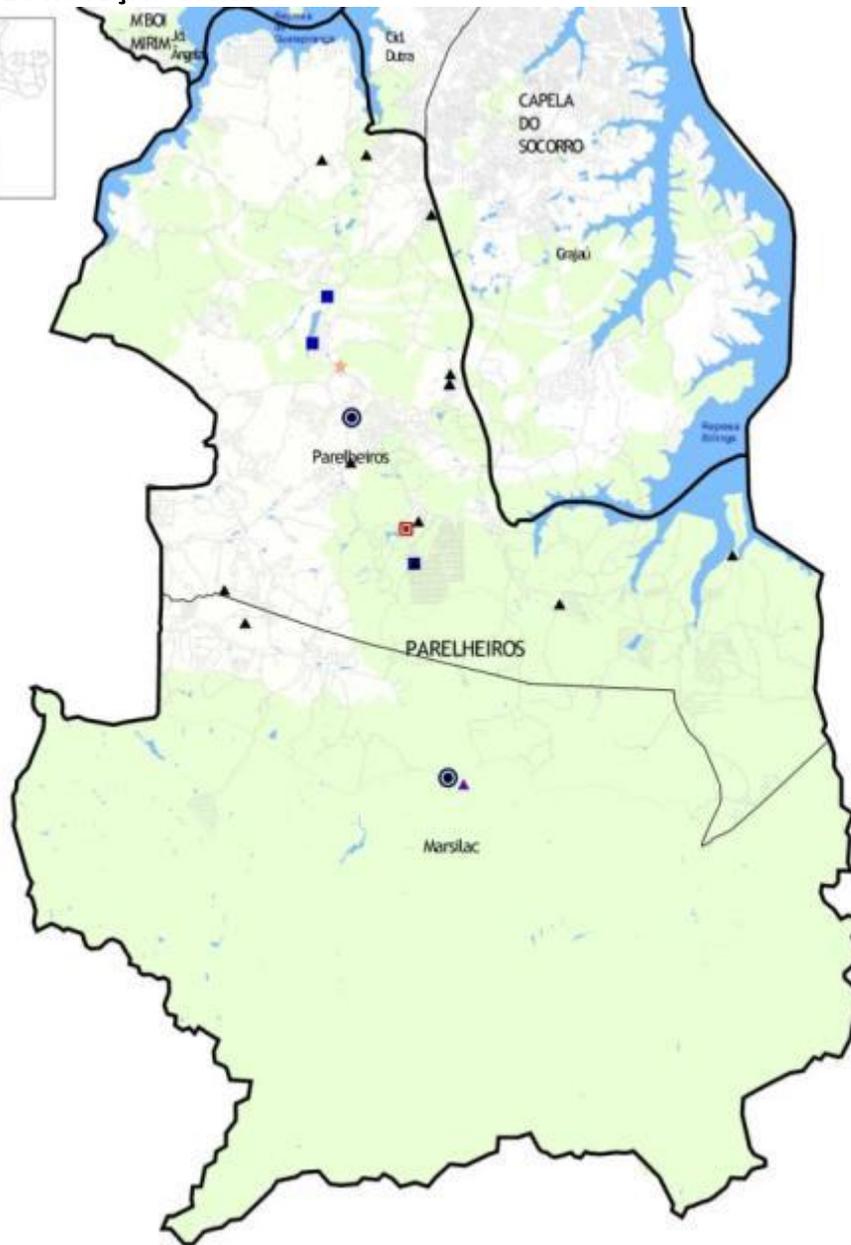
Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Junho de 2013

● Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes



Fonte: SIVASCOGA, Convênios, Junho de 2013; PRODIM, GEOLÓG. 2.1.2, 2001.
Elaboração: SIVASCOGA/CCPS/ Centro de Geoprocessamento, Novembro de 2013.

REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



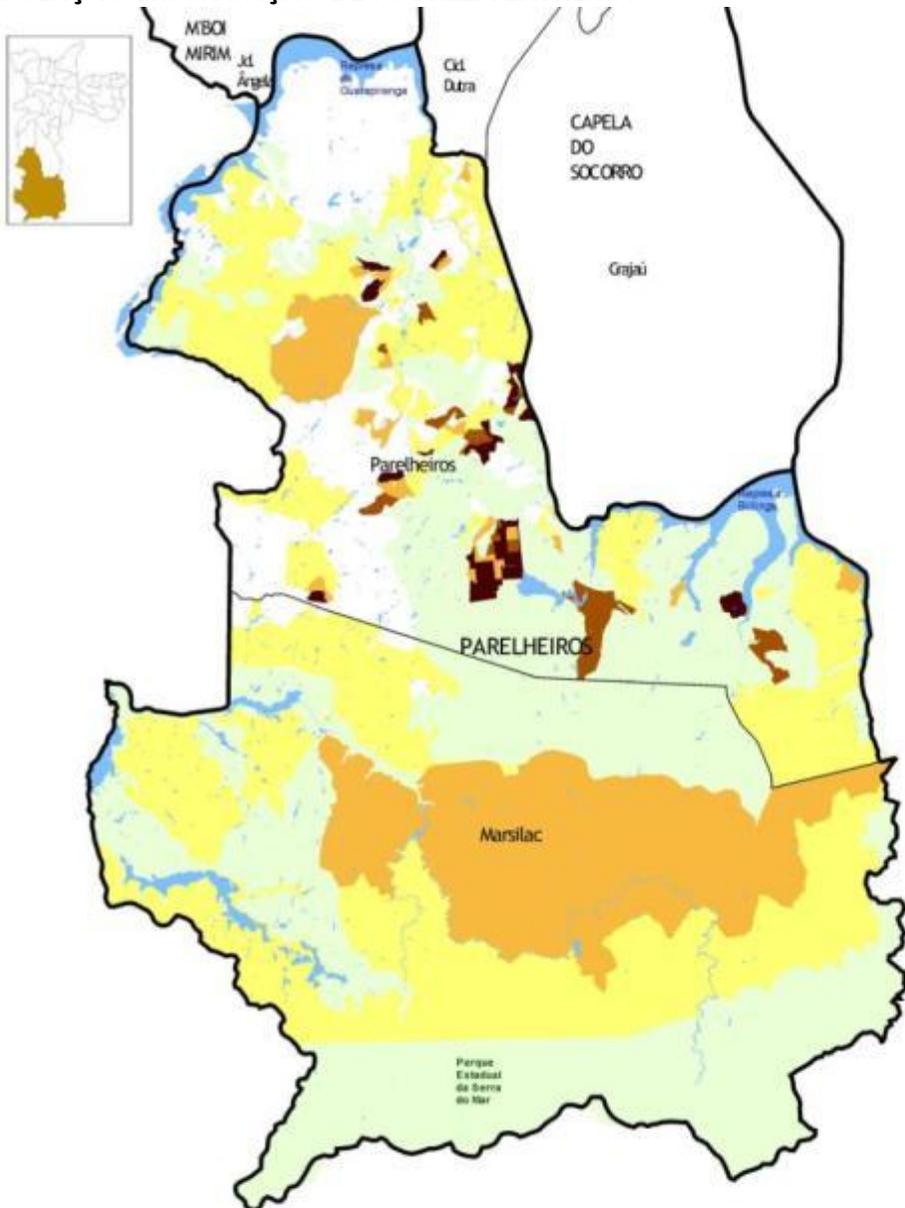
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA PARELHEIROS Rede de Proteção Social Básica - Junho de 2013

- Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP
- Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
- ▲ Centro para Crianças e Adolescentes
- ▲ Centro para Juventude - CJ
- ★ Núcleo de Convivência de Idoso - NCI
- Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio



Fonte: SMA/SCSA, Convênios, Junho de 2013; PRODAM, GEÓLOGO, 2.1.2, 2001.
Elaboração: SMA/SCOPS/Centro de Geoprocessamento, Novembro de 2013.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA




PREFEITURA DE SÃO PAULO
 ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA PARELHEIROS
SETORES CENSITÁRIOS CLASSIFICADOS SEGUNDO CONCENTRAÇÃO DE DOMÍLIOS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO - CENSO 2010

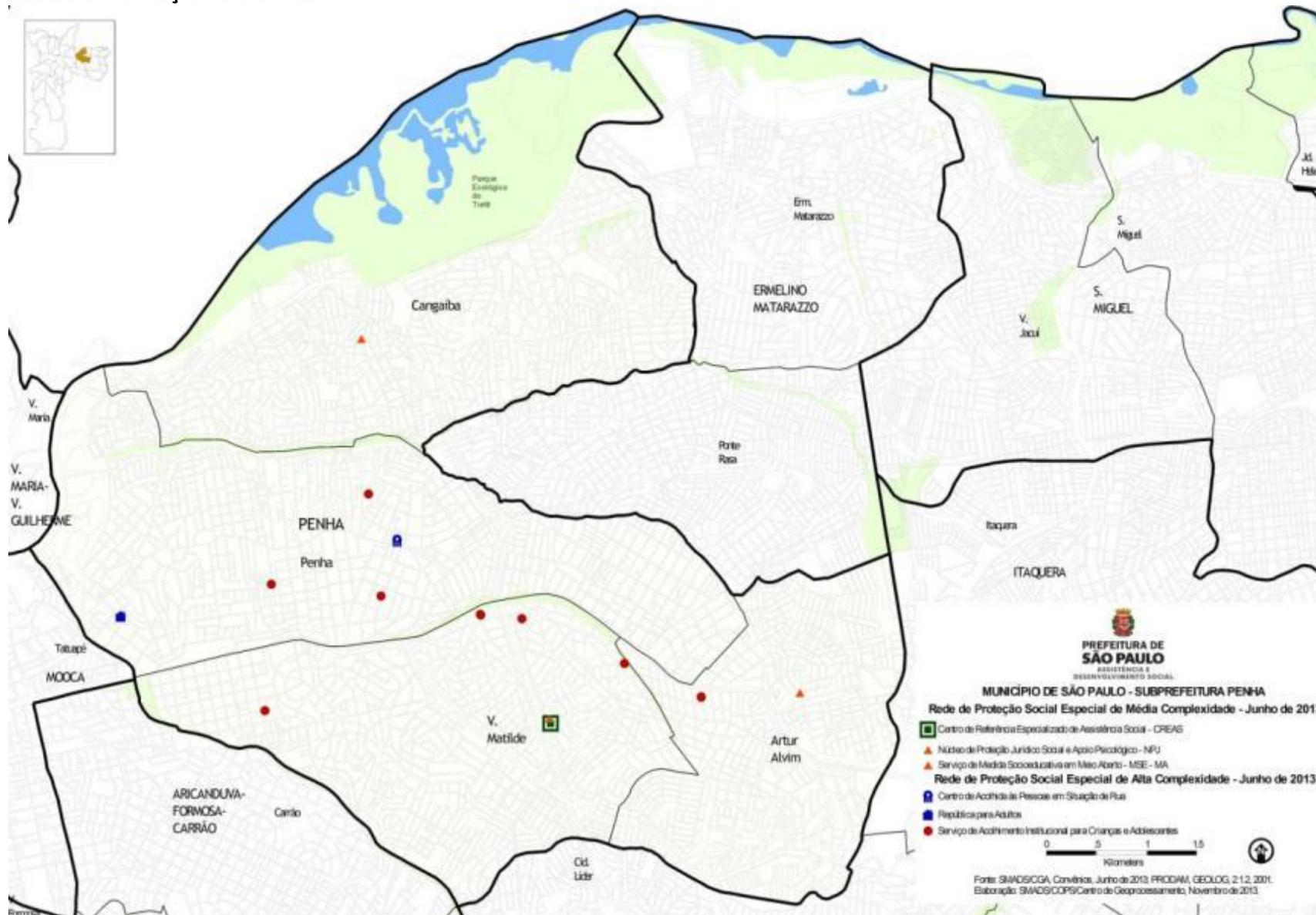


Fonte: IBGE, Censo 2010; SMDU, MDC, 2009.
 Elaboração: SMADS/COFIS/Centro de Geoprocessamento, Novembro de 2013.
 Nota: Para efeito de cálculo também foram considerados os domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita com esgoto a céu aberto - Pefli Extrema Pobreza - MDS 2012.

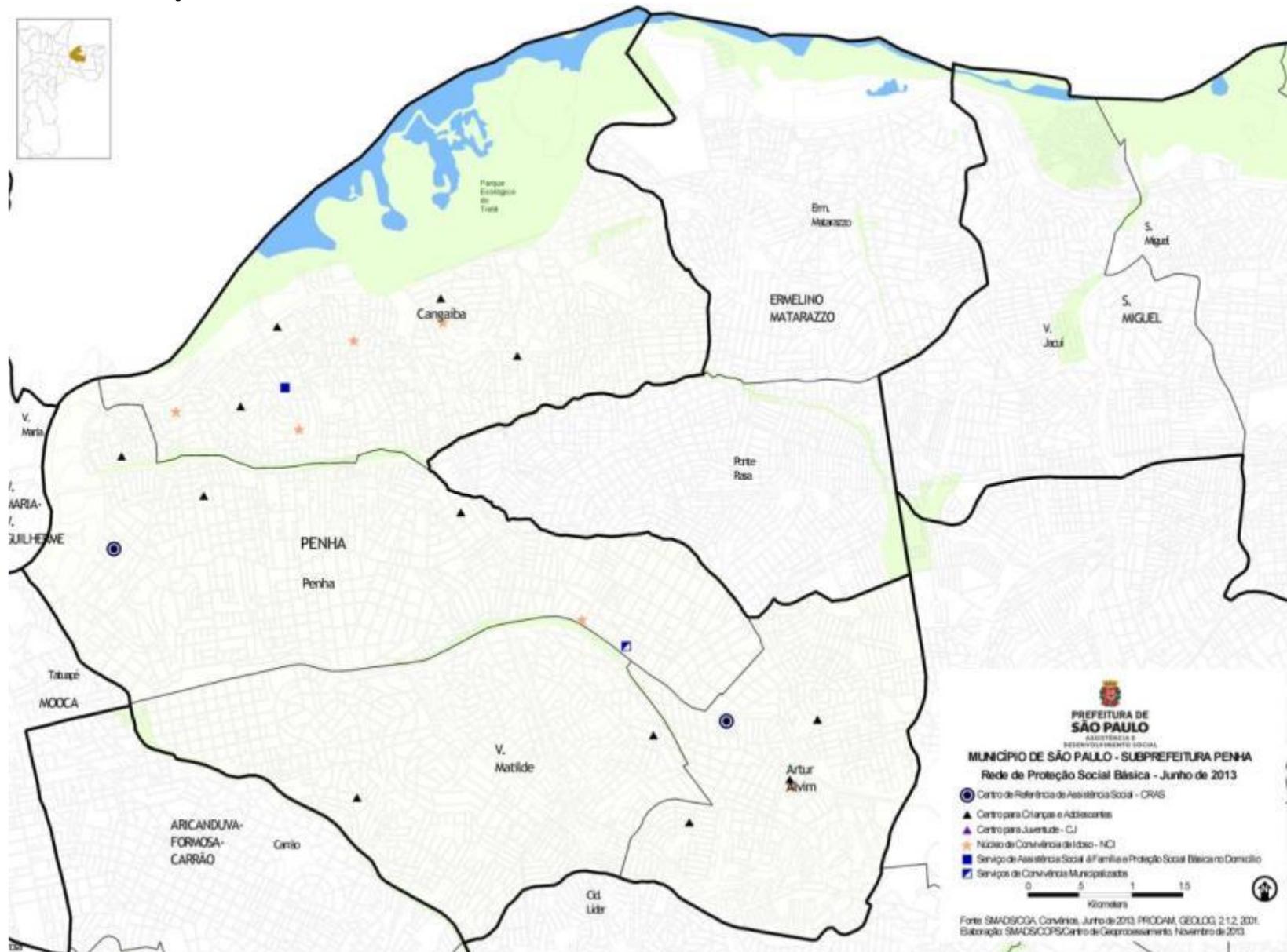
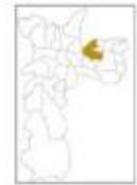
SAS Penha				
Distritos	Artur Alvim			
	Cangaíba			
	Penha			
	Vila Matilde			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	6	500	6	660
Centro para Juventude - CJ	1	240	1	240
Circo Escola	1	500	1	500
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	11	1.680	13	1.980
Total Básica	20	3.920	22	4.380
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	210	2	210
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Total Especial Média Complexidade	3	330	2	210
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	9	180	8	160
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	120	1	120
República para Adultos	1	20	1	20
Total Especial Alta Complexidade	11	320	10	300
Total Geral Convênios	34	4.570	34	4.890
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			27.109	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			643	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			16.499	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			7.915	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			251	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			3.186	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.741	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			6.257	

Metas PE 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Artur Alvim	1	CCA
Artur Alvim	1	CEDESP
Cangaíba	2	CRAS
Cangaíba	1	CCA
Penha	1	CCA
Vila Matilde	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Penha	1	SEAS
Penha	1	SPVV
Penha	1	CDCM
Penha	1	Centro de Acolhida

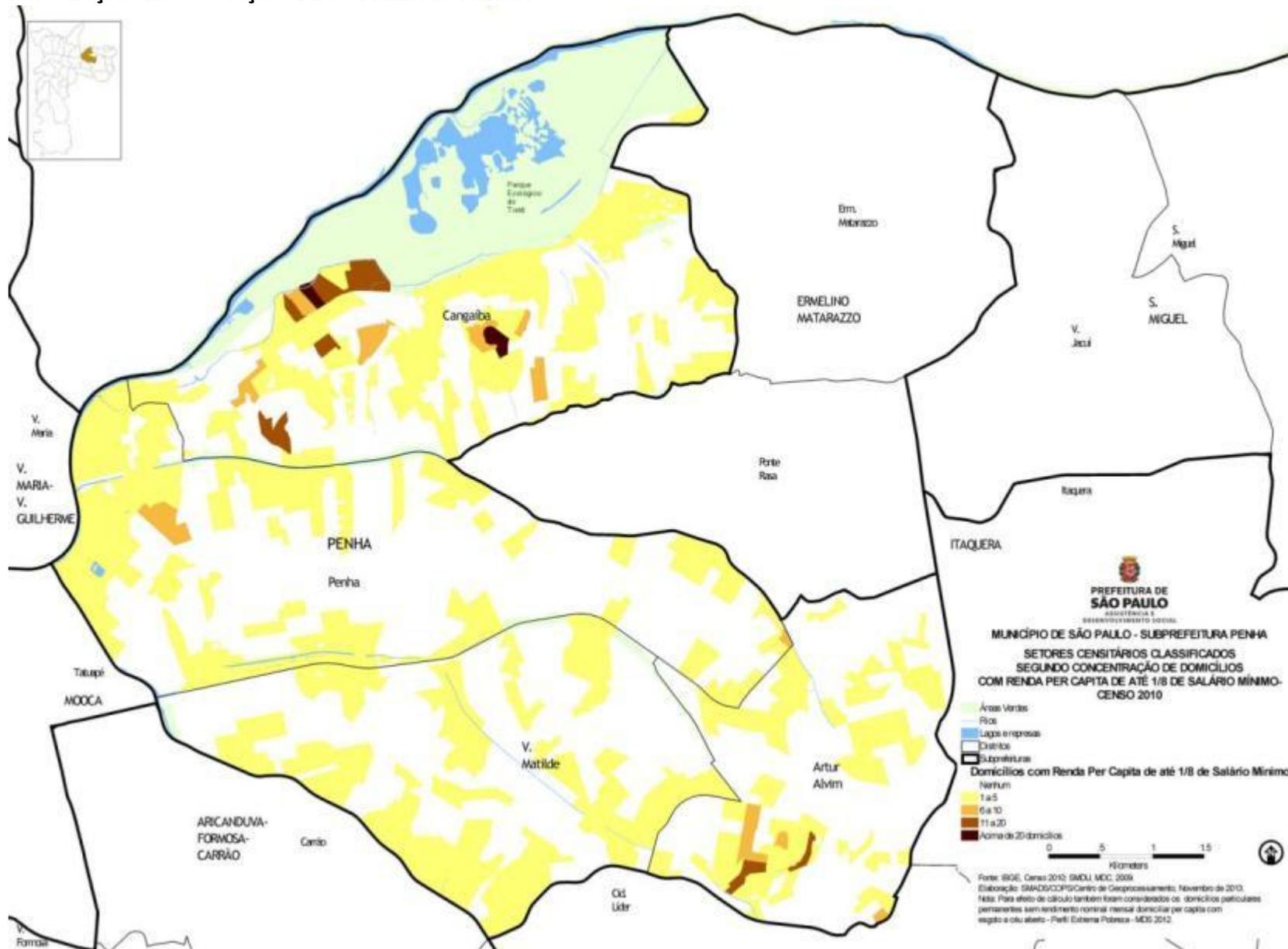
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



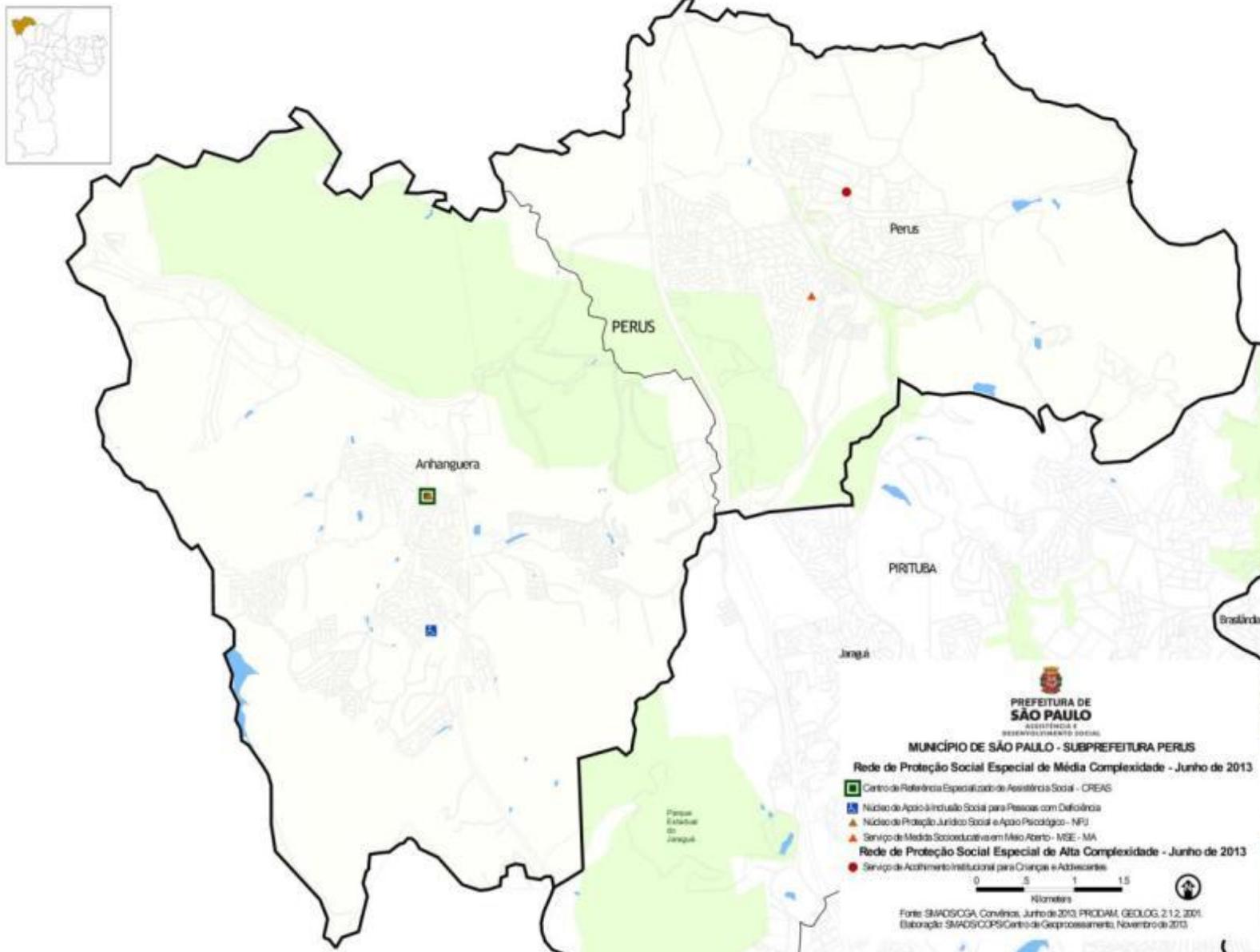
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



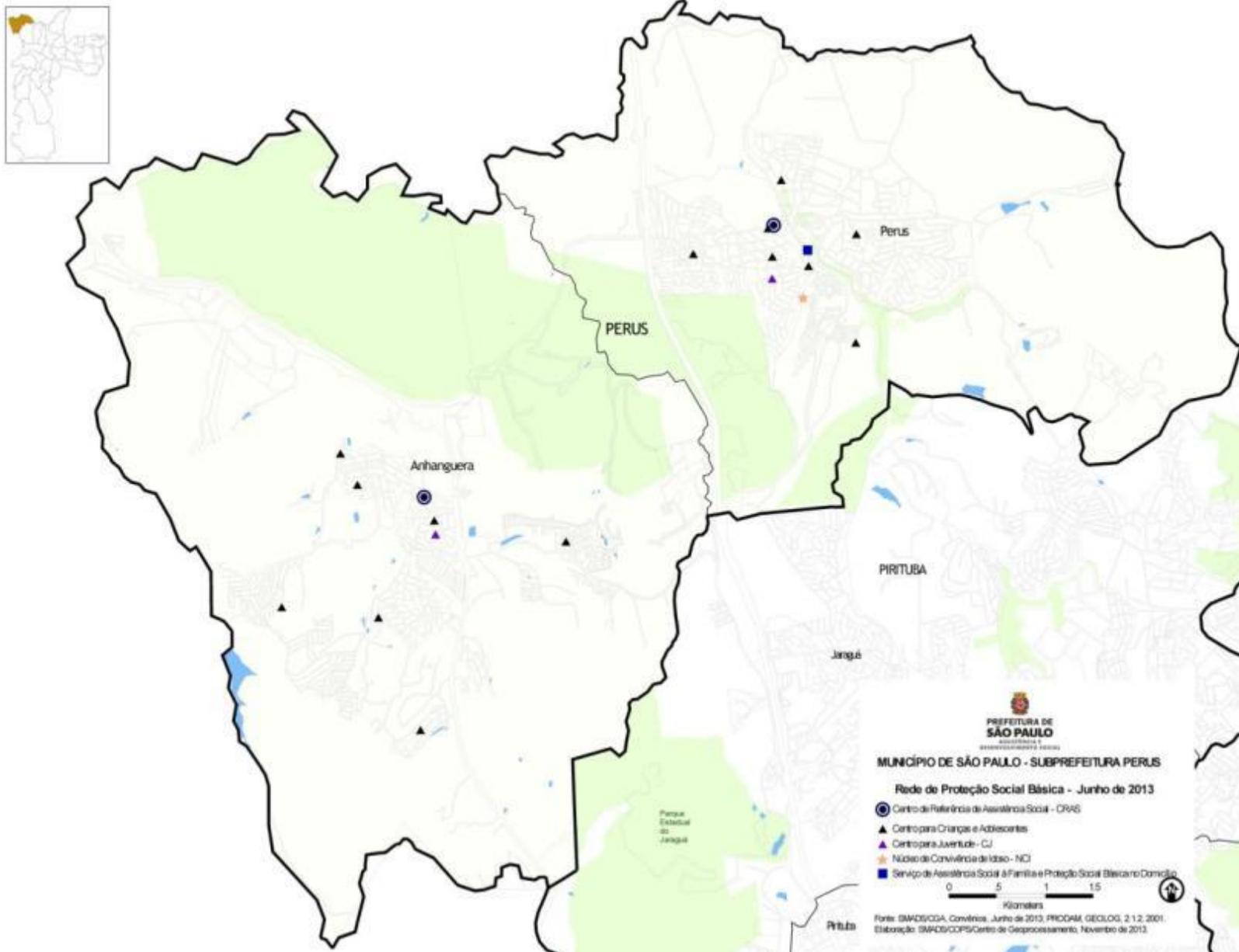
SAS Perus				
Distritos	Perus			
	Anhanguera			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	1	100	1	100
Centro para Juventude - CJ	2	120	2	120
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	14	1.620	14	1.620
Total Básica	18	2.840	18	2.840
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	90	1	90
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Total Especial Média Complexidade	3	270	3	270
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	1	20	1	20
Total Especial Alta Complexidade	1	20	1	20
Total Geral Convênios	22	3.130	22	3.130
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			13.910	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			475	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			5.146	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			2.627	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			1.464	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			1.456	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			573	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			767	

Metas PR 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Perus	1	CCA
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Perus	1	NAISPD
Perus	1	SAICA

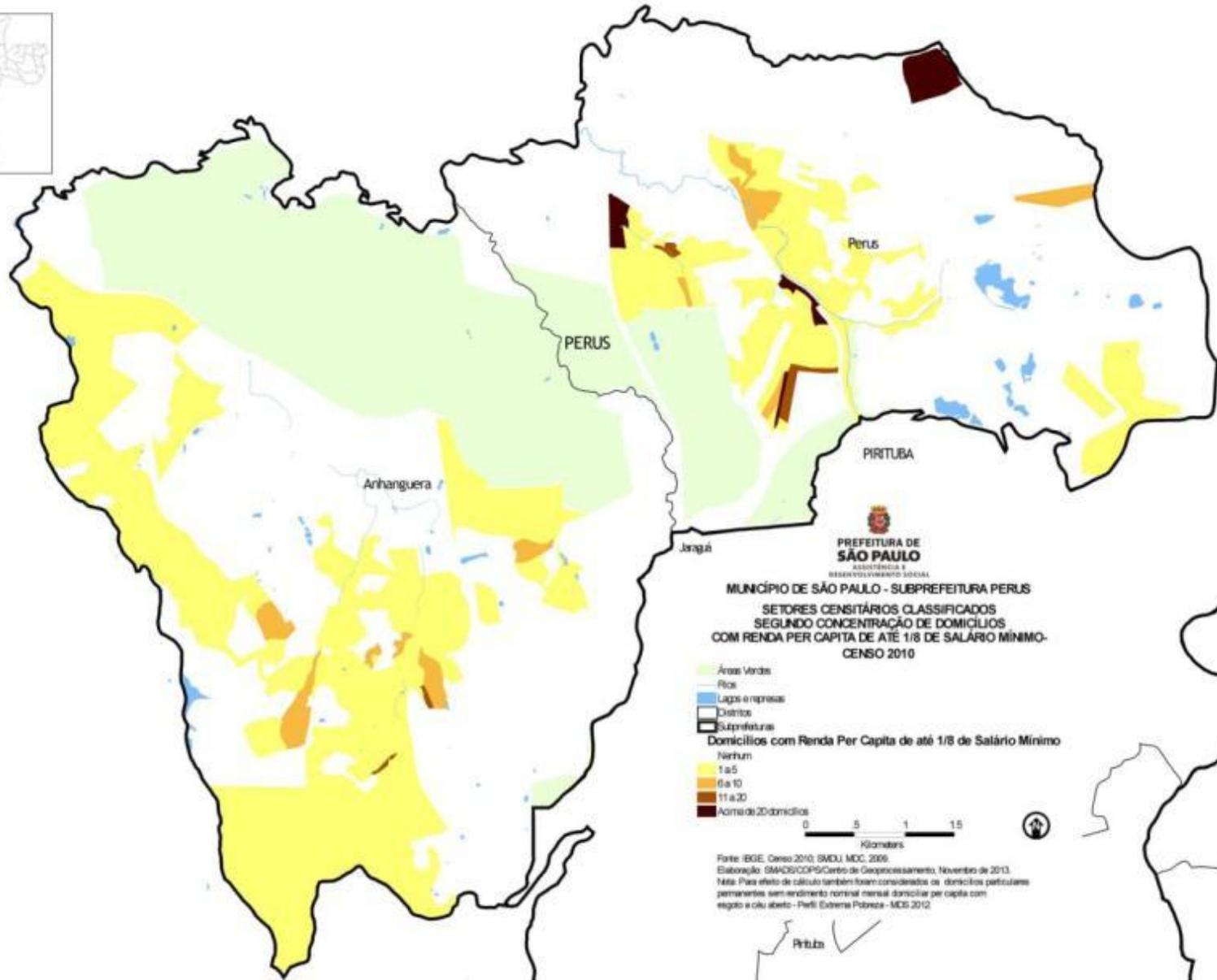
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



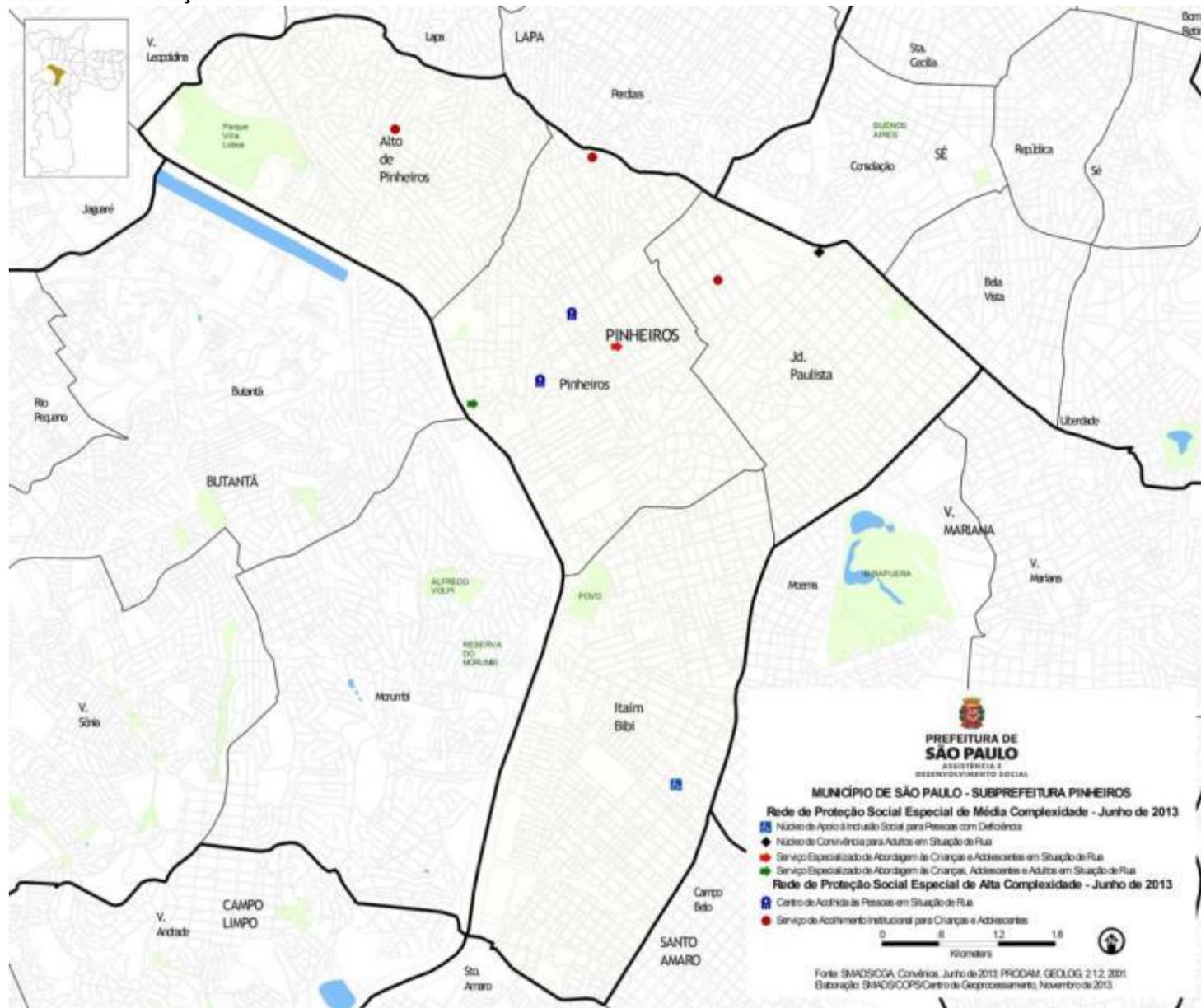
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



SAS Pinheiros				
Distritos	Alto de Pinheiros			
	Itaim Bibi			
	Jardim Paulista			
	Pinheiros			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	1	1		
CREAS	Não há	Não há		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	210	2	330
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	120	1	120
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	7	900	7	890
Total Básica	10	1.230	10	1.340
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	2	500	2	500
Núcleo de Serviços e Convivência para Adultos em Situação de Rua	1	120	0	0
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	40	1	40
Total Especial Média Complexidade	4	660	3	540
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	4	80	4	80
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	140	1	140
Total Especial Alta Complexidade	5	220	5	220
Total Geral Convênios	19	2.110	18	2.100
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			13.529	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			477	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			1.089	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			468	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			50	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			164	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			305	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			1.369	

Metas PI 2014 - 2017		
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Pinheiros	1	CREAS
Pinheiros	1	NPJ

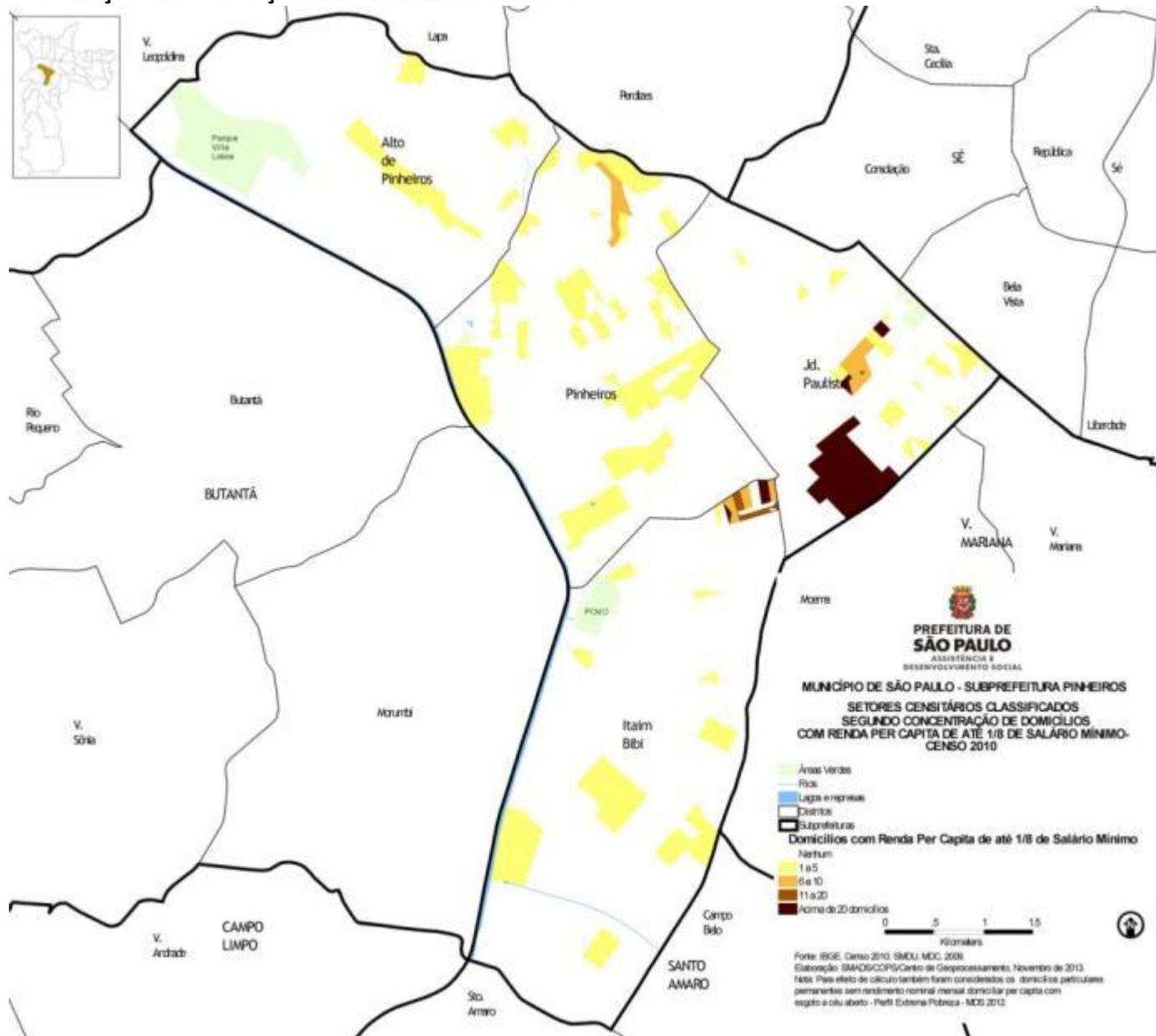
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



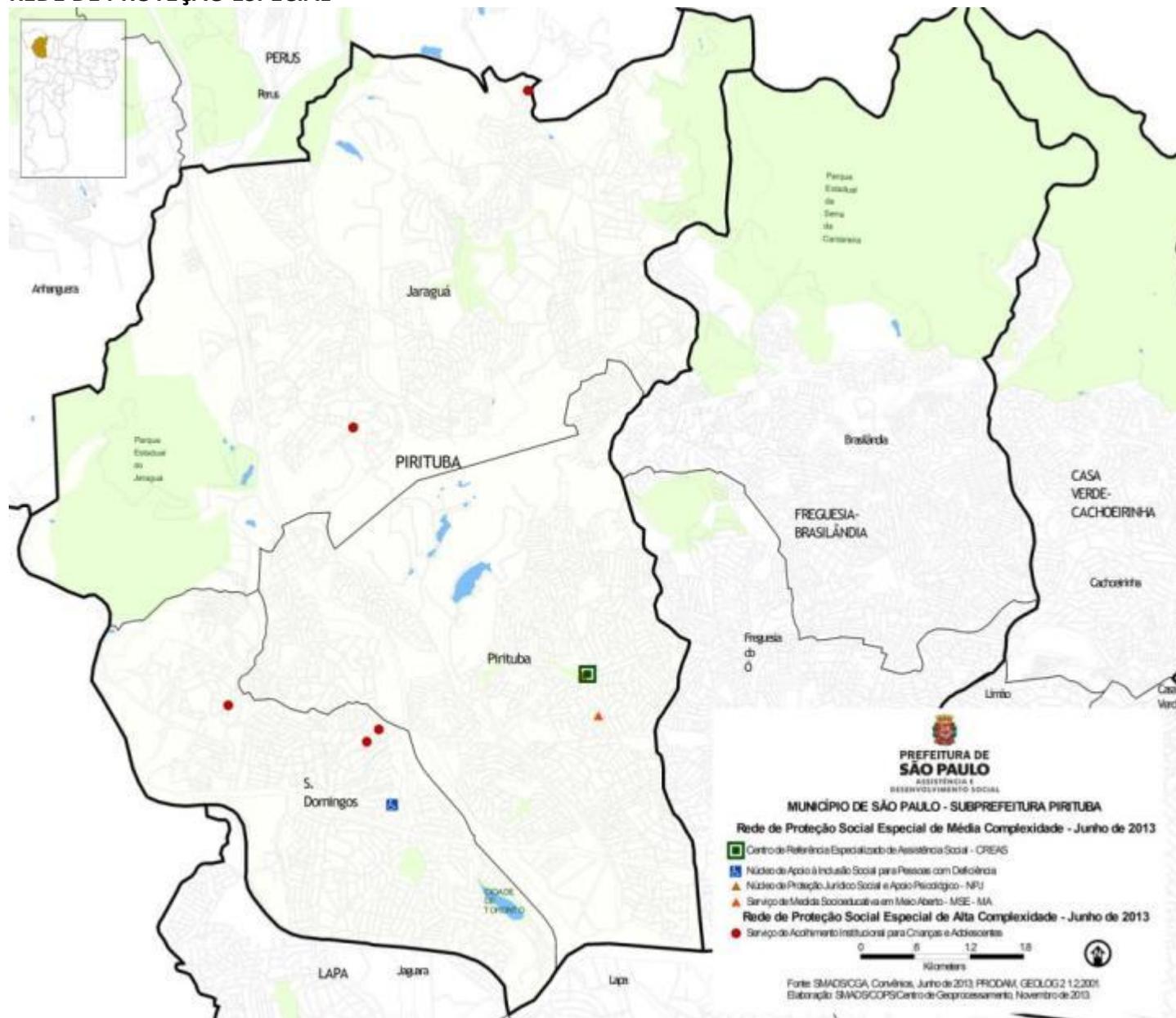
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



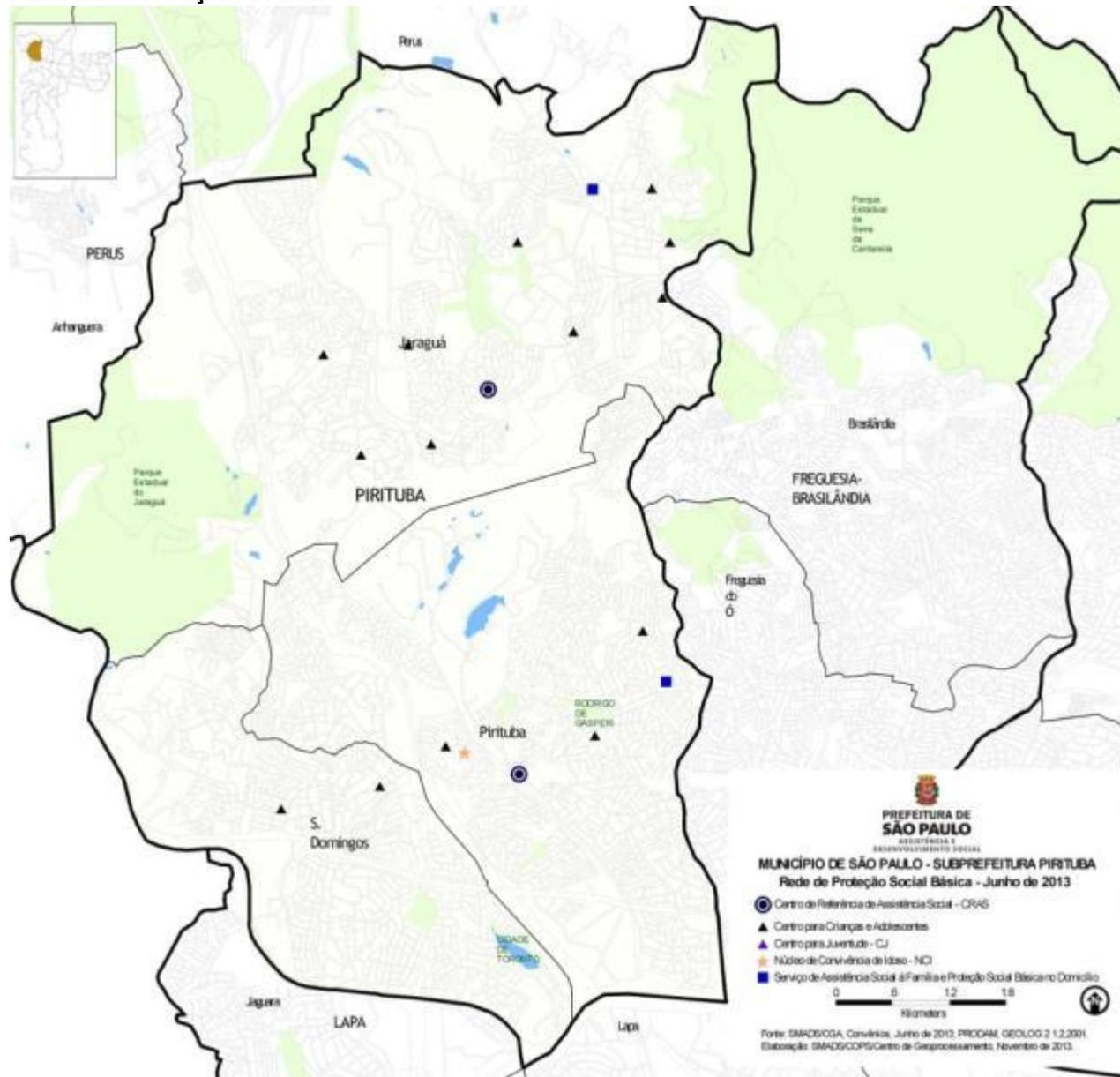
SAS Pirituba				
Distritos	Jaraguá			
	Pirituba			
	São Domingos			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	2	2.000	2	2.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	1	200	2	400
Centro para Juventude - CJ	1	120	1	120
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	12	1.620	14	1.920
Total Básica	16	3.940	19	4.440
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	210	2	210
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Total Especial Média Complexidade	4	390	4	390
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	7	140	7	140
Total Especial Alta Complexidade	7	140	7	140
Total Geral Convênios	27	4.470	30	4.970
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			31.110	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.035	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			18.139	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			8.328	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			379	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			3.516	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.125	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.642	

Metas PJ 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Pirituba	1	Clube da Turma
Jaraguá	1	CRAS
Jaraguá	1	CCA
São Domingos	1	CRAS
São Domingos	1	CCA
São Domingos	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Pirituba	1	MSE
Pirituba	1	Centro Dia Idoso
Pirituba	1	República Jovem
Pirituba	1	NAISPD
Pirituba	1	Família Acolhedora

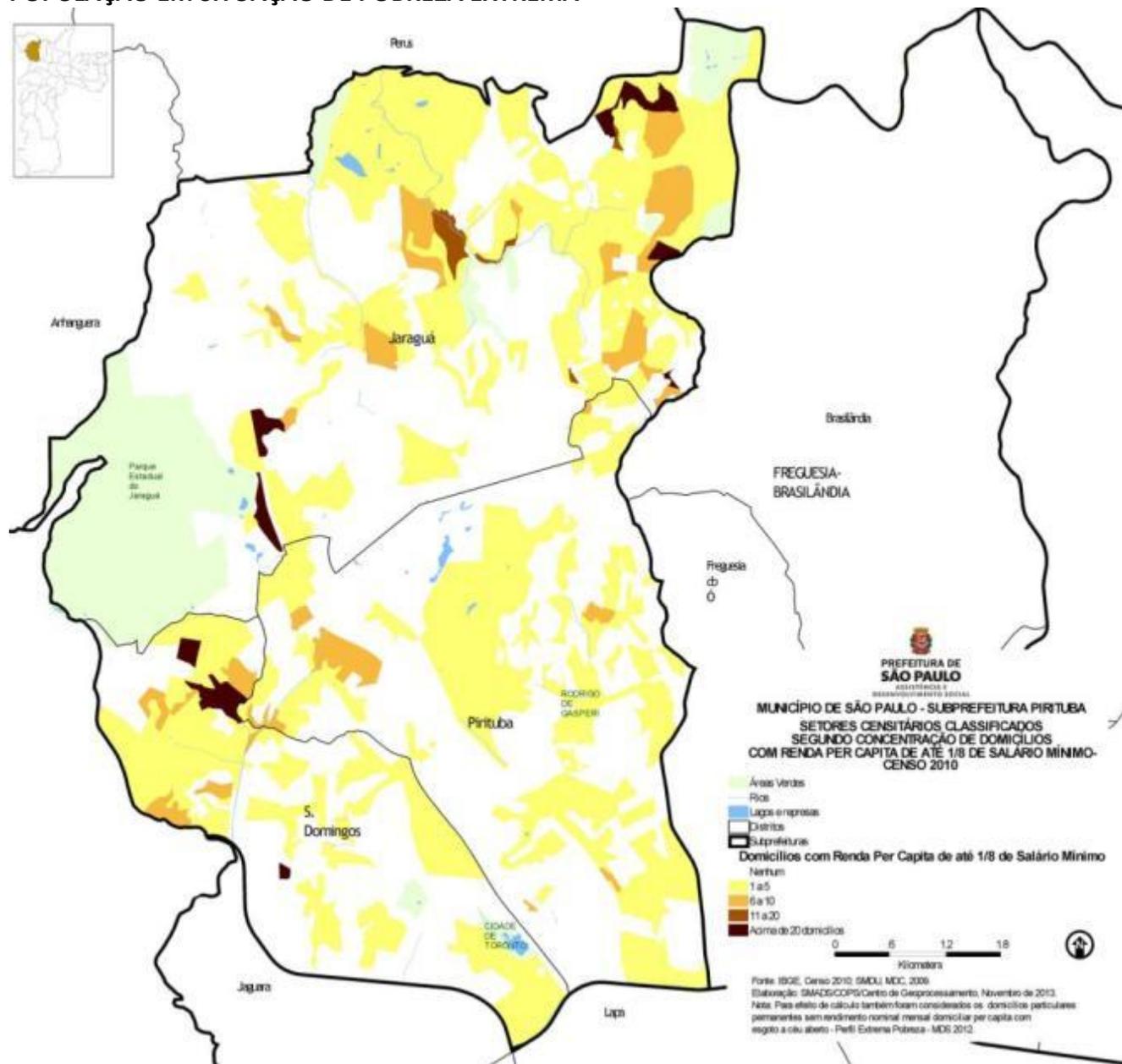
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



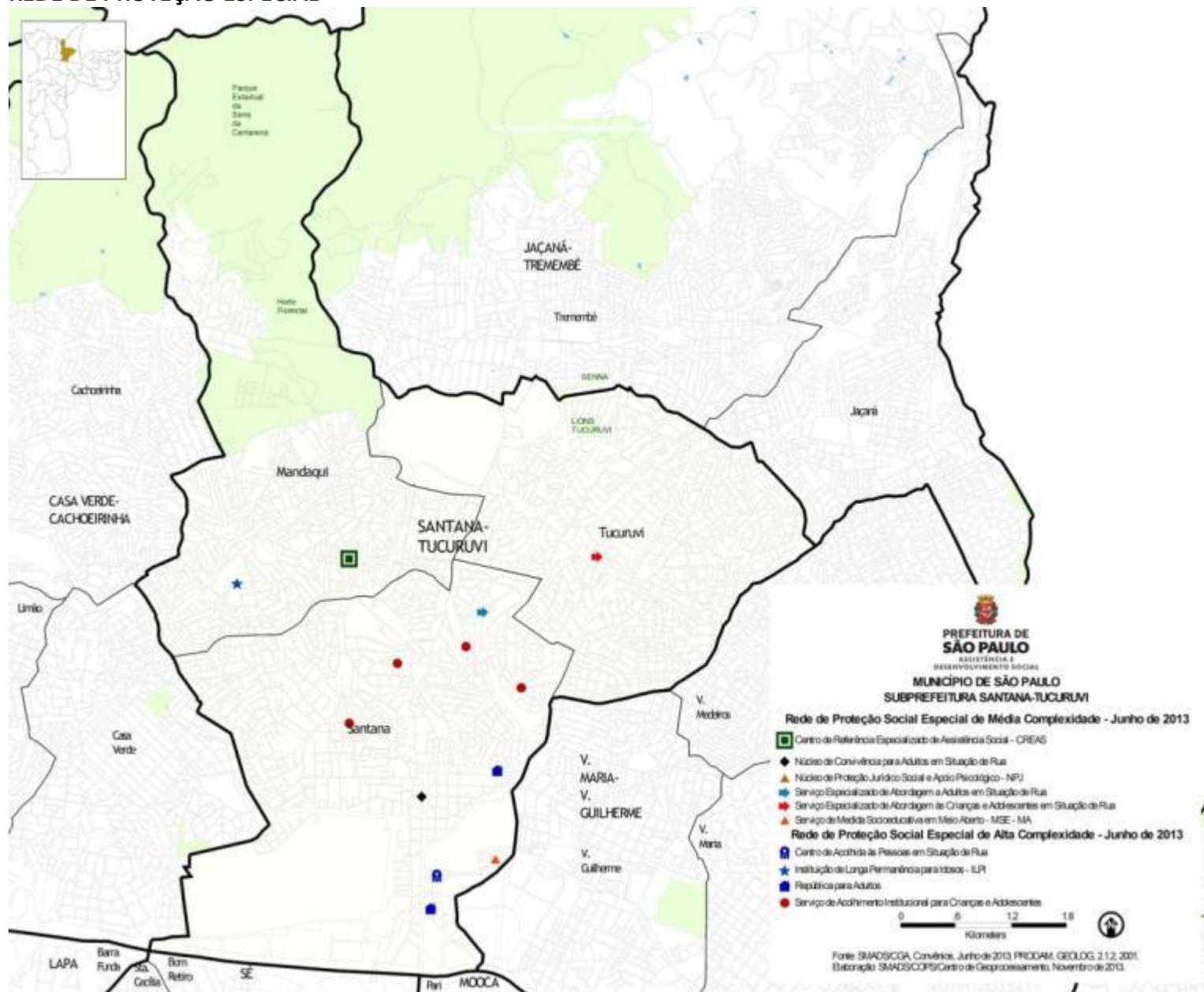
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



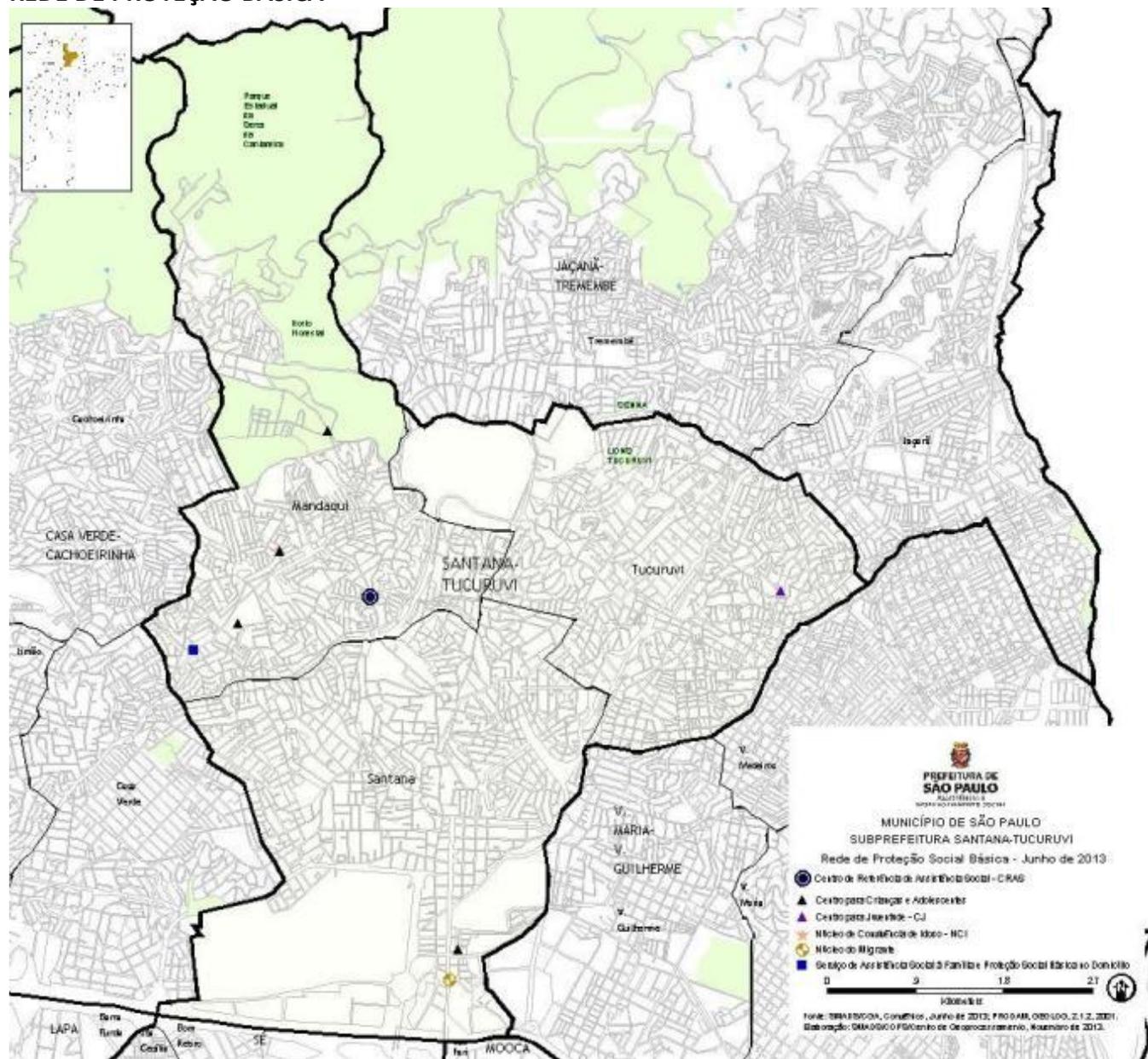
SAS Santana/ Tucuruvi				
Distritos	Mandaqui			
	Santana			
	Tucuruvi			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	0	0	1	1.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	1	120	1	200
Centro de Referência do Migrante e Adultos em situação de rua	1	85	1	85
Centro para Juventude - CJ	1	100	1	100
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	5	630	4	540
Total Básica	8	935	8	1.925
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	2	480	2	430
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	165	1	75
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Núcleo de Serviços e Convivência para Adultos em Situação de Rua	1	100	1	100
Total Especial Média Complexidade	6	865	5	725
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	4	80	4	80
Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas	1	50	0	0
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	1	170	1	170
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	30	1	30
República para Adultos	2	50	2	50
Total Especial Alta Complexidade	9	380	8	330
Total Geral Convênios	23	2.180	21	2.980
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			12.536	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			190	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			3.778	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			1.519	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			497	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			864	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			981	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.120	

Metas ST 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
SAS	Quantidade	Serviço
Mandaqui	1	CCA
Mandaqui	1	CEDESP
Santana	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Santana	1	Centro Pop
Santana	1	NPJ
Santana	1	NAISPD
Santana	1	SAICA (reordenamento)

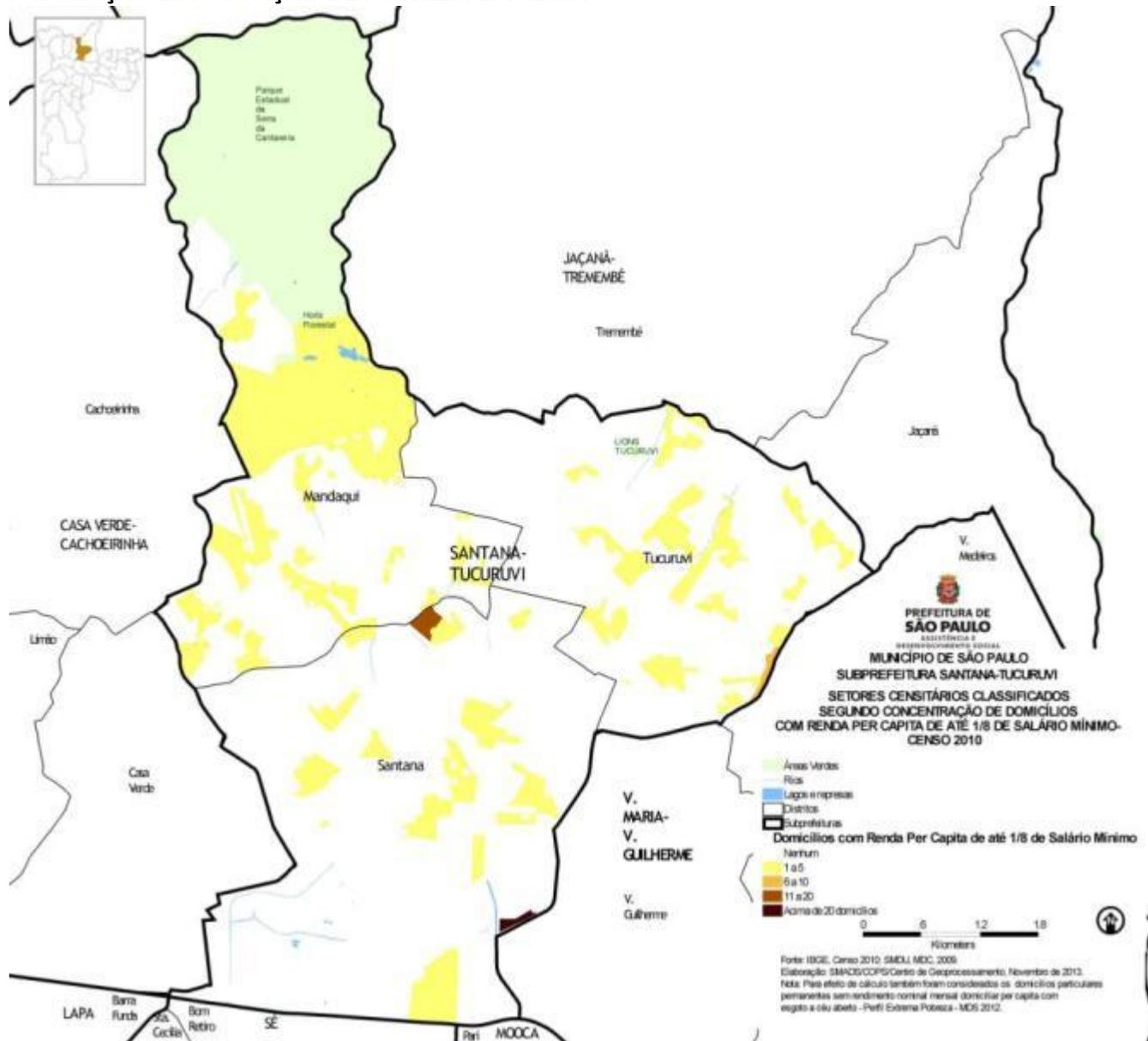
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



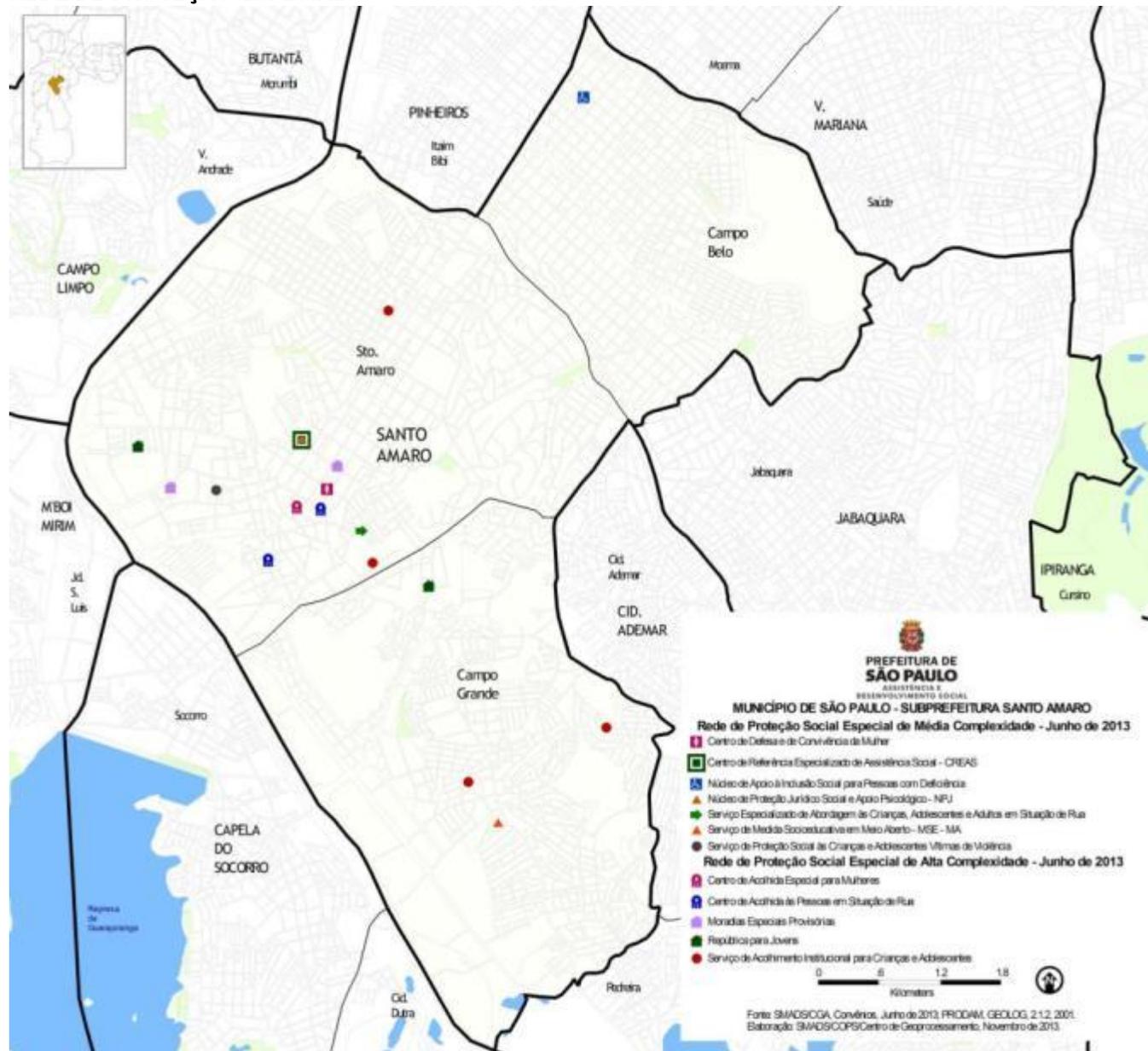
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



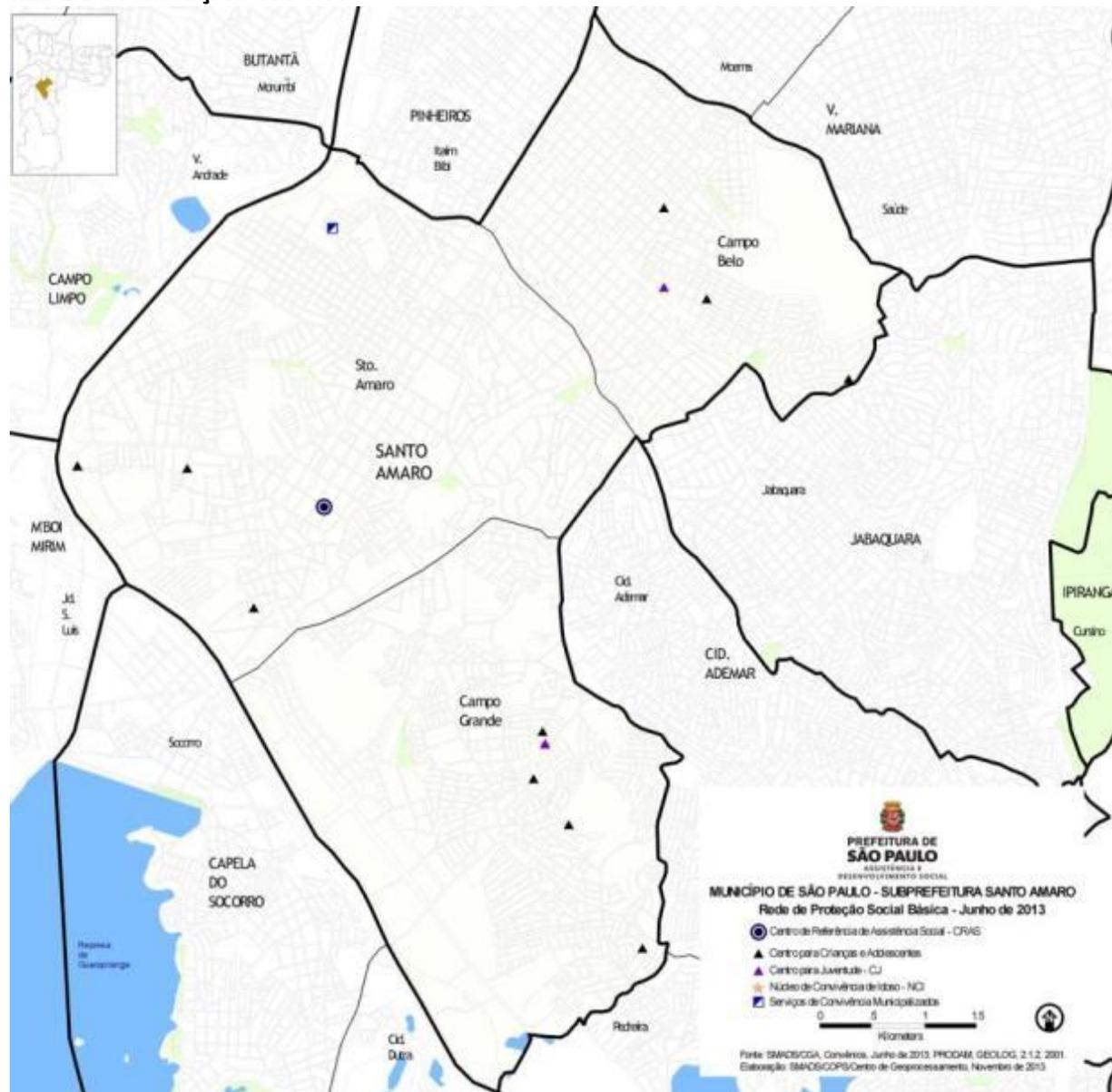
SAS Santo Amaro				
Distritos	Campo Belo			
	Campo Grande			
	Santo Amaro			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	Não há		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	1	100	1	100
Centro para Juventude - CJ	3	180	3	180
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	10	1.080	10	1.110
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	0	0
Total Básica	15	1.420	14	1.390
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	1	360	1	360
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	180	1	60
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	1	80	1	80
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	0	0
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	30	1	40
Total Especial Média Complexidade	7	870	5	660
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	3	60
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à central de vagas da SMADS	1	20	1	20
República Jovem	2	15	1	9
Moradias Especiais Provisórias para pessoas com Deficiência Mental Grave em Situação de Vulnerabilidade Pessoal e Social - SIAI	2	24	2	24
Centro de Acolhida Especial para Mulheres	1	80	1	80
Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas	1	120	1	120
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	1	120	1	120
Total Especial Alta Complexidade	11	439	10	433
Total Geral Convênios	33	2.729	29	2.483
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			9.477	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			212	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			3.342	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			1.603	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			260	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			765	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			603	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			1.716	

Metas SA 2014 - 2017		
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Santo Amaro	1	Centro Pop
Santo Amaro	1	CDCM
Santo Amaro	1	SAICA
Santo Amaro	2	Residência Inclusiva
Santo Amaro	2	Centro de Acolhida
Santo Amaro	1	República Adulto

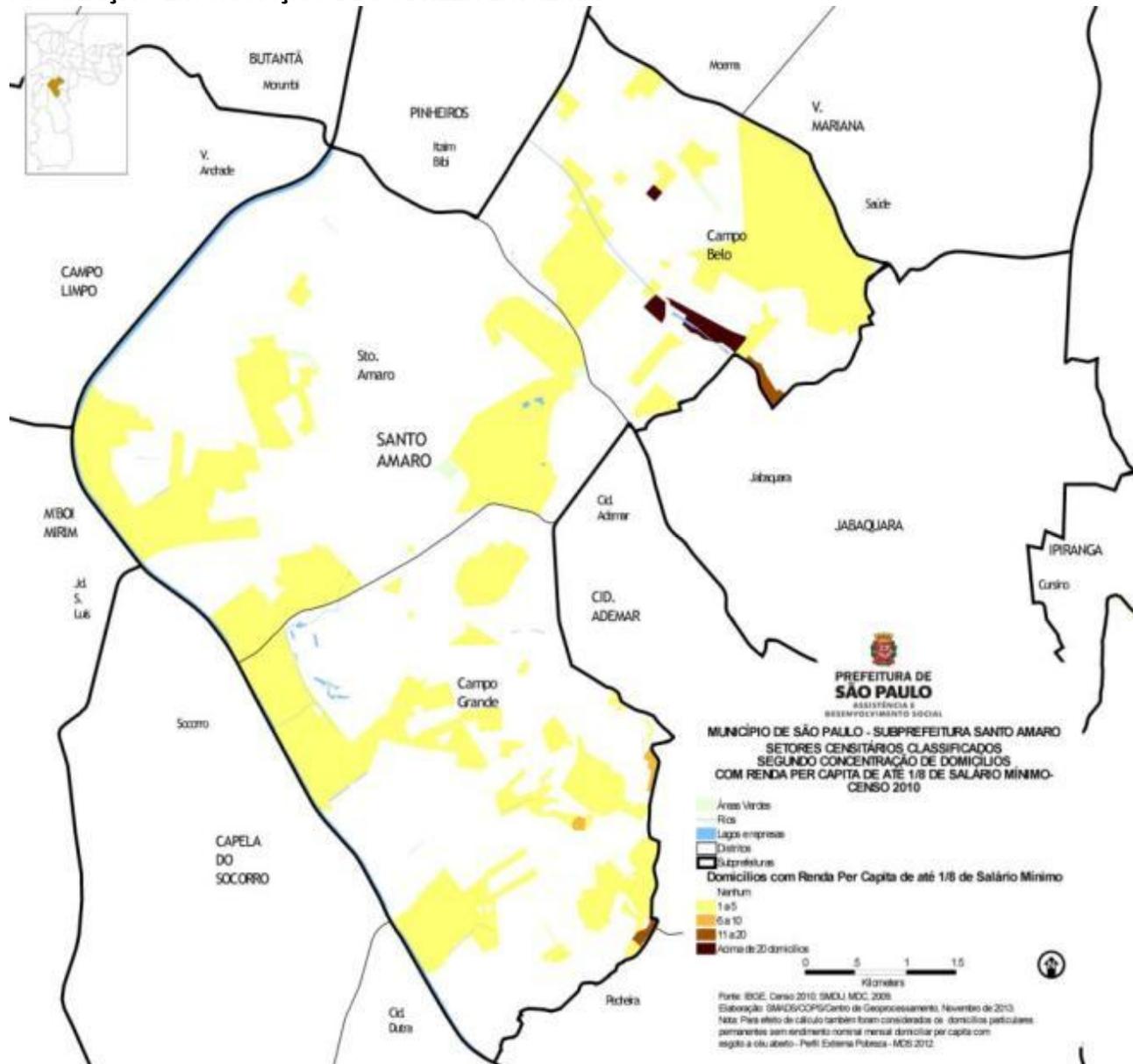
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



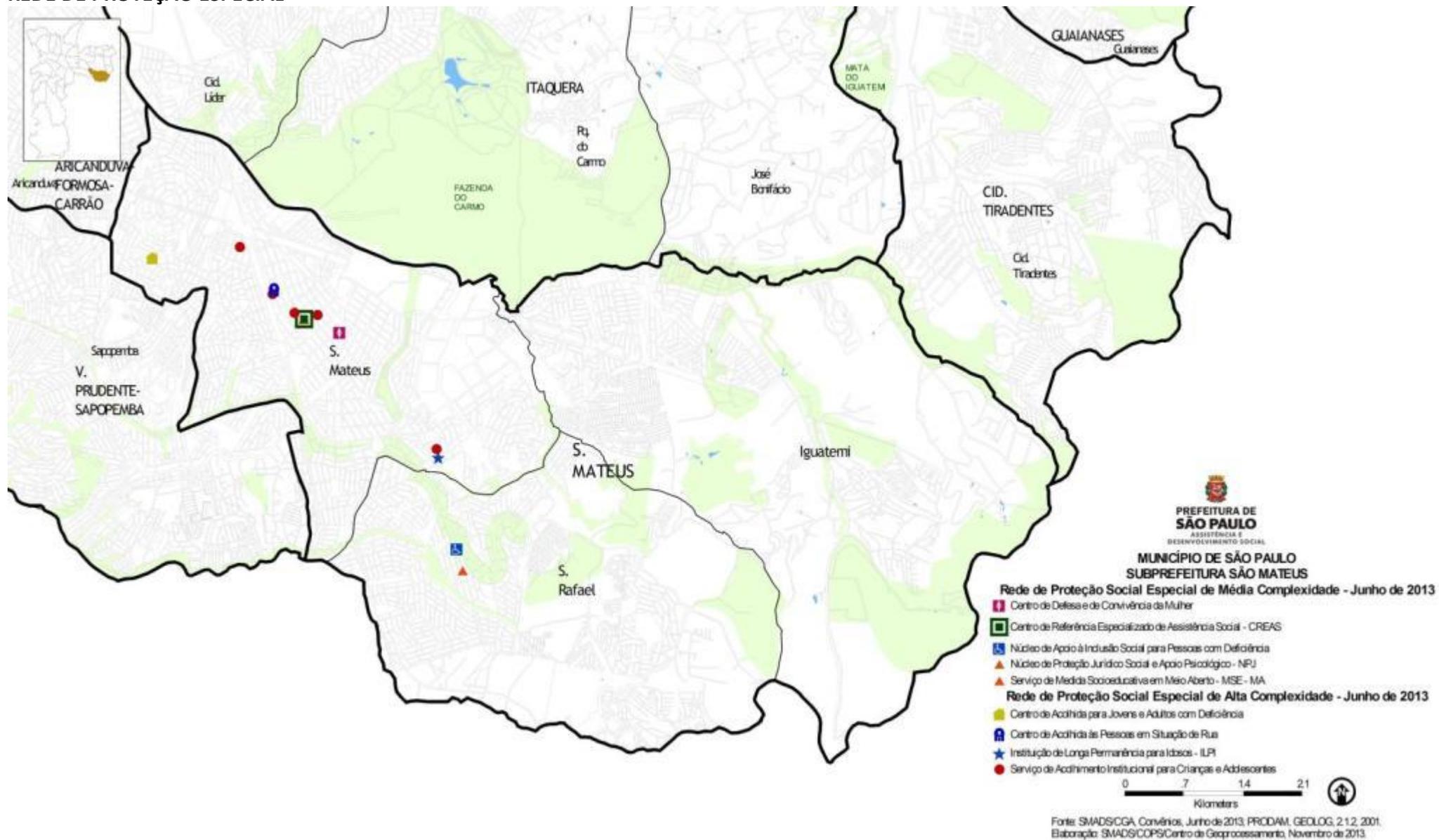
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



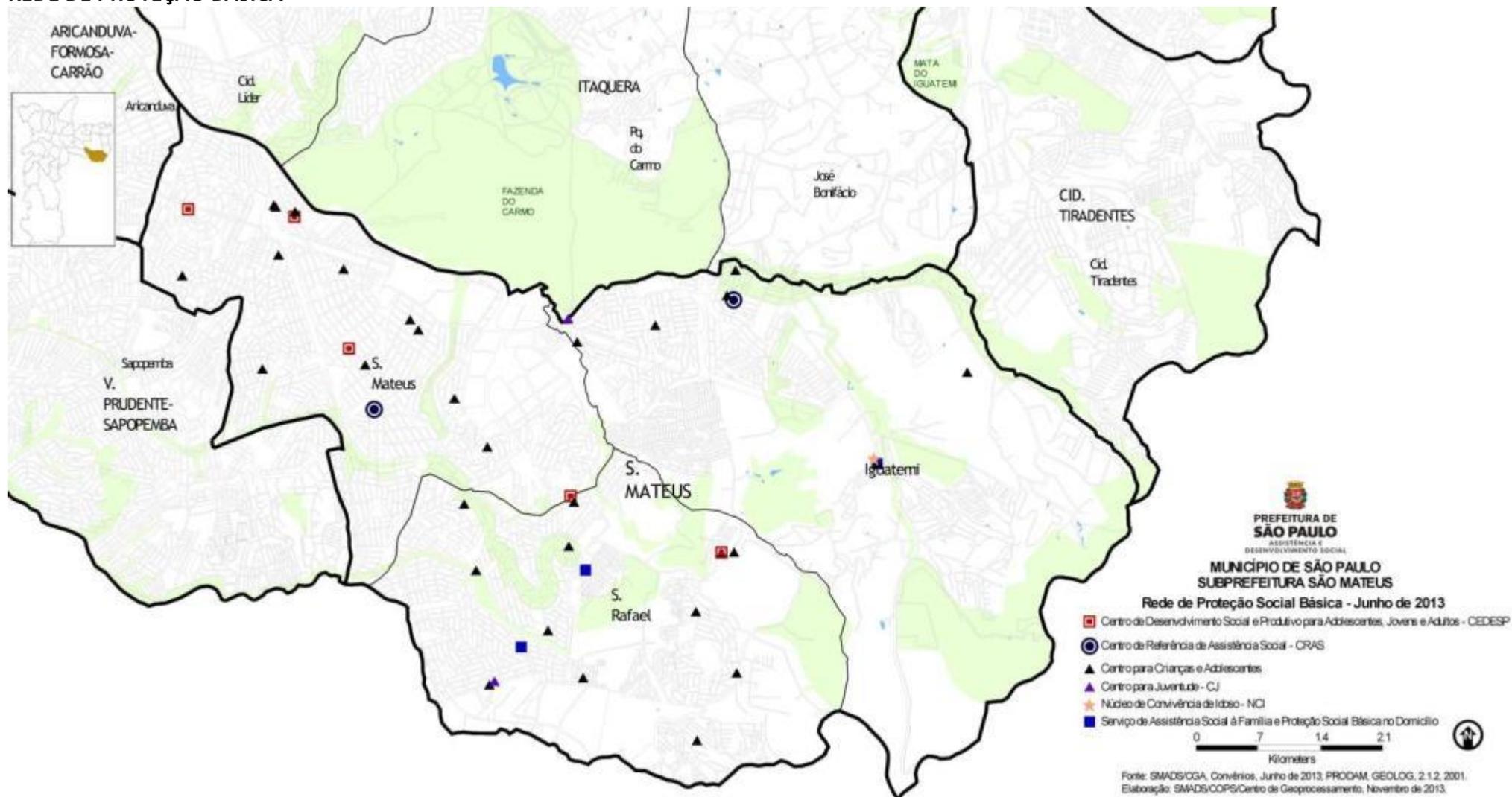
SAS São Mateus				
Distritos	Iguatemi			
	São Mateus			
	São Rafael			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	2		2	
CREAS	1		1	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	3	3.000
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	2	200	2	200
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	5	760	7	1.120
Centro para Juventude - CJ	1	120	2	210
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	29	3.842	32	4.650
Total Básica	40	7.922	46	9.180
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	225	2	225
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	110	1	110
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	2	120
Total Especial Média Complexidade	5	515	6	575
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	5	100
Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI	1	30	1	30
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	150	1	120
Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	1	30	1	30
Total Especial Alta Complexidade	6	270	8	280
Total Geral Convênios	51	8.707	60	10.035
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			43.902	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.302	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			30.272	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			15.790	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			2.446	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.924	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			3.194	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			4.560	

Metas SM 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Iguatemi	1	CCA
Iguatemi	1	CRAS
Iguatemi	1	CEDESP
São Mateus	1	CRAS
São Mateus	1	CCA
São Mateus	1	NCI
São Mateus	1	SASF
São Rafael	2	CRAS
São Rafael	1	CCA
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
São Mateus	1	NPJ
São Mateus	1	Centro Dia Idoso
São Mateus	1	SEAS
São Mateus	1	MSE
São Mateus	2	Residência Inclusiva
São Mateus	1	SAICA (reordenamento)

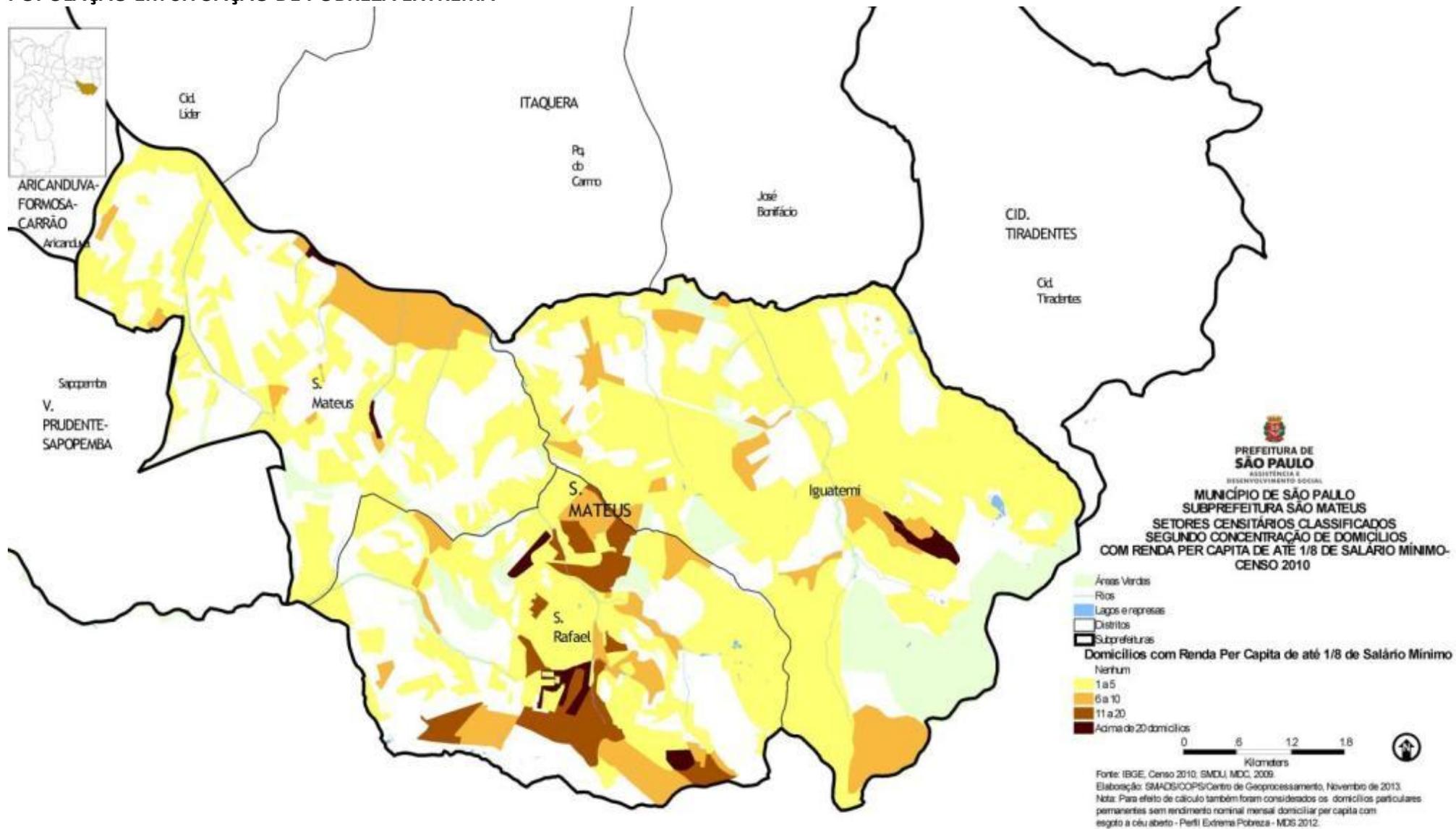
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



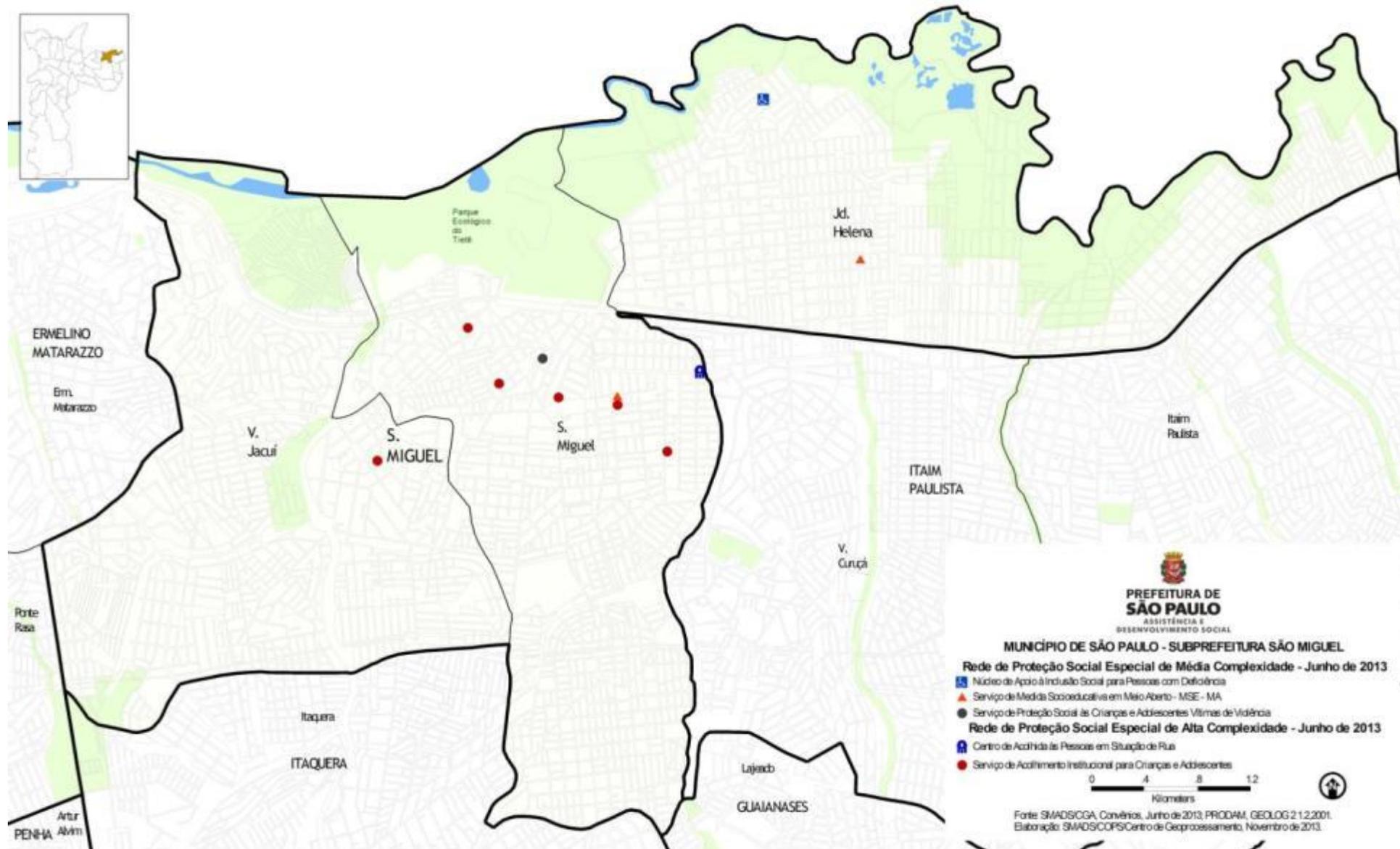
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



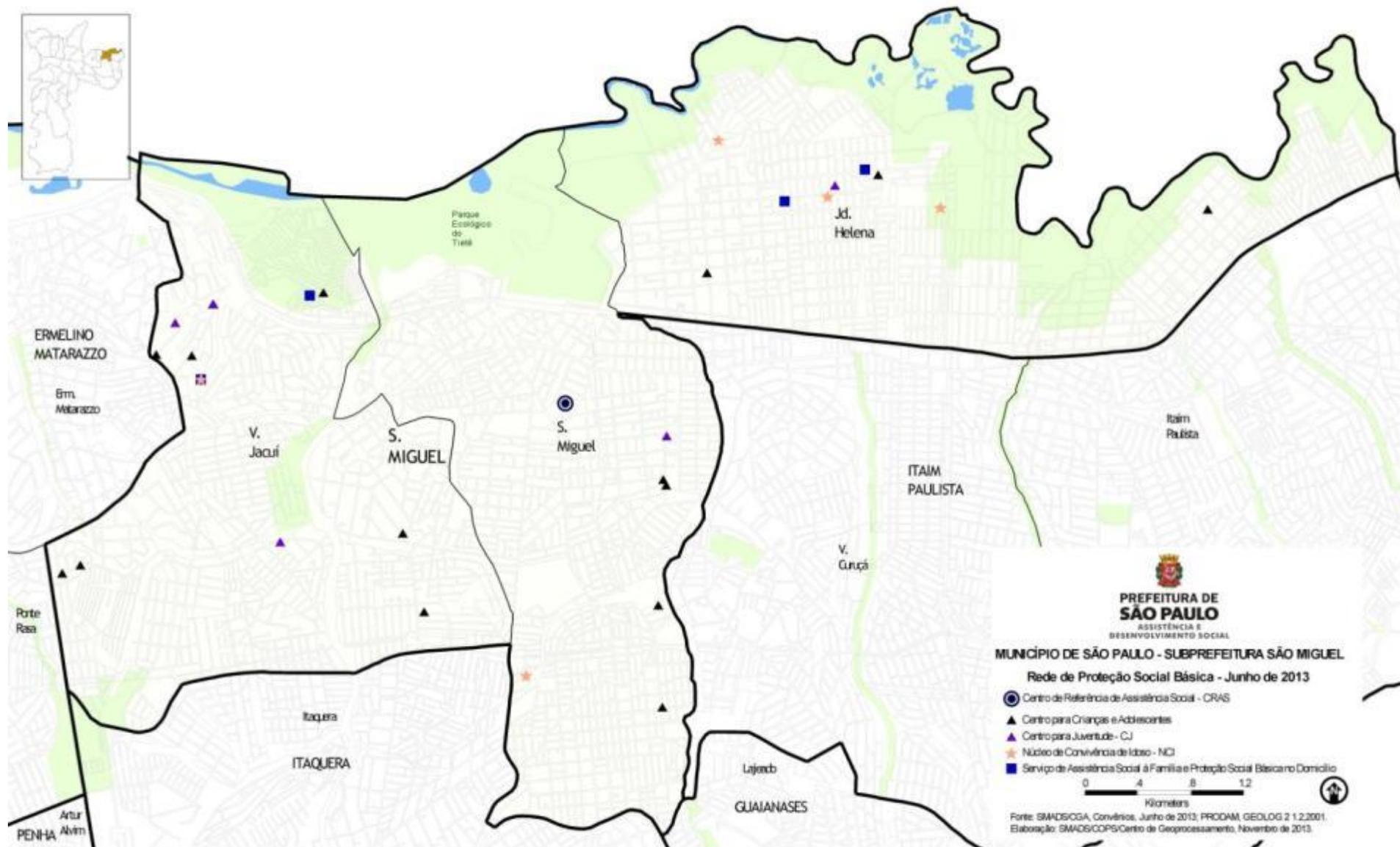
SAS São Miguel Paulista				
Distritos	Jardim Helena			
	São Miguel			
	Vila Jacuí			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	Não há		Não há	
Centro Pop	Não há		Não há	
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
Proteção Básica				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	4	4.000	4	4.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	8	700	6	800
Centro para Juventude - CJ	5	905	5	870
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	15	2.580	17	2.880
Total Básica	32	8.185	32	8.550
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Serviços	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	225	2	225
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	1	80	1	80
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência - NAISPD	1	60	1	60
Total Especial Média Complexidade	4	365	4	365
Proteção Especial - Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	6	120	6	120
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	1	120	1	120
Total Especial Alta Complexidade	7	240	7	240
Total Geral Convênios	43	8.790	43	9.155
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			38.240	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			1.380	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			23.693	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			12.363	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			546	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			4.325	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			2.933	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			4.033	

Metas MP 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
São Miguel	1	CCA
São Miguel	1	NCI
São Miguel	1	CEDESP
São Miguel	1	CJ
Jardim Helena	1	CCA
Jardim Helena	2	CRAS
Jardim Helena	2	CEDESP
Jardim Helena	1	CJ
São Miguel	1	CCA
Vila Jacuí	1	CCA
Vila Jacuí	2	CRAS
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
São Miguel	1	CREAS
São Miguel	1	NPJ
São Miguel	1	SEAS
São Miguel	1	MSE
São Miguel	1	Centro Dia Idoso
São Miguel	1	ILPI
São Miguel	2	Centro de Acolhida
São Miguel	1	CDCM

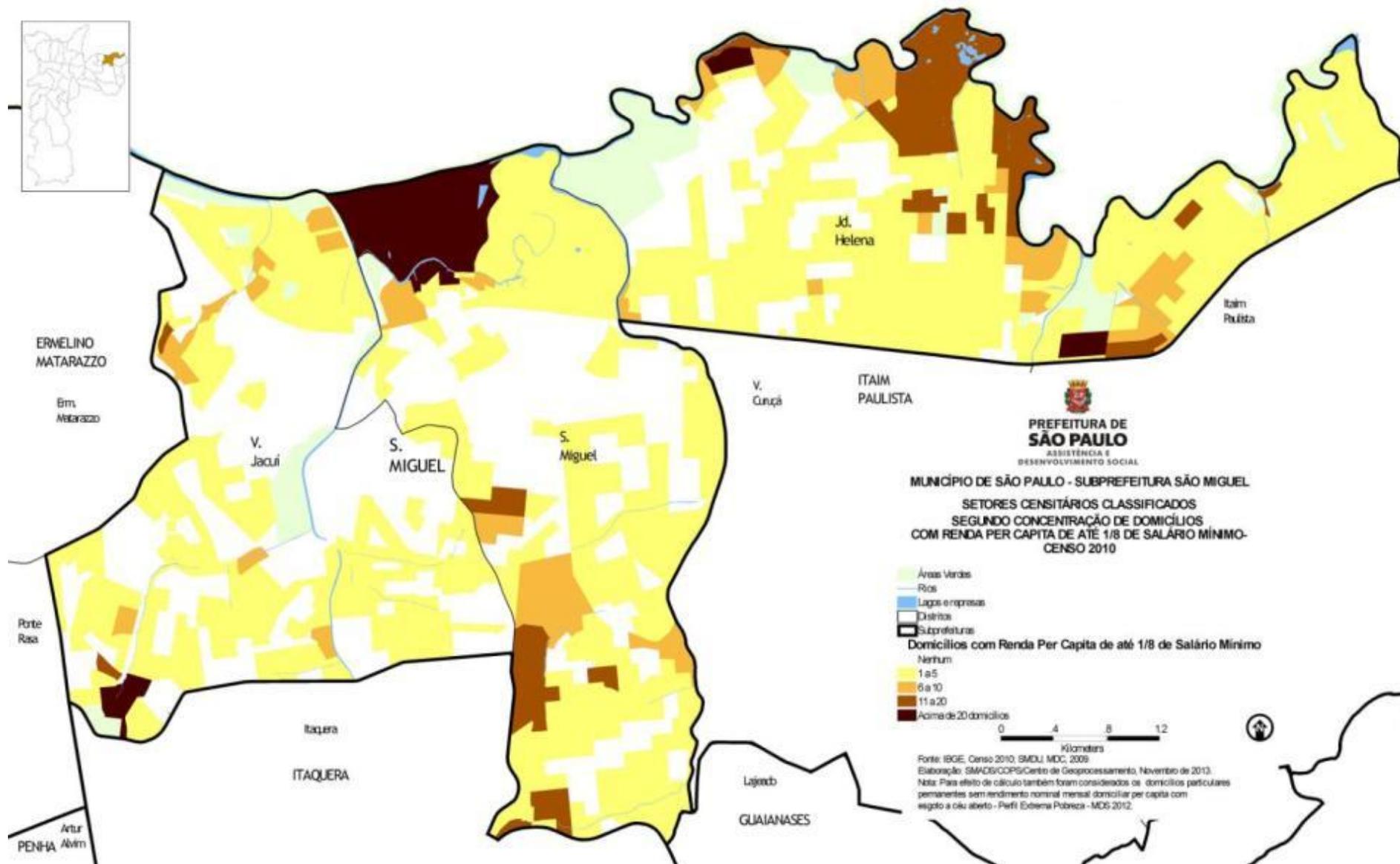
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



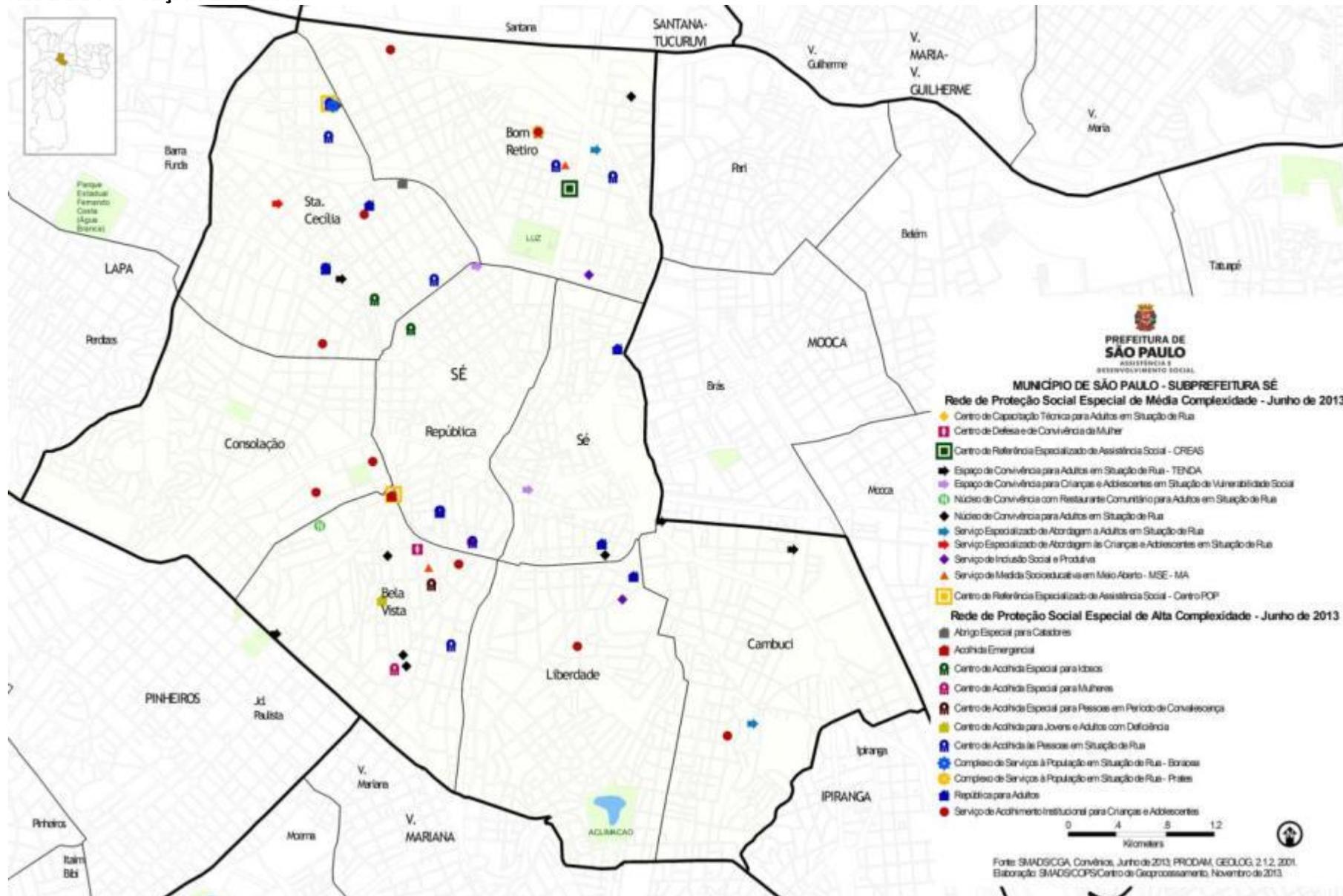
SAS Sé				
Distritos	Bela Vista			
	Bom Retiro			
	Cambuci			
	Consolação			
	Liberdade			
	República			
	Santa Cecília			
	Sé			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012		Dezembro/ 2013	
CRAS	1		1	
CREAS	1		1	
Centro Pop	2		2	
REDE CONVENIADA				
Proteção Básica				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Centro de Convivência	1	240	0	0
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	3	3.000	4	3.000
Centro de Referência da Diversidade - CRD	1	1.000	1	1.000
Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa	1	180	1	180
Núcleo de Convivência do Idoso - NCI	1	90	1	130
Centro de Referência do Idoso - CRECI	1	8.000	1	8.000
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	5	680	5	720
Centro para Juventude - CJ	1	60	0	0
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	13	2.530	13	2.530
Restaurante Escola	1	60	1	60
Projeto SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania	1	60	6	360
Total Básica	29	15.900	33	15.980

SAS Sé				
REDE CONVENIADA				
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	2	450	2	350
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	5	5.070	6	5.070
Serviço de Apoio a Solicitação de Abordagem a Pessoas em Situação de Rua e Apoio as Situações de Emergência	0	0	1	80
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	195	2	195
Espaço de Convivência para Crianças, Adultos e Adolescentes em Situação de Rua	3	400	1	150
Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua - TENDA	6	1.400	4	1.250
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	4	340	6	472
Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua	1	500	1	500
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	150	1	150
Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	2	40	2	80
Serviço de Inclusão Social e Produtiva	3	200	2	200
Total Especial Média Complexidade	29	8.745	28	8.497
Proteção Especial Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	7	140	7	140
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à central de vagas da SMADS	1	20	1	20
Projeto Especial - Centro de Acolhida Especial para Crianças e Adolescentes	1	20	1	20
Oficina Boracéa	1	380	0	0
Centro de Acolhida Especial para Mulheres	1	140	1	140
Centro de Acolhida Especial e Atenção para Adultos em Situação de Rua (Convalescentes)	2	93	2	93
Centro de Acolhida Especial para Idosos	2	310	2	310
Centro de Acolhida para Adultos I por 16 horas	5	632	5	632
Centro de Acolhida para Catadores por 24 horas	1	55	1	55
Centro de Reinserção Social com Acolhimento para Adultos em Situação de Rua	1	100	0	0
Projeto Especial - Complexo Prates	1	410	1	110
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 horas	7	2.126	7	2.208
República para Adultos	5	120	11	132
Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	0	0	1	15
Total Especial Alta Complexidade	35	4.546	40	3.875
Total Geral Convênios	93	29.191	101	28.352

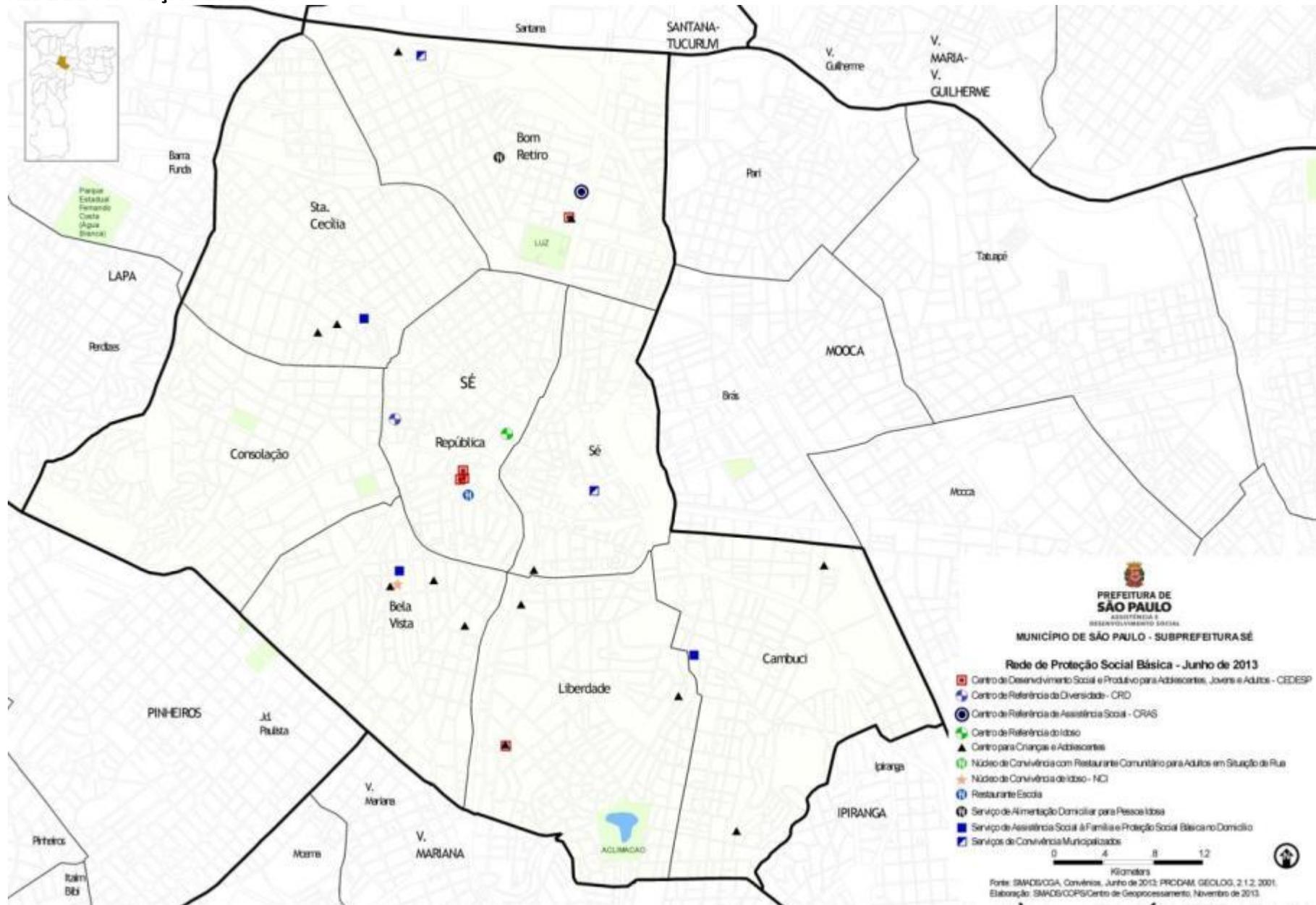
DEMANDA	
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012	25.077
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)	488
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013	9.067
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013	5.197
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013	2.239
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013	1.433
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013	1.551
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013	3.619

Metas SE 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
SAS	Quantidade	Serviço
Santa Cecília	1	NCI
Liberdade	1	SASF
Bela Vista	1	CJ
Cambuci	1	CJ
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Sé	1	Centro Pop
Sé	1	SEAS
Sé	1	SPVV
Sé	1	Restaurante Comunitário
Sé	2	ILPI
Sé	1	Centro Dia Idoso
Sé	1	NAISPD
Sé	2	Residência Inclusiva
Sé	5	Centro de Acolhida

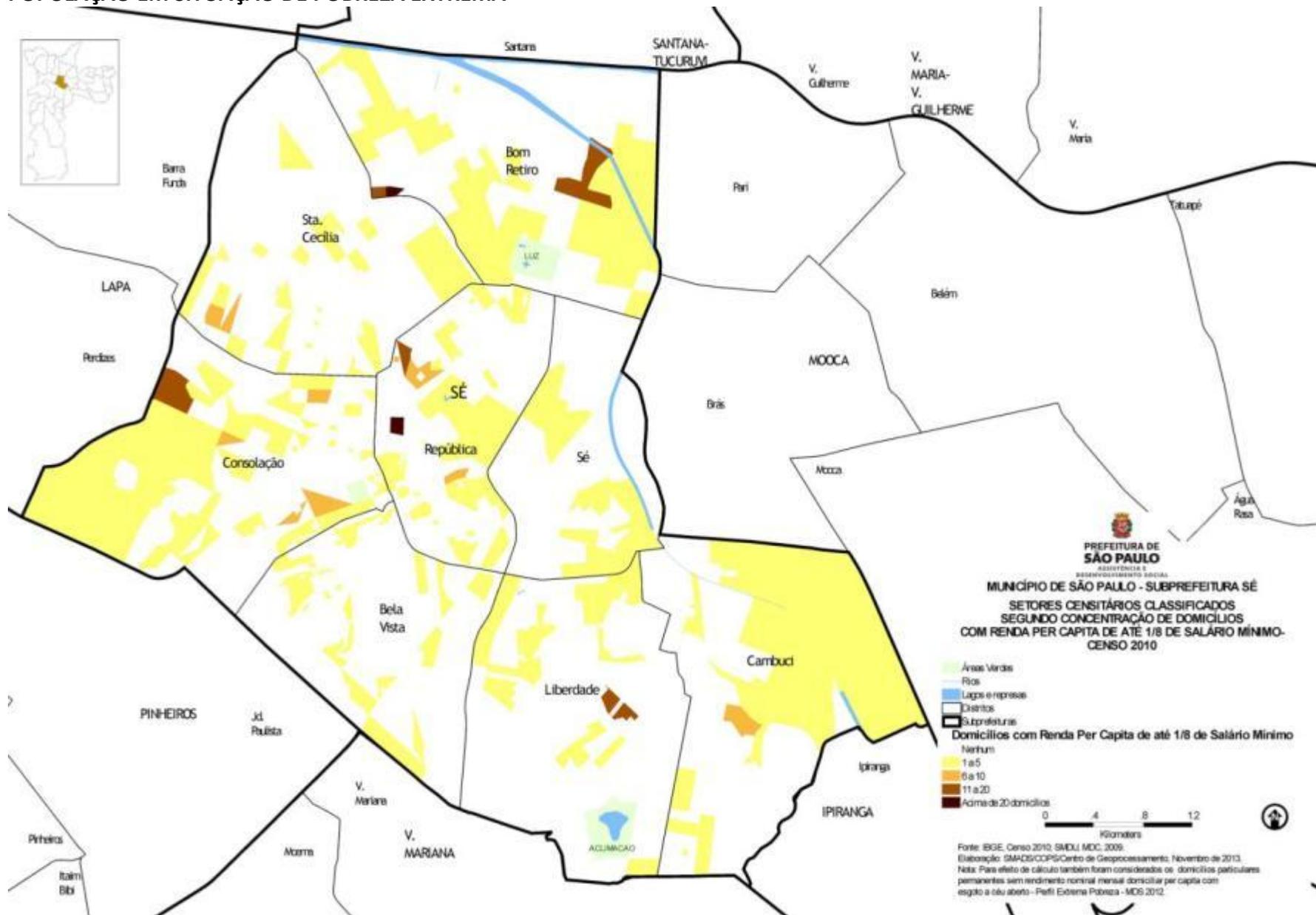
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



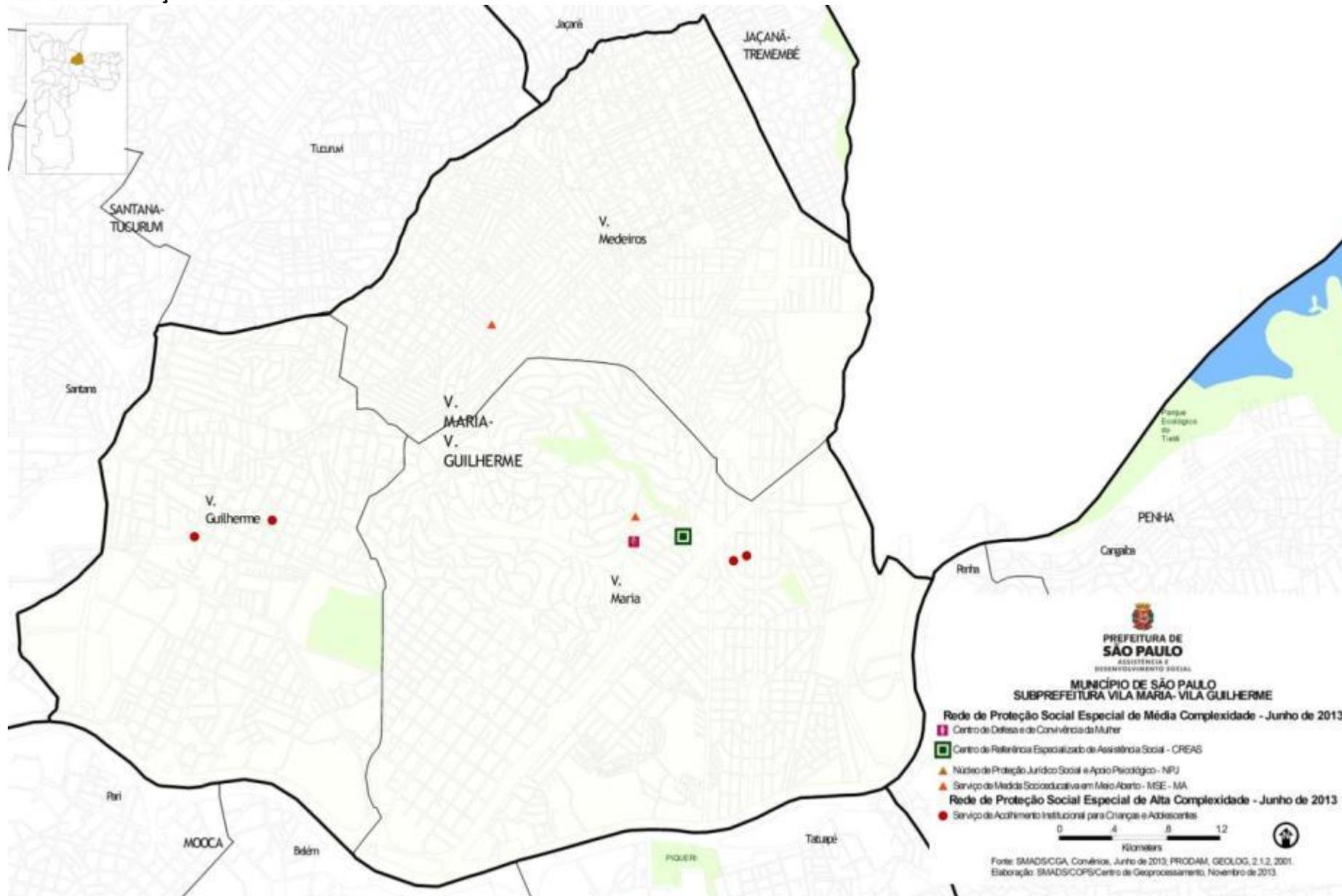
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



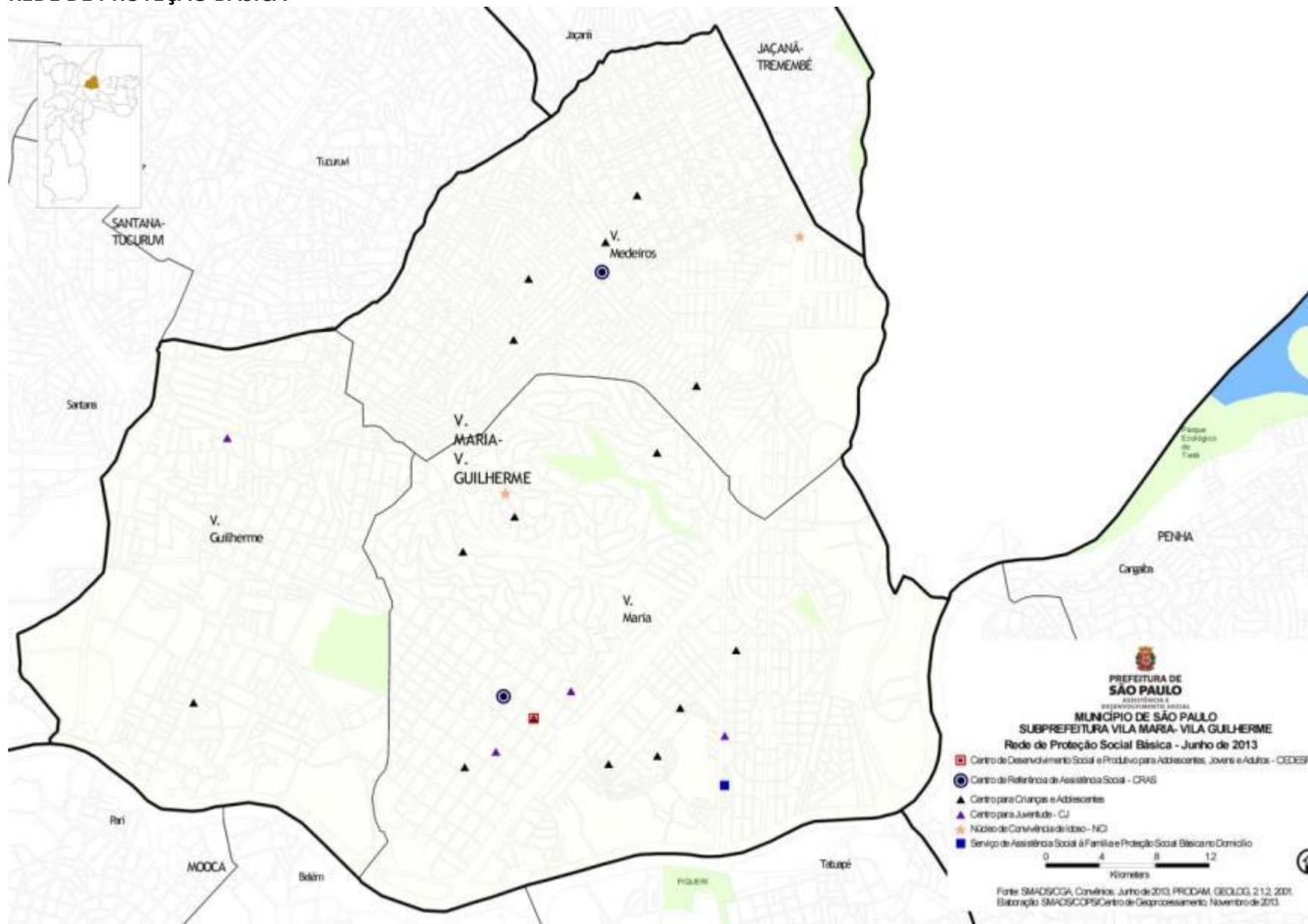
SAS Vila Maria/ Vila Guilherme				
Distritos	Vila Guilherme			
	Vila Maria			
	Vila Medeiros			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	2	2		
CREAS	Não há	Não há		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	1	1.000	1	1.000
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos - CEDESP	1	400	1	400
Centro para Juventude - CJ	4	610	3	510
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	16	2.395	17	2.850
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	2	220	2	300
Total Básica	24	4.625	24	5.060
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Sócio Educativa em Meio Aberto - MSE-MA	2	180	2	210
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Total Especial Média Complexidade	4	400	4	430
Proteção Especial Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	3	60	3	60
Centro de Acolhida para Adultos I por 16 Horas	0	0	1	500
Total Especial Alta Complexidade	3	60	4	560
Total Geral Convênios	31	5.085	32	6.050
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			18.471	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			461	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			8.620	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			3.485	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			80	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			1.789	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			1.614	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			3.980	

Metas MG 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Vila Maria	1	CCA
Vila Medeiros	1	CCA
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Vila Maria	1	SEAS
Vila Maria	1	SPVV
Vila Maria	1	Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
Vila Maria	1	SAICA
Vila Maria	3	Centro de Acolhida
Vila Maria	1	República Adulto

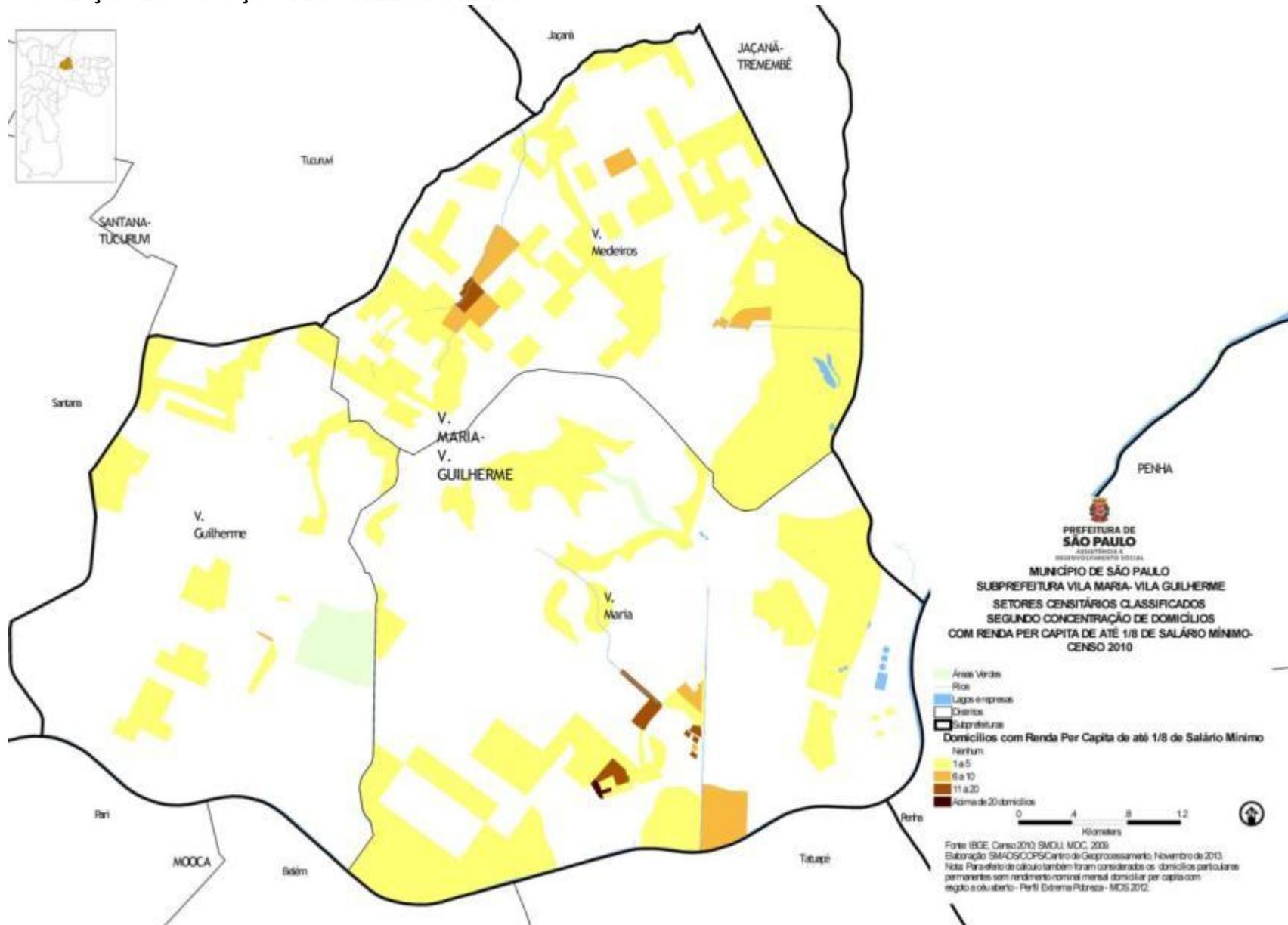
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



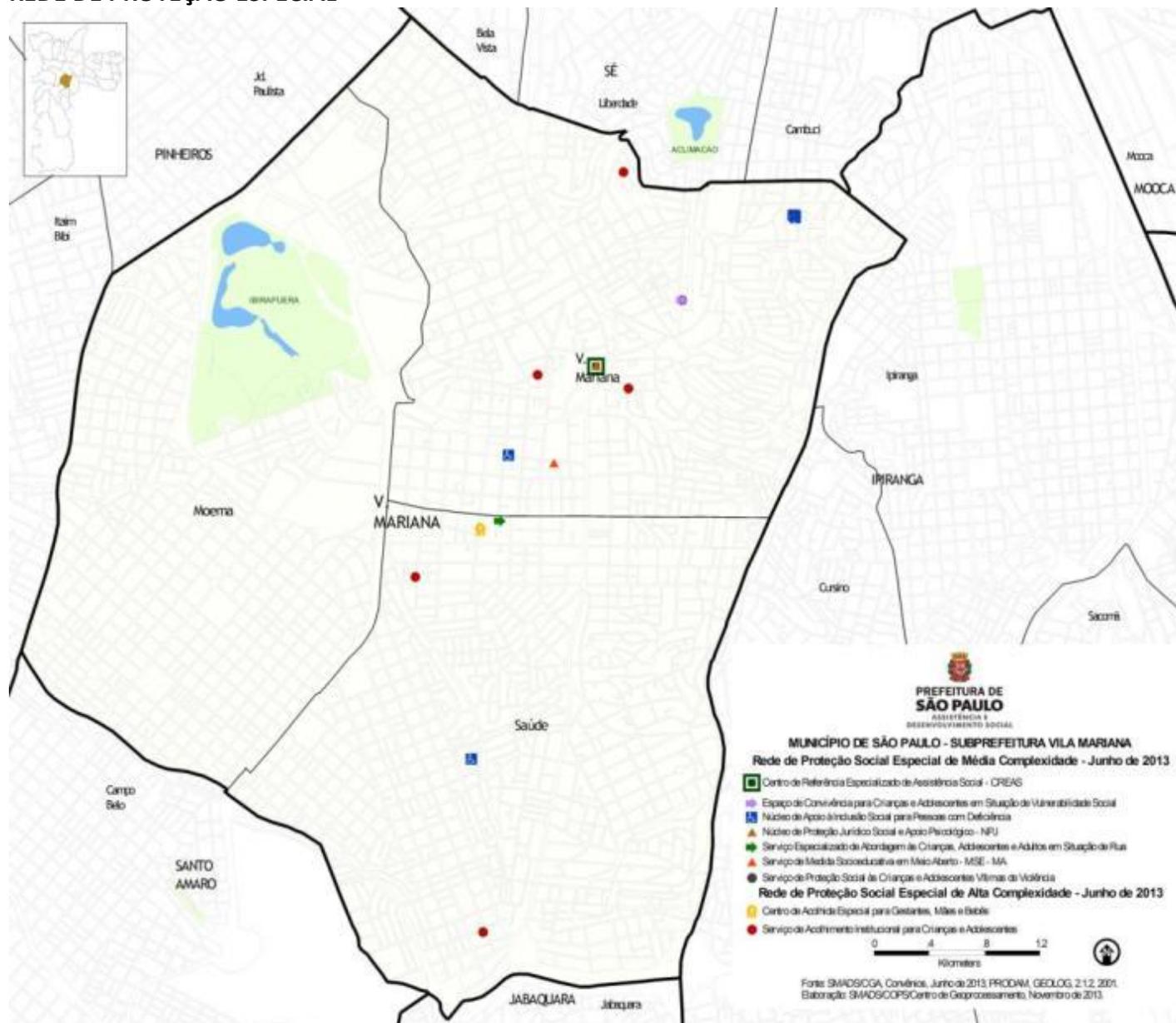
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



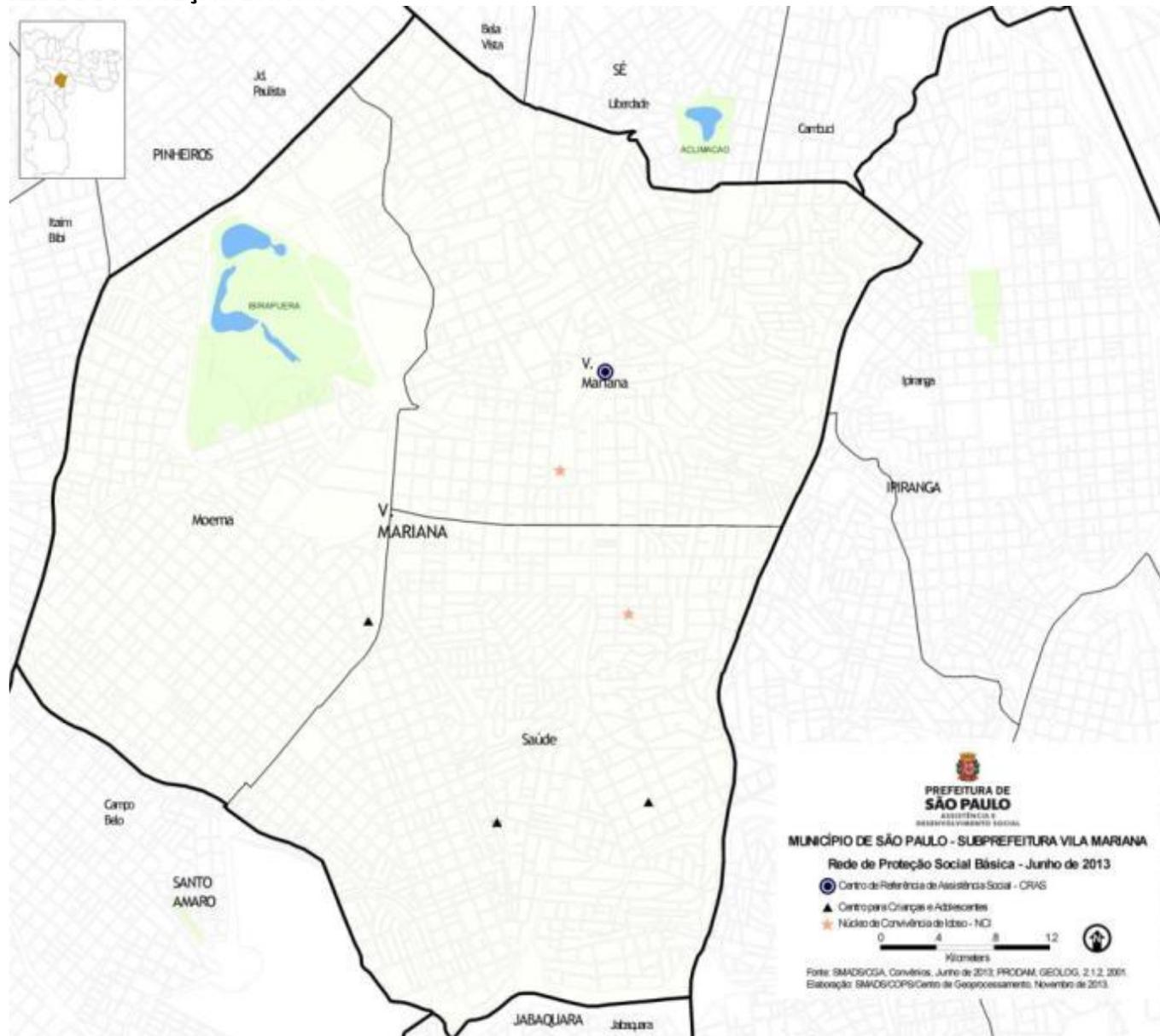
SAS Vila Mariana				
Distritos	Moema			
	Saúde			
	Vila Mariana			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	1	1		
CREAS	1	1		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	3	400	3	400
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	3	580	3	580
Total Básica	6	980	6	980
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - MSE-MA	1	60	1	60
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência - SPVV	0	0	1	80
Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social	1	150	0	0
Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua SEAS	1	340	1	340
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência II de 7 Anos a 14 Anos e III a Partir de 15 Anos - NAISPD	5	435	5	435
Total Média Complexidade	9	1.105	9	1.035
Proteção Especial Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	5	100	5	100
Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês	1	100	1	100
Total Especial Alta Complexidade	6	200	6	200
Total Geral Convênios	21	2.285	21	2.215
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			14.400	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			261	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			1.688	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			741	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			77	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			337	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			511	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			1.831	

Metas VM 2014 - 2017		
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Vila Mariana	1	Centro Pop
Vila Mariana	1	NAISPD
Vila Mariana	1	ILPI
Vila Mariana	1	Centro de Acolhida

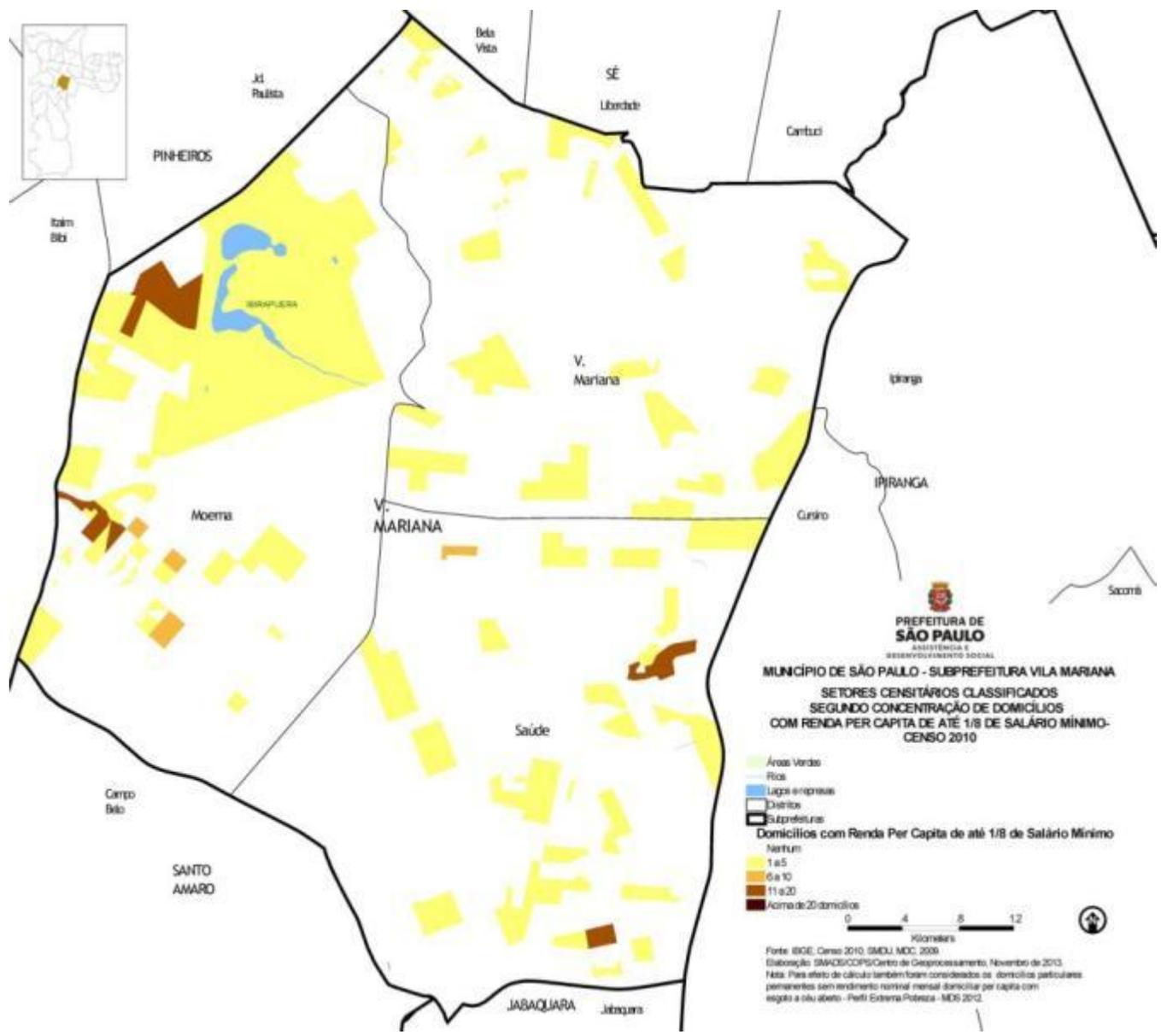
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA



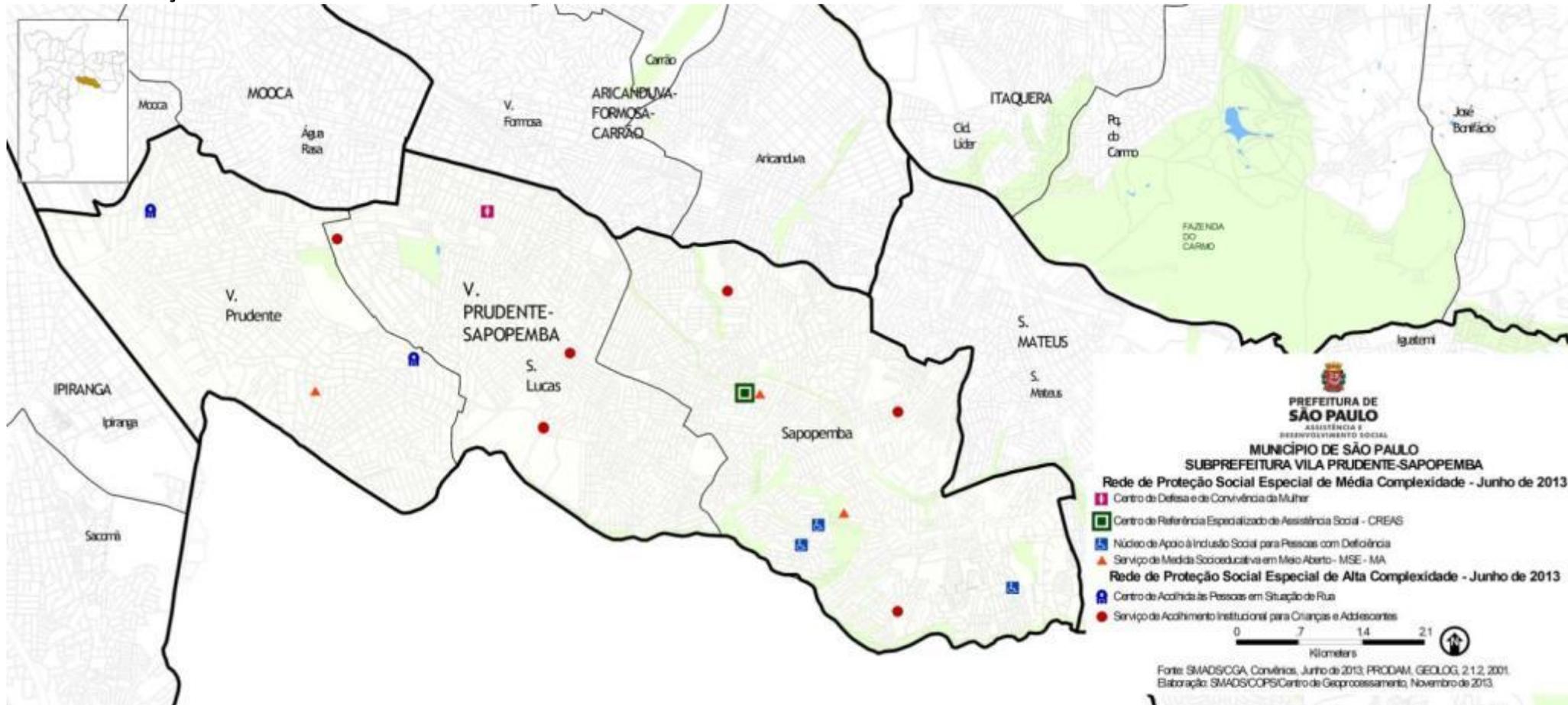
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



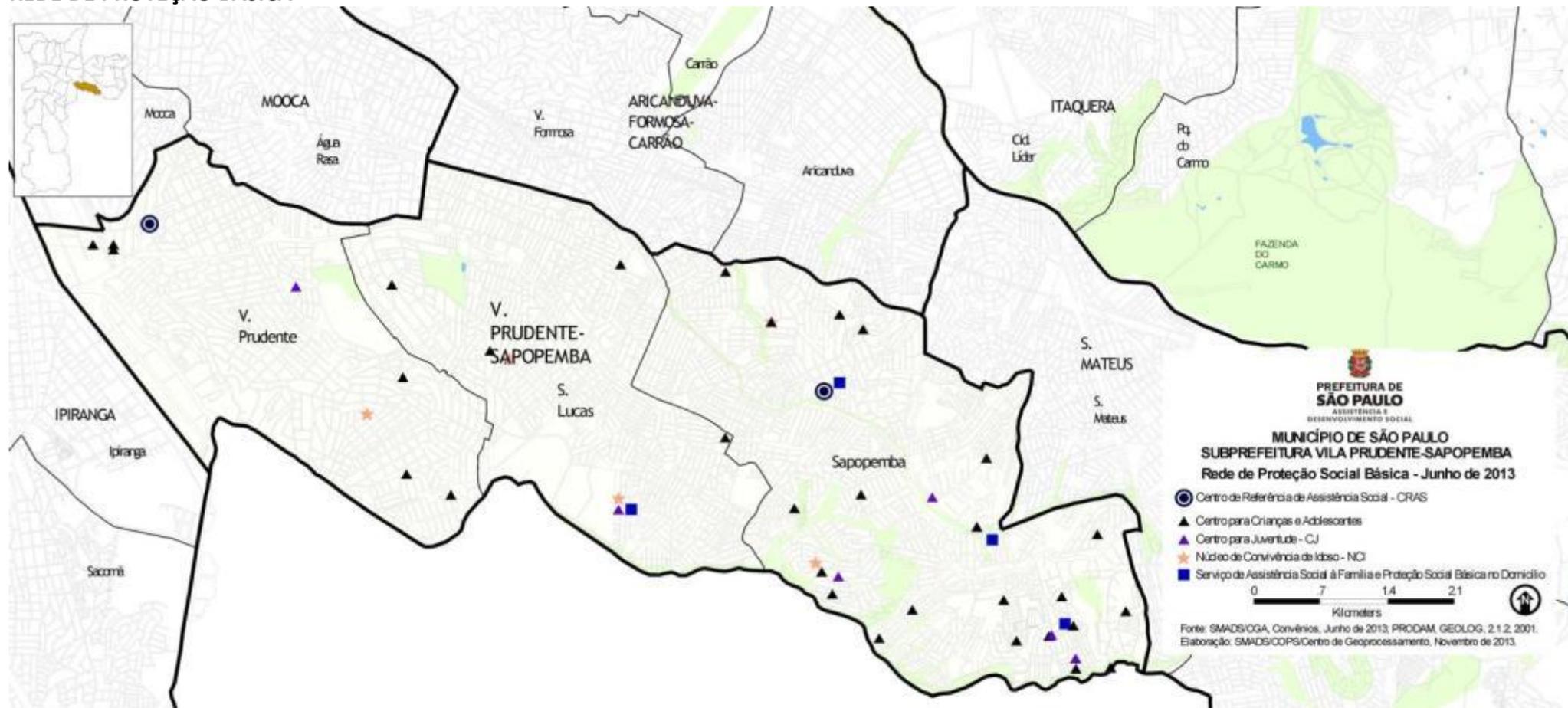
SAS Vila Prudente/ Sapopemba				
Distritos	São Lucas			
	Sapopemba			
	Vila Prudente			
REDE ESTATAL				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
CRAS	2	2		
CREAS	1	1		
Centro Pop	Não há	Não há		
REDE CONVENIADA				
	Dezembro/ 2012	Dezembro/ 2013		
Proteção Básica				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF	4	4.000	4	4.000
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	5	500	5	700
Centro para Juventude - CJ	8	680	8	640
Centro para Crianças e Adolescentes - CCA	29	3.140	32	3.650
Total Básica	46	8.320	49	8.990
Proteção Especial - Média Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - MSE-MA	3	285	3	285
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ	1	120	1	120
Centro de Acolhida para Adultos II por 24 Horas	2	310	2	310
Centro de Defesa e Convivência da Mulher - CDCM	1	100	1	100
Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência II de 7 Anos a 14 Anos e III a Partir de 15 Anos - NAISPD	4	290	4	320
Total Especial Média Complexidade	11	1.105	11	1.135
Proteção Especial Alta Complexidade				
Tipo	Convênios	Capacidade	Serviços	Capacidade
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA	9	180	7	140
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes para apoio à central de vagas da SMADS	0	0	1	20
Projeto Especial - Centro de Acolhida Especial para Crianças e Adolescentes	1	20	0	0
Total Especial Alta Complexidade	10	200	8	160
Total Geral Convênios	67	9.625	68	10.285
DEMANDA				
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012			35.601	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)			951	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013			22.711	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013			12.701	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013			747	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013			3.625	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013			3.174	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013			6.052	273

Metas VP 2014 - 2017		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
São Lucas	1	CRAS
São Lucas	1	CCA
Sapopemba	3	CRAS
Sapopemba	3	CEDESP
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Vila Prudente	1	SPVV
Vila Prudente	1	Centro Dia Idoso
Vila Prudente	2	Residência Inclusiva
Vila Prudente	1	ILPI
Sapopemba	1	NPJ
Sapopemba	1	SPVV
Sapopemba	1	República Jovem

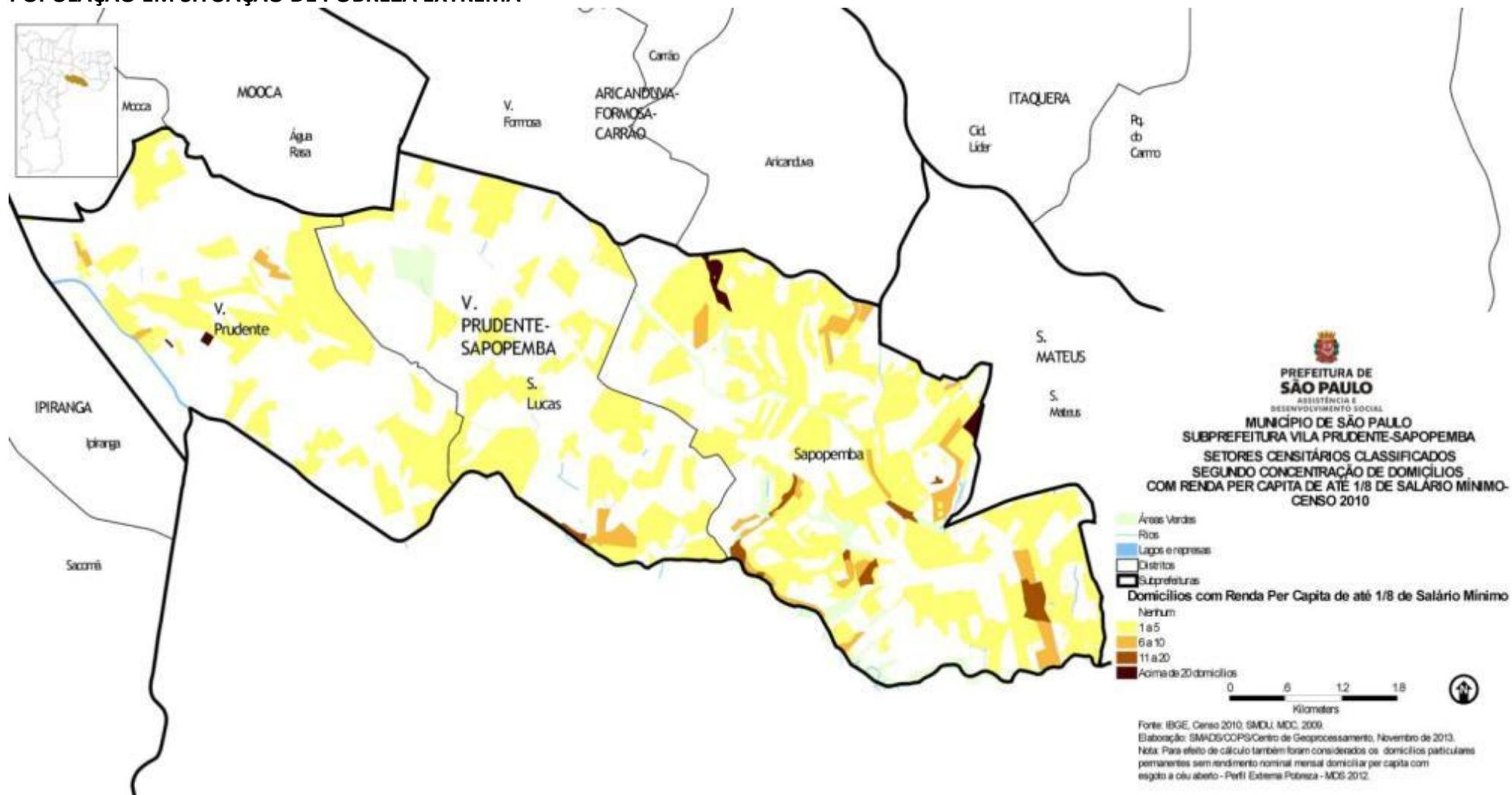
REDE DE PROTEÇÃO ESPECIAL



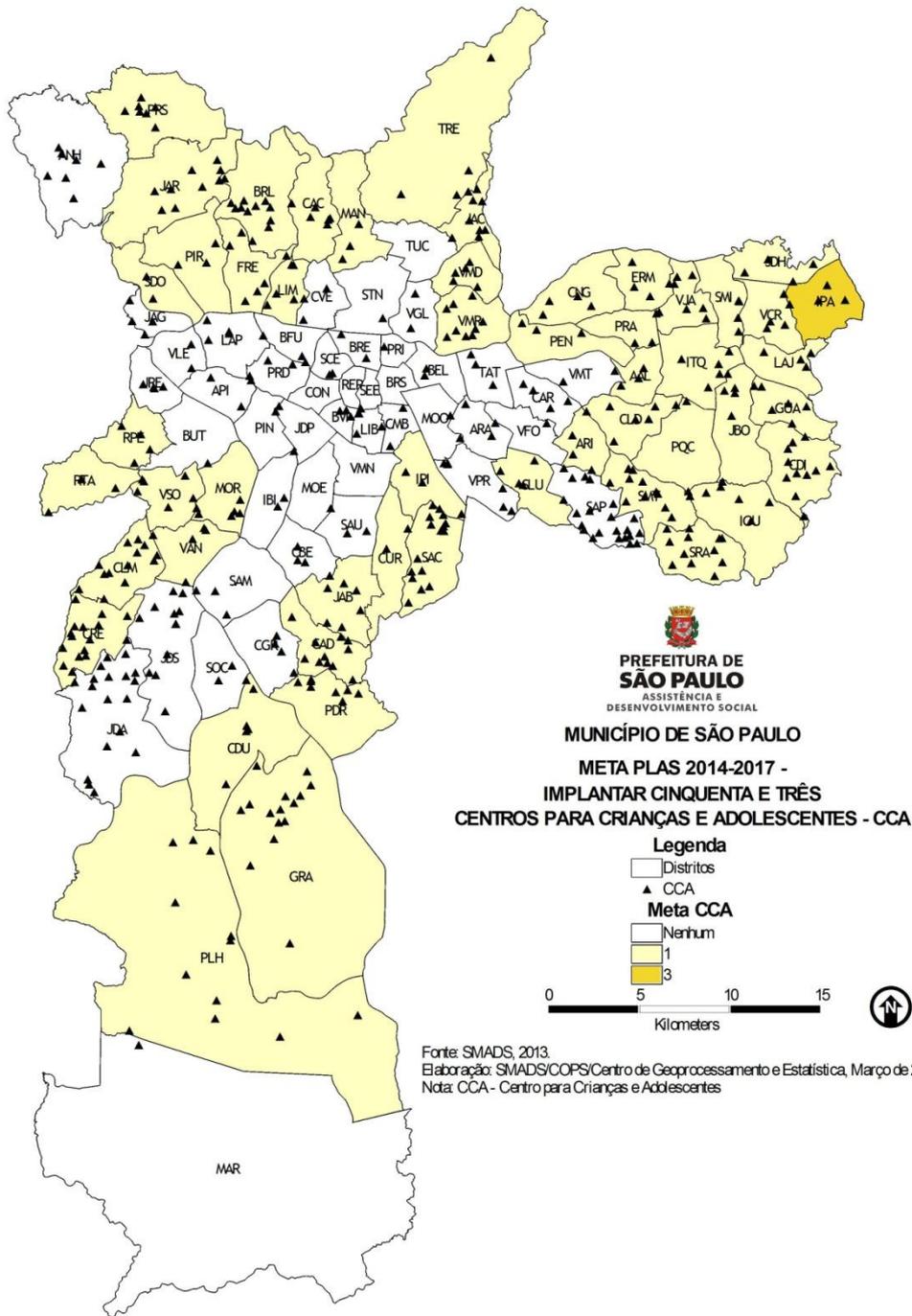
REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA

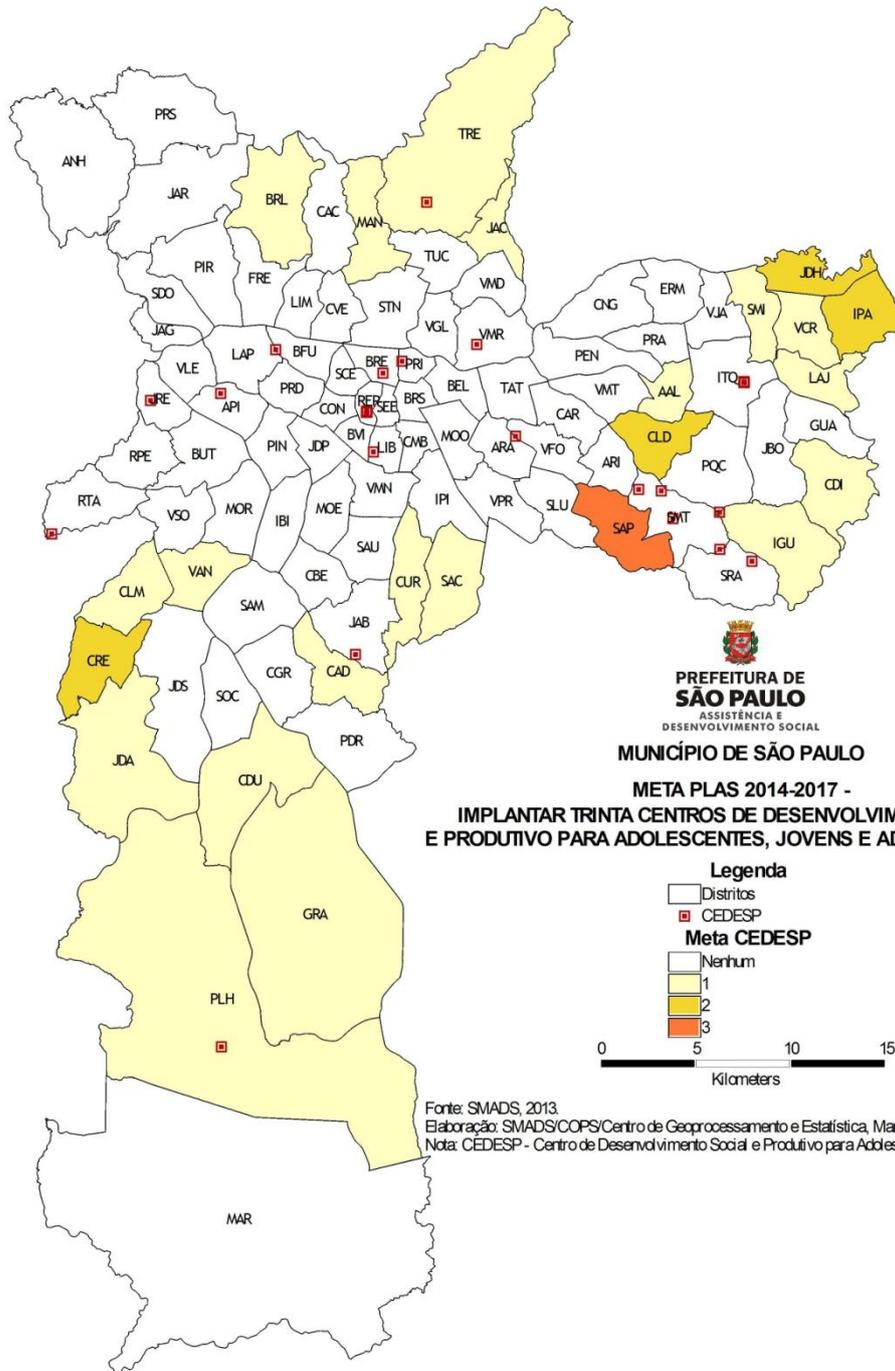


POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA



MAPAS






PREFEITURA DE SÃO PAULO
 ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

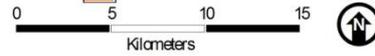
**META PLAS 2014-2017 -
 IMPLANTAR TRINTA CENTROS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 E PRODUTIVO PARA ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS - CEDESP**

Legenda

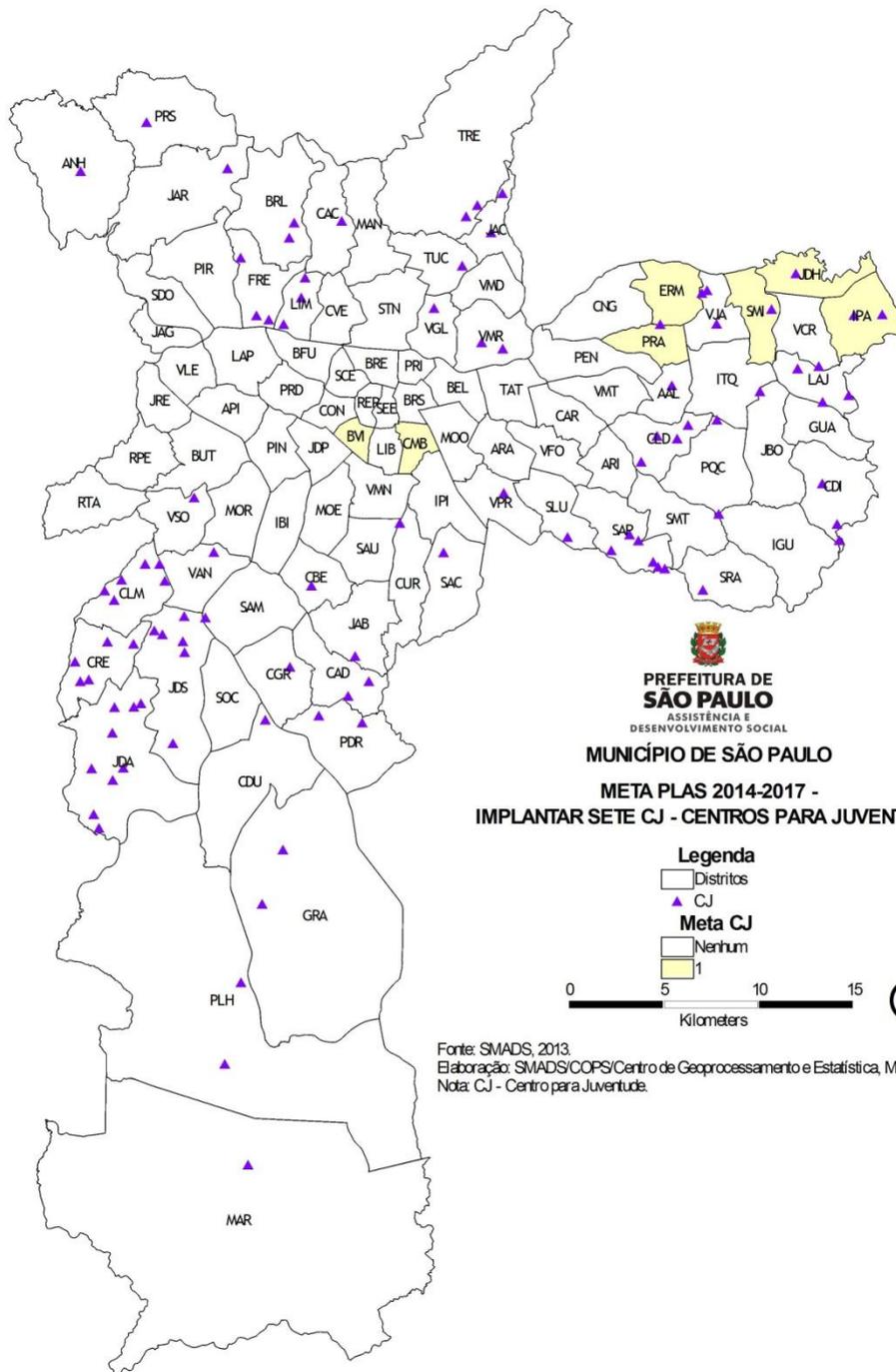
 Distritos
 CEDESP

Meta CEDESP

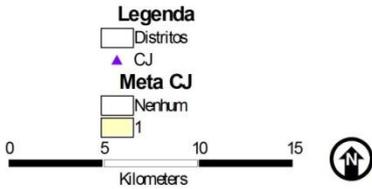
 Nenhum
 1
 2
 3



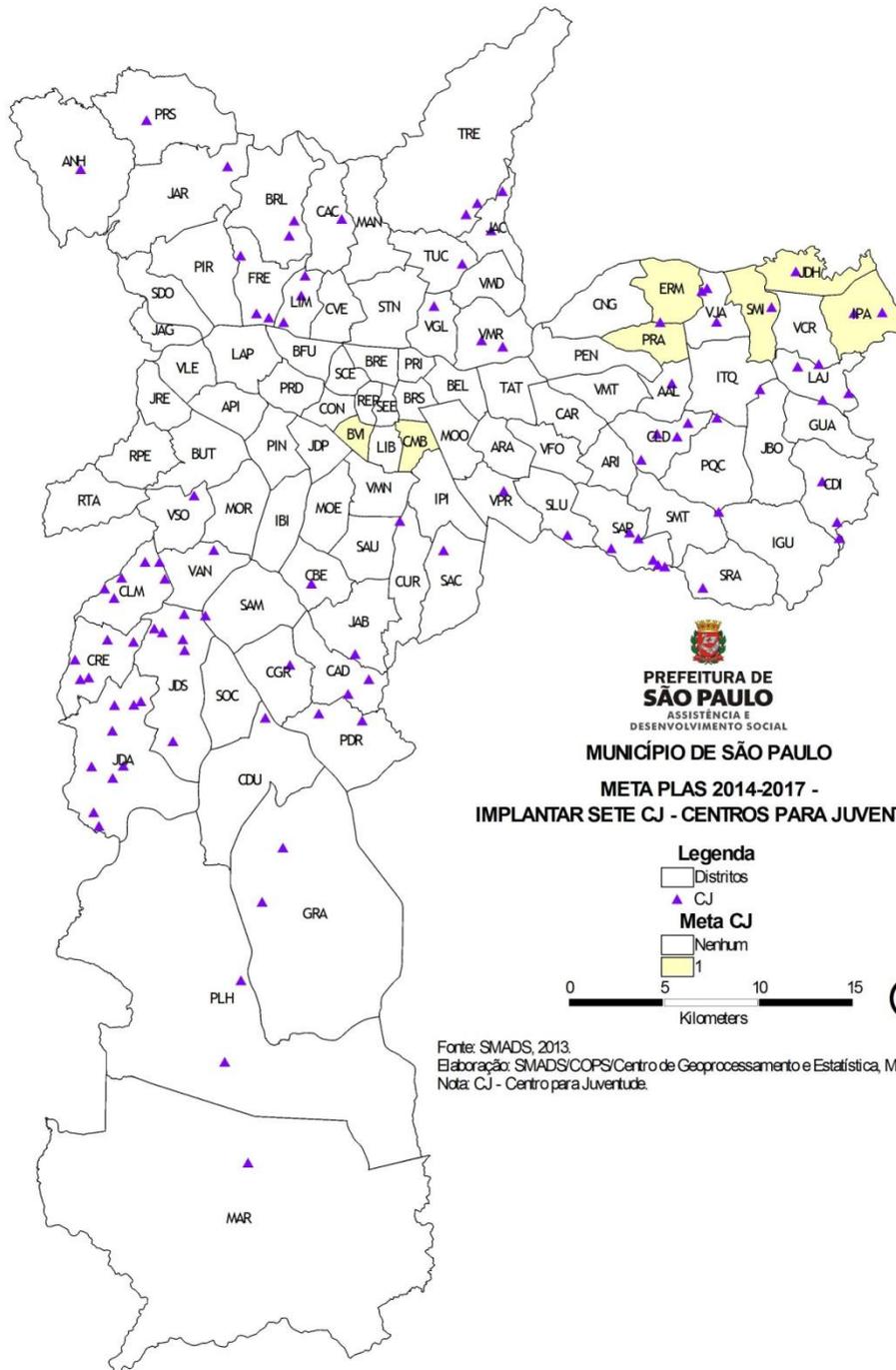
Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.
 Nota: CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos.




PREFEITURA DE SÃO PAULO
 ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
META PLAS 2014-2017 -
IMPLANTAR SETE CJ - CENTROS PARA JUVENTUDE



Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.
 Nota: CJ - Centro para Juventude.



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**META PLAS 2014-2017 -
IMPLANTAR SETE CJ - CENTROS PARA JUVENTUDE**

Legenda

□ Distritos

▲ CJ

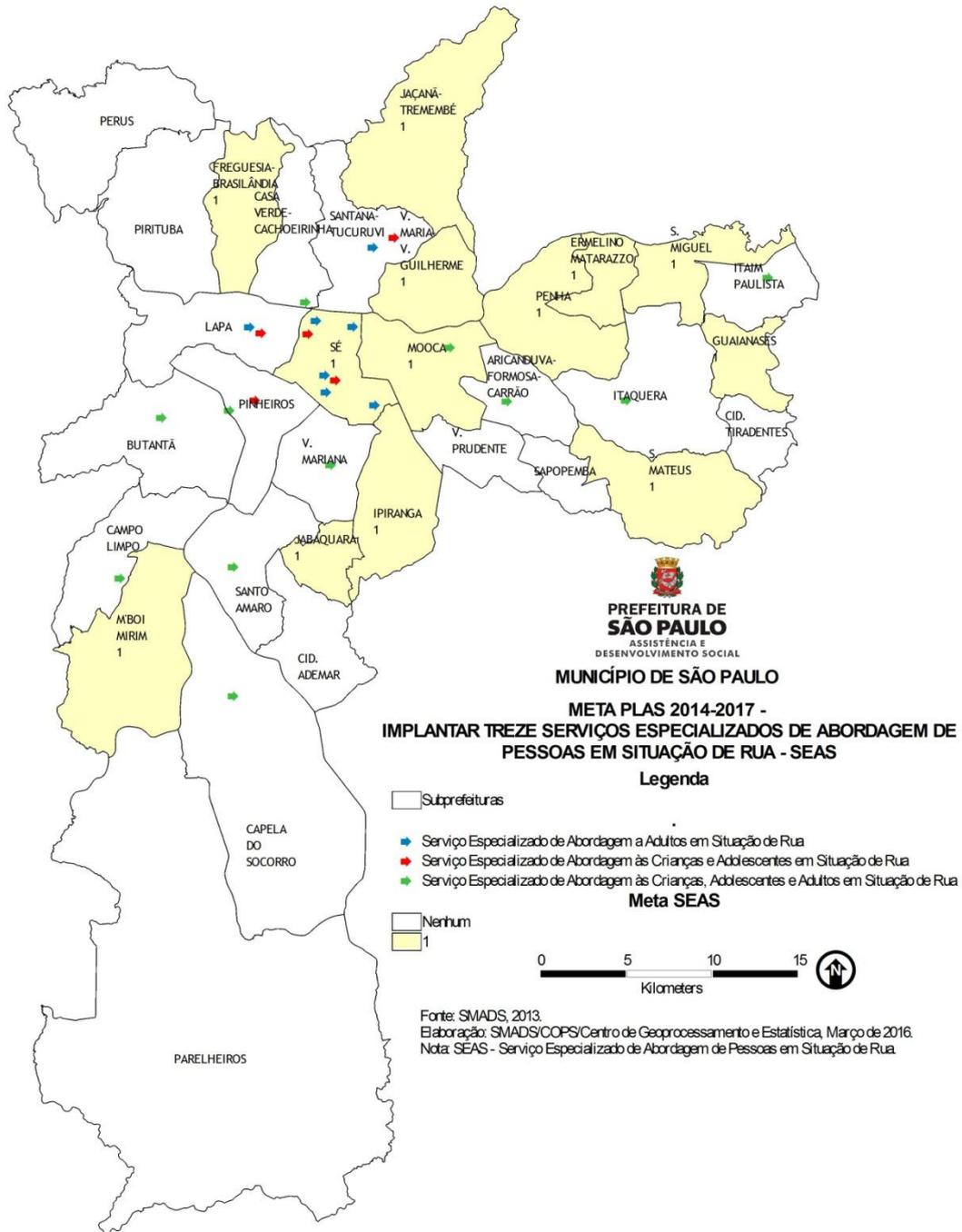
Meta CJ

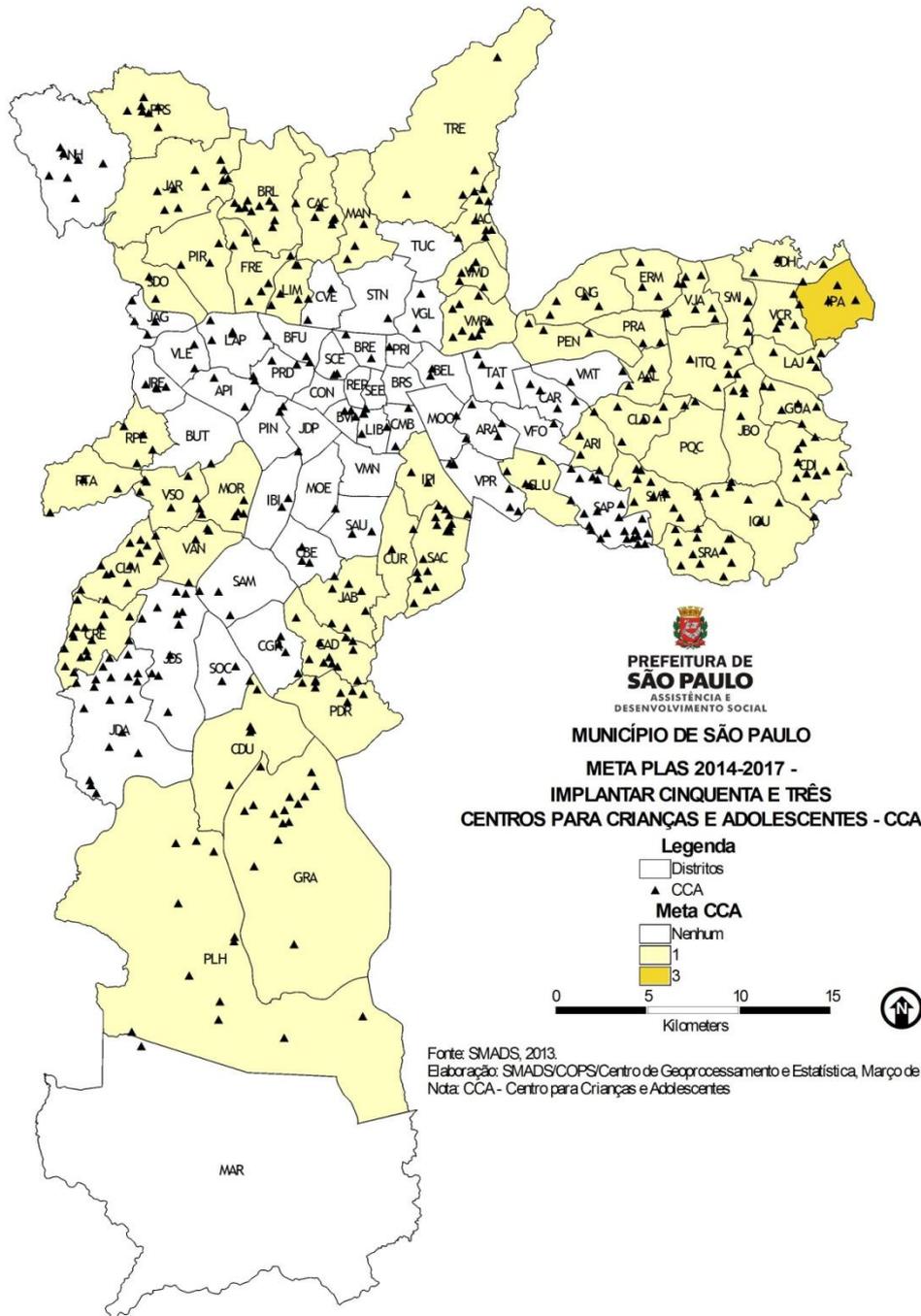
□ Nenhum

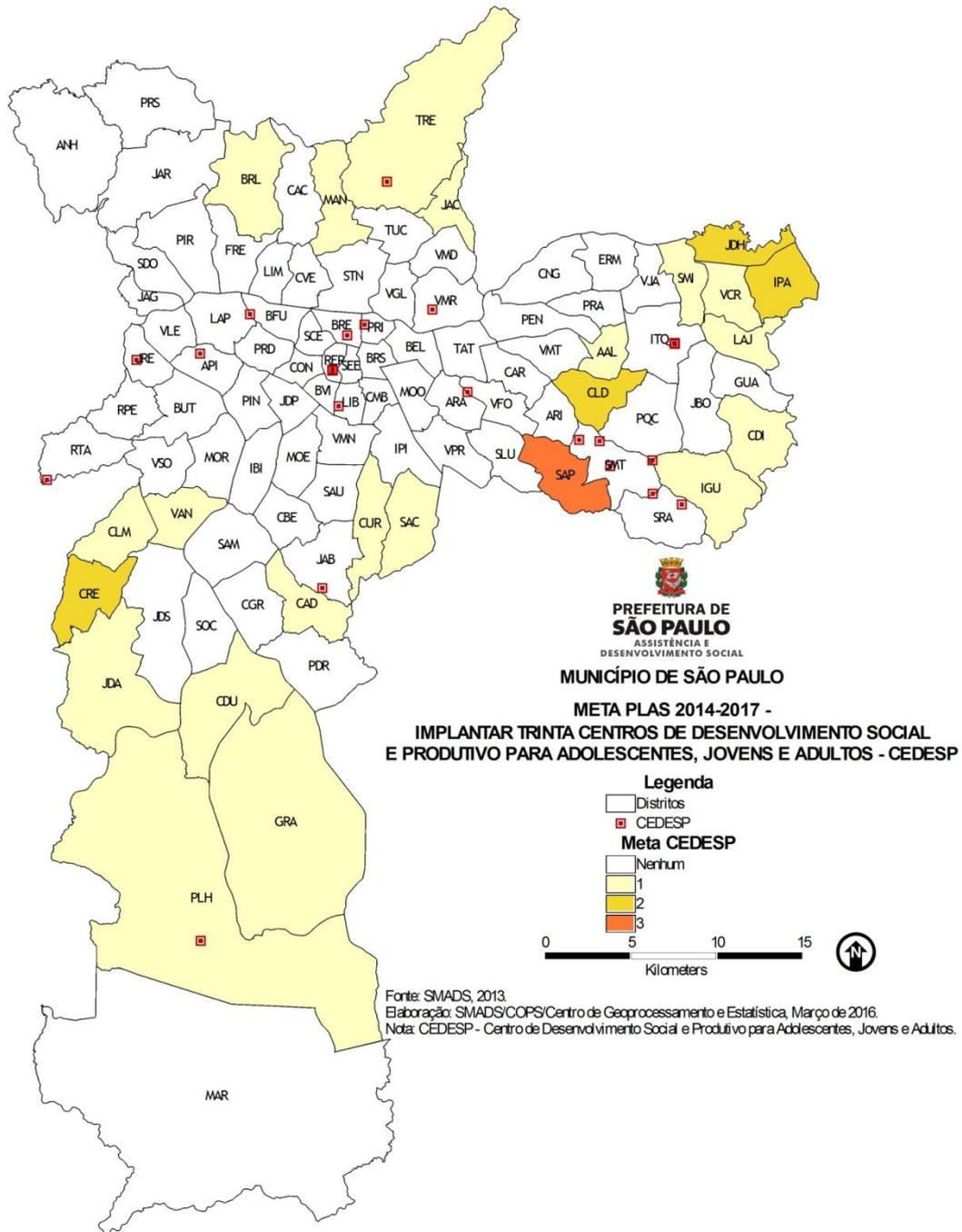
■ 1

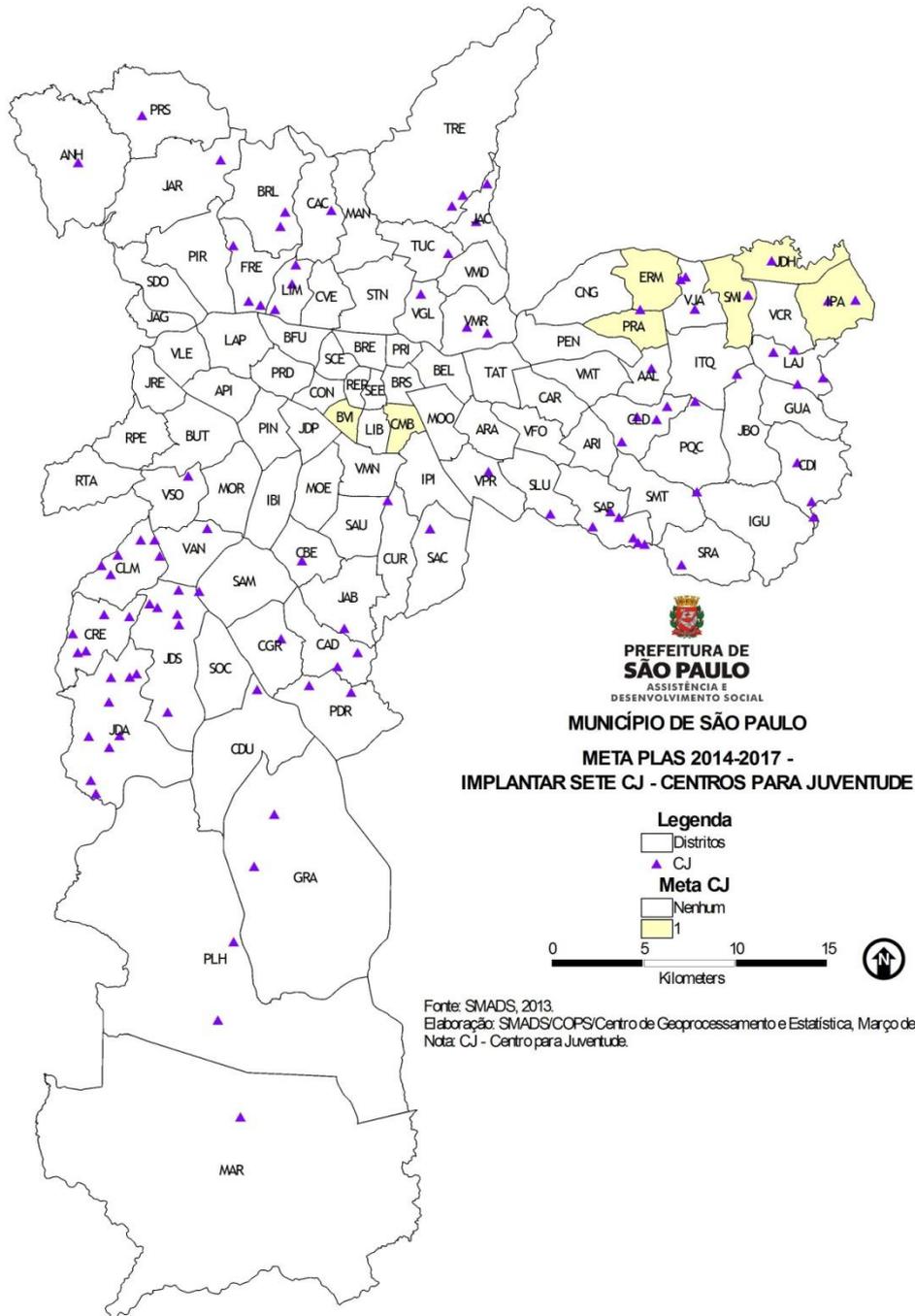


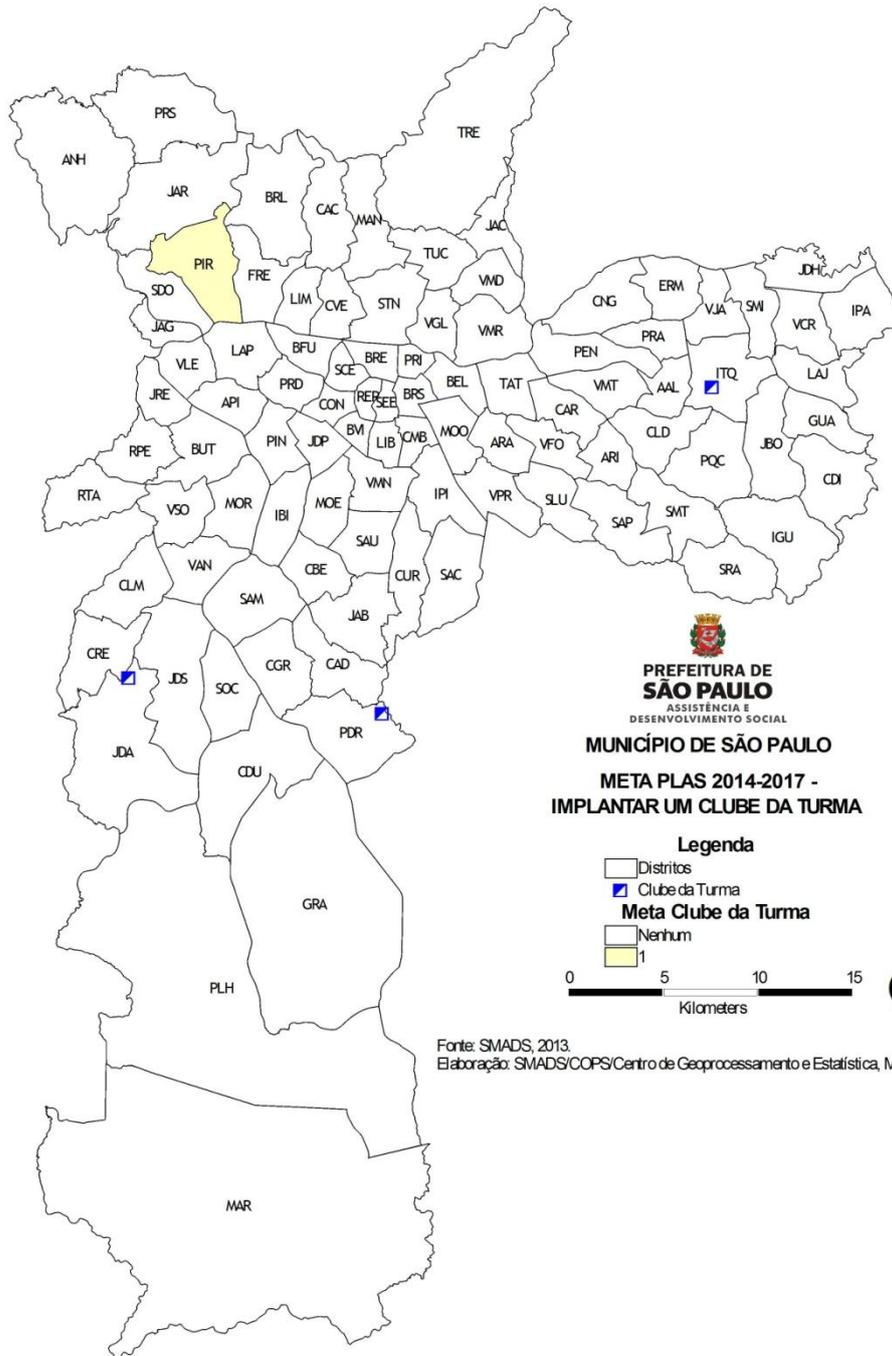
Fonte: SMADS, 2013.
Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.
Nota: CJ - Centro para Juventude.



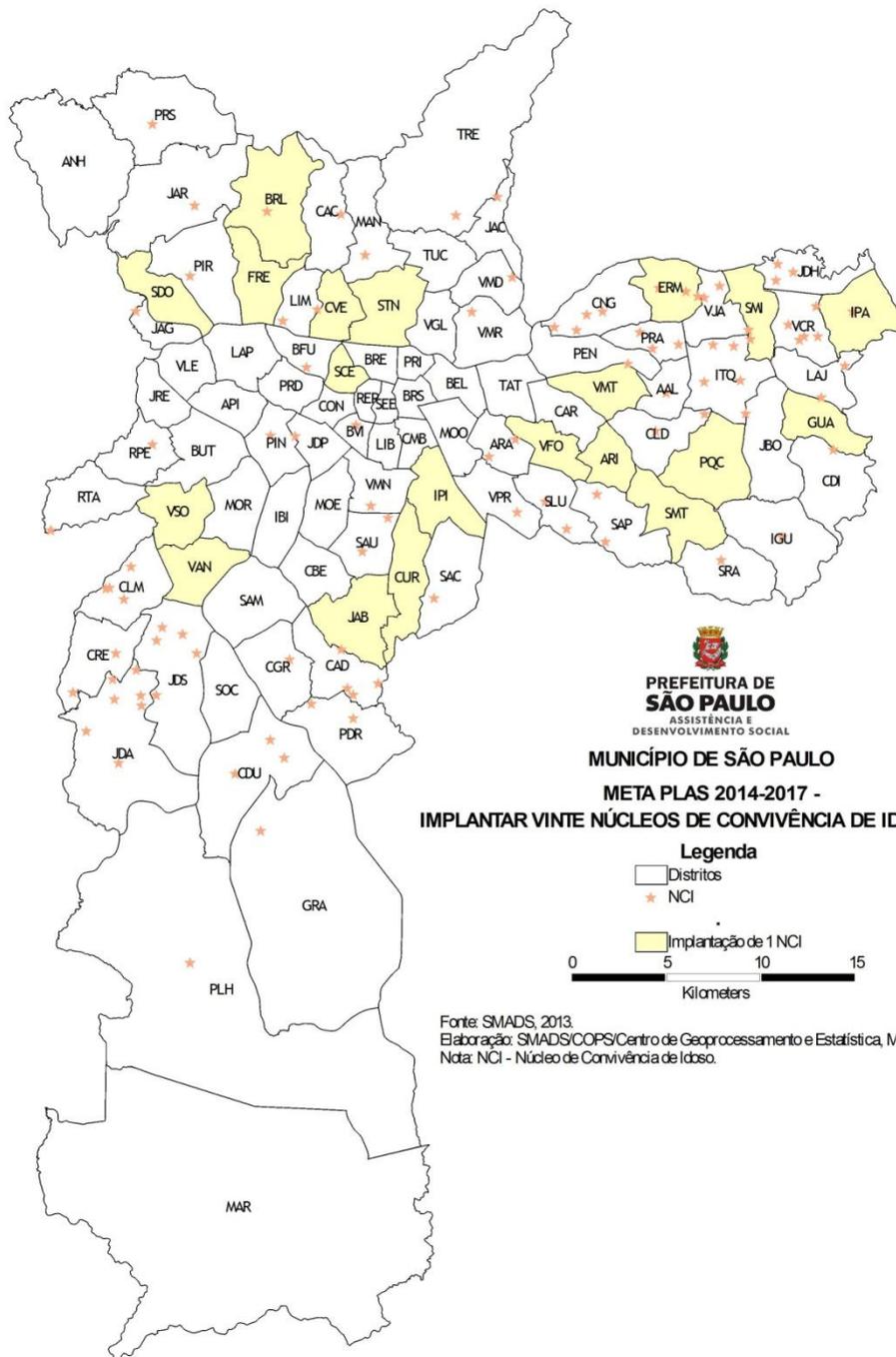








Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.



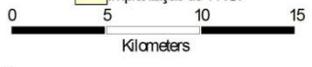
PREFEITURA DE SÃO PAULO
 ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
META PLAS 2014-2017 -
IMPLANTAR VINTE NÚCLEOS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS - NCI

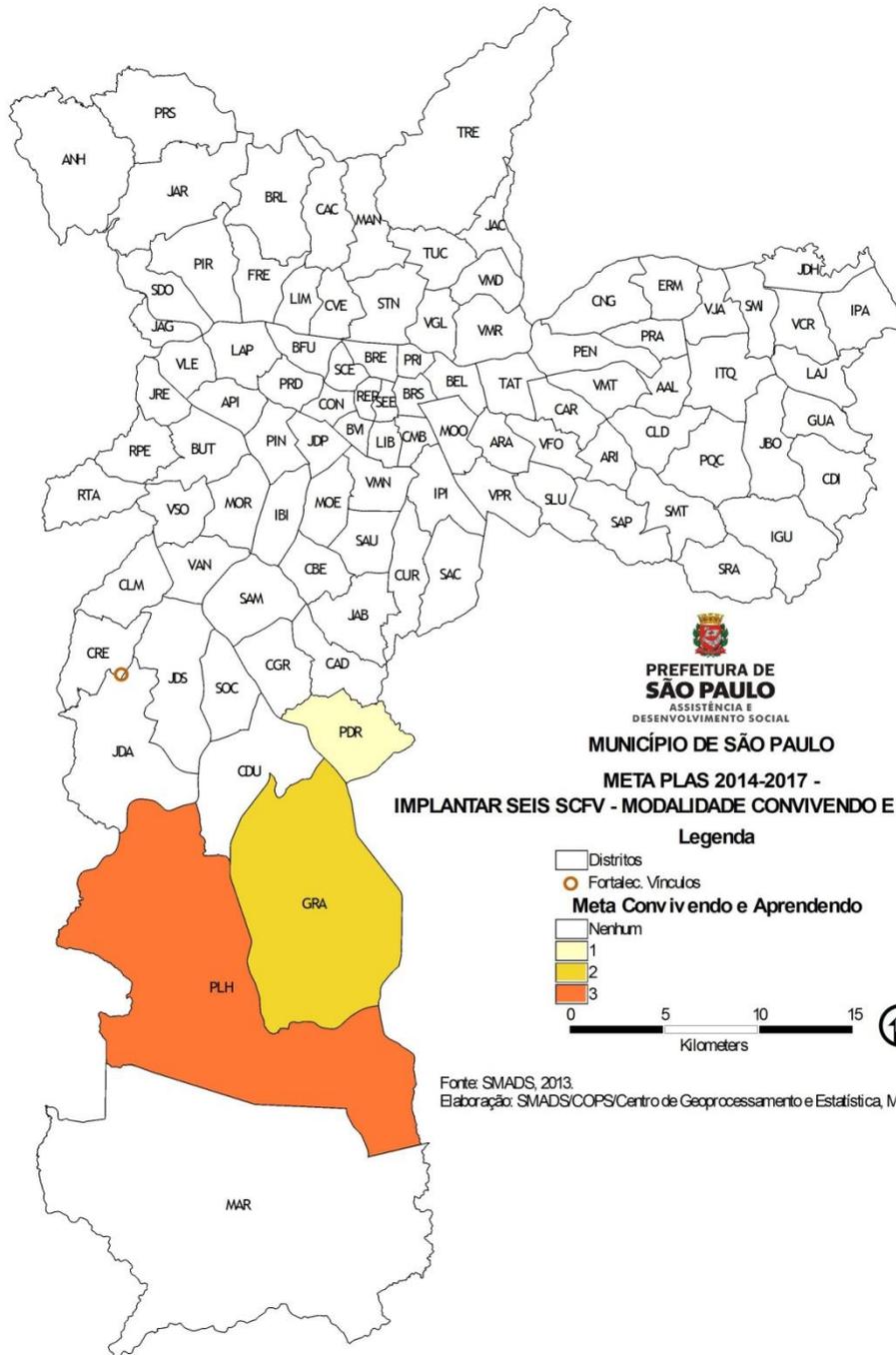
Legenda

- Distritos
- ★ NCI

■ Implantação de 1 NCI



Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.
 Nota: NCI - Núcleo de Convivência de Idoso.



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

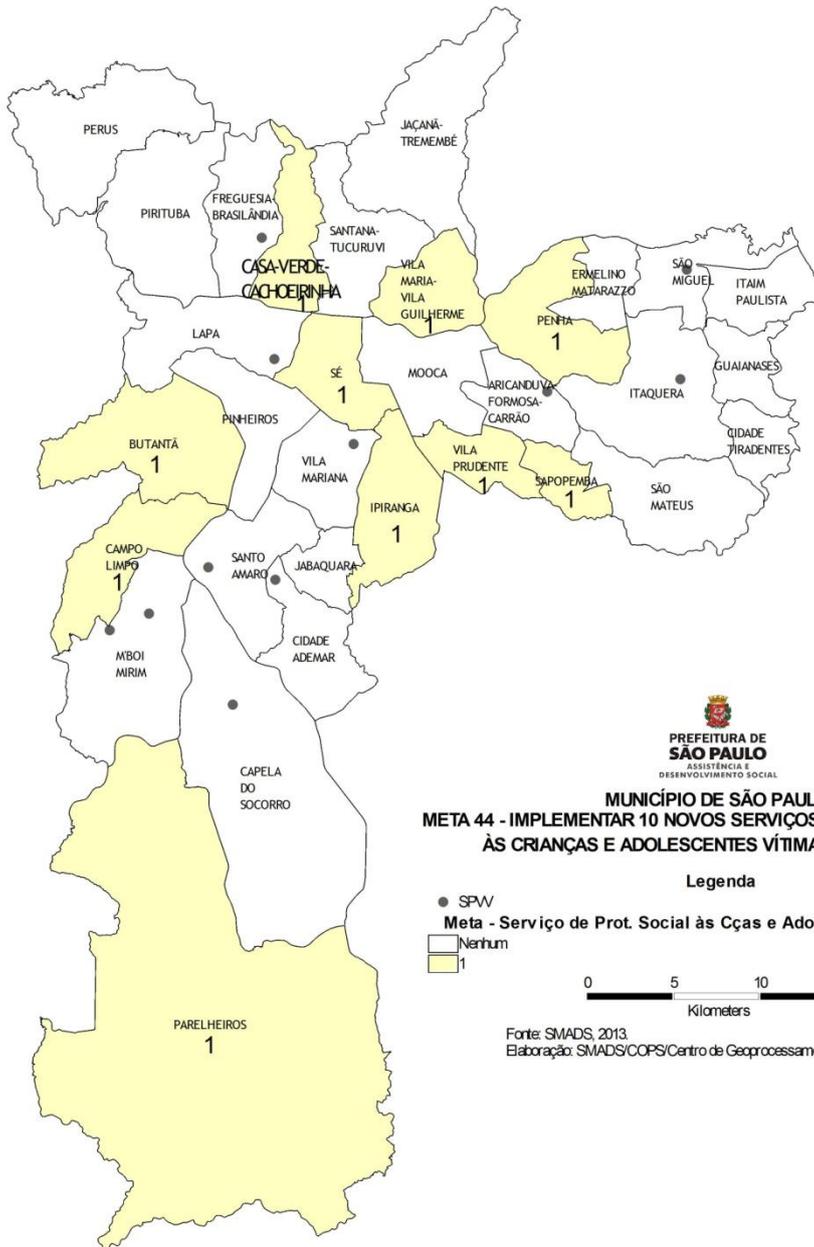
**META PLAS 2014-2017 -
IMPLANTAR SEIS SCFV - MODALIDADE CONVIVENDO E APREENDENDO**

Legenda

- Distritos
- Fortalec. Vínculos
- Meta Convivendo e Aprendendo**
- Nenhum
- 1
- 2
- 3



Fonte: SMADS, 2013.
Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
META 44 - IMPLEMENTAR 10 NOVOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL
ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Legenda

- SPW
- Meta - Serviço de Prot. Social às Cças e Adol. Vítimas de Violência
- Nenhum
- 1



Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento, Março de 2016.

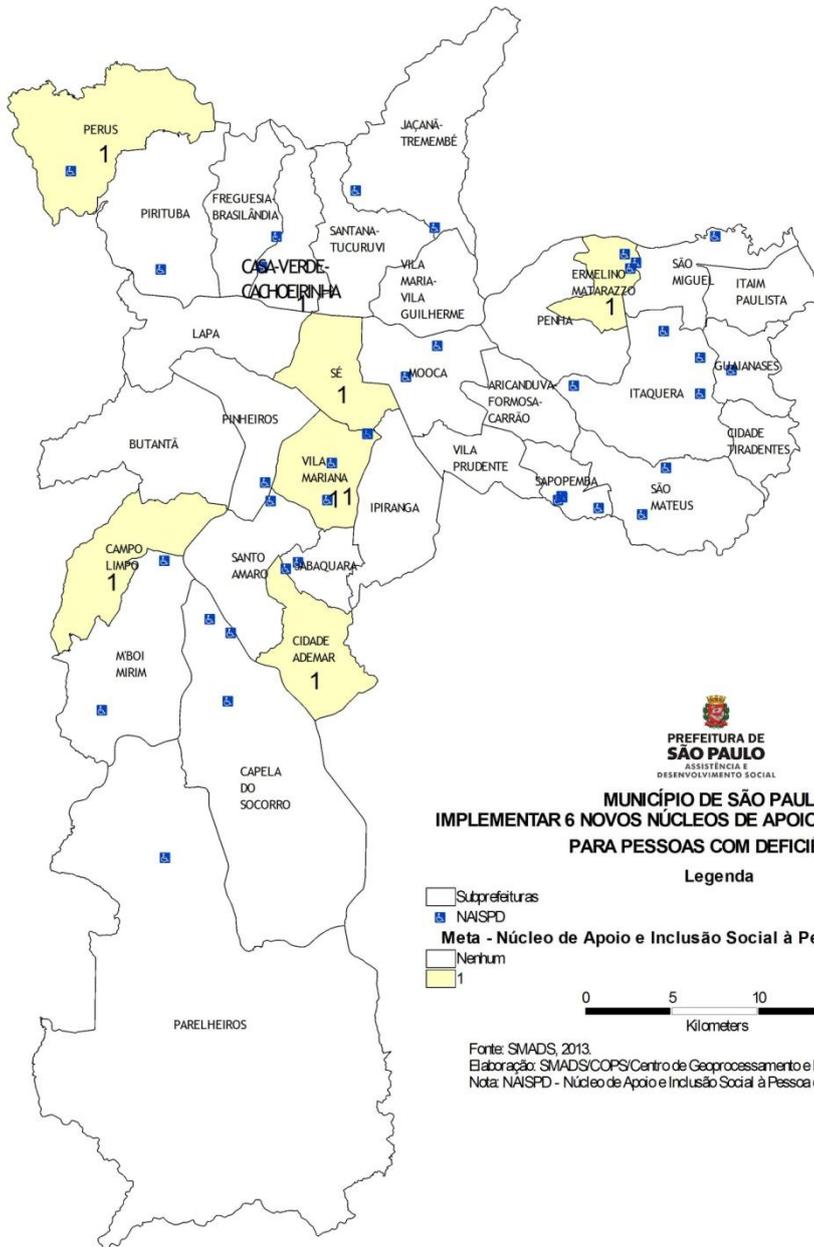


MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
META 44 - IMPLANTAR DOIS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Meta Espaço de Convivência para Cças. e Adol. Vítimas de Violência



Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento, Março de 2016.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

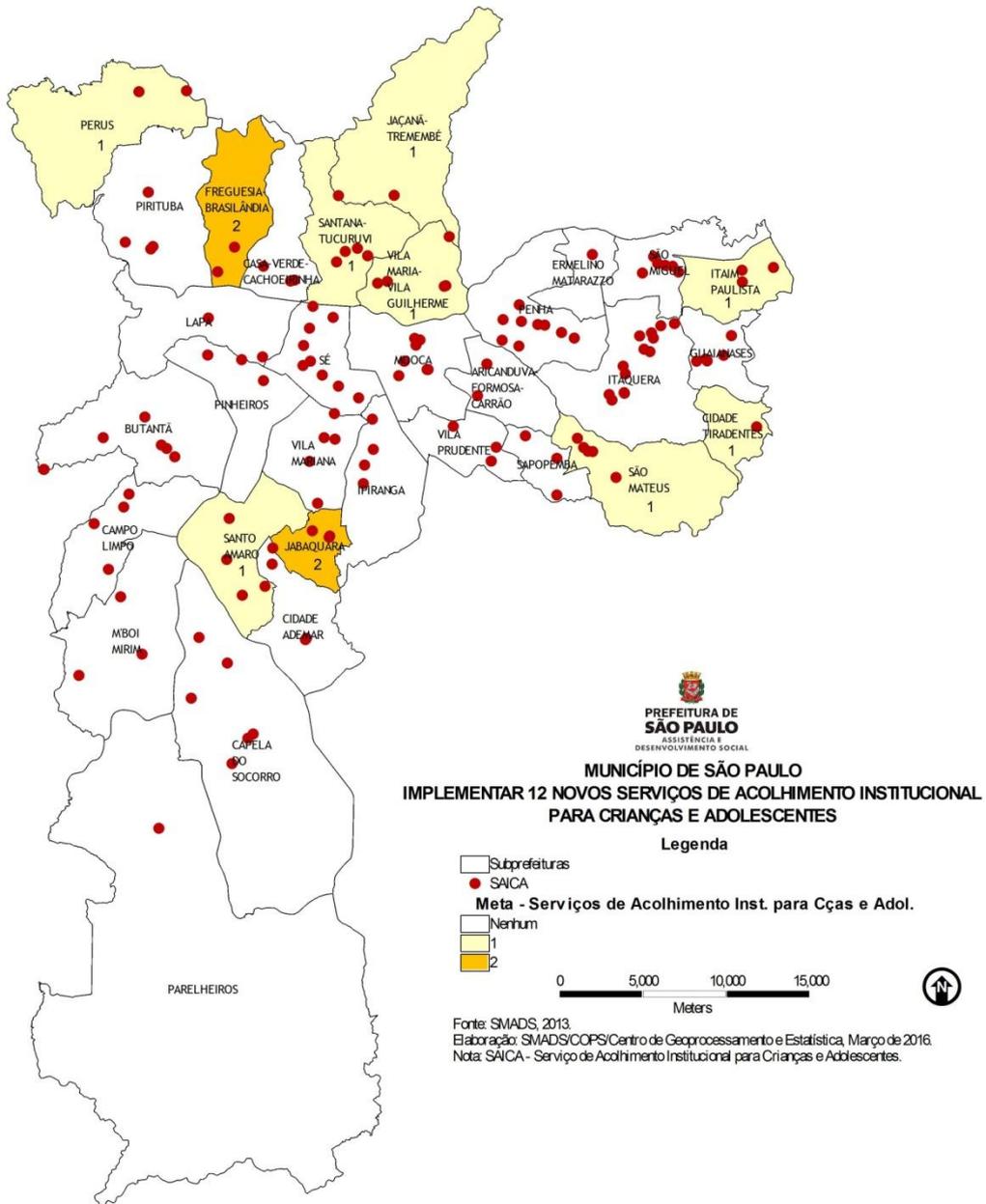
**MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
IMPLEMENTAR 6 NOVOS NÚCLEOS DE APOIO À INCLUSÃO SOCIAL
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

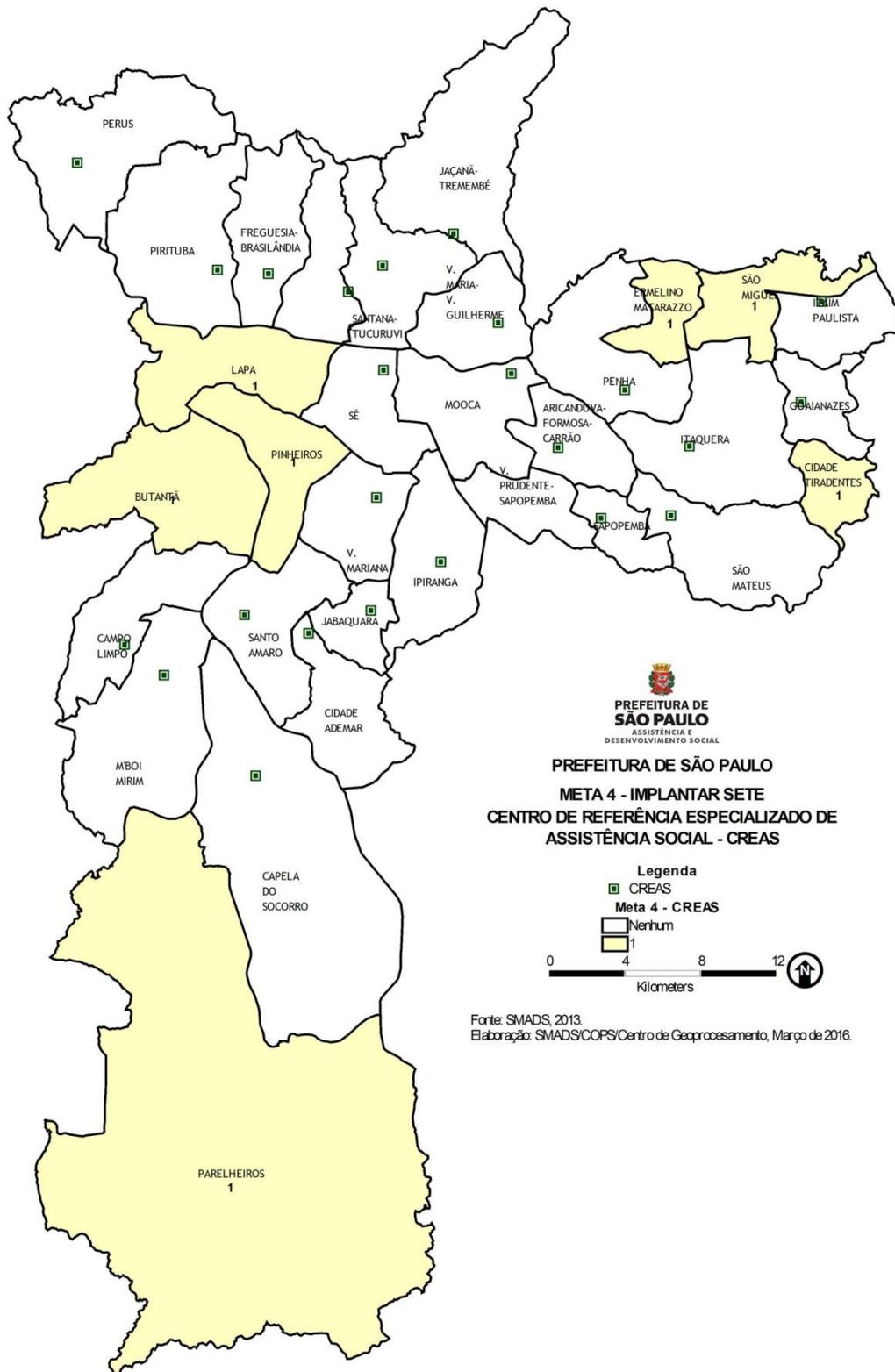
Legenda

- Subprefeituras
- NAISPD
- Meta - Núcleo de Apoio e Inclusão Social à Pessoa com Deficiência
- Nenhum
- 1



Fonte: SMADS, 2013.
Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Março de 2016.
Nota: NAISPD - Núcleo de Apoio e Inclusão Social à Pessoa com Deficiência.





Fonte: SMADS, 2013.
 Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento, Março de 2016.

